



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS EM ENSINO DE
LÍNGUA E LITERATURA
DOUTORADO EM ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA**

VERÔNICA RAMALHO NUNES

**ESTUDO HIDRONÍMICO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS:
SOFTWARE TOPONÍMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**ARAGUAÍNA-TO
2022**

TOCANTINS - ARAGUAIA



VERÔNICA RAMALHO NUNES

**ESTUDO HIDRONÍMICO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS:
SOFTWARE TOPONÍMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura – MELL, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

**ARAGUAÍNA-TO
2022**

VERÔNICA RAMALHO NUNES

**ESTUDO HIDRONÍMICO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS:
SOFTWARE TOPONÍMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura – MELL, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

BANCA EXAMINADORA

Karylleila dos Santos Andrade

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade (UFT)
Orientadora

Karylleila dos Santos Andrade

Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos (UFAL)
Membro Externo

Karylleila dos Santos Andrade

Prof. Dr. Sandro Sidnei Vargas de Cristo (UFT)
Membro Externo

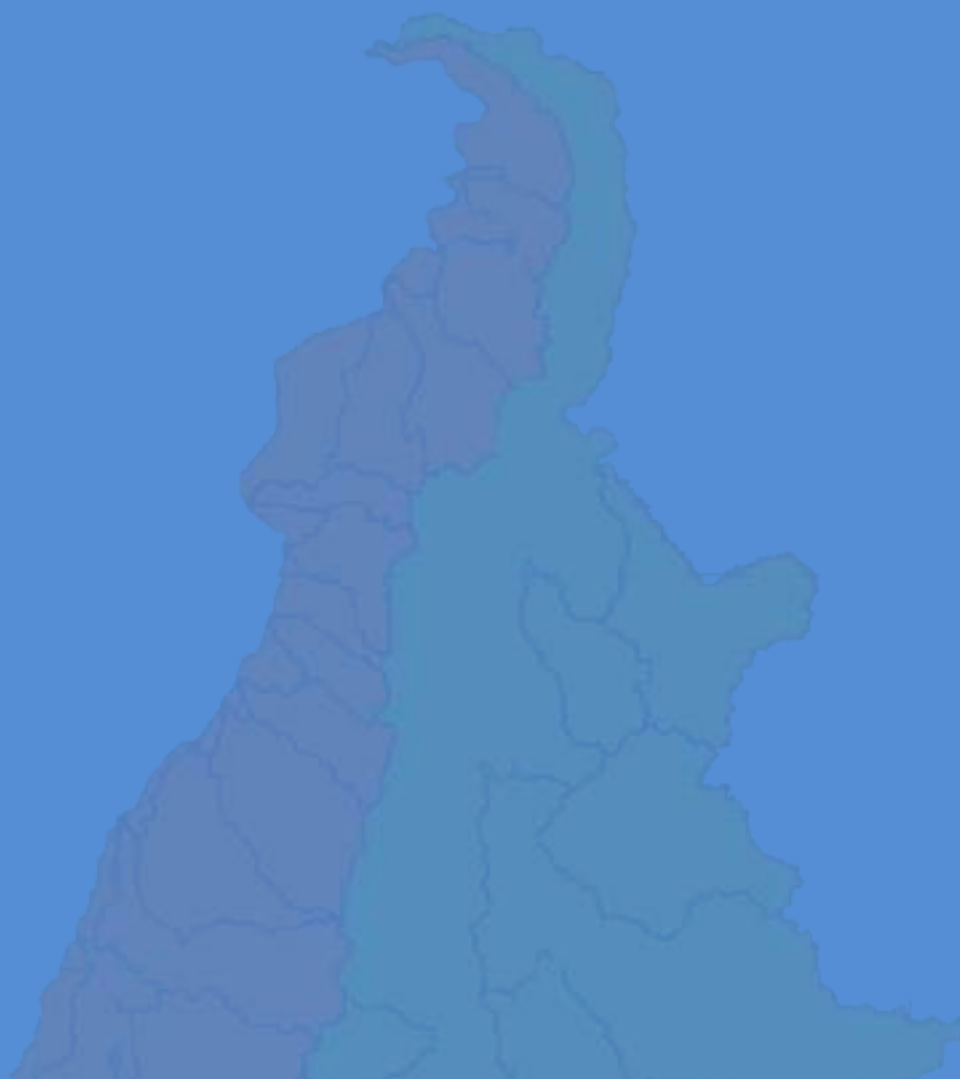
Karylleila dos Santos Andrade

Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni (UFT)
Membro Interno

Karylleila dos Santos Andrade

Profa. Dra. Antônia Márcia Duarte Queiroz (UFNT)
Membro Interno

Araguaína, 03 de fevereiro de 2022.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N972e Nunes, Verônica Ramalho.
ESTUDO HIDRONÍMICO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS:
SOFTWARE TOPONÍMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. / Verônica Ramalho Nunes. –
Araguaína, TO, 2022.
241 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em
Letras Ensino de Língua e Literatura, 2022.

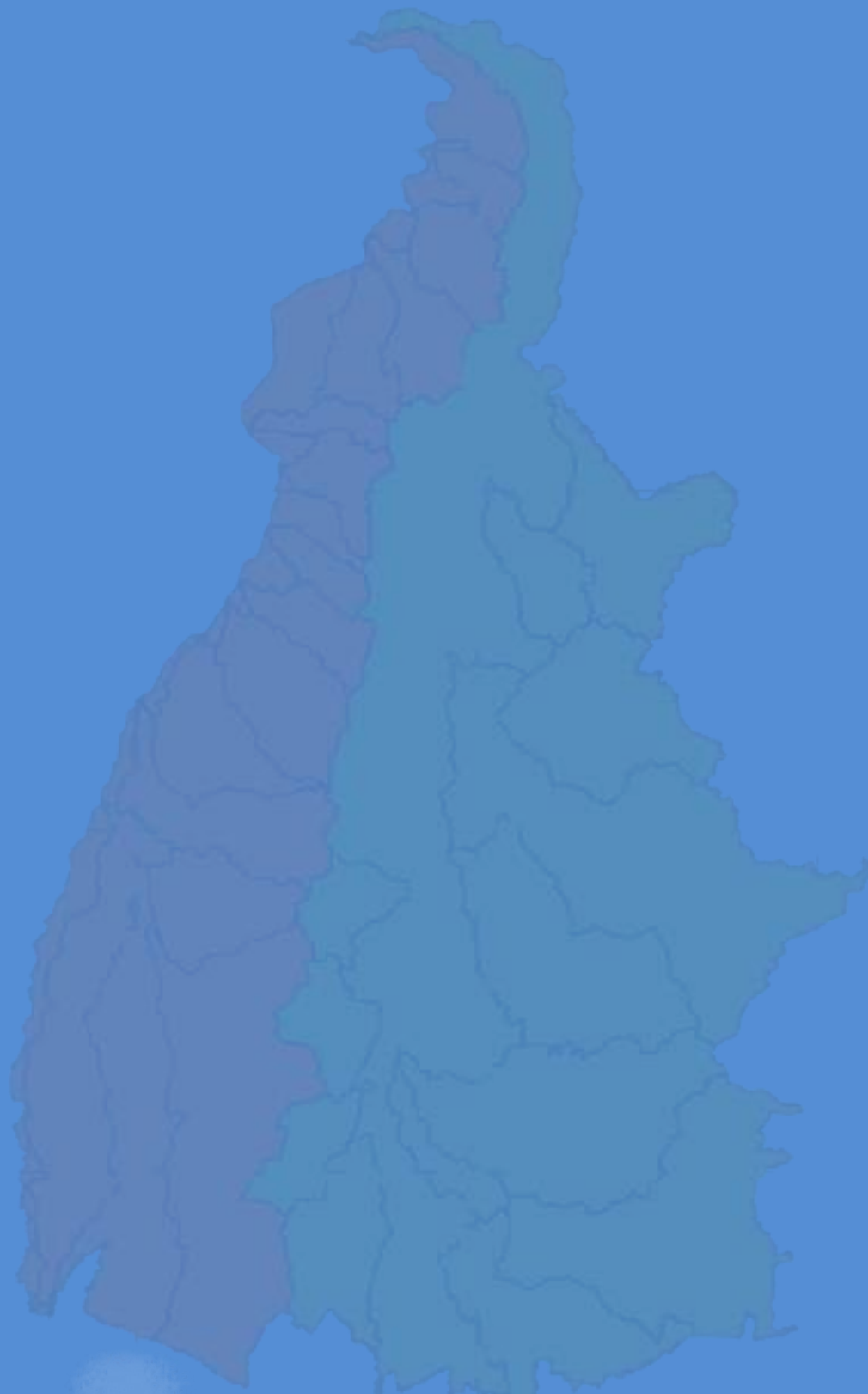
Orientadora : Karylleila Dos Santos Andrade Klinger

1. Hidronímia. 2. Língua Portuguesa. 3. Interdisciplinaridade. 4.
Rios Araguaia e Tocantins. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



Deus, por absolutamente tudo até hoje, ao meu marido, Victor, pelo incentivo em todos os momentos, além do carinho, apoio e inúmeros esforços para que eu chegasse até aqui. Aos meus filhos, Victor Isaac, pelas alegrias a partir de sua chegada em nossas vidas e Maria Eunice que nos presenteou com a notícia de sua vinda muito em breve. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades em todos os momentos.

Ao meu esposo pelo carinho, amparo, paciência, incentivo e amor. Ao meu filho Victor Isaac pelo acalento e alegrias, a minha filha (que chegará muito em breve), Maria Eunice por alegrar-me com a notícia de sua chegada em nossas vidas.

Aos meus pais, Maria Ramalho e José Valnizan, pelo apoio, determinação e luta na minha formação, pelo incentivo e por acreditarem em mim.

Aos meus irmãos, Mariza, Norberto, Lais e meu sobrinho André, que sempre estiveram ao meu lado, por mais difícil que fossem as circunstâncias.

Aos familiares, tios, tias, vó, vô, primos e primas, que contribuíram, de alguma forma, ao longo desta caminhada.

À minha orientadora, Professora Dra. Karylleila dos Santos Andrade, a quem admiro e respeito. Não tenho palavras para expressar minha gratidão pelos ensinamentos, paciência, dedicação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta tese.

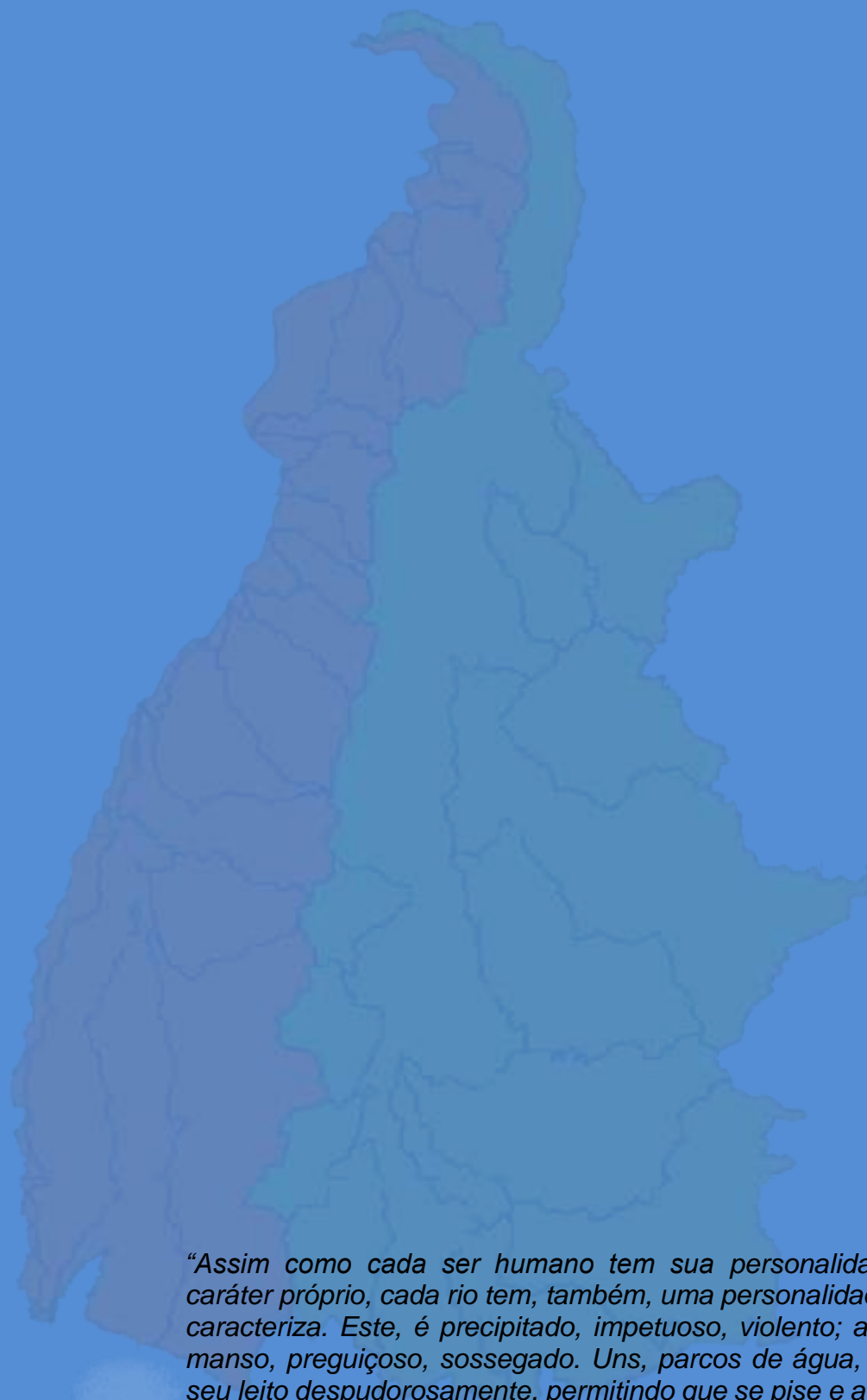
Aos membros da banca, que gentil e prontamente aceitaram colaborar com este trabalho, Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos, Prof. Dr. Sandro Sidnei Vargas de Cristo, Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni e Profa. Dra. Antônio Márcia Duarte Queiroz, gratidão pelas valiosas contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelas contribuições acadêmicas.

Aos meus queridos amigos que compartilharam comigo alegrias, angústias e conquistas ao longo desta jornada acadêmica, Carla, Bonfim, Elizângela, Isaquia, Jane, Neiliane, Núbia e Rodrigo, obrigada por tudo sempre.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Aloísio Orione, por estar sempre pronto em atender aos pós-graduandos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo consentimento da bolsa.



“Assim como cada ser humano tem sua personalidade, seu caráter próprio, cada rio tem, também, uma personalidade que o caracteriza. Este, é precipitado, impetuoso, violento; aquele, é manso, preguiçoso, sossegado. Uns, parcos de água, expõem seu leito despudorosamente, permitindo que se pise e atravesse em qualquer parte; outros, correntosos, profundos, desafiam que se faça o mesmo!”. (Lysias RODRIGUES, 2001).

RESUMO

Os estudos Toponímicos revelam a cosmovisão de determinadas comunidades, as quais podem resgatar a memória, etimologia e valorizam a identidade, enaltecem o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar, evidenciam os aspectos da trajetória do homem em determinado território e revelam dados importantes em relação à história dos grupos humanos. Além disso, possibilitam o resgate de informações acerca da trajetória das comunidades que habitaram e habitam determinada região, bem como características dos momentos históricos vivenciados por esses grupos. Compreendemos o vínculo do estudo dos nomes de lugares ao processo de ensino-aprendizagem, considerando que é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o cerca. Nesse sentido, esta pesquisa consiste problematizar o estudo dos nomes de lugares inseridos no contexto do ensino. Partimos da problemática de como os estudos hidronímicos, especificamente aqueles vinculados aos rios Araguaia e Tocantins, podem contribuir para o ensino de Linguagens, Códigos e Tecnologias nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que a proposta deste trabalho está atrelada ao uso de um Software Toponímico como ferramenta tecnológica para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, propomo-nos nesta tese de doutorado desenvolver uma investigação da hidronímia do Tocantins, bem como identificar elementos para o trabalho toponímico na educação básica, sobretudo no ensino de Língua Portuguesa, além de difundir a toponímia tocantinense. Trata-se, portanto, de um trabalho de caráter interdisciplinar, por estabelecer relações com outras áreas do saber. Como percurso metodológico apresentamos uma investigação documental, bem como levantamento bibliográfico, sendo norteada pelo plano onomasiológico de investigação, consoante ao método das pesquisas onomásticas, de modo que as hipóteses de pesquisa levantadas viabilizaram conhecer as especificidades das denominações toponímicas analisadas nesse estudo. Dessa forma, os resultados obtidos neste estudo apontam que o trabalho com a Toponímia no contexto do ensino é uma proposta educacional relevante e necessária, ao passo que o estudante é posto como protagonista no processo de ensino e de aprendizagem. Pois permite ao aluno conhecer os rios do Tocantins, sua relevância social, cultural e história, que traduzem as marcas de seu povo, de sua identidade por meio da linguagem, bem como envolve diversos saberes, além de ressaltar a prática pedagógica, possibilitando a aprendizagem dos conteúdos, sua adaptação e ressignificação em relação aos procedimentos didáticos-metodológicos, além do mais, a partir do acesso ao Sistema Toponímico disponibilizado para todo o ensino básico do estado do Tocantins, possibilitará contribuições significativas para o processo conhecimento.

Palavras-Chave: Hidronímia. Língua Portuguesa. Interdisciplinaridade. Rios Araguaia e Tocantins.

ABSTRACT

The Toponymic studies reveal the cosmovision of certain communities, which can rescue the memory, etymology and value the identity, praise the feeling of belonging and the appreciation of the place, highlight aspects of the trajectory of man in a given territory and reveal important data regarding to the history of human groups. In addition, they make it possible to retrieve information about the trajectory of the communities that inhabited and inhabit a certain region, as well as characteristics of the historical moments experienced by these groups. We understand the link between the study of place names and the teaching-learning process, considering that it is essential for the student to know the reality that surrounds him. In this sense, this research is to problematize the study of the names of places inserted in the context of teaching. We start from the problem of how hydronymic studies, specifically those linked to the Araguaia and Tocantins rivers, can contribute to the teaching of Languages, Codes and Technologies in the final years of Elementary School, considering that the proposal of this work is linked to the use of a Toponymic Software as a technological tool to assist in the teaching and learning process. Therefore, we propose in this doctoral thesis to develop an investigation of the hydronymy of Tocantins, as well as to identify elements for the toponymic work in basic education, especially in the teaching of Portuguese, in addition to disseminating the Tocantins toponymy. It is, therefore, an interdisciplinary work, as it establishes relationships with other areas of knowledge. As a methodological approach, we present a documentary investigation, as well as a bibliographic survey, being guided by the onomasiological plan of investigation, according to the method of onomastic research, so that the research hypotheses raised made it possible to know the specificities of the toponymic denominations analyzed in this study. Thus, the results obtained in this study indicate that working with Toponymy in the context of teaching is a relevant and necessary educational proposal, while the student is placed as a protagonist in the teaching and learning process. Because it allows the student to get to know the rivers of Tocantins, their social, cultural and historical relevance, which translate the marks of their people, their identity through language, as well as involving different knowledge, in addition to highlighting the pedagogical practice, enabling learning of the contents, its adaptation and resignification in relation to the didactic-methodological procedures, moreover, from the access to the Toponymic System available for all the basic education of the state of Tocantins, it will allow significant contributions to the knowledge process.

Keywords: Hydronymy. Portuguese language. Interdisciplinarity. Araguaia and Tocantins rivers.

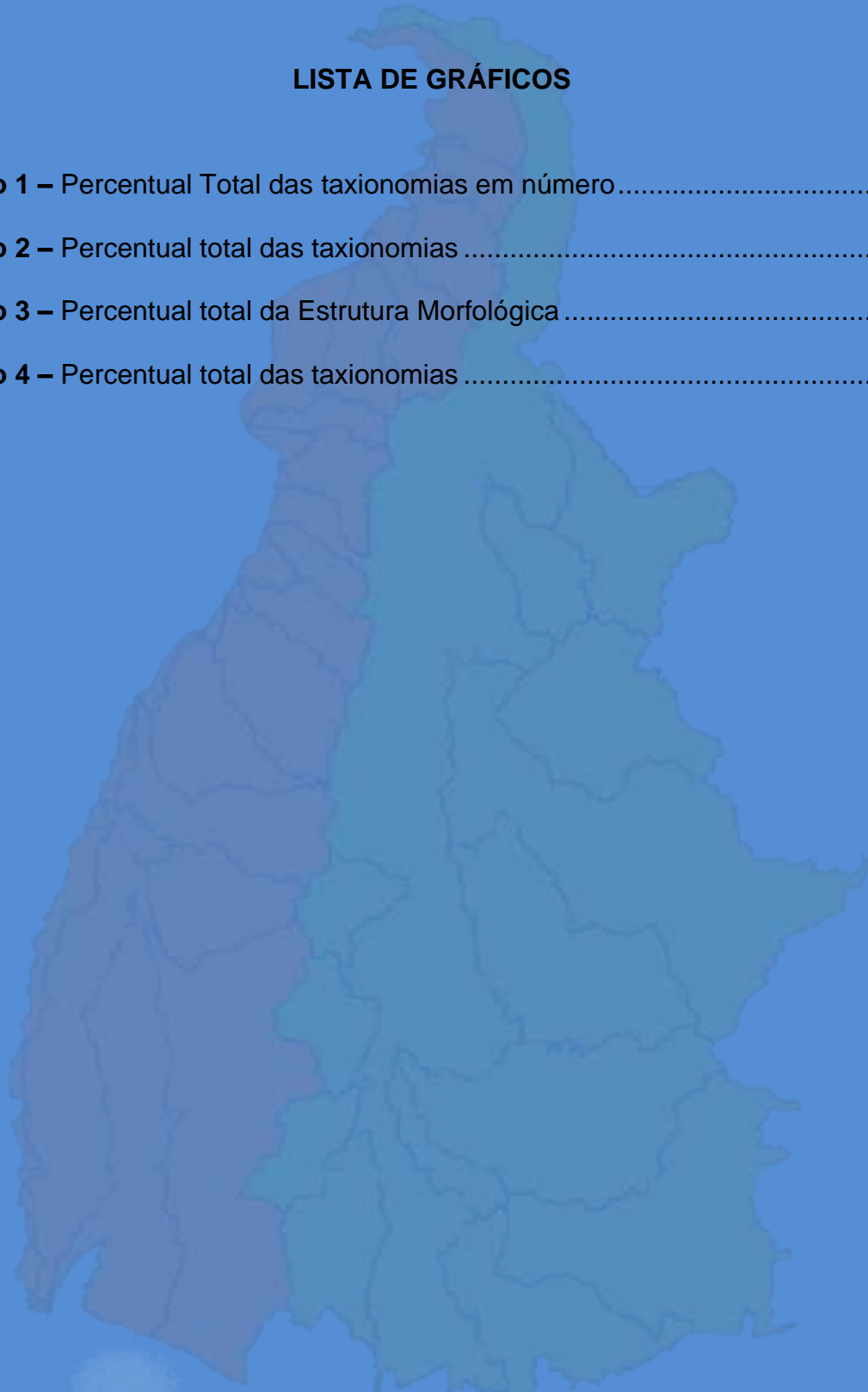
RESUMEN

Los estudios toponímicos revelan la cosmovisión de determinadas comunidades, que pueden rescatar la memoria, la etimología y valorar la identidad, exaltar el sentimiento de pertenencia y la valoración del lugar, resaltar aspectos de la trayectoria del hombre en un determinado territorio y revelar datos importantes respecto a la historia de los grupos humanos. Además, permiten recuperar información sobre la trayectoria de las comunidades que habitaron y habitan una determinada región, así como características de los momentos históricos vividos por estos grupos. Entendemos el vínculo entre el estudio de la toponimia y el proceso de enseñanza-aprendizaje, considerando que es fundamental que el alumno conozca la realidad que le rodea. En ese sentido, esta investigación tiene como objetivo problematizar el estudio de los nombres de lugares insertos en el contexto de la enseñanza. Partimos del problema de cómo los estudios hidronímicos, específicamente los vinculados a los ríos Araguaia y Tocantins, pueden contribuir a la enseñanza de Lenguajes, Códigos y Tecnologías en los últimos años de la Enseñanza Fundamental, considerando que la propuesta de este trabajo está vinculada a la uso de un Software Toponímico como herramienta tecnológica de ayuda en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Por lo tanto, nos proponemos en esta tesis doctoral desarrollar una investigación de la hidronimia de Tocantins, así como identificar elementos para el trabajo toponímico en la educación básica, especialmente en la enseñanza del portugués, además de difundir la toponimia de Tocantins. Se trata, por tanto, de un trabajo interdisciplinar, ya que establece relaciones con otras áreas del conocimiento. Como abordaje metodológico, presentamos una investigación documental, así como un levantamiento bibliográfico, siendo guiados por el plan onomasiológico de investigación, según el método de investigación onomástica, de modo que las hipótesis de investigación planteadas permitieron conocer las especificidades de las denominaciones toponímicas analizadas en este estudio. Así, los resultados obtenidos en este estudio indican que trabajar la Toponimia en el contexto de la enseñanza es una propuesta educativa pertinente y necesaria, en tanto se coloca al estudiante como protagonista en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Porque permite al alumno conocer los ríos de Tocantins, su relevancia social, cultural e histórica, que traducen las marcas de su gente, su identidad a través del lenguaje, además de involucrar diferentes saberes, además de resaltar la práctica pedagógica, posibilitando el aprendizaje de los contenidos, su adecuación y resignificación en relación a los procedimientos didáctico-metodológicos, además, a partir del acceso al Sistema Toponímico disponible para toda la educación básica del estado de Tocantins, permitirá aportes significativos al proceso de conocimiento.

Palabras clave: Hidronimia. Lengua portuguesa. Interdisciplinariedad. Ríos Araguaia y Tocantins.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual Total das taxionomias em número.....	207
Gráfico 2 – Percentual total das taxionomias	207
Gráfico 3 – Percentual total da Estrutura Morfológica	208
Gráfico 4 – Percentual total das taxionomias	208



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	32
Figura 2 – Divisão territorial: Mesorregiões	34
Figura 3 – Municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins.....	35
Figura 4 – Municípios por Microrregiões	39
Figura 5 – Tela de login do Sistema ATT	53
Figura 6 – Acesso principal do Sistema ATT- Tela de <i>menu</i>	54
Figura 7 – Tela do Sistema ATT – Inserção de topônimos.....	54
Figura 8 – Tela do Sistema ATT – Pesquisa de topônimos cadastrados	55
Figura 9 – Tela do Sistema ATT – Inserção de pesquisadores	55
Figura 10 – Tela do Sistema MTT (<i>login</i>)	56
Figura 11 – Tela do Sistema MTT- Localização de satélites e mapas	56
Figura 12 – Tela do Sistema MTT- Tela de menu (topônimo)	56
Figura 13 – Tela do Sistema MTT- Listagem de topônimos cadastrados (novo topônimo)	57
Figura 14 – Tela do Sistema MTT- Listagem de topônimos cadastrados (exibição do topônimo cadastrado).....	57
Figura 15 – Tela do Sistema MTT- Informações toponímicas	58
Figura 16 – Tela do Sistema MTT- Tela <i>menu</i> Rotas.....	58
Figura 17 – Tela do Sistema MTT- Tela preenchimento das informações para traçar rotas	59
Figura 18 – Tela do Sistema MTT- Tela rota traçada	59
Figura 19 – Tela do SISTOP- Cadastro de regiões administrativas	60
Figura 20 – Tela do SISTOP- Cadastro de regiões administrativas	60
Figura 21 – Tela do SISTOP- Cadastro de topônimos	61
Figura 22 – Tela do SISTOP- Cadastro dos topônimos (elemento físico)	61
Figura 23 – Tela do SISTOP- Cadastro de topônimo (elemento humano)	62
Figura 24 – Tela do SISTOP- Cadastro das comunidades tradicionais (comunidades remanescentes).....	62
Figura 25 – Tela do SISTOP- Cadastro das comunidades tradicionais (Povos indígenas).....	63
Figura 26 – Tela do SISTOP- Cadastro de curiosidades.....	63
Figura 27 – Tela do SISTOP- Dados de segurança	64
Figura 28 – Tela do SISTOP- Home.....	67
Figura 29 – Tela do SISTOP- Home.....	67
Figura 30 – Tela do SISTOP- Home (equipe).....	68
Figura 31 – Tela do SISTOP- Usuários	68
Figura 32 – Tela do SISTOP- Equipe	69
Figura 33 – Tela do SISTOP- Equipe	69
Figura 34 – Tela do SISTOP- Notícias	70
Figura 35 – Tela do SISTOP- Produção Intelectual.....	70
Figura 36 – Tela do SISTOP- Parceiros e Fomento	71

Figura 37 – Tela do SISTOP- Municípios	71
Figura 38 – Tela do SISTOP- Toponímia Histórica	72
Figura 39 – Tela do SISTOP- Toponímia Histórica	73
Figura 40 – Tela do SISTOP- Populações Tradicionais	73
Figura 41 – Tela do SISTOP- Comunidades Remanescentes	74
Figura 42 – Tela do SISTOP- Povos Indígenas.....	75
Figura 43 – Tela do SISTOP- Povos Indígenas.....	75
Figura 44 – Tela do SISTOP- Águas do Tocantins.....	76
Figura 45 – Tela do SISTOP- Águas do Tocantins.....	76
Figura 46 – Tela do SISTOP- Contato.....	77
Figura 47 – Conjunto de práticas abarcados pela Ciência Aberta.....	79
Figura 48 – Guarda-chuva com a representação das práticas do conceito de Ciência Aberta.....	80
Figura 49 – Mapa conceitual com as características gerais das ciências do léxico	90
Figura 50 – Mapa conceitual com a sintetização das ciências do léxico	92
Figura 51 – Onomástica	94
Figura 52 – Atlas Toponímicos em desenvolvimento no Brasil	103
Figura 53 – Famílias linguísticas do tronco tupi.....	109
Figura 54 – Famílias linguísticas do tronco tupi.....	112
Figura 55 – Localização e extensão das TIs	114
Figura 56 – Percentual de eixos que envolvem estudo do léxico	129
Figura 57 – Capa do Documento Curricular do Tocantins: Ensino Fundamental (Linguagens)	131
Figura 58 – Sugestão de estudo dos nomes de lugares no DCT	132
Figura 59 – Gênese da formação urbana do Tocantins nos séculos XVIII e XIX	148
Figura 60 – Desenvolvimento do Egito Antigo por meio do Rio Nilo	149
Figura 61 – A bacia de drenagem da Amazônia com o rio Amazonas em destaque	156
Figura 62 – Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Tocantins.....	158
Figura 63 – Mapa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o rio Maranhão ou Tucãtins.....	164
Figura 64 – Arraiais da Capitania de Goiás	166
Figura 65 – Etnias do Século XVIII no norte de Goiás	168
Figura 66 – Mapa da viagem de Emanuel Pohl.....	170
Figura 67 – Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Araguaia	174
Figura 68 – Traçado das cidades ribeirinhas ao longo do rio Araguaia.....	177
Figura 69 – Carta da Capitania de Goiás	179
Figura 70 – Mapa dos presídios da Província de Goiás – século XIX	186
Figura 71 – Onde os rios se beijam – encontro dos rios Tocantins e Araguaia...	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bacias Hidrográficas dos rios Tocantins e Araguaia.....	33
Quadro 2 – Municípios e área total das Microrregiões da Mesorregião Oriental	35
Quadro 3 – Municípios por Microrregiões.....	36
Quadro 4 – Municípios e área total das Microrregiões da Mesorregião Ocidental	37
Quadro 5 – Municípios por Microrregiões.....	37
Quadro 6 – Regiões administrativas do Tocantins	40
Quadro 7 – Descrição das taxionomias toponímicas de natureza física	44
Quadro 8 – Descrição das taxionomias toponímicas de antropocultural	45
Quadro 9 – Níveis de análise linguística dos topônimos abordados no trabalho	49
Quadro 10 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica desenvolvida por Dick (2004)	50
Quadro 11 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adaptada para o trabalho	51
Quadro 12 – Tronco Tupi.....	108
Quadro 13 – Tronco Macro-Jê.....	110
Quadro 14 – Línguas Isoladas.....	113
Quadro 15 – Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental apresentado pela BNCC	127
Quadro 16 – Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental apresentado pela BNCC.....	128
Quadro 17 – Proposta de Oficina Pedagógica: Memória e história através dos nomes de escolas	133
Quadro 18 – Os doze rios mais importantes do mundo	153
Quadro 19 – Hidrônimos das Bacias Hidrográficas Tocantins-Araguaia	196
Quadro 20 – Informações sobre as águas do Tocantins para SISTOP	209
Quadro 21 – Águas do Tocantins - Ficha lexicográfico-toponímica – Rio Araguaia	210
Quadro 22 – Águas do Tocantins - Ficha lexicográfico-toponímica – Rio Tocantins	211
Quadro 23 – Proposta de Oficina Pedagógica	220

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	25
2.1 Métodos e procedimentos	25
2.2 Composição do corpus e fontes dos dados	29
2.3 Classificação dos topônimos	43
2.4 Tratamento dos dados	49
2.5 Software toponímico como recurso pedagógico inovador	53
3. LÉXICO, TOPONÍMIA E ENSINO	82
3.1 Estudos do Léxico	82
3.1.1 Lexicografia, Lexicologia e Terminologia	87
3.2 Onomástica	91
3.3 Toponímia brasileira	97
3.3.1 Origem e estrutura de topônimos no Brasil	104
3.4 Toponímia e ensino	118
3.5 Reflexões sobre as TICs, Letramento e Multiletramento no contexto educacional	143
3.6 A hidronímia	118
4. RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA E SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS	153
4.1 O processo e o contexto de povoamento	153
4.1.1 Rio Tocantins	157
4.1.2 Rio Araguaia	173
4.2 Aspectos sociais e culturais dos rios Tocantins e Araguaia	188
5. SOFTWARE TOPONÍMICO: CONTRIBUIÇÕES DA TOPONÍMIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	196
5.1 Apresentação e análise dos hidrônimos das bacias Tocantins e Araguaia	196
5.1.1 Descrição da hidronímia tocaninense a partir das fichas lexicográfico-toponímicas: breves amostras	209
5.2 Toponímia e o ensino de Língua Portuguesa	212
5.3 Contribuições do estudo hidronímico tocaninense no contexto de sala de aula: Software toponímico como ferramenta digital interdisciplinar	216
5.3.1 Apresentação da proposta de oficina pedagógica	220
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	229



1

Introdução

“Desde os mais remotos tempos, o ser humano sempre deu nome aos lugares. E o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações no campo da linguística, geografia, antropologia, psicossociologia, enfim, da cultura em geral”. (Dick, 1987)

1. INTRODUÇÃO

As palavras iniciais desta Primeira Seção da tese serão dedicadas em relembrar algumas memórias que me levaram aos caminhos da pesquisa científica, sobretudo, ao trabalho com a Toponímia. Consoante as palavras de Mario Quintana:

“Essa lembrança que nos vem às vezes... folha súbita que tomba abrindo na memória a flor silenciosa de mil e uma pétalas concêntricas... Essa lembrança... mas de onde? de quem? [...]”.

Penso nestas memórias com muito entusiasmo e carinho, pois poder fazer parte do universo da pesquisa foi um divisor de águas em toda a minha trajetória acadêmica e pessoal.

Lembro-me de que a escolha pelo curso de Letras, a princípio, não foi planejada, pois via o curso como um trampolim para outras carreiras acadêmicas, entretanto, a partir do 3º período da graduação os planos mudaram e passei a enxergar o curso com outros olhos, vendo a possibilidade de expandir os meus horizontes como acadêmica, pois durante uma aula de Morfologia, uma professora falou da pesquisa científica, vi em seus olhos um brilho diferente, foi contagiante, principalmente quando ela relatou o seu objeto de pesquisa/estudo, e a docente estava recrutando alunos para este trabalho. Diante disso, me permiti conhecer mais sobre Toponímia, pois tinha sido a primeira vez que tinha ouvido tal palavra, e assim iniciei o caminho como pesquisadora, participando de reuniões, lendo textos de Dick, enfim, foi graças a professora Karylleila, minha então professora de Morfologia que me instigou a conhecer as perspectivas presentes na pesquisa científica, bem como as possibilidades que os estudos toponímicos poderiam proporcionar.

Deste período em diante, meu interesse pela área só aumentou, fui aluna de iniciação científica, tive a oportunidade de trabalhar com os topônimos da região do Bico do Papagaio no Tocantins, depois ao finalizar a graduação ingressei no mestrado, sendo este um grande desafio, pois tivemos que pensar em relacionar os estudos toponímicos com o contexto do ensino. Esse desafio foi enriquecedor, pois nos mostrou uma infinidade de possibilidades que essa área possibilita, e então trabalhamos com o livro didático para fazer essa ponte. Ao finalizar o mestrado, senti que poderia ir mais adiante, e então, ingressei no curso de doutorado, trilhando os caminhos da Toponímia e do Ensino.

Foi um longo percurso até chegar aqui, os quais não conseguirei expressar nestas poucas linhas, pois neste caminho muitos desafios foram superados, consigo lembrar de cada momento, entre alegrias, tristezas, superações, gratidão, enfim, posso dizer hoje que a Toponímia faz parte da minha história, da minha trajetória e o brilho que vi no olhar da minha orientadora Karylleila no meu 3º período de graduação, agora brilha em mim também, pois já são 13 anos de trabalho, de conquistas e acredito que muitas outras estão por vir, não foi fácil chegar até aqui. Assim, a escolha em realizar este trabalho diz muito sobre meu caminho com a pesquisa e com esta área de estudo.

Dito isso, é sabido que a língua tem a função de representar as práticas realizadas pelo ser humano que podem ser refletidas nos conhecimentos, atitudes, crenças e valores dos falantes. Nesse sentido, essas práticas são expressamente representadas pelo léxico, uma dessas práticas pode ser evidenciada no ato de nomeação. Essa função revela sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo.

Uma das formas de se conhecer mais sobre o ato e o processo de nomeação de lugares é pelos estudos toponímicos, importante campo de investigação, tendo em vista que suas premissas partem da ideia de que a nomeação não ocorre de modo arbitrário, mas que esse processo denominativo, ao passar por uma investigação atenta, pode evidenciar informações importantes e necessárias no que diz respeito à língua em uso, aos aspectos sociais, aos costumes, os quais são essenciais no comportamento dos falantes, contribuindo assim para ampliação dos conhecimentos culturais da região estudada.

As pesquisas toponímicas se revelam fascinantes, provocativas e instigantes, pois envolvem conhecimentos linguísticos, sociais, geográficos, históricos, além de exigirem um olhar criterioso, pois são muitas as informações que se inter cruzam, carecendo assim de interpretação e cuidado. Descrever os aspectos culturais de determinada paisagem e/ou lugar é uma atividade que requer fôlego, é uma tarefa árdua que exige método, empenho e dedicação por parte do pesquisador.

Sabemos que é uma característica dos indivíduos a necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por eles, cuja finalidade é eternizá-las ao longo da história. A Toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelas pessoas, uma vez que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Isto quer dizer possibilitar ao sujeito re/encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de

conhecimentos histórico-culturais de um povo, os quais estão presentes no ato denominativo e, posteriormente, a sua permanência/aceitação ou não em uma comunidade.

Nesse sentido, é pertinente vincularmos esse estudo ao contexto do ensino, pois a Toponímia apresenta elementos que revelam a cosmovisão dos indivíduos, resgata a memória, etimologia, valoriza a identidade, e assim enaltece o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar. Tais aspectos possibilitará ao aluno esse resgate histórico, cultural e identitário do nome, o que coaduna com as competências e habilidades exigidas pela Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, e, por conseguinte, pelo novo Documento Curricular do Tocantins, aprovado em 2019.

Em vista disso, este estudo tem a finalidade de problematizar o estudo dos nomes de lugares inseridos no contexto do ensino. Sendo assim, propomo-nos nesta tese de doutorado desenvolver uma investigação da hidronímia do Tocantins, bem como identificar elementos para o trabalho toponímico na educação básica, sobretudo no ensino de Língua Portuguesa, além de difundir a toponímia tocantinense. Trata-se, portanto, de um trabalho de caráter interdisciplinar, por estabelecer relações com outras áreas do saber, como Linguística, a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia Social, e a Botânica, dentre outras. Partimos da problemática de como os estudos hidronímicos, especificamente aqueles vinculados aos rios Araguaia e Tocantins, podem contribuir para o ensino de Linguagens, Códigos e Tecnologias nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que a proposta deste trabalho está atrelada ao uso de um Software Toponímico como ferramenta tecnológica para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Em face do problema em questão, partimos das hipóteses de que é possível estudarmos a língua explorando os aspectos hidronímicos/toponímicos, ou seja, é viável demonstrar aos estudantes o léxico que compõe a nomeação dos lugares em vivem. Além disso, sabemos que, geralmente, os alunos não conhecem a história que permeia a denominação dos lugares que os cercam, sendo então, importante desenvolver atividades que lhes possibilite conhecer as questões culturais e sócio-históricas de sua comunidade a partir da denominação dos topônimos. Podemos dizer também que, a partir dessas ações, é possível que o aluno conheça a realidade de seu universo cultural, podendo contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem. Outra hipótese aventada é de que é plausível o trabalho com os sentidos linguísticos a partir das matrizes de formação cultural e lexical que permeia

a comunidade escolar, de modo que sejam exploradas as práticas culturais locais, instigando os educandos a conhecer a construção de suas próprias histórias, o que reforça a hipótese de um trabalho inovador, seja a partir do trabalho com os nomes de lugares pelo viés pedagógico, seja pelo caráter tecnológico da proposta, para além disso, os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos toponímicos no contexto escolar ainda são escassos.

Ademais, os critérios para a escolha do *corpus* refletem-se de várias formas quanto as motivações que conduziram a escolha deste tema que o justificam:

a) Os rios tiveram um papel primordial para a formação das comunidades desde o princípio das civilizações, sendo necessários para a sobrevivência humana. A partir desses aspectos, compreendemos ser importante conhecer a hidronímia tocantinense a partir dos rios Araguaia e Tocantins. Esses rios formam a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira, sendo de extrema relevância para o país, além do mais, representa não só um fator econômico para o Tocantins, mas também um repositório social, cultural e afetivo.

b) Observamos que são escassas as pesquisas sobre a hidronímia tocantinense, sobretudo, articulando o estudo desses topônimos ao contexto do ensino. Realizamos, com este enfoque, o levantamento do corpus para que fosse possível um conhecimento pertinente das denominações que os lugares ensejam, tendo em vista que as palavras, por meio de sua origem, revelam muitas informações que nos levam a percorrer um longo caminho, seja no tempo ou no espaço. Dessa forma, os estudos toponímicos debruçam-se no passado, embora constituam possibilidades para problemáticas significativas, nos levando a refletir sobre nossa identidade ou os caminhos que nos levam a ela. Destarte, o estudo comporá o escopo de pesquisas toponímicas difundidas no Brasil, além do mais, a abordagem da hidronímia dos rios Araguaia e Tocantins em uma perspectiva do ensino é algo recente, desse modo, esperamos que as reflexões aqui apresentadas contribuam para outros estudos nessa vertente.

c) Como pesquisadores da Onomástica em uma perspectiva Linguística nos interessa, especialmente, investigar a toponímia tocantinense, pois sabemos que a linguagem é composta por fenômenos com múltiplas características, refletindo na compreensão histórico e cultural. Isso porque as comunidades linguísticas designam no ato de nomear uma espécie legítima de registro, obtendo-se especificidades

singulares da identificação dos lugares e das pessoas, o que possibilita maior relação de convivência no contexto social em que estão inseridos.

d) Articular o leque de possibilidades dos estudos toponímicos com o ensino, sobretudo em poder explorar as Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, considerando que atualmente as ferramentas tecnológicas são fundamentais para as propostas de um ensino de qualidade e o universo educacional está cada vez mais se readequando a essas novas perspectivas.

Atrelado a esta última motivação, é importante salientarmos também que na contemporaneidade, estamos permeados pelas intervenções tecnológicas, ou seja, tanto a Internet quanto as ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, as quais têm sido essenciais em relação a transformação enquanto processo inovador e que possibilita o estabelecimento de novos conceitos de interação social. Dessa forma, as tecnologias são imprescindíveis para todas as áreas sociais, diante disso, os desafios atuais exigem um repensar da educação, que devem diversificar as abordagens de ensino, de modo que ofereçam novas possibilidades para que os indivíduos possam interagir e se expressar, dinamizando assim as formas de ensinar, aprender e de agir. É evidente que o avanço da tecnologia fez com que o acesso à informação se tornasse dinâmico, rápido e fácil, e sem dúvidas auxiliam o processo de ensino e aprendizagem, pois trazem efetivas contribuições ao contexto educacional.

Em relação a metodologia utilizada nesta pesquisa, esta consiste em uma investigação documental, bem como levantamento bibliográfico, sendo norteadas pelo plano onomasiológico de investigação, consoante ao método das pesquisas onomásticas, de modo que as hipóteses de pesquisa levantadas viabilizaram conhecer as especificidades das denominações toponímicas analisadas nesse estudo. Para isso, consideramos as variáveis culturais e as dinâmicas sociais oriundas da interação social dos usuários da língua. Utilizamos o método indutivo para que, ao longo das descrições onomásticas, as hipóteses de trabalho fossem desenvolvidas.

Na busca de ajustar objeto de pesquisa ao caminho metodológico, apresentamos como objetivo principal de pesquisa apontar os mecanismos que podem levar os estudos toponímicos a serem difundidos no ensino básico. Ademais, este estudo delineou-se a partir dos seguintes objetivos específicos:

a) Apresentar o Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP) como possibilidade de recurso pedagógico, visando à ampliação do conhecimento da toponímia tocantinense.

b) Catalogar nos mapas e documentos os hidrônimos das bacias hidrográficas Araguaia e Tocantins (nas porções do estado do Tocantins);

c) Conhecer a hidronímia tocantinense, com intuito de difundir o estudo dos nomes de lugares numa perspectiva interdisciplinar e sob a ótica do ensino;

d) Analisar os hidrônimos das bacias hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins (nas porções do estado do Tocantins); considerando o ambiente sócio-histórico em que se encontram inseridos, observando as contribuições desse estudo para ensino;

e) Investigar as contribuições do estudo hidronímico tocantinense no contexto de sala de aula em relação as Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias;

A organização do trabalho parte de uma disposição estrutural básica e foi dividida em seis seções complementares, sendo que a primeira seção é composta por esta parte introdutória, a segunda seção consiste na abordagem metodológica, a terceira e quarta seções consistem na revisão e fundamentação teórica, as quais antecedem quinta seção de análise com a discussão dos resultados dos dados da pesquisa e a sexta e última seção apresentará as considerações finais da tese. Além disso, buscamos estabelecer consonância entre as temáticas abordadas ao longo deste estudo, nesse sentido, o trabalho seguirá a seguinte estrutura:

Na Seção 2, apresentamos o percurso metodológico do trabalho, de modo que assinalamos os passos trilhados para produção deste estudo. Explicitamos a metodologia e as abordagens utilizadas para coleta e tratamento dos dados, as quais são respaldadas pelos aportes teórico-metodológicos correspondentes à análise do conteúdo.

Na Seção 3, nos dedicamos a uma revisão criteriosa e seletiva de pressupostos teóricos que sustentaram nossa pesquisa. Apresentamos um percurso a partir das principais vertentes dos estudos do léxico, para então discorrermos sobre o campo da Onomástica e suas subdivisões. O enfoque maior foi dado à disciplina Toponímia: suas fontes primárias; visão de seus principais autores e um panorama dos estudos no contexto brasileiro. Apresentamos também neste capítulo teórico a relação dos estudos toponímicos no contexto do ensino, bem como tentamos evidenciar suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Por último, nos atemos a

articular a revisão de literatura ao nosso objeto de pesquisa, partindo da problematização: o estudo dos nomes de lugares (hidronímia tocantinense) no viés do ensino.

Na Seção 4, traçamos uma caracterização histórico-teórica, por meio da apresentação da biografia dos rios Araguaia e Tocantins, ao longo do capítulo explicitamos a importância dos rios, não só como recurso para sobrevivência humana, mas também como elemento sociohistórico. Nesse sentido, evidenciamos como foi delineado os seus processos de povoamento, como também a formação de seus sistemas hidrográficos, para isso, descrevemos aspectos geográficos e sócio-históricos atrelados a eles.

Na Seção 5 do trabalho, nos dedicamos a apresentação e tratamento dos dados de pesquisa. E por fim, na Seção 6 apresentamos as considerações finais desta pesquisa, em que apresentamos uma reflexão dos resultados obtidos por meio das análises desenvolvidas ao longo do trabalho.

Dito isso, ressaltamos que nossas reflexões para a construção dos resultados de pesquisa partem da relação do estudo toponímico ao ensino de Língua Portuguesa, além do mais, apresentaremos também a proposta do Sistema Toponímico (SISTOP) como ferramenta auxiliar no contexto de sala de aula, bem como a descrição da hidronímia tocantinense por meio dos dados analisados a partir das bacias dos rios Araguaia e Tocantins (nas porções do estado do Tocantins).

Revelamos ainda que o trabalho de investigação toponímica conduz a uma atividade hermenêutica, pois nos possibilita alindar significações que estão além da mensagem posta. A nossa intenção é que possamos compreender melhor nosso objeto de pesquisa, o qual é relevante pela importância histórica e pela sua singularidade.



2

Abordagem Metodológica

O método que a Onomástica emprega nas pesquisas consiste em uma combinação de leitura documental e de investigação de campo: por este motivo, não se desvincula da indução, sendo norteados pelos parâmetros etno-linguísticos (Dick, 1999).

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste capítulo evidenciaremos o percurso metodológico escolhido para o desenvolvimento de nosso trabalho, a saber: o caráter da investigação, as fontes e tipo de pesquisa, bem como, da escolha dos instrumentos de coleta e tratamento de dados.

2.1 Métodos e procedimentos

A metodologia empregada para a realização deste estudo consiste em uma investigação documental, consoante ao método das pesquisas onomásticas, dessa forma as hipóteses de pesquisa levantadas nos possibilitou conhecermos as especificidades das denominações toponímicas analisadas nessa pesquisa. Assim, consideramos as variáveis culturais e as dinâmicas sociais oriundas da interação social dos usuários da língua, os quais foram norteados pelos preceitos etnolinguísticos.

Tendo em vista o objeto deste estudo, a investigação da hidronímia tocantinense e suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa, seguimos o percurso metodológico apresentado por Dick (1980), ou seja, o plano onomasiológico de investigação. O fazer onomasiológico, em relação ao processo de denominação, parte da ideia ao signo, obtêm-se as significações de um conceito específico, por meio de uma gama de expressões, formando um conjunto.

Dessa forma, por meio de um conceito genérico se identificam as variáveis possíveis das fontes consultadas. Assim, utilizamos o método indutivo para que, ao longo das descrições onomásticas, se construam hipóteses de trabalho. Caso sejam confirmadas, servirão de subsídios para comprovar as hipóteses levantadas acerca do objeto de estudo. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2003) caracterizam o método indutivo como:

um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais as basearam. Uma característica que não pode deixar de ser assinalada é que o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86)

Partiremos, assim, da observação do objeto estudado para, então, analisarmos e desenvolvermos nossas considerações acerca dos dados e dos prováveis resultados alcançados. Além disso, o modelo de investigação toponímica é semelhante aos demais princípios metodológicos. Segundo Dick (2006, p. 100 e 101) envolve sistematicamente os seguintes pontos:

(a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, cuja finalidade perseguida é verificar as possibilidades de realização do tema escolhido, já enunciando as etapas admissíveis para esse exame; (b) delimitação da área básica de estudos (nível da Toponímia) ou do objeto da investigação (nível da onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador, finalidade da demanda, vinculação a um projeto de pesquisa; (c) tratamento dos dados ou do corpus; (d) conclusão e bibliografia utilizada e de suporte.

Sendo assim, a análise toponímica segue uma metodologia que envolve aspectos da construção do estudo onomástico. Possui um olhar teórico-metodológico do saber científico advindo dos nomes e apresenta uma forma de estudar a língua e suas variantes em diferentes contextos. Os estudos toponímicos encontram-se em um contexto interdisciplinar, pois relacionam-se diretamente com outras áreas do saber. Por esse motivo, o viés deste trabalho é interdisciplinar, por fazer uma relação com várias áreas do conhecimento. Abordamos uma análise lexical toponímica acerca de cada topônimo investigado nesse estudo, além da investigação dos elementos geográficos e históricos presentes no processo de formação desses nomes.

Para tanto, a abordagem do estudo da hidronímia tocantinense no contexto do ensino contribui para sobrelevar aspectos importantes em relação à história, identidade, ideologia, dentre outros aspectos quanto à nomeação dos lugares. O estudo também auxilia na construção progressiva do sentimento de pertencimento ao lugar (estado, cidade). Nesse sentido, buscamos discutir na pesquisa a importância dos rios, o seu processo de denominação e sua influência na determinação desses aspectos. Ademais, pode auxiliar na construção de diferentes perspectivas do conhecimento, inclusive na proposição de estratégias para auxiliar nos estudos dos nomes de lugares, tendo em vista os objetos de avaliação previstos nos documentos curriculares do Tocantins para o ensino fundamental.

Na busca de ajustar objeto de pesquisa ao caminho metodológico, este estudo delineou-se a partir dos seguintes objetivos:

a) Apresentar o Sistema toponímico do Tocantins¹ (SISTOP) como possibilidade de recurso pedagógico, visando à ampliação do conhecimento da Toponímia tocaninense.

b) Catalogar nos mapas e documentos os hidrônimos das bacias hidrográficas Araguaia e Tocantins (nas porções do estado do Tocantins);

c) Conhecer a hidronímia tocaninense, com intuito de difundir o estudo dos nomes de lugares numa perspectiva interdisciplinar e sob a ótica do ensino;

d) Analisar os hidrônimos das bacias hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins (nas porções do estado do Tocantins); considerando o ambiente sócio-histórico em que se encontram inseridos, observando as contribuições desse estudo para ensino;

e) Investigar as contribuições do estudo hidronímico tocaninense no contexto de sala de aula em relação as Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias;

A partir desses aspectos que direcionam nosso estudo, partimos da problemática de como os estudos hidronímicos, especificamente aqueles vinculados aos rios Araguaia e Tocantins, podem contribuir para o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Tendo em vista que estes rios formam a maior bacia hidrográfica total e exclusivamente brasileira, pois ocupa uma área de 967 mil quilômetros, correspondendo a 11% do território nacional. A Bacia Tocantins-Araguaia é de extrema relevância para o país, pelo fato de caracterizar-se pela expansão da fronteira agrícola, sobretudo, com relação ao cultivo de grãos e pelo potencial hidroenergético. A região hidrográfica tem 409 municípios, e cerca de 8 milhões de pessoas residem na área dessa bacia, sendo determinante para a economia da região norte do país, além disso, representa não só um fator econômico para o Tocantins, mas também um repositório social, cultural e afetivo.

E a partir dessa inquietação, pensamos que a aplicação desse trabalho reforçará o caráter interdisciplinar dos estudos toponímicos, por estabelecer uma interface com outras disciplinas, tais como a Linguística, a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia Social, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, dentre outras,

¹É definido como plataforma/banco de dados *online* com informações catalogadas das fichas lexicográfico-toponímicas, resultado do trabalho de coleta e de análise de dados provenientes dos 139 mapas dos municípios do estado do Tocantins, a plataforma dispõe de dados linguísticos, históricos, geográficos, etimológicos dentre outros. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2014).

nas quais possibilita ao estudante melhor compreender a realidade toponímica que o rodeia. O estudo contribui ainda para a preservação de informações acerca da trajetória das comunidades que viveram e vivem em determinada região, dos momentos históricos vivenciados por elas, através da descrição da hidronímia da região estudada.

Os estudos toponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a sua permanência/aceitação ou não em uma comunidade.

A partir dessas premissas², optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com o objeto de estudo. Essa abordagem será caracterizada por explicitar os passos da investigação, tendo em vista que é uma *pesquisa de caráter descritiva*, que visa analisar, observar e registrar os fenômenos. Ela busca descobrir precisamente a frequência em que um fenômeno acontece, sua ligação com outros, sua característica e natureza.

Considerando a *natureza qualitativa*, optamos pela *pesquisa do tipo documental e levantamento bibliográfico* para investigação deste trabalho. A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com o objetivo de uma nova interpretação ou complementar. Trivinos (1987, p. 111) diz que a "análise documental" é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros, texto, mapas, etc. Para o desenvolvimento deste estudo, fizemos uso de mapas, relatos, relatórios, documentos oficiais, figuras, dentre outros, como fontes documentais.

² De acordo com o Dicionário Aurélio (2004), premissa significa fato ou princípio que serve de base à conclusão de um raciocínio. Assim, premissa no contexto do nosso trabalho são as proposições, os conteúdos, as informações essenciais que serviram de base para nossas reflexões e análises, nos conduzindo às conclusões almejadas para este estudo.

2.2 Composição do corpus e fontes dos dados

Conforme já explicitamos, este estudo visa conhecer a hidronímia tocantinense, com intuito de difundir o estudo dos nomes de lugares numa perspectiva interdisciplinar. Sabemos que os nomes de lugares (topônimos)³, independentemente da época, sempre foram indispensáveis para nos situar em relação ao espaço que estamos inseridos, ou seja, são componentes de localização essenciais, bem como um meio de comunicação fundamental. Os nomes de lugares, nos auxiliam na cooperação entre os organismos locais, nacionais e internacionais, dessa forma a padronização desses nomes, em nível nacional, ou a partir de convenção internacional, que articule a integração entre diferentes línguas e sistemas de escrita, evita ambiguidade e/ou confusão na forma escrita.

Pensando nesses pressupostos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem abordado a necessidade da padronização de nomes lugares, e com isso foi formado o Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos (UNGEGN, sigla em inglês), que desde 1967, se reúnem a cada cinco anos por meio das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes de lugares. O objetivo do grupo é ajudar a estabelecer diretrizes de padronização e incentivando cada país individualmente a fornecer nomes oficialmente autorizados, com isso, as Nações Unidas têm como objetivo melhorar a criação de formas escritas utilizáveis e consistentes desses nomes em todo o mundo.

Para melhor compreensão deste padrão alguns temas utilizados serão apresentados a seguir, de acordo com o Glossário de Termos para Normalização de Nomes Geográficos da Organização da ONU, a saber: Nomes Geográficos - parte dos nossos valores sociais e culturais; Nomes Geográficos em um mundo em transformação; Nomes Geográficos – dos cartões aos bancos de dados online: enfrentando os desafios digitais da atualidade; As resoluções das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos; Por que precisamos padronizar os nomes geográficos; Onde encontrar mais informações sobre os nomes geográficos; Outras organizações envolvidas na padronização de nomes geográficos.

³ Topônimos, nomes de lugares ou nomes geográficos são os nomes próprios de lugares (MAROUN; NEVES, 1996). Nesse sentido, os termos *nome geográfico*, *nome topográfico*, *topônimo* e *nome próprio* são considerados sinônimos.

Assim, evidenciamos que os topônimos são importantes por diversas razões e são parte de nossos valores sociais e culturais.

A partir desta breve e necessária contextualização sobre a classificação dos nomes de lugares pela ONU, ressaltamos também que realizamos um trabalho de levantamento das cartas topográficas e pesquisa bibliográfica na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, que tem como objetivo apresentar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício de sua cidadania.

Para a realização das análises do *corpus* e aquisição das fontes de dados em nosso trabalho, o IBGE foi fundamental, tanto pelas informações acerca das cartas topográficas como pelo acervo apresentado no índice de Nomes Geográficos do Brasil, o qual apresenta nomes geográficos da Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo - BCIM inserida no Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB, deste extraída, e contempla as seguintes características: categoria de informação, Unidade da Federação onde o nome geográfico está localizado, e coordenadas geográficas. O conjunto dessas informações oferece uma referência otimizada dos nomes de localidades, feições fisiográficas, obras e edificações, bem como dos demais aspectos geográficos presentes no mapeamento na escala 1:1 000 000. O volume utilizado nesse estudo consiste em um dos passos rumo à padronização dos nomes geográficos brasileiros, aborda apenas os nomes geográficos contidos na escala 1:1 000 000, e é composto pelos nomes geográficos do Brasil e de parte dos conjuntos dos nomes dos países fronteiriços abrangidos pela BCIM (IBGE, 2021).

Ademais, também utilizamos como base de dados para composição desse estudo o acervo disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Tocantins (SEFAZ)⁵, a partir de informações temáticas e cartográficas geradas pelo Programa Estadual de ZEE integram a Base de Dados Geográficos do Tocantins, e essas informações podem ser acessadas no site do órgão a partir da aba 'zoneamento', e podem ser acessados arquivos sobre: Atlas do Tocantins; Comissão de Cartografia do Estado do Tocantins; Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins;

⁴Fonte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/folhas-topograficas/15809-folhas-da-carta-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

⁵ Fonte: <http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

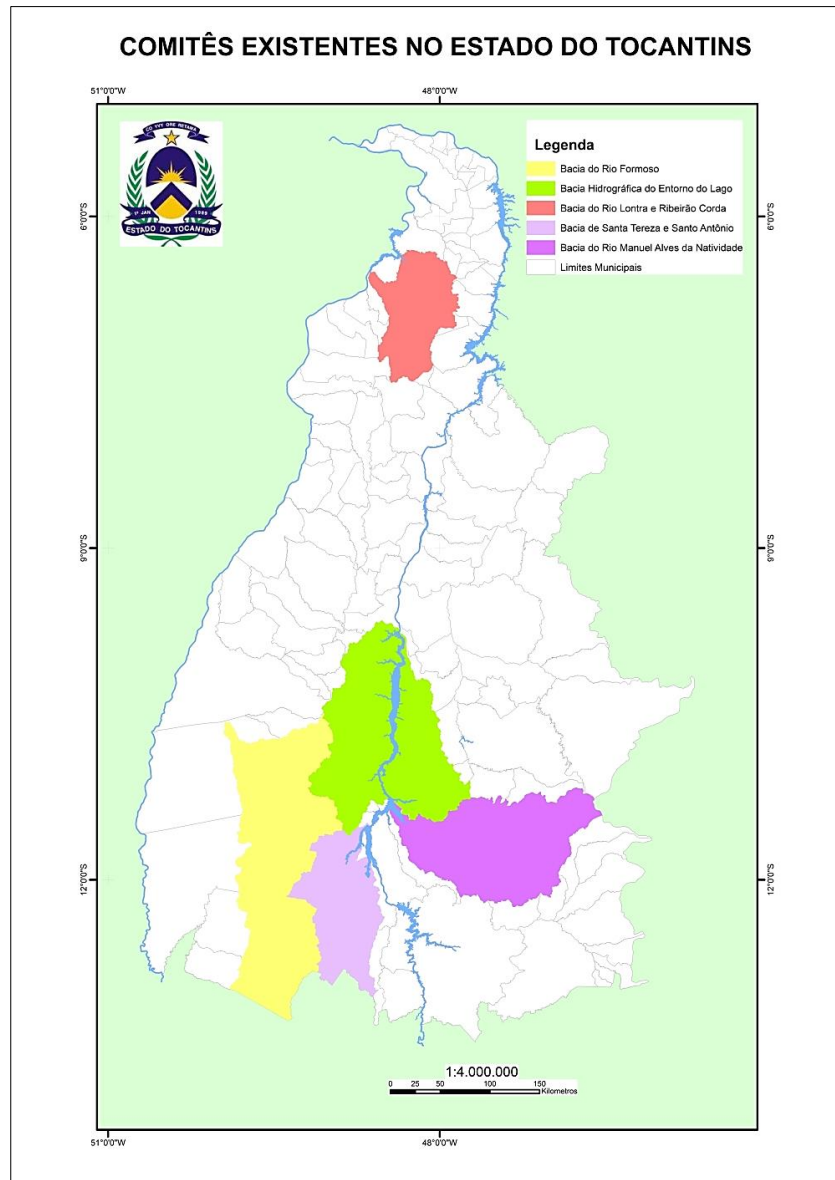
Mapas; Bases Vetoriais; Imagens de Satélite; Publicações Técnicas; Sistema de Informações Geográficas - WEB-GIS; Acervo Técnico Histórico – Zoneamento; Histórico Institucional.

Utilizamos, ainda, o acervo de mapas⁶ da SEPLAN, os quais estão disponíveis em formato pdf e html para consulta, cópia e impressão. Os arquivos estão dispostos em pastas específicas: a) Estado do Tocantins - possuem abrangência espacial para todo o território tocantinense, referindo-se a diversos temas (político-administrativo, recursos naturais, meio ambiente, infraestrutura, dentre outros). b) Norte do Estado do Tocantins - estão disponibilizados mapas temáticos que abrangem o norte tocantinense, gerados a partir das atividades desenvolvidas no Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins. c) Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra, e d) Mapeamento das Regiões Fitoecológicas - disponibilizam, respectivamente, mapeamentos sobre a dinâmica de uso das paisagens e sobre a vegetação nativa do Estado. e) Carta Imagem Municípios - contém documentos cartográficos com abrangência espacial para os municípios tocantinenses. Finalmente, f) Mapas Interativos - oferece aos usuários a possibilidade de manipular, navegar e visualizar informações espacializadas sobre o território tocantinense (TOCANTINS, 2021).

Dessa forma, subsidiaram os dados de nossa pesquisa arquivos dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), os quais consistem em colegiados compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e os usuários de água. Os comitês têm a função de representar as reivindicações e necessidades dos usuários das bacias. Atualmente, o Tocantins conta com cinco CBH's instalados, conforme ilustrado na Figura 1:

⁶ Fonte: <http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/mapas/>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

Figura 1 – Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins



Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso; Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Lontra e Corda, Comitê da Bacia Hidrográfica Manuel Alves da Natividade e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza e recentemente um sexto colegiado, sendo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Palma.

Nesse contexto, objetivamos com esse levantamento a catalogação dos hidrônimos referentes as bacias que abrangem o estado do Tocantins (Tocantins e Araguaia). Foram utilizados como critérios de análise os elementos físicos e antropoculturais (DICK, 1990) registrados nos mapas e abordaremos detalhadamente a

classificação das taxionomias proposta pela autora, os quais compreendem as bacias e sistemas hidrográficos dos rios, como ilustrado no Quadro 1:

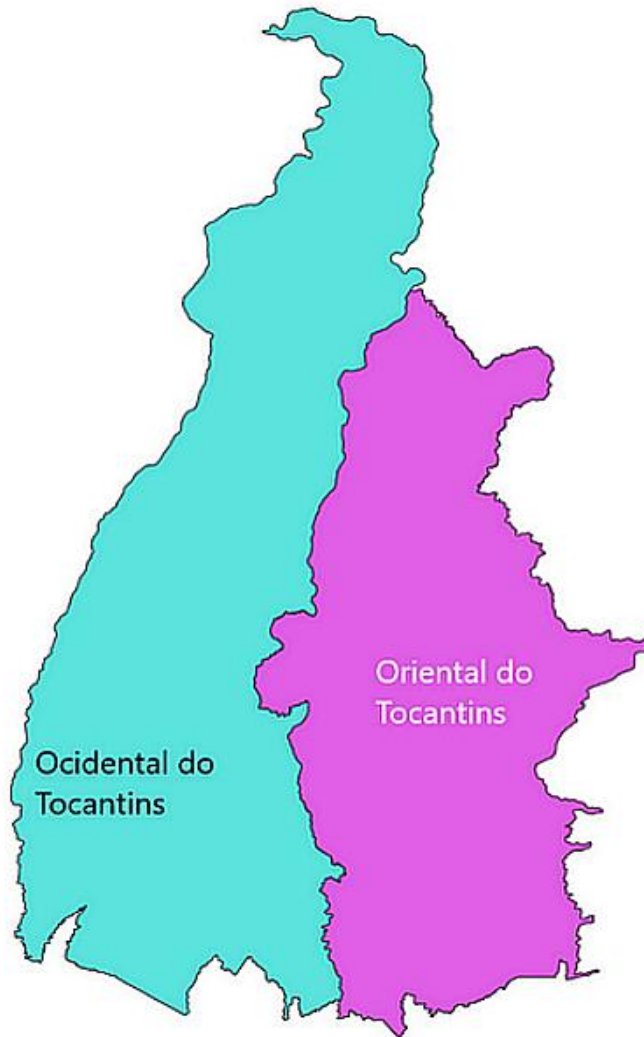
Quadro 1 – Bacias Hidrográficas dos rios Tocantins e Araguaia

Rio Araguaia	Rio Tocantins
A1 - Bacia do Rio Araguaia	T1 - Bacia do Rio Tocantins;
A2 - Bacia do Rio Riozinho	T2 - Bacia do Rio Santa Tereza
A3 - Bacia do Rio Javaés	T3 - Bacia do Rio Paranhã
A4 - Bacia do Rio Formoso	T4 - Bacia do Rio Palma
A5 - Bacia do Rio Pium	T5 - Bacia do Rio Manuel Alves da Natividade
A6 - Bacia do Rio do Côco	T6 - Bacia do Rio São Valério
A7 - Bacia do Rio Caiapó;	T7 - Bacia do Rio Santo Antônio
A8 - Bacia do Rio Piranhas / Rio Lajeado	T8 - Bacia do Rio Crixás
A9 - Bacia do Rio Bananal	T9 - Bacia do Rio das Balsas
A10 - Bacia do Rio Barreiras	T10 - Bacia do Rio Sono
A11 - Bacia do Rio das Cunhãs	T11 - Bacia do Ribeirão dos Mangues
A12 - Bacia do Rio Jenipapo	T12 - Bacia do Rio Perdida
A13 - Bacia do Rio Muricizal	T13 - Bacia do Rio Manuel Alves Pequeno
14 - Bacia do Rio Lontra	T14 - Bacia do Rio Manuel Alves Grande
A15 - Bacia do Ribeirão Corda	
A16 - Bacia do Rio Piranhas	

Fonte: NUNES (2021).

Dessa forma, para a obtenção do *corpus*, realizamos o levantamento do sistema hidrográfico do estado do Tocantins a partir dos mapas disponíveis no acervo da SEFAZ, conforme já explicitamos. Com esse material constituímos o *corpus* da pesquisa que abrange as 2 mesorregiões, 8 microrregiões, 139 municípios e as 18 regiões administrativas definidas pelo estado do Tocantins, as quais serão descritas na Figura 2.

Figura 2 – Divisão territorial: Mesorregiões



Fonte: BRASIL (2020).

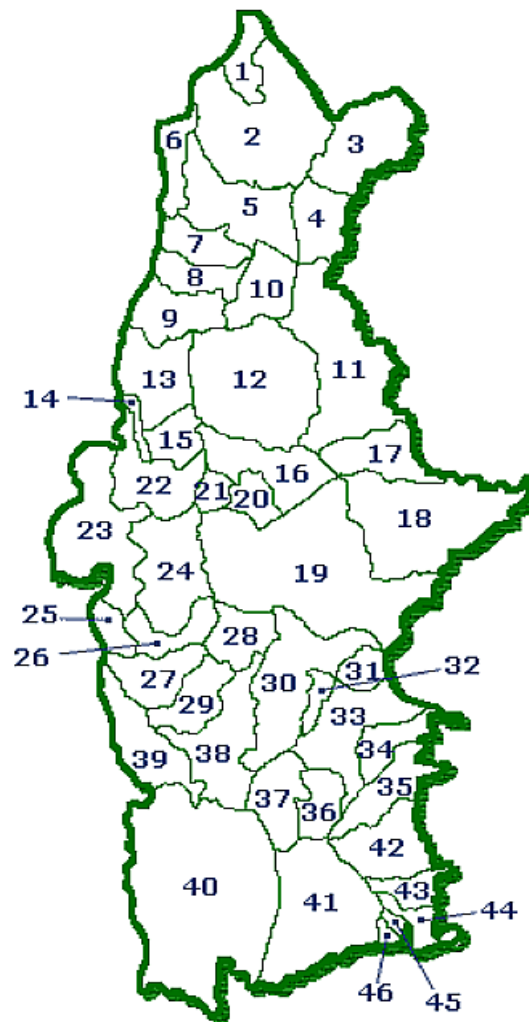
A mesorregião Oriental do Tocantins possui três microrregiões, a saber: do Jalapão, de Porto Nacional e Dianópolis, sendo composta por 46 municípios, e uma população de 609.476 habitantes (de acordo com as estimativas populacionais do IBGE, 2019) e uma área total de 122.387,78 km². Conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Municípios e área total das Microrregiões da Mesorregião Oriental.

Microrregião	Municípios	Área (km ²)
Dianópolis	20	47.682,866
Porto Nacional	11	21.198,106
Jalapão	15	53.506,804
Total	46	122.387,78

Fonte: IBGE (2010).

Para melhor ilustrarmos os municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, apresentamos como estão divididos em suas microrregiões por meio da Figura 3 e do Quadro e do Quadro 3.

Figura 3 – Municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins

Fonte: Brasil Channel (2021).

Quadro 3 - Municípios por Microrregiões

Microrregião de Porto Nacional		
15 - Aparecida do Rio Negro	08 - Bom Jesus do Tocantins	23 - Porto Nacional
14 - Lajeado	24 - Monte do Carmo	25 - Ipueiras
09 - Pedro Afonso	07 - Santa Maria do Tocantins	22 - Palmas
26 - Silvanópolis	13 - Tocantínia	
Microrregião do Jalapão		
01 - Barra do Ouro	05 - Itacajá	10 - Centenário
02 - Goiatins	12 - Rio Sono	06 - Itapiratins
03 - Campos Lindos	19 - Ponte Alta do Tocantins	18 - Mateiros
20 - Lagoa do Tocantins	21 - Santa Tereza do Tocantins	04 - Recursolândia
16 - Novo Acordo	17 - São Félix do Tocantins	11 - Lizarda
Microrregião de Dianópolis		
30 - Almas	28 - Pindorama do Tocantins	45 - Combinado
33 - Dianópolis	29 - Chapada da Natividade	44 - Lavandeira
46 - Novo Alegre	31 - Rio da Conceição	34 - Novo Jardim
42 - Taguatinga	35 - Ponte Alta do Bom Jesus	38 - Natividade
43 - Aurora do Tocantins	27 - Santa Rosa do Tocantins	40 - Paranã
36 - Taipas do Tocantins	32 - Porto Alegre do Tocantins	41 - Arraias
37 - Conceição do Tocantins	39 - São Valério da Natividade	

Fonte: Adaptado de BRASIL CHANNEL (2021).

A microrregião do Jalapão está situada na região norte da Mesorregião Oriental do Tocantins, o município de Goiatins se destaca como mais populoso (de acordo com as estimativas populacionais do IBGE, 2019), com 13.095 habitantes e nessa mesma perspectiva, São Félix é considerado o menos populoso, com uma estimativa de 1.598 habitantes. Além disso, a microrregião destaca-se economicamente pelo agronegócio e agropecuária extensiva. Ressaltamos também que há a predominância de áreas indígenas dos povos Krahô e Xerente nos municípios de Rio Sono e Itacajá.

Situada no sul da Mesorregião Oriental, a microrregião de Dianópolis é considerada a terceira maior em extensão territorial, e dentre outros, fazem parte desta microrregião os municípios de Arraias e Taguatinga, as quais juntamente com Dianópolis são cidades importantes para o estado do Tocantins pelo potencial turístico, agropecuário e pela geração de energia.

Já a microrregião de Porto Nacional, está localizada na parte Oeste da região, na qual situa-se a capital do estado, Palmas. Porto Nacional destaca-se por ter grande relevância histórica, cultural e social, e fomenta o turismo como importante elemento para sua economia, bem como pela produção de grãos para o estado. Nesta microrregião encontra-se a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, localizada no rio Tocantins, entre os municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado.

A Mesorregião Ocidental do Tocantins é formada por 93 municípios, os quais são agrupados em cinco microrregiões, sendo: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso. Conta com uma população de 963. 476 (de acordo com as estimativas populacionais do IBGE, 2019) e uma área total de 151.576,27 km². Além disso, é nesta mesorregião que está situado o trecho tocantinense da Rodovia Belém-Brasília, como ilustra o Quadro 4.

Quadro 4 – Municípios e área total das Microrregiões da Mesorregião Ocidental

Microrregião	Municípios	Área (km ²)
Araguaína	17	25.439,606
Bico do Papagaio	25	16.038,194
Gurupi	14	27.445,424
Miracema do Tocantins	24	34.776,109
Rio Formoso	13	47.876,936
Total	93	151.576,27

Fonte: IBGE (2010).

Ilustraremos os municípios da Mesorregião Ocidental do Tocantins e sua divisão em microrregiões por meio do Quadro 5 e Figura 4.

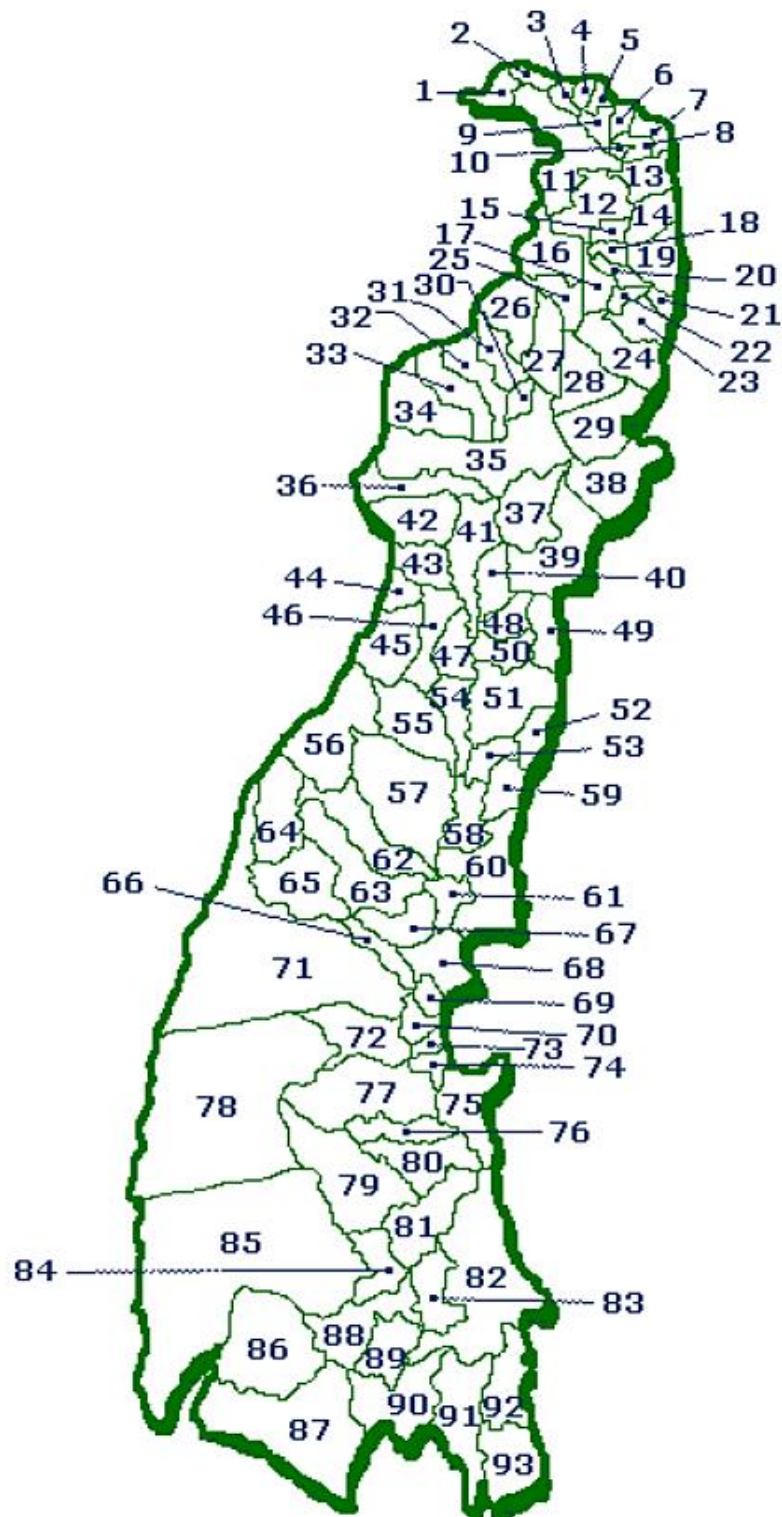
Quadro 5 - Municípios por Microrregiões

Microrregião do Bico do Papagaio		
21 - Aguiarnópolis	10 - Axixá do Tocantins	17 - Angico
11 - Araguatins	09 - Augustinópolis	16 - Ananás
03 - Buriti do Tocantins	15 - Cachoeirinha	01 - Esperantina
24 - Darcinópolis	04 - Carrasco Bonito	13 - Itaguatins
18 - Luzinópolis	14 - Maurilândia do Tocantins	23 - Mosquito
20 - Nazaré	08 - Sítio Novo do Tocantins	25 - Riachinho
05 - Sampaio	22 - Santa Terezinha do Tocantins	06 - Praia Norte
07 - São Miguel do Tocantins	02 - São Sebastião do Tocantins	
19 - Tocantinópolis	12 - São Bento do Tocantins	

Microrregião de Araguaína		
32 - Aragominaso	35 - Araguaína	31 - Araguanã
42 - Arapoema	29 - Babaçulândia	38 - Filadéufia
30 - Carmolândia	40 - Colinas do Tocantins	37 - Nova Olinda
33 - Muricilândia	41 - Bandeirantes do Tocantins	39 - Palmeirante
36 - Pau D'Arco	34 - Santa Fé do Tocantins	27 - Piraquê
28 - Wanderlândia	26 - Xambioá	
Microrregião de Miracema do Tocantins		
62 - Abreulândia	48 - Brasilândia do Tocantins	52 - Tupirama
43 - Bernardo Sayão	45 - Couto de Magalhães	61 - Barrolândia
54 - Colméia	53 - Fortaleza do Tabocão	64 - Caseara
57 - Dois Irmãos do Tocantins	47 - Itaporã do Tocantins	55 - Goianorte
50 - Presidente Kennedy	65 - Marianópolis do Tocantins	44 - Juarina
59 - Rio dos Bois	67 - Monte do Carmo do Tocantins	58 - Miranorte
56 - Araguacema	60 - Miracema do Tocantins	51 - Guaraí
46 - Pequizeiro	63 - Divinópolis do Tocantins	49 - Tupiratins
Microrregião do Rio Formoso		
87 - Araguaçu	66 - Chapada de Areia	74 - Fátima
78 - Dueré	85 - Formoso do Araguaia	69 - Pugmil
78 - Lagoa da Confusão	70 - Nova Rosalândia	71 - Pium
68 - Paraíso do Tocantins	73 - Oliveira de Fátima	
86 - Sandolândia	72 - Cristalândia	
Microrregião de Gurupi		
80 - Aliança do Tocantins	75 - Brejinho de Nazaré	90 - Talismã
84 - Cariri do Tocantins	76 - Crixás do Tocantins	81 - Gurupi
88 - Figueirópolis	91 - Jaú do Tocantins	89 - Alvorada
82 - Peixe	77 - Santa Rita do Tocantins	93 - Palmeirópolis
83 - Sucupira	92 - São Salvador do Tocantins	

Fonte: Adaptado de BRASIL CHANNEL (2021).

Figura 4 – Municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins



Fonte: Brasil Channel (2021).

A microrregião de Araguaína está localizada no nordeste da Mesorregião Ocidental do Tocantins e destaca-se na economia o comércio e por ser polo

Agroindustrial. Além disso, Araguaína é rodeada por fazendas que impulsionam o desenvolvimento econômico da cidade por meio da agricultura e da pecuária. Outra microrregião situada no nordeste da Mesorregião Ocidental é o Bico do Papagaio, sendo a maior em número de municípios do estado do Tocantins, entretanto é menor em extensão territorial. A economia da região é voltada para o agronegócio, e há a presença de duas terras indígenas do povo Apinajé.

E no sul da Mesorregião Ocidental do Tocantins está a Microrregião de Gurupi, a qual é cortada pela rodovia Belém Brasília (BR-153) e a maioria dos municípios que compõe a região tem economia voltada para a agricultura familiar. Já a Microrregião de Miracema está no centro da Mesorregião Ocidental do estado, fica entre o Rio Araguaia e a BR-153. Na região sudeste encontra-se a microrregião Rio Formoso da Mesorregião Ocidental do Tocantins, sendo a maior em extensão territorial. A economia é baseada no comércio, na criação de animais de pequeno porte e na agricultura. Além disso, é nessa microrregião que está situada a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, bem como abarca os povos indígenas Avá-Canoeiros, Karajá e Javaés. 972, de 14 de abril de 1998

Conforme já explicitamos, o Estado do Tocantins é formado por 139 municípios, os quais são agrupados por 18 regiões administrativas. Vale ressaltar que essa divisão foi endossada pela lei nº 972, de 14 de abril de 1998. Abaixo, apresentamos a atual divisão administrativa do estado, como exemplificado no Quadro 6.

Quadro 6 - Regiões administrativas do Tocantins

Região	Município Sede	Municípios que compõem a região	Área (km ²)	Habitantes ⁷
Região I	Araguatins	Araguatins, Cachoeirinha, Esperantina, São Bento do Tocantins, São Sebastião do Tocantins	4.874,828	58.476
Região II	Augustinópolis	Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Praia Norte Sampaio, São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins	2.224,309	77.196

⁷ Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros em 1º de julho de 2018 (IBGE, 2018).

Região III	Tocantinópolis	Aguiarnópolis, Angico, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, Tocantinópolis	6.574,370	64.319
Região IV	Xambioá	Ananás, Araguaã, Piraquê, Riachinho, Xambioá	5.484,521	34.458
Região V	Araguaína	Aragominas, Araguaína, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia	17.734,220	245.567
Região VI	Colinas do Tocantins	Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Colinas do Tocantins, Couto de Magalhães, Itaporã do Tocantins, Juarina, Pau D'Arco, Pequizeiro, Presidente Kennedy, Tupiratins	12.799,010	78.584
Região VII	Goiatins	Barra do Ouro, Campos Lindos, Goiatins	10.755,124	27.408
Região VIII	Guaraí	Araguacema, Colméia, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Miranorte, Rio dos Bois, Tupirama	14.805,812	73.912
Região IX	Região Metropolitana de Palmas	Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional, Tocantínia	20.154,540	398.660
Região X	Pedro Afonso	Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Itacajá, Itapiratins, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Maria do Tocantins	13.220,714	39.830
Região XI	Paraíso do Tocantins	Abreulândia, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do	38.377,599	116.805

		Tocantins, Pium, Pugmil, Santa Rita do Tocantins		
Região XII	Novo Acordo	Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins	34.284,998	33.745
Região XIII	Natividade	Chapada da Natividade, Natividade, Pindorama do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Silvanópolis	12.020,946	31.243
Região XIV	Gurupi	Aliança do Tocantins, Alvorada Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi Jaú do Tocantins, Peixe, Sandolândia, Sucupira, Talismã	44.864,557	166.186
Região XV	Dianópolis	Almas, Dianópolis, Novo Jardim Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taipas do Tocantins	10.945,401	39.006
Região XVI	Paraná	Palmeirópolis, Paraná, São Salvador do Tocantins	14.386,192	21.172
Região XVII	Arraias	Arraias, Combinado, Conceição do Tocantins, Novo Alegre	8.697,287	21.900
Região XVIII	Taguatinga	Aurora do Tocantins, Lavandeira, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga	5.515,984	26.762
Total	277.720,412	1.555.229		

Fonte: TOCANTINS - SEFAZ⁸ (2019).

Além disso, em relação a divisão geográfica de Tocantins, o estado possui três macrorregiões administrativas com cidades centrais. Sendo: Araguaína – Região Norte; Palmas – Região Central e Gurupi – Região Sul.

⁸ Fonte: <http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/mapas/mapas/estado-do-tocantins/mapas/estado-do-tocantins/mapas-versao-2019/> Acesso em: 12 de julho de 2021.

2.3 Classificação dos topônimos

Em relação à classificação dos topônimos utilizamos a distribuição toponímica das categorias taxionômicas de Dick (1992a, p. 31-34). Dessa forma convém explicitarmos que os aspectos motivacionais inerentes à Toponímia são estabelecidos em dois momentos: em primeiro lugar, pela intencionalidade do denominador; e segundo, a partir da origem sêmica da denominação. Esses aspectos revelam que o caráter motivador dos topônimos representa as possibilidades sincrônicas e diacrônicas no estudo toponímico, o qual refletirá na formalização das taxionomias dos nomes de lugares. Os topônimos tornam-se sujeitos às transformações morfossintáticas, comparadas a outras unidades lexicais, devem ser estudados etimológica e semanticamente nas diferentes situações comunicativas para a devida sistematização taxionômica. Dick (1990a, p. 13) destaca que:

É fora de dúvida que a qualidade dos designativos geográficos brasileiros será de variada natureza conforme seja a motivação envolvida, semanticamente, de acordo com a maior ou a menor preferência do denominador, ou segundo a inclinação de seu espírito. Nunca será demais repetir, entretanto, que já desenvolvemos o estudo dos motivos toponomásticos ao formalizarmos as taxionomias toponímicas, dispostas em dois grupos, aquele de natureza física ou natural e o de natureza antropocultural, cada um comportando uma seriação lógica, de acordo com a temática neles incluída.

A autora, devido à necessidade de buscar modelos taxionômicos para os diversos conjuntos de topônimos, pesquisou ordenamentos sistemáticos nas ciências humanas relacionadas à Toponímia a fim de que lhe possibilitasse a apresentação de um quadro classificatório, no intuito de satisfazer a demanda da pesquisa. Em 1980, Dick propõe um modelo metodológico de classificação toponímica composto por 27 categorias taxionômicas: sendo 11 relativas a aspectos físicos, e 16 aos aspectos antropoculturais,

O modelo metodológico de classificação taxionômica de Dick é referência para as pesquisas toponímicas no Brasil.

O modelo taxionômico que se elaborou deve, portanto, se interpretado como um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos, procurando suprir a demanda da pesquisa. Tentou-se, tanto quanto possível, nessa análise, evitar as necessidades de um constante recuo ao passado histórico, para se atingir o alcance do significado do topônimo. Este seria fornecido pela interpretação linguística de seus elementos formadores, tão somente. Por isso mesmo, todo o processo de pesquisa desenvolve-se em um nível sincrônico de averiguação dos fatos, reservando-se o levantamento diacrônico dos dados

concorrentes para o estudo descritivo das taxes, isoladamente consideradas (DICK 1990a, p. 26).

A autora examina as motivações toponímicas por meio da cosmovisão de determinado grupo ou realidade sob as óticas física e antropoculturais. Explícita, ainda, que um dos grandes problemas na definição de uma taxionomia mais precisa é o conceito de Toponímia, o qual é definido como um depositário de fatos culturais e geo-históricos que envolve a nomeação e a significação do nome de um lugar. Nesse sentido, nos quadros 9 e 10 serão apresentadas a descrição das taxionomias toponímicas de Dick (1990a, p. 31-34), com destaque para os topônimos tocantinenses, como ilustrado nos Quadro 7 e 8.

Quadro 7 - Descrição das taxionomias toponímicas de natureza física

TAXIONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA		
TAXE	APLICAÇÃO	EXEMPLO
1- Astrotopônimos	Topônimos relativos aos corpos celestes em geral	Cruzeiro do Sul (AC).
2- Cardinotopônimos	Topônimos relativos às posições geográficas em geral.	Praia Norte (TO).
3- Cromotopônimos	Topônimos relativos à escala cromática.	Ribeirão: Barreira Branca (TO).
4- Dimensiotopônimos	Topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.	Córrego Brejo Comprido (TO).
5- Fitotopônimos	Topônimos de índole vegetal, espontânea	Buriti do Tocantins (TO).
6- Geomorfotopônimos	Topônimos relativos às formas topográficas	Chapada de Areia (TO).
7- Hidrotopônimos	Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral.	Rio: Riozinho (TO).
8- Litotopônimos	Topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos	Barrolândia (TO).
9- Meteorotopônimos:	Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.	Cachoeira Trovoada (PA).
10- Morfotopônimos	Topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.	Curva Grande (AM).
11- Zootopônimos	Topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos	Peixe (TO)

Fonte: Dick (1992a) (quadro organizado pela autora).

Quadro 8 - Descrição das taxionomias toponímicas de antropocultural

TAXIONOMIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL		
TAXE	APLICAÇÃO	EXEMPLO
1- Animotopônimos ou Nootopônimos	Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física.	Carrasco Bonito (TO), Paraíso do Tocantins (TO).
2- Antropotopônimos	Topônimos relativos aos nomes próprios individuais.	Couto de Magalhães (TO), Marianópolis do Tocantins (TO).
3- Axiotopônimos	Topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	Presidente Kennedy (TO).
4- Coronotopônimos	Topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	São Salvador (TO), Filadélfia (TO).
5- Cronotopônimos	Topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos.	Novo Acordo (TO), Novo Jardim (TO).
6- Ecotopônimos	Topônimos relativos às habitações de um modo geral.	Sobrado (BA).
7- Ergotopônimos	Topônimos relativos aos elementos da cultura material.	Relógio: Relógio (PR).
8- Etnotopônimos	Topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas).	Xambioá (TO), Turpirama (TO).
9- Dirrematotopônimos	Topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.	Cachoeira vai quem quer (TO).
10- Hierotopônimos	Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maomentana, etc.	Bom Jesus do Tocantins (TO).
11- Historiotopônimos	Topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.	Independência (AC).
12- Hodotopônimos (ou Odotopônimos)	Topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.	Morada do Sol (TO).
13- Numerotopônimos	Topônimos relativos aos adjetivos numerais.	Dois Irmão do Tocantins (TO).
14- Poliotopônimos	Topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Ribeirão Aldeia Grande (TO).
15- Sociotopônimos	Topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros	Sapateiro (serra do, SP).

	de uma comunidade (largo, páteo, praça).	
16- Somatotopônimos	Topônimos empregados em relação metafórica à partes do corpo humano ou do animal.	Área de Preservação Ambiental (APA) Pé do Morro (TO).

Fonte: Dick (1992a) (quadro organizado pela autora).

É válido mencionar que em virtude da necessidade de sistematizar os estudos toponímicos, além do modelo de classificação e taxionomias de topônimos apresentada por Dick, diferentes estudiosos na área têm se empenhado em ampliar ainda mais essa classificação, pois existem topônimos que necessitam de uma taxionomia mais adequada, sobretudo quanto ao seu valor semântico. Ademais, novas denominações surgem e nem sempre são classificadas, o que justifica a importância da ampliação do repertório das taxes.

Assim, podemos mencionar uma proposta apresentada pela pesquisadora Isquerdo (1992) em que analisa os topônimos utilizados por seringueiros do estado do Acre no que tange a nomeação de seringais, a autora realiza essa abordagem por meio dos traços semânticos comuns entre eles. Dessa forma, trabalha com cinco campos semânticos atrelados aos sintagmas, a saber: indicadores de origem, valorização da cultura regional, sentimento religioso, crença no futuro e nomes descritivos do ambiente, de modo que a proposta visou abordar a carga semântica presente nos topônimos selecionados, cujo enfoque foi dado na relação entre a escolha dos nomes dos seringais, as perspectivas do grupo, bem como o percurso histórico (AGUILERA, 1999).

Como vimos, é interessante a proposta de elaboração de novas taxes toponímicas, tendo em vista que nem sempre as taxes já elaboradas conseguem abarcar a totalidade dos topônimos evidenciados nas pesquisas na área, nesse sentido podemos mencionar também o trabalho realizado pela equipe de pesquisadores do Paraná, com o Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), em que propuseram novas classificações taxionômicas, como: *Acronimotopônimos* - topônimos formados por processo de siglagem (Cianorte); *Necrotopônimos* - topônimos relativos a morte, ou atos fúnebres (rio Caveira); *Grafematopônimos* - topônimos representados por letras (Seção C); *Estematotopônimos* - topônimos que encerram impressões sensoriais, ou relativos aos cinco sentidos (Água Morna) e por

último os *Higietopônimos* – Topônimos referentes à limpeza, bem-estar físico, à saúde (Ribeirão Água Limpa) (AGUILERA, 1999).

No contexto mais atual, Pereira e Nadin (2017), também propõem uma nova taxionomia referente a designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais, conforme descrevem:

Para sugerirmos uma taxionomia para designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais, nos foi necessário realizar uma busca pelos prefixos e radicais gregos e latinos com a intenção de encontrar um elemento que desse conta do caráter genérico que uma taxionomia precisa possuir. Nessa busca, encontramos duas possibilidades: *Frater, tris*: denominação de origem latina que serve para designar irmão, parente (PORTO EDITORA, 2010, p. 196); *Parens, entis*: denominação latina para referências a pai, mãe, avô, antepassado, os pais (pai e mãe), os antepassados (PORTO EDITORA, 2010, p. 349). Entre as duas, optamos por esta última por abranger de forma genérica as designações toponímicas que servem para homenagear um ente querido de qualquer grau. Com essa postura, aproveitamos o genitivo latino *parentis* que, agregado a *topônimo*, formou a taxionomia *parentistopônimo*: designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais ou, tão somente, topônimo cuja unidade léxica é um signo linguístico que lembra qualquer grau de parentesco (PEREIRA e NADIN, 2017, p. 240) [Grifos dos autores].

Observamos que todas as novas propostas de taxes apresentadas tiveram como referência as classificações de Dick, e assim compreendemos que novas possibilidades de taxionomias são interessantes, especialmente pela ampla gama de topônimos existentes e que muitas vezes são identificados nos trabalhos toponímicos como não classificados, como é visto em pesquisas realizadas no Brasil.

Ainda em relação a classificação das taxes, quanto aos elementos de natureza antropocultural, este abrange ruas, praças, fazendas; já os de natureza física compreende rios, lagos, córregos, morros. A partir do modelo taxionômico metodológico desenvolvido por Dick (1980), podemos considerar que os topônimos podem ser inseridos nos mais diversos eixos de significação, de acordo com suas classificações físicas ou antropoculturais. Além disso, é importante ressaltarmos também os aspectos morfológicos apresentados por Dick (1990, p. 13-15), de modo que a composição morfológica dos topônimos é dividida em três formas:

A) topônimo simples ou elemento específico simples: é aquele que se faz definir por um só formante (seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas): Riachinho (TO), Riozinho (rio, TO), Caiapozinho (rio, TO), Cachoeirinha (TO), Brejão (Córr. TO), Riachão (rio, TO), Tabocão (rio, TO), Catingueiro (rib. TO), Pequizeiro (TO), Juarina (TO), Esperantina

(TO), Umburana (Rib. TO), por exemplo. Igualmente comum nos nomes geográficos são as terminações em – landia, polis e burgo –, com ênfase para as duas primeiras: Recursolândia (TO), Muricilândia (TO), Wanderlândia (TO), Abreulândia (TO), Barrolândia (TO), Luzinópolis (TO), Darcinópolis (TO), Palmeirópolis (TO), Augustinópolis (TO), Aguiarnópolis (TO), Cordisburgo (MG), Lajeado (AH TO).

B) topônimo composto ou elemento específico composto é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerado, por isso, às vezes, formações inusitadas que, talvez, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente: Carrasco Bonito (TO), Dois Irmãos (TO), Nova Olinda (TO), Barra do Ouro (TO), Pau D’arco (TO), Nova Rosalândia (TO), Pau seco (Rib. TO), Araguaçu (TO). Há elementos indígenas de origem tupi que concorrem para a formação de inúmeros compostos, como -mirim (“pequeno”), -guaçu (“grande”) e variantes, -uçu e -Açu, tyba (sufixo coletivo) e variantes -tuba, -nduba, nduva, ndiba, por exemplo, para citar apenas alguns dentre tantos outros que tipificam a geonomástica do Tocantins: Araguaçu (TO), Araguanã (TO), Tupirama (TO).

C) Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, como o entendemos, é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa: Paraíso do Tocantins (TO), Goianorte (TO), Formoso do Araguaia (TO), dentre outros. Esclareça-se, aliás que as formações hiero ou hagiotoponímicas, ou seja, aquelas que envolvem nomes sagrados em geral e, especialmente, nomes de santos e santas da Igreja Católica, no qual tem uma frequência bastante alta na nomenclatura, muito embora os elementos que integram a composição nem sempre apresentem a mesma natureza religiosa, a saber: Santa Terezinha do Tocantins (TO), Santa Tereza do Tocantins (TO), Santa Maria do Tocantins (TO), Santa fé do Araguaia (TO), Santa Rita do Tocantins (TO), São Miguel do Tocantins (TO), Santana Sebastião do Tocantins (TO), São Bento do Tocantins (TO).

É importante frisarmos também sobre os níveis de análise linguística dos topônimos apresentados no trabalho, para tanto, explicitaremos estas informações por meio do Quadro 9:

Quadro 9 – Níveis de análise linguística dos topônimos abordados no trabalho

Abordagem Semântica	Abordagem Morfológica	Abordagem Lexical	Abordagem Etimológica
A análise semântica dos topônimos será apresentada a partir do seu significado, de modo que este é evidenciado como um signo linguístico motivado.	A análise morfológica dos topônimos será trabalhada a partir da estrutura, formação do topônimo, seja ela simples, composta, ou por meio dos enunciados linguísticos.	No trabalho propomos o trabalho com o léxico toponímico a partir da leitura e produção de texto, por meio de vocabulário a partir dos nomes.	Quanto a análise etimológica será realizada no intuito de conhecer o topônimo, a origem do nome, a história, os significados.

Fonte: NUNES (2021).

A partir das descrições apresentadas, na seção seguinte apresentaremos os instrumentos utilizados para o tratamento dos dados deste estudo.

2.4 Tratamento dos dados

Para melhor organização dos dados deste estudo, utilizamos a ficha toponímica, a partir dela realizamos a análise dos hidrônimos tocantinenses. Dessa forma, convém explicarmos que a ficha lexicográfico-toponímica serve como instrumento de pesquisa e orienta o pesquisador ou o interessado dando a ele a possibilidade de estudar o topônimo, a partir da identificação do signo toponímico considerando a sua motivação formadora. Essa formação pode estar relacionada a características encontradas no próprio espaço físico ou, ainda, relacionado a crenças, a impressões culturais, ou a sentimentos construídos ao longo do tempo pelo desenvolvimento do denominador.

A ficha apresenta tanto dados linguísticos como dados históricos, geográficos, etimológicos, taxionômicos (natureza física ou antropocultural), vistos da perspectiva interior de um contexto social, em um dado momento. A relevância desses dados auxilia na criação da identidade local, sendo de grande relevância para os resultados da pesquisa, uma vez que, ao identificarmos os signos motivadores, suas origens e sua evolução toponímica, resgatamos os valores inseridos na base histórico-social dos rios estudados. Sendo assim, a ficha lexicográfico-toponímica é um dos elementos que compõem a base metodológica desta pesquisa. A partir dela, realizamos a descrição e análise hidrônimos das drenagens que compõem a bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Desse modo, apresentamos no Quadro 10 o modelo da ficha lexicográfico-toponímica desenvolvida por Dick (2004, p.130).

Quadro 10 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica desenvolvida por Dick (2004)

Município:	
Localização:	
Topônimo:	
AH:	Taxionomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Contexto:	
Fonte:	
Pesquisadora:	
Revisora:	
Data da coleta:	

Fonte: Dick (2004, p.130).

Assim, o levantamento dos dados para montagem da ficha em questão estimula o saber-conhecer da história da comunidade e compreender a cosmovisão individual e coletiva que forma a identidade cultural e linguística de um topônimo. Os elementos que compõem a ficha toponímica, especificada neste trabalho, são característicos do estudo onomástico, e para melhor articulação com os objetivos desta pesquisa, realizamos algumas adaptações na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick (2004), entretanto preservamos a essência da ficha proposta pela autora. Apresentamos a seguir o modelo da ficha adaptada especificamente para este trabalho, conforme evidenciado no Quadro 11.

Quadro 11 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adaptada para o trabalho

Número do elemento		
Localização/município		
Região administrativa		
Afluentes		
Hidrônimo	Elemento	Taxionomia
Etimologia/origem		
Entrada lexical		
Estrutura morfológica		
Formação sócio-histórica e cultural		
Outras informações		
Fonte		
Referências Bibliográficas		
Pesquisador (a)		
Revisor (a)		

Fonte: Dick (2004, p.130) adaptado por Nunes (2021).

Ademais, para um melhor entendimento da estrutura da ficha toponímica utilizada no trabalho, serão apresentados agora a descrição dos elementos que a compõe:

a) Número do elemento: Indica a ordem de cada elemento apresentado na ficha de cada Hidrônimo para melhor ordenar os nomes.

b) Localização/município: Este item remete à localização geográfica do município.

c) Hidrônimo: Indica o termo específico, o Topônimo propriamente dito, que servirá de base para a classificação taxionômica.

d) Região administrativa: Indicação da região administrativa em que os Hidrônimos pertencem.

e) Afluentes: Apresentação dos afluentes de cada bacia.

f) Elemento: Indicação de elementos de natureza antropocultural ou de natureza física.

g) Taxionomia: Classificação dos Topônimos de acordo com a proposta taxionômica de Dick (DICK, 1990).

h) Etimologia/origem: Trata da história ou origem das palavras e da explicação do significado de palavras por meio da análise dos elementos que as

constituem. É o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. Utilizamos, nesta ficha, os estudos etimológicos de Theodoro Sampaio para os topônimos indígenas. Os dicionários do Houaiss, Aurélio, Silveira Bueno, Eugênio de Castro, Rosário Ferâni Mansur Guérios servirão de referência os demais.

i) Entrada lexical: – Elemento linguístico de base / entrada do topônimo.

j) Estrutura morfológica: O topônimo por ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido. Neste caso, apresenta-se uma descrição no plano morfológico do topônimo, caracterizando-o em unidades mínimas de significação: morfemas lexicais e gramaticais.

k) Formação sócio-histórica e cultural: Levantamento dos registros históricos dos municípios na base do IBGE. Os outros históricos foram coletados por meio de decretos e via web.

l) Outras informações: Caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet e outros.

m) Fonte: Descrição das fontes bibliográficas do topônimo.

n) Referências Bibliográficas: Consistem nas referências bibliográficas utilizadas na ficha.

o) Pesquisador (a): Nome do pesquisador (a).

p) Revisor (a): Nome do revisor (a) e orientador (a) do trabalho.

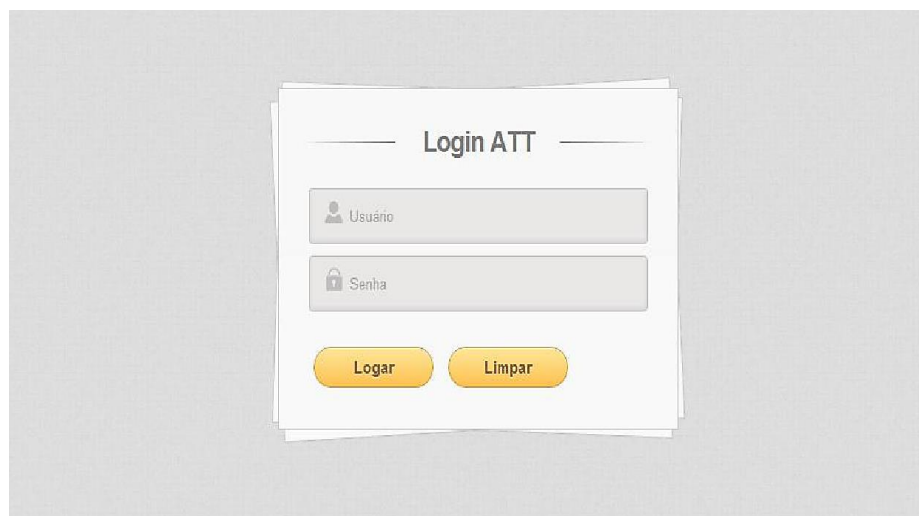
Ressaltamos ainda que corroborado a um dos objetivos deste trabalho, no qual consiste na apresentação do SISTOP como possibilidade de recurso pedagógico, é importante destacarmos que os resultados obtidos nesta pesquisa comporão os dados desse Sistema, que faz parte do projeto do Atlas Toponímico do Tocantins – ATT. Nesse sentido, dentre os vários objetivos do SISTOP (que serão apresentados na próxima seção), um deles visa catalogar as informações registradas a partir das fichas toponímicas, as quais encontram-se, em grande parte, realizadas e apresentam resultados de coleta e de tratamento de dados referente aos 139 mapas dos municípios do Estado do Tocantins. Dessa forma, apresentaremos na próxima seção as considerações sobre o SISTOP, suas etapas de desenvolvimento.

2.5 Software toponímico como recurso pedagógico inovador

O desenvolvimento do SISTOP é parte integrante do Projeto do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), cujo objetivo é a produção do mapeamento do Estado do Tocantins a partir da nomeação e motivação dos topônimos obtidos nos mapas de cada município. Nesse sentido, além da disposição destes dados a partir de informações catalogadas nas fichas toponímicas, objetivamos utilizar o Sistema em longo prazo no contexto do ensino, ou seja, como ferramenta tecnológica pedagógica que auxilie as práticas de ensino e aprendizagem tanto nas aulas de Língua Portuguesa como também de Geografia e História na educação básica, observando a importância de conhecer os nomes de lugares tocaninenses e as especificidades atreladas a eles.

Dito isso, é importante esclarecermos que a produção do SISTOP foi pensada, a priori, no anseio de catalogar os resultados das informações apresentadas nas fichas toponímicas, como já mencionamos, o Sistema está em sua quarta etapa de desenvolvimento. Pensando nisso, destacamos que a primeira etapa do projeto de produção do SISTOP, ainda denominado de Sistema ATT teve início em 2012 e visava a produção de um banco de dados para inserção das informações/análises das fichas lexicográfico-toponímicas, as quais foram produzidas nos trabalhos de iniciação científica entre os anos de 2007 a 2012. Para melhor ilustrarmos, seguem algumas telas do Sistema em sua primeira fase de desenvolvimento, ilustradas da Figura 5 a 9.

Figura 5 – Tela de login do Sistema ATT



Fonte: Costa (2014).

Figura 6 – Acesso principal do Sistema ATT- Tela de *menu*



Fonte: Costa (2014).

Figura 7 – Tela do Sistema ATT – Inserção de topônimos

The screenshot displays the 'Inserção de topônimos' (Toponym Insertion) form within the 'Atlas Toponímico do Tocantins' system. The form has a title bar with the text 'Atlas Toponímico do Tocantins'. Below the title bar, there is a tabbed interface with six tabs: 'Principal', 'Etimologia/Origem', 'Estrutura Morfológica', 'Histórico', 'Informações Enciclopédicas', and 'Pesquisadores'. The 'Principal' tab is currently selected. The form contains several input fields: 'Município', 'Micro Região', 'População' (with the value '0.0'), 'Area Unidade Territorial' (with the value '0.0'), 'Gentílico', 'Localização', 'Topônimo', 'Entrada Lexical', 'Fonte', 'Revisora', and 'Data Coleta'. At the bottom of the form, there are three buttons: 'Inserir', 'Limpar', and 'Cancelar'.

Fonte: Costa (2014).

Figura 8 – Tela do Sistema ATT – Pesquisa de topônimos cadastrados

The screenshot shows the search interface of the Atlas Toponímico do Tocantins. At the top, the title 'Atlas Toponímico do Tocantins' is displayed in green. Below it, there is a 'Home' link and a search bar with a '+ Adicionar' button. A table titled 'Municípios' lists two municipalities: 'Araguaína' and 'Araguatins'. Each row in the table has three icons: a magnifying glass, a pencil, and a trash can. At the bottom of the table, there are navigation buttons: '<-', '<', '1', '>', and '>-'.

Fonte: Costa (2014).

Figura 9 – Tela do Sistema ATT – Inserção de pesquisadores

The screenshot shows the researcher insertion form in the Atlas Toponímico do Tocantins. The title 'Atlas Toponímico do Tocantins' is at the top. Below it, there is a 'Home' link and a set of tabs: 'Principal', 'Etimologia/Origem', 'Estrutura Morfológica', 'Histórico', 'Informações Enciclopédicas', and 'Pesquisadores'. The 'Pesquisadores' tab is selected. The form contains four input fields: 'Orientador:', 'EmailOrientador:', 'Aluno:', and 'EmailAluno:'. At the bottom, there are three buttons: 'Inserir', 'Limpar', and 'Cancelar'.

Fonte: Costa (2014).

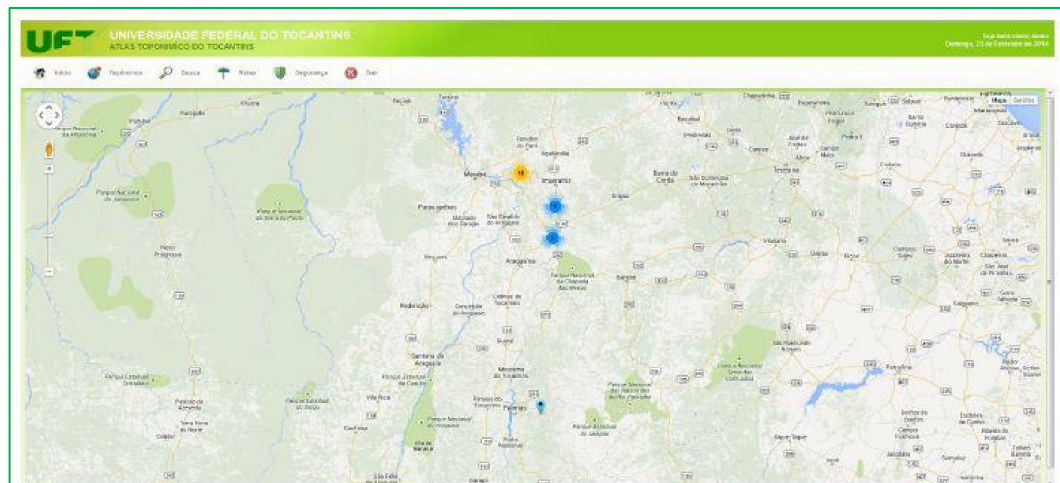
A partir de 2013, o grupo de pesquisa, coordenado pela Professora Dra. Karylleila dos Santos Andrade, viu a necessidade de se pensar na ampliação das funcionalidades do Sistema, de modo a propiciar aos pesquisadores que estavam trabalhando diretamente com a ferramenta um mapeamento mais amplo da realidade toponímica tocantinense. Dessa forma, iniciou-se a segunda etapa de desenvolvimento do SISTOP, no qual foi implantado o Sistema Mapa Toponímico do Tocantins, com integração da API (Application Programming Interface) do Google Maps™, de modo que nessa etapa do SISTOP, denominado de Sistema MTT, a busca de informações foi facilitada, além de possibilitar maior controle quanto a segurança dos dados pertinentes às fichas toponímicas. Apresentaremos agora algumas telas do Sistema em sua segunda fase de desenvolvimento, ilustradas da Figura 10 a 18.

Figura 10 – Tela do Sistema MTT (login)



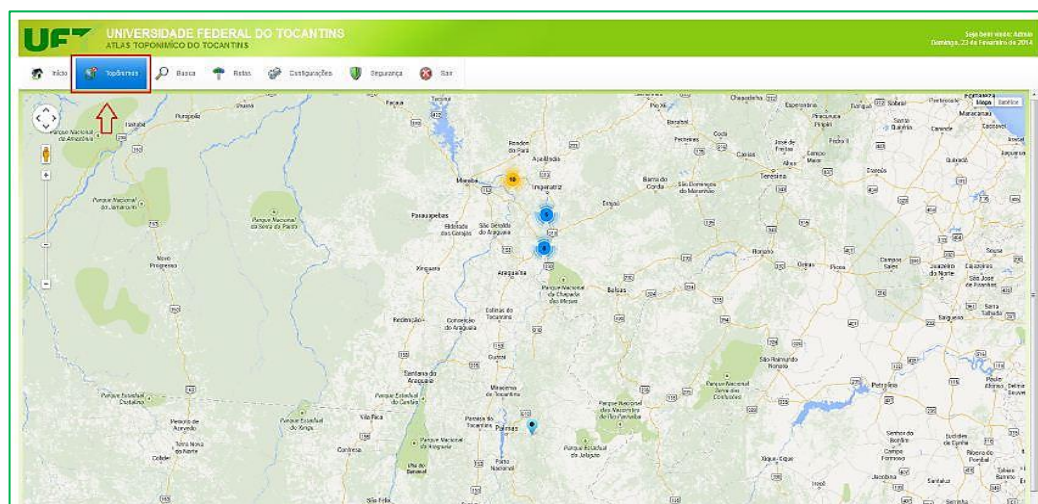
Fonte: Costa (2014).

Figura 11 – Tela do Sistema MTT- Localização de satélites e mapas



Fonte: Costa (2014).

Figura 12 – Tela do Sistema MTT- Tela de menu (topônimo)



Fonte: Costa (2014).

Figura 13 – Tela do Sistema MTT- Listagem de topônimos cadastrados (novo topônimo)

DATA COLETA	NOME DO TOPÔNIMO	MUNICÍPIO	TIPO	TIPO LOCAL	LOCAL	TIPO DE SUBCATEGORIA	SUBCATEGORIA	TIPO DE ESTRUTURA ORTOGRÁFICA	POSTER
25/02/2011	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ARAQUATINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ARAQUATINS	NATUREZA FÍSICA	HIETOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	SÃO BENTO DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SÃO BENTO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	PARAÍZOLA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	PARAÍZOLA DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ÁGUA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ÁGUA DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	PALMEIRAS DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	BURITÓ DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	BURITÓ DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	SITIO NOVO DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	POLIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO COMPOSTO	
25/02/2011	AGUAPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	AGUAPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ARAUÁ	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ARAUÁ	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	CRONOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	ARAUÁ	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ARAUÁ	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	AGUIA DO POLO	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	AGUIA DO POLO	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	CACHOEIRINHA	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	CACHOEIRINHA	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	CARRASCO BONITO	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	CARRASCO BONITO	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO COMPOSTO	
25/02/2011	DARCIÓPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	DARCIÓPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	ESPERANÇA	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ESPERANÇA	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	AGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ITAUATINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ITAUATINS	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	LUZINÓPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	LUZINÓPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	

Fonte: Costa (2014).

Figura 14– Tela do Sistema MTT- Listagem de topônimos cadastrados (exibição do topônimo cadastrado)

DATA COLETA	NOME DO TOPÔNIMO	MUNICÍPIO	TIPO	TIPO LOCAL	LOCAL	TIPO DE SUBCATEGORIA	SUBCATEGORIA	TIPO DE ESTRUTURA ORTOGRÁFICA	POSTER
25/02/2011	SÃO BENTO DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SÃO BENTO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HAGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	PARAÍZOLA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	PARAÍZOLA DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ÁGUA DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ÁGUA DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	PALMEIRAS DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	BURITÓ DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	BURITÓ DO TOCANTINS	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	SITIO NOVO DO TOCANTINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	POLIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO COMPOSTO	
25/02/2011	AGUAPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	AGUAPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ARAUÁ	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ARAUÁ	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	CRONOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	ARAUÁ	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ARAUÁ	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	AGUIA DO POLO	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	AGUIA DO POLO	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	CACHOEIRINHA	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	CACHOEIRINHA	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	CARRASCO BONITO	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	CARRASCO BONITO	NATUREZA FÍSICA	HTOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO COMPOSTO	
25/02/2011	DARCIÓPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	DARCIÓPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	ESPERANÇA	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ESPERANÇA	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	AGIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	ITAUATINS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	ITAUATINS	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2011	LUZINÓPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	LUZINÓPOLIS	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	NOVA	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	NOVA	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	FRANKFORTE	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	FRANKFORTE	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO COMPOSTO	
25/02/2011	RICHMUND	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	RICHMUND	NATUREZA FÍSICA	HERIOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	EMBUÍ	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	EMBUÍ	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLIS	
25/02/2011	TOCANTINÓPOLIS	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	TOCANTINÓPOLIS	NATUREZA FÍSICA	ZOOTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	
25/02/2014	NOVO TOPÔNIMO	VEREDICA RAFAELHO NUNES	HUMANO	MUNICÍPIO	CARRASCO BONITO	NATUREZA ANTROPOLÓGICA	ANTROPTOPÔNIMOS	ELEMENTO ESPECÍFICO HERBICO	

Fonte: Costa (2014).

Figura 15– Tela do Sistema MTT- Informações toponímicas

UFT UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ATLAS TOPONÍMICO DO TOCANTINS

Sua bem vindo: Admin
Quinta, 23 de Janeiro de 2014

Inicio Topônimos Busca Rotas Configurações Segurança Sair

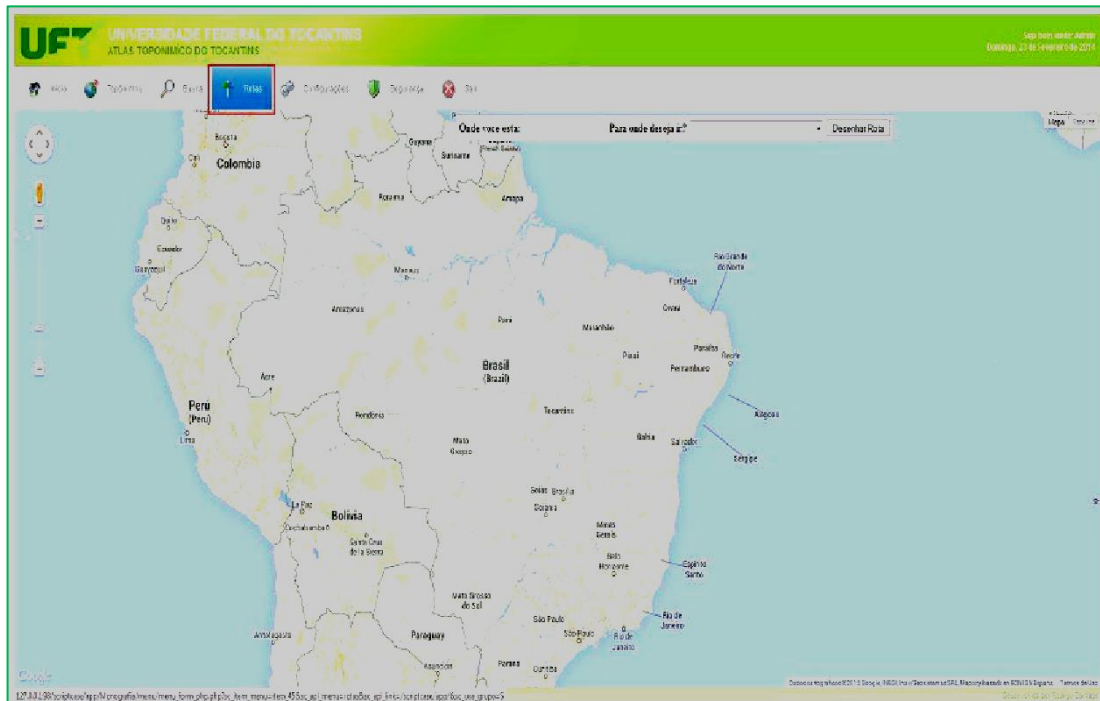
Consulta - TOPÔNIMO

Busca rápida

DATA DA COLETA	PESQUISADOR	TIPO - LOCAL	LOCAL	TIPO DE TAXONOMIA	TAXONOMIA	ETIMOLOGIA/ORIGEM	TIPO DE ESTRUTURA MORFOLÓGICA	DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA	ENTRADA LÉXICA
25/06/2011	VERÔNICA RAIMALHO NUNES	HUMANO - MUNICÍPIO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	NATUREZA ANTROPOCULTURAL	HAGIOTOPÔNIMOS	LAT. SANTIUS, JIM SÃO. SADIO VER SAN- SÃO DO LATIM SANIL.	ELEMENTO ESPECÍFICO HÍBRIDO	HÍBRIDO OU ELEMENTO ESPECÍFICO HÍBRIDO. SÃO (MORFEMA LEXICAL) SEBASTIÃO (MORFEMA LEXICAL) - SEBASTI- (RADICAL) +-ÃO (SUFIXO) = TEMA + DO (CONNECTIVO) + TOCANTIN- TUCAH-TIM (MORFEMA LEXICAL TUPI) +-S (MORFEMA GRAMATICAL FLEXIONAL).	SÃO SEBAS
15/06/2011	VERÔNICA RAIMALHO NUNES	HUMANO - MUNICÍPIO	ARAGUATINS	NATUREZA FÍSICA	METEOTOPÔNIMOS	"ARA S TUP" O DIA, O TEMPO, A CIDADE, O QUE ESTÁ NO ALTO, EM CIMA DE CIMA, NA EMINÊNCIA, O HILANTON.	ELEMENTO ESPECÍFICO SIMPLES	TOPÔNIMO ESPECÍFICO SIMPLES	ARAGUA- ARAGUA (MORFEMA LEXICAL) - TIEN

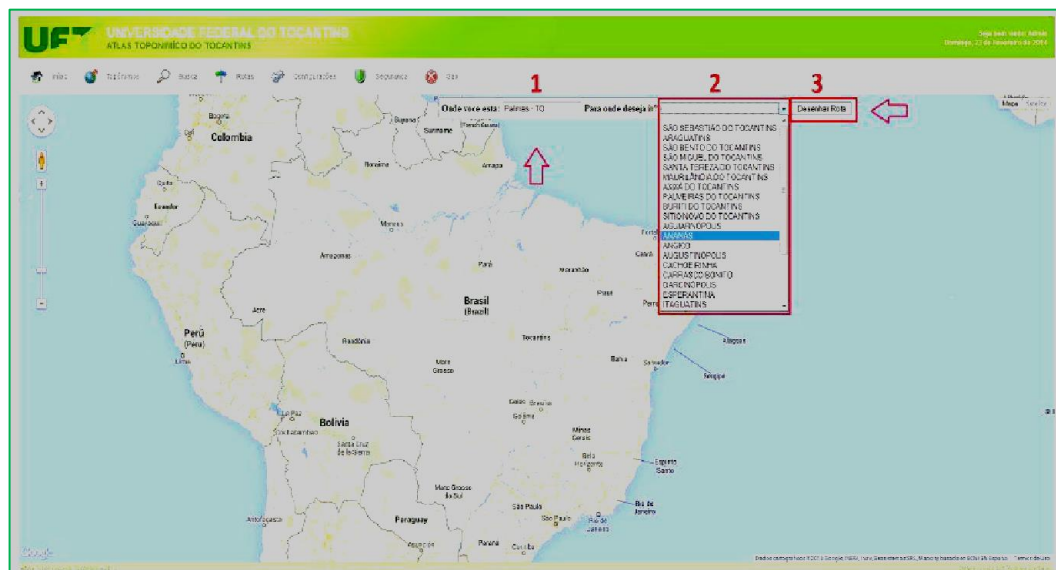
Fonte: Costa (2014).

Figura 16– Tela do Sistema MTT- Tela menu Rotas



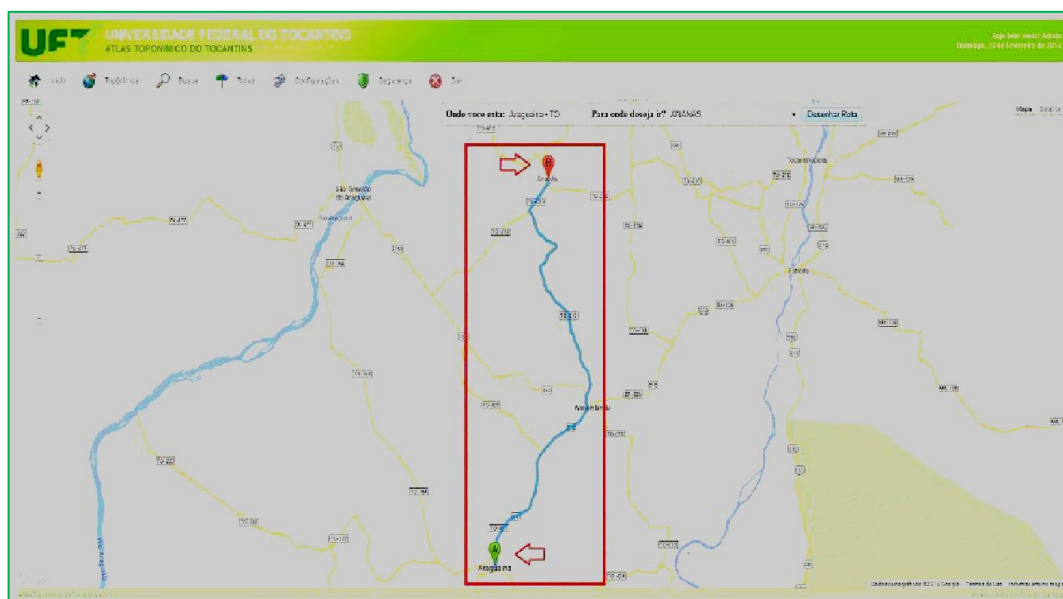
Fonte: Costa (2014).

Figura 17– Tela do Sistema MTT- Tela preenchimento das informações para traçar rotas



Fonte: Costa (2014).

Figura 18– Tela do Sistema MTT- Tela rota traçada

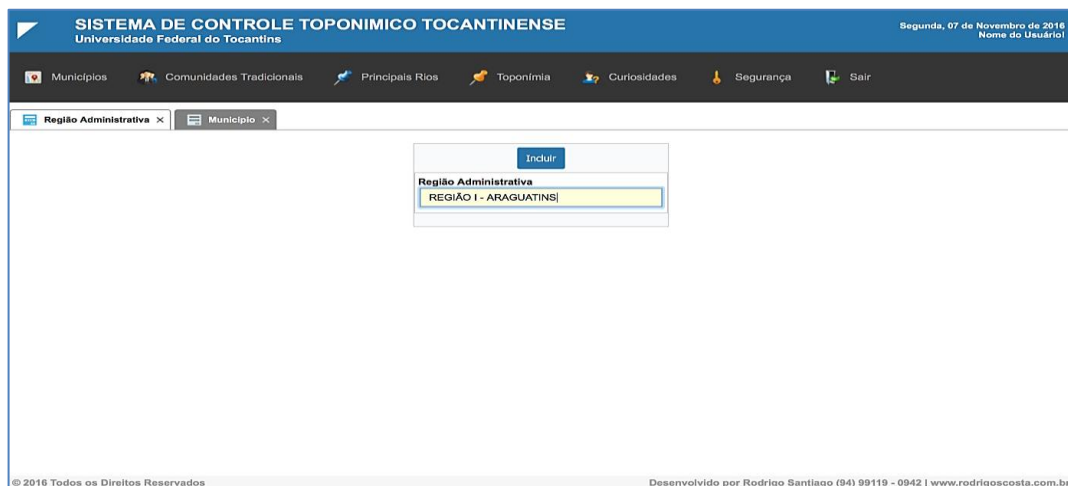


Fonte: Costa (2014).

Ademais, a terceira fase do SISTOP, iniciada em 2014 preservou a base já utilizada de bancos dos dados já desenvolvidos. E nesta etapa o enfoque foi dado a descrição do léxico toponímico da macrotoponímia do estado, a partir da disponibilização de informações da macro e microtoponímia tocantinense. Somado a isso, foi evidenciada a necessidade e a possibilidade de utilizar todas estas

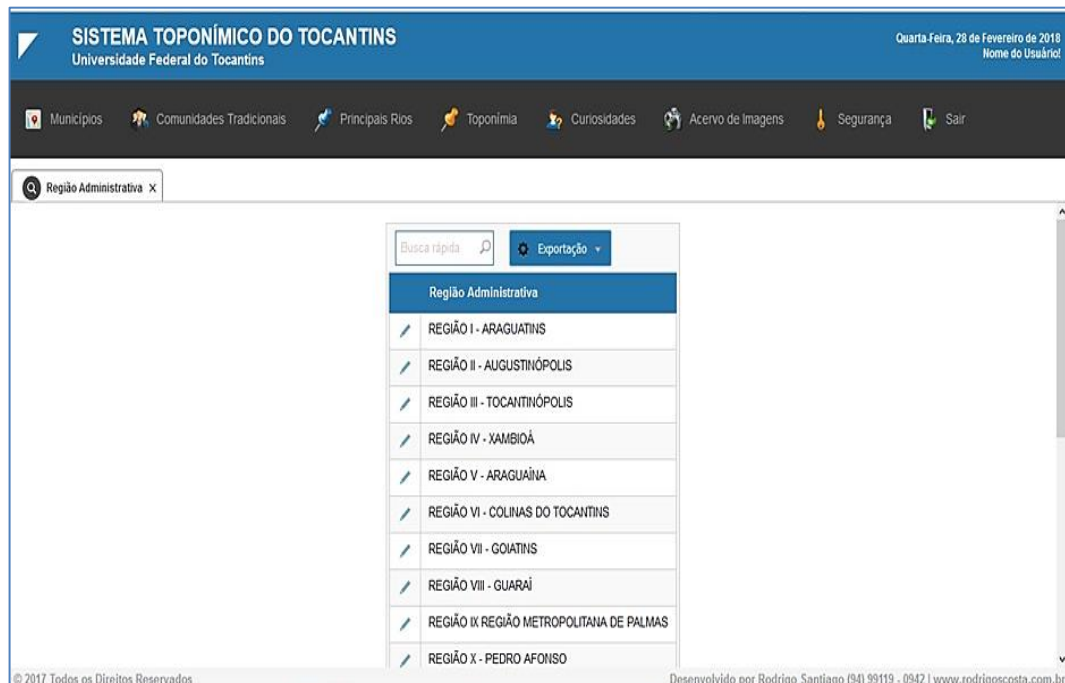
informações no âmbito educacional, ideia essa que foi amadurecida e que ficou atrelada ao desenvolvimento do Sistema. Para melhor exemplificarmos, apresentaremos algumas telas desta fase do Sistema, demonstradas da Figura 19 a 27.

Figura 19– Tela do SISTOP- Cadastro de regiões administrativas



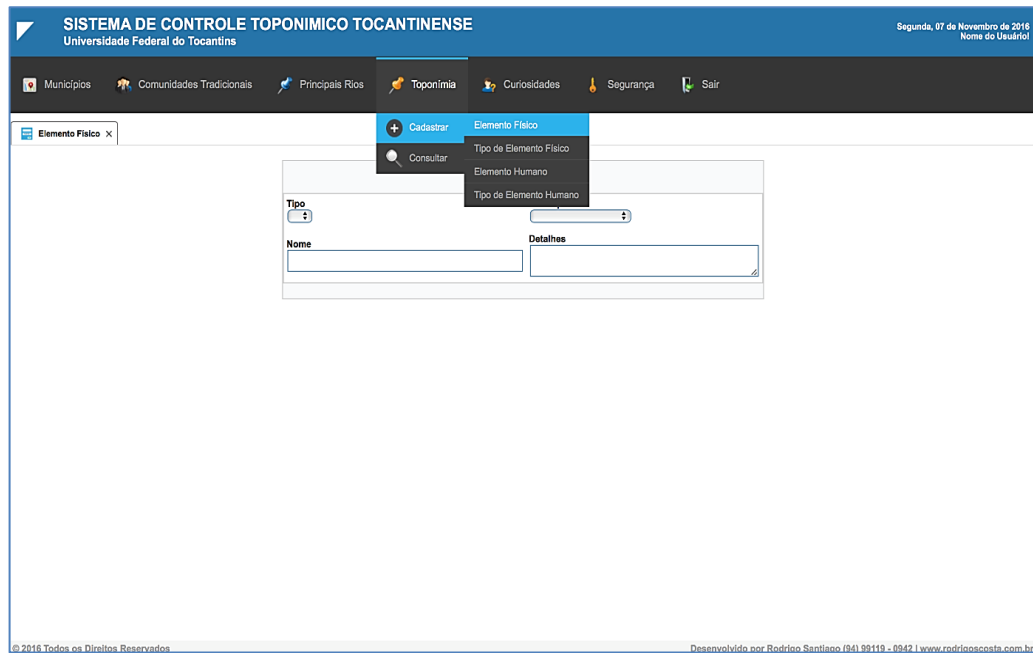
Fonte: Nascimento (2017).

Figura 20– Tela do SISTOP- Cadastro de regiões administrativas



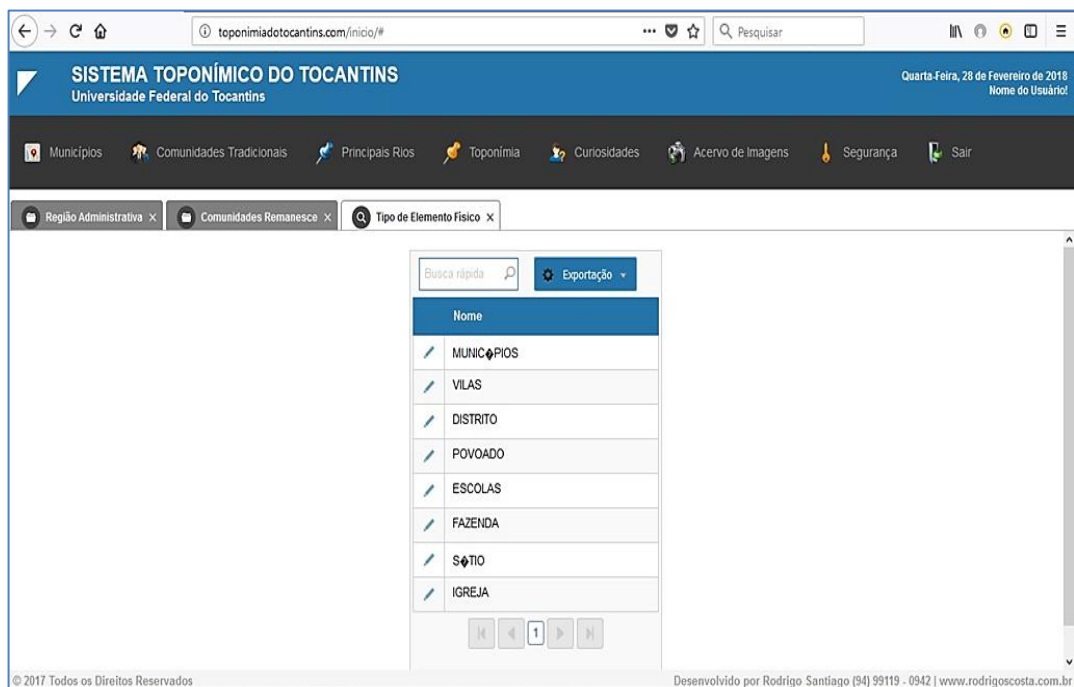
Fonte: Nascimento (2017).

Figura 21– Tela do SISTOP- Cadastro de topônimos



Fonte: Nascimento (2017).

Figura 22 - Tela do SISTOP- Cadastro dos topônimos (elemento físico)



Fonte: Nascimento (2017).

Figura 23– Tela do SISTOP- Cadastro de topônimo (elemento humano)

© 2016 Todos os Direitos Reservados Desenvolvido por Rodrigo Santiago (94) 99119 - 0942 | www.rodrigoscosta.com.br

Fonte: Nascimento (2017).

Figura 24 – Tela do SISTOP- Cadastro das comunidades tradicionais (comunidades remanescentes)

Município	População	Nome	Histórico	O.E.	Situação	Latitude	Longitude	Imagem	Outros
✓ SANTA TEREZA DO TOCANTINS		BARRA DO AROEIRA							
✓ PORTO ALEGRE DO TOCANTINS		SÃO JOAQUIM							
✓ ARRAIAS		KALUNGA DO MIMOSO							
✓ DIANÓPOLIS		FAZENDA LAGEADO							
✓ SÃO FÉLIX DO TOCANTINS		POVOADO DO PRATA							
✓ SANTA RITA DO TOCANTINS		MORRO DO SÃO JOÃO							
✓ SANTA FÉ DO ARAGUAIA		COCALINHO							
✓ ARAGOMINAS		PROJETO DA BAVIERA							
✓ NATIVIDADE		REDEÇÃO							
✓ MATEIROS		MUMBUCA							

© 2017 Todos os Direitos Reservados Desenvolvido por Rodrigo Santiago (94) 99119 - 0942 | www.rodrigoscosta.com.br

Fonte: Nascimento (2017).

Figura 25– Tela do SISTOP- Cadastro das comunidades tradicionais (Povos indígenas)

The screenshot displays the 'SISTEMA DE CONTROLE TOPONIMICO TOCANTINENSE' interface. The header includes the system name and the date 'Segunda, 07 de Novembro de 2016'. A navigation bar contains links for 'Municípios', 'Comunidades Tradicionais', 'Principais Rios', 'Toponímia', 'Curiosidades', 'Segurança', and 'Sair'. The main content area is titled 'Povos Indígenas' and features a registration form with the following fields:

- Município:** A dropdown menu.
- Nome:** A text input field.
- Língua:** A text input field.
- Breve Formação:** A text input field.
- População:** A text input field.
- Localização Geográfica:** A section containing:
 - Latitude:** A text input field.
 - Longitude:** A text input field.
- Outros:** A large text area for additional information.
- Imagem:** A section with a 'Selecionar Arquivo...' button and a dashed box for image upload with the instruction 'Arraste uma imagem e solte-a aqui'.

Buttons for 'Incluir' and 'Cancelar' are located at the top of the form. The footer contains copyright information: '© 2016 Todos os Direitos Reservados' and 'Desenvolvido por Rodrigo Santiago (94) 99119 - 0942 | www.rodrigoscosta.com.br'.

Fonte: Nascimento (2017).

Figura 26– Tela do SISTOP- Cadastro de curiosidades

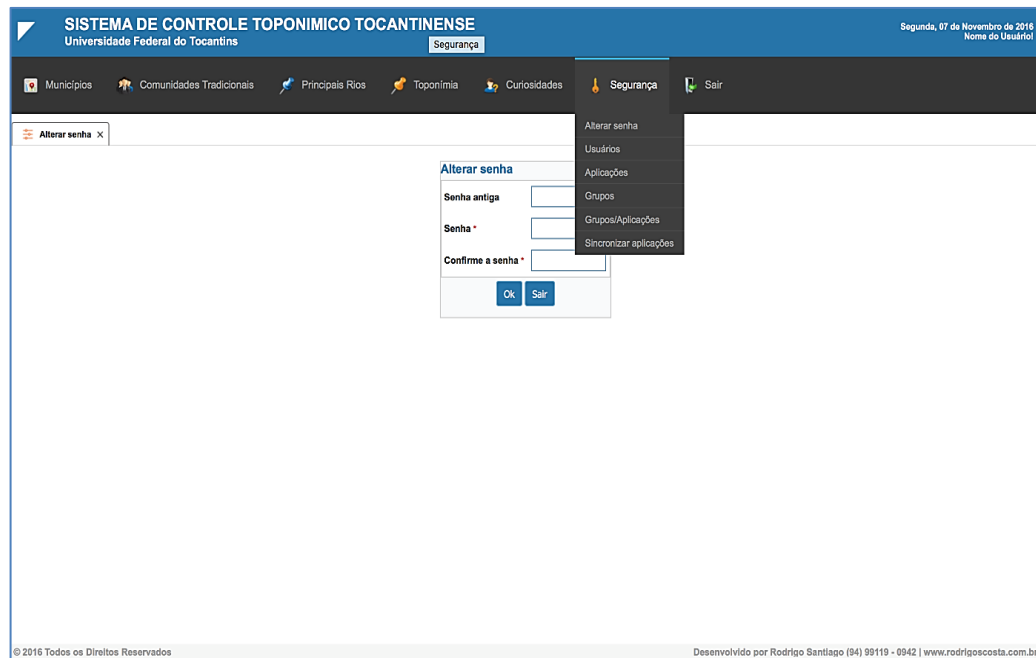
The screenshot displays the 'SISTEMA DE CONTROLE TOPONIMICO TOCANTINENSE' interface. The header includes the system name and the date 'Segunda, 07 de Novembro de 2016'. A navigation bar contains links for 'Municípios', 'Comunidades Tradicionais', 'Principais Rios', 'Toponímia', 'Curiosidades', 'Segurança', and 'Sair'. The main content area is titled 'Cadastrar' and features a registration form with the following fields:

- Categoria:** A dropdown menu.
- Outras Informações:** A text input field.
- Curiosidade:** A text input field.
- Imagem:** A section with a 'Selecionar Arquivo...' button and a dashed box for image upload with the instruction 'Arraste uma imagem e solte-a aqui'.

Buttons for 'Incluir' and 'Cancelar' are located at the top of the form. The footer contains copyright information: '© 2016 Todos os Direitos Reservados' and 'Desenvolvido por Rodrigo Santiago (94) 99119 - 0942 | www.rodrigoscosta.com.br'.

Fonte: Nascimento (2017).

Figura 27– Tela do SISTOP- Dados de segurança



Fonte: Nascimento (2017).

Como observamos nas telas apresentadas, algumas informações foram ampliadas e além dos dados pertinentes aos 139 municípios tocantinenses, os quais são divididos conforme a divisão político-administrativa do estado, também foram acrescentadas informações sobre as comunidades tradicionais, sendo os povos indígenas e as comunidades remanescentes e também informações sobre a Toponímia tocantinense, que dentre os destaques podemos inferir os dados sobre o repositório histórico da formação toponímica do estado do Tocantins, além de curiosidades. Nesse sentido, quanto ao uso do SISTOP como ferramenta auxiliar no contexto do ensino, Nascimento e Andrade (2018, p. 207) explicam que:

A real finalidade dessa opção de acesso no Sistema é possibilitar aos alunos o conhecimento sobre a configuração administrativa, cartográfica, política e demográfica do Tocantins. As populações tradicionais contempladas a priori são os povos indígenas e as comunidades remanescentes quilombolas do Estado, devido à alta concentração de sete grupos indígenas e de 39 comunidades remanescentes de quilombolas no território tocantinense. Futuramente, outras comunidades tradicionais poderão integrar o sistema computacional toponímico. Intenciona-se disponibilizar informações sobre a língua, a história, a população, a localização e outras informações complementares sobre esses povos e comunidades tradicionais. Intencionamos despertar a curiosidade do aluno em conhecer, por meio da cartografia histórica da região, o território e o seu contexto etnocultural, além de proporcionar ao usuário um revisitar da história da Província de Goiás, dispondo de leitura paleográfica dos rios Araguaia e Tocantins desses séculos. Serão disponibilizados alguns dados complementares sobre o Tocantins, como algumas curiosidades e dados sobre a cultura, o lazer e o

turismo. Tais informações poderão permitir ao aluno a construção de conhecimentos sobre história (por meio dos centros históricos), cultura (artesanato e gastronomia), curiosidades (costumes, hábitos, crenças, mitos e religiões) e regiões turísticas (lagos, serras, cachoeiras e praias) da sua realidade local. Enquanto suporte pedagógico, o intuito da proposta é de que a escola, ao utilizar o SISTOP, possa desenvolver, nos sujeitos, a possibilidade de ampliar a compreensão do seu espaço e do lugar em que vive.

Tendo em vista as informações apresentadas, destacamos que, atualmente, o SISTOP está em sua quarta fase de desenvolvimento, sendo mantidas as premissas das fases anteriores, além do acréscimo de informações sobre turismo, lazer, sobre o grupo de pesquisa e os trabalhos realizados na área. Inferimos também que recentemente o Sistema vem passando por uma reestruturação e atualização para que seja efetivamente apresentado a comunidade acadêmico-escolar. Além disso, conforme nosso objeto de estudo, o SISTOP também apresentará informações sobre os rios do Tocantins, de modo que esta parte específica do Sistema será denominada de “Águas do Tocantins”, conforme apresentaremos mais a diante.

Em relação a estrutura/desenvolvimento do SISTOP (conforme explicitamos está passando por uma reestruturação), nesta quarta etapa será realizado o conceito de integração contínua de software⁹, sendo adotado o modelo de desenvolvimento ágil Scrum¹⁰, com diversas técnicas agregadas para nortear a construção do Sistema de maneira organizada e rápida (eficiente) e atendendo às necessidades do projeto (eficaz). Dessa forma, o Scrum⁴⁵ é formado por 03 etapas genéricas (planejamento, execução e conclusão), os quais serão executadas em ciclos de desenvolvimento cursos que respondem bem a possíveis adaptações para inclusão, exclusão e alteração de requisitos.

Com isso, os dados toponímicos serão analisados para a criação de um banco de dados, cuja base terá informações geoespaciais ao longo da pesquisa. No que se refere a construção da camada de dados geográficos, após o levantamento e

⁹ Integração contínua (continuous integration) é uma prática de desenvolvimento de software que visa tornar a integração de código mais eficiente, através de builds e testes automatizados. As metodologias ágeis propõem que o processo de desenvolvimento de software seja realizado com entregas mais frequentes. Disponível em: <https://www.opus-software.com.br/o-que-e-integracao-continua/>. Acesso em abril de 2021.

¹⁰ Scrum é uma metodologia ágil para gestão e planejamento de projetos de software. No Scrum, os projetos são divididos em ciclos (tipicamente mensais) chamados de Sprints. O Sprint representa um Time Box dentro do qual um conjunto de atividades deve ser executado. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagil.com.br/scrum//>. Acesso em abril de 2021.

tratamento dos dados será criada a estrutura para o armazenamento de informações geoespaciais, somado a isso, será criada camada de dados geográficos para o armazenamento e a disponibilização dos dados toponímicos em ambientes geossérie para a internet.

A construção do Sistema será realizada com as tecnologias React e Node JS¹¹, na qual o React será utilizado para o desenvolvimento da parte visual do SISTOP (front-end)¹² e o Node JS será utilizado para a parte do processamento dos dados na plataforma (back-end)¹³. O Sistema será desenvolvido a partir do processo de desenvolvimento Scrum, de modo que também conterà uma camada geoespacial, a qual fará uso do pacote Open Layers¹⁴ agregado às ferramentas do Google Maps. Assim, a manipulação dessas camadas serão realizadas no software Qgis¹⁵ e após o desenvolvimento da ferramenta os usuários poderão realizar a inserção dos dados e posteriormente a comunidade acadêmico-escolar poderá ter acesso ao SISTOP.

Para melhor exemplificarmos, serão apresentadas as telas (em construção) desta fase de desenvolvimento do Sistema, ilustradas da Figura 28 a 46, de modo que estruturalmente contará com as seguintes abas: a) Home (apresentação); b) Usuários (especificamente para a equipe que trabalha diretamente com as informações que serão difundidas no Sistema); c) Equipe; d) Notícias; e) Produção intelectual; f) Municípios; g) Toponímia Histórica; h) Populações Tradicionais (comunidades quilombolas e povos indígenas); i) Águas do Tocantins; j) Toponímia Colaborativa; k) Toponímia em Libras; l) Parceiros e Fomento e m) dados de contato. Apesar de estar

¹¹ O *React* é uma biblioteca JavaScript de código aberto com foco em criar interfaces de usuário em páginas web. Disponível em: <https://www.digitalhouse.com/br/blog/o-que-e-react-no-javascript-e-para-que-serve>. Acesso em abril de 2021.

¹² O *front-end* é onde encontramos a "cara" de um site ou aplicativo, com design, interface de navegação e ferramentas de interação com o usuário, como áreas de buscas e formulários. Disponível em: <https://www.digitalhouse.com/br/blog/front-end-o-que-e-para-que-serve-e-como-aprender>. Acesso em abril de 2021.

¹³ O *back-end*, por sua vez, atua na parte dos sistemas e garante que esteja tudo devidamente certo com o servidor. Disponível em: <https://www.digitalhouse.com/br/blog/front-end-o-que-e-para-que-serve-e-como-aprender>. Acesso em abril de 2021.

¹⁴ *OpenLayers* é uma biblioteca JavaScript de código-fonte aberto para exibir dados de mapas em navegadores da Web como mapas com escorregadio. Ele fornece uma API para a criação de aplicativos geográficos avançados baseados na Web, semelhantes ao Google Maps e Bing Maps. Disponível em: <https://www.clickgeo.com.br/openlayers/>. Acesso em abril de 2021.

¹⁵ QGIS é um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

em fase de desenvolvimento, é possível acessar o Sistema por meio do link: <http://fabricadesoftware.uft.edu.br/sistemas/sistop/>.

Figura 28– Tela do SISTOP- Home



Fonte: Nunes (2021).

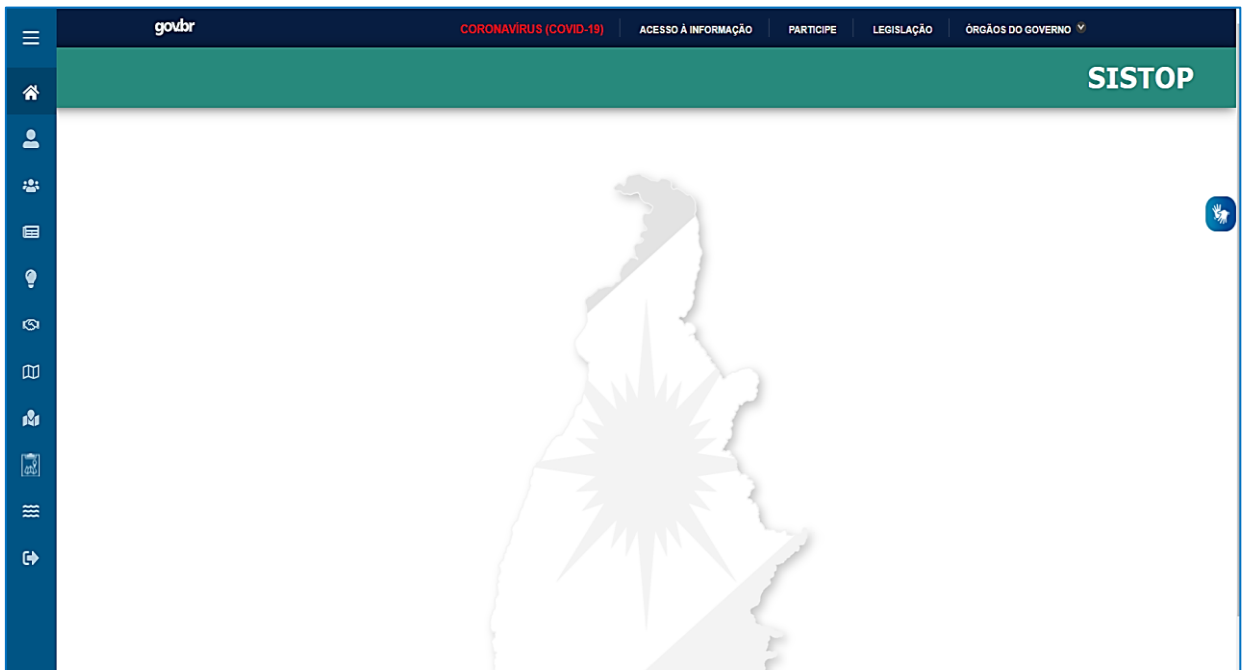
Figura 29– Tela do SISTOP- Home



Fonte: Nunes (2021).

Na tela Home – apresentação, todos os usuários terão acesso as informações principais para navegarem e acessarem as abas do Sistema.

Figura 30– Tela do SISTOP- Home (equipe)



Fonte: Nunes (2021).

Esta outra tela de apresentação será de acesso somente para a equipe que alimentará os dados do Sistema, todas as informações para inserção das informações estão disponibilizadas nesta aba.

Figura 31– Tela do SISTOP- Usuários

Id	Nome	Usuário	Função	Ações
4	Verônica Ramalho Nunes	veronica	admin	Visualizar
5	Rodrigo Vieira do Nascimento	Rdrg	editor	Visualizar
1	Carla Bastiani	carlabastiani	admin	Visualizar
6	Karyllella Klinger	Karyllella	admin	Visualizar
2	Santiago	santiago	admin	Visualizar

Rows per page: 10 ▾ 1-5 of 5 |< < > >|

Cadastrar

Fonte: Nunes (2021).

A tela usuários também ficará disponível somente para a equipe que trabalhará diretamente com a alimentação dos dados do Sistema.

Figura 32 – Tela do SISTOP- Equipe

Id	Nome	Email	Cargo	Ações
6				Visualizar
7				Visualizar
8	Karylleila Andrade Klinger	karylleila@uft.edu.br	Profa. Associada IV	Visualizar

Rows per page: 10 | 1-3 of 3 | < < > >

[Cadastrar](#)

Fonte: Nunes (2021).

Nesta aba são realizados os cadastros de toda a equipe participante do desenvolvimento do Sistema. Serão apresentadas as seguintes informações: Nome completo; Imagem destaque (foto do membro da equipe); Formação; Atuação; Cargo; Lattes; Orcid e E-mail.

Figura 33 – Tela do SISTOP- Equipe

Equipe

[Saiba mais](#)

[Saiba mais](#)

Karylleila Andrade Klinger

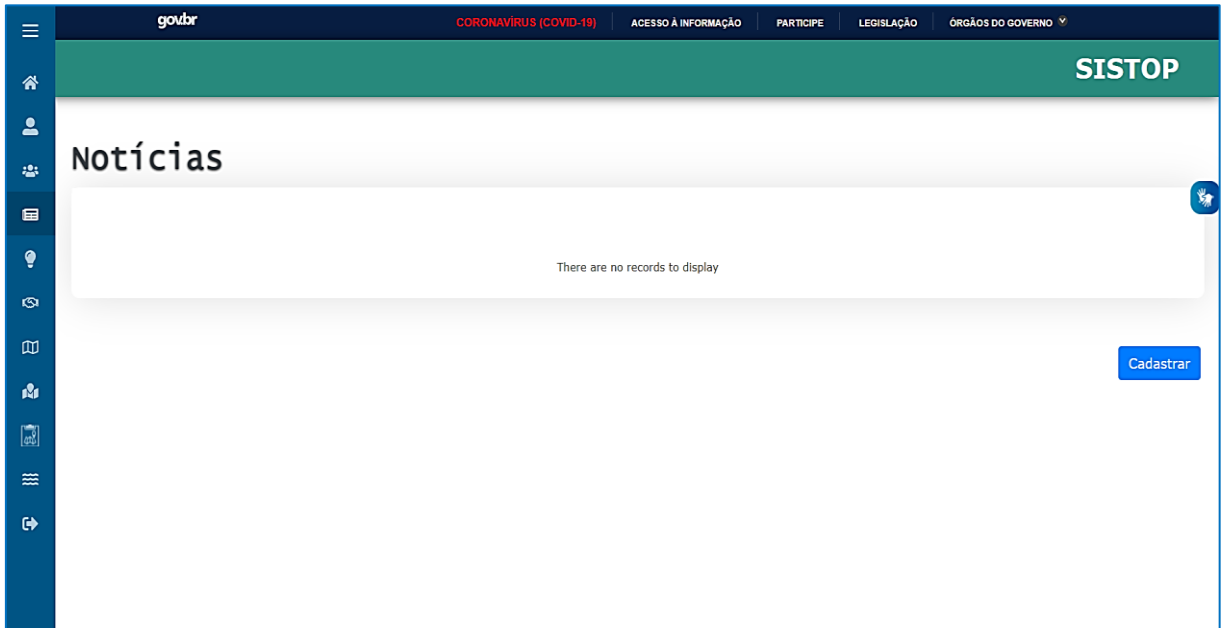
Possui graduação em Letras pela Universidade do Tocantins (1993), mestrado (2000) e doutorado (2006) em Linguística pela Universidade de São Paulo.

[Saiba mais](#)

Fonte: Nunes (2021).

Nesta outra aba são apresentados os dados da equipe, de modo que todos os usuários externos poderão visualizar as informações elencadas na figura anterior dos respectivos membros da equipe participante.

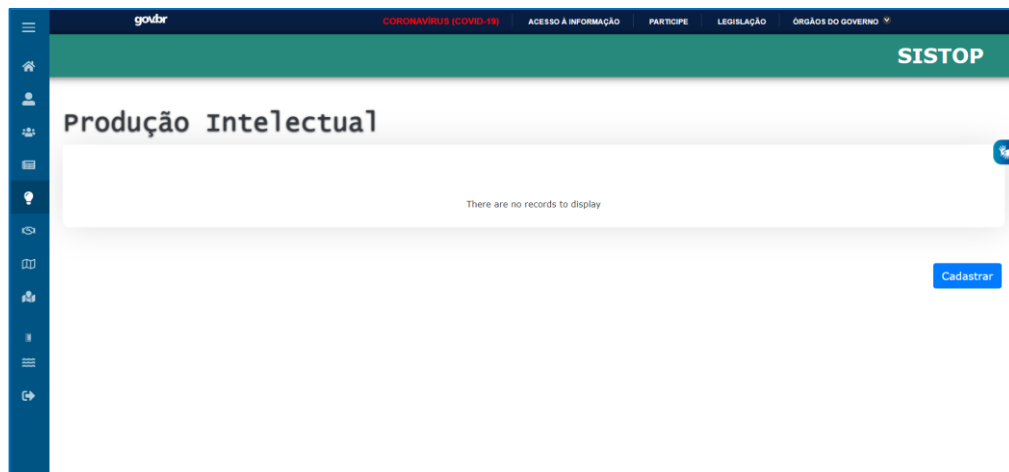
Figura 34 – Tela do SISTOP- Notícias



Fonte: Nunes (2021).

Nesta aba serão disponibilizadas informações relacionadas aos topônimos tocantinenses, curiosidades, ou seja, informações relevantes para toda a comunidade. Dessa forma, na aba notícias serão elencados os seguintes dados: Título da notícia; Conteúdo; Imagem de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio).

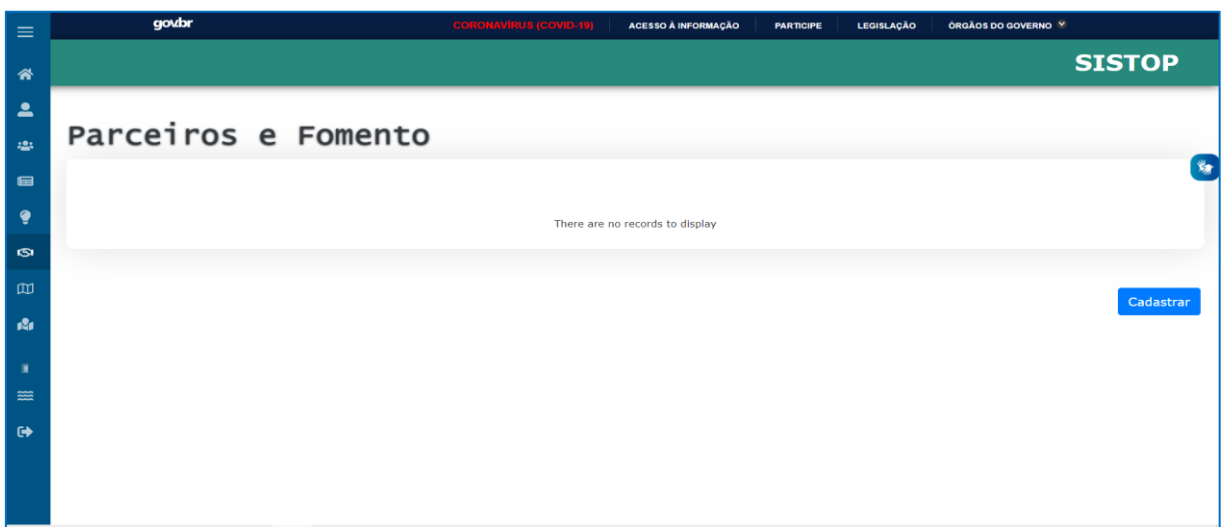
Figura 35 – Tela do SISTOP- Produção Intelectual



Fonte: Nunes (2021).

Na aba produção intelectual, serão apresentadas informações sobre os trabalhos toponímicos desenvolvidos no Tocantins, ou seja, as produções realizadas. Os trabalhos serão dispostos por categorias, a saber: Teses; Dissertações; Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); Artigos; Livros/Ebooks; Capítulos de livros; Resumos expandidos; Materiais didáticos; Produções técnicas, dentre outros. Nesta aba os usuários terão acesso as informações do autor do trabalho, o título da produção, resumo, ano da publicação, serão dispostos também imagens e arquivos de mídia.

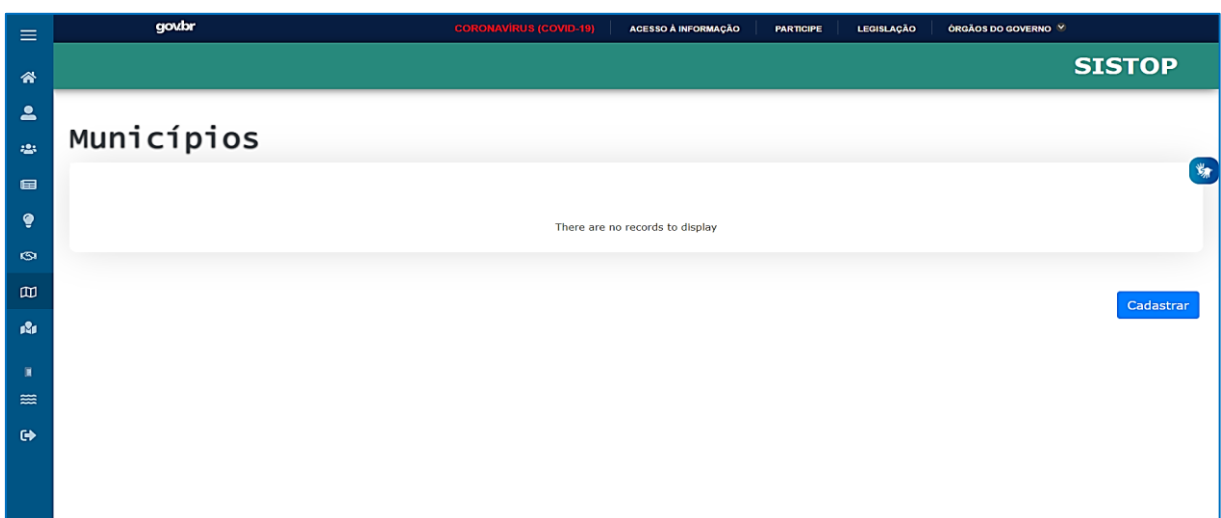
Figura 36– Tela do SISTOP- Parceiros e Fomento



Fonte: Nunes (2021).

Aqui serão apresentados os parceiros do projeto, sendo disponibilizados o nome do parceiro, logomarca, dentre outras informações adicionais.

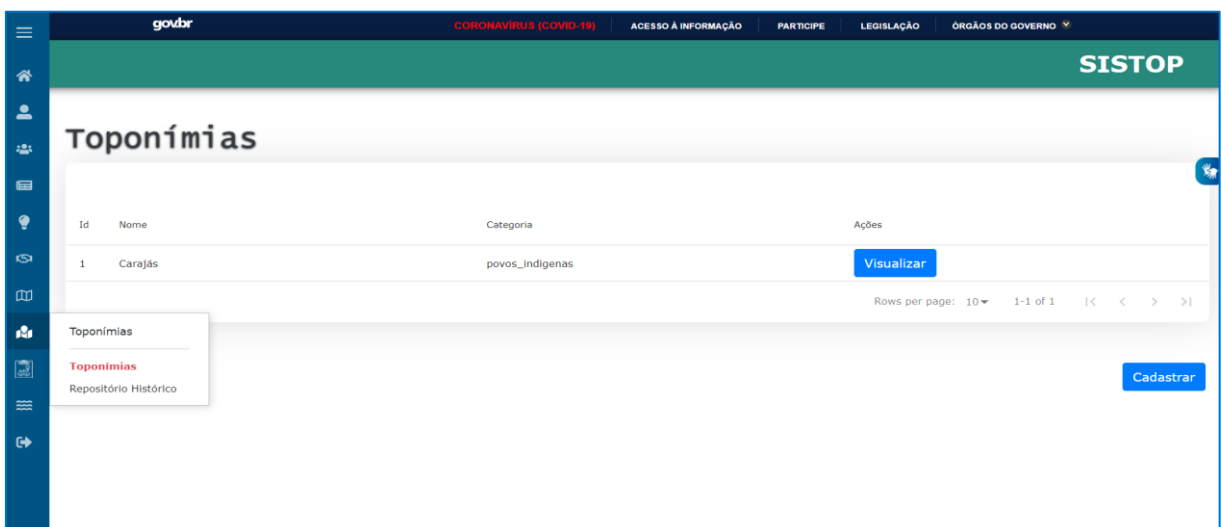
Figura 37– Tela do SISTOP- Municípios



Fonte: Nunes (2021).

Nesta aba serão apresentadas informações dos 139 municípios do estado do Tocantins, de modo que serão dispostas da seguinte forma: Topônimo (nome do município); Código do município (<https://www.ibge.gov.br/explica/codigos-dos-municipios.php>); WKT¹⁶ (ou outra forma de codificação de dados geográficos vetoriais); Região Administrativa do Estado (SEPLAN) – Código; Região Administrativa do Estado (SEPLAN) – Nome; Região Geográfica Imediata do IBGE – código; Região Geográfica Imediata do IBGE – nome; Link do município do IBGE Cidades; Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo (simples / composto / híbrido); Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes(Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / outras); Contexto; Referências adicionais ; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Inserir arquivo de mídia; (informações adicionais - link; vídeo, áudio)

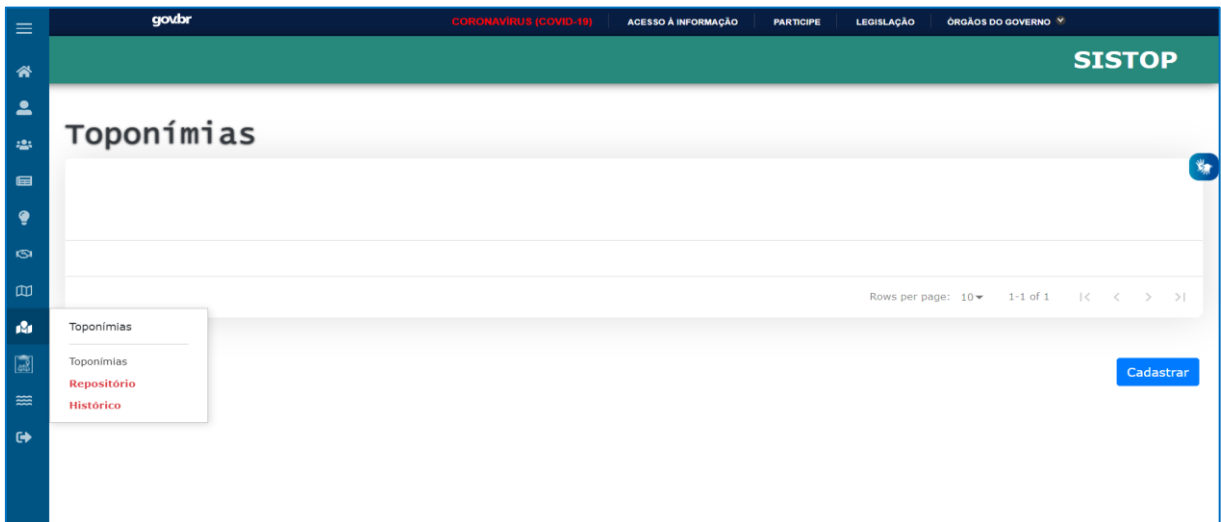
Figura 38– Tela do SISTOP- Toponímia Histórica



Fonte: Nunes (2021).

¹⁶ *Well-known text (WKT)* é uma linguagem de marcação de texto para representar objetos de geometria vetorial em um mapa, sistemas de referência espacial de objetos espaciais e transformações entre sistemas de referência espacial. Disponível em <https://qastack.com.br/gis/tagged/wkt/>. Acesso em setembro de 2021.

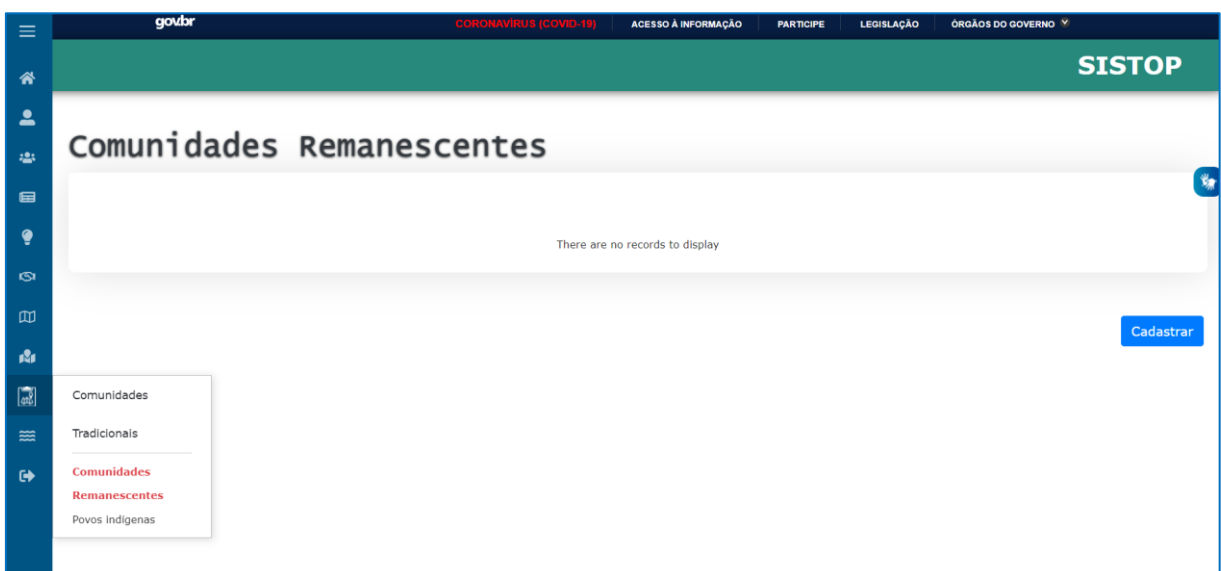
Figura 39– Tela do SISTOP- Toponímia Histórica



Fonte: Nunes (2021).

Serão elencadas nesta aba informações sobre a Toponímia Histórica do estado do Tocantins, de modo que os usuários terão acesso, além das informações dos topônimos, a mapas antigos, relatos de moradores antigos, dentre outras informações, de modo que poderão compreender melhor o processo de formação destes nomes, bem como de sua importância para a história, cultura dos municípios.

Figura 40– Tela do SISTOP- Populações Tradicionais



Fonte: Nunes (2021).

Na aba de comunidades tradicionais serão apresentadas informações sobre as comunidades remanescentes quilombolas e também dos povos indígenas.

Figura 41– Tela do SISTOP- Comunidades Remanescentes

The image shows a web application interface for 'SISTOP'. A modal window titled 'Formulário' is open, displaying a registration form. The form has the following fields:

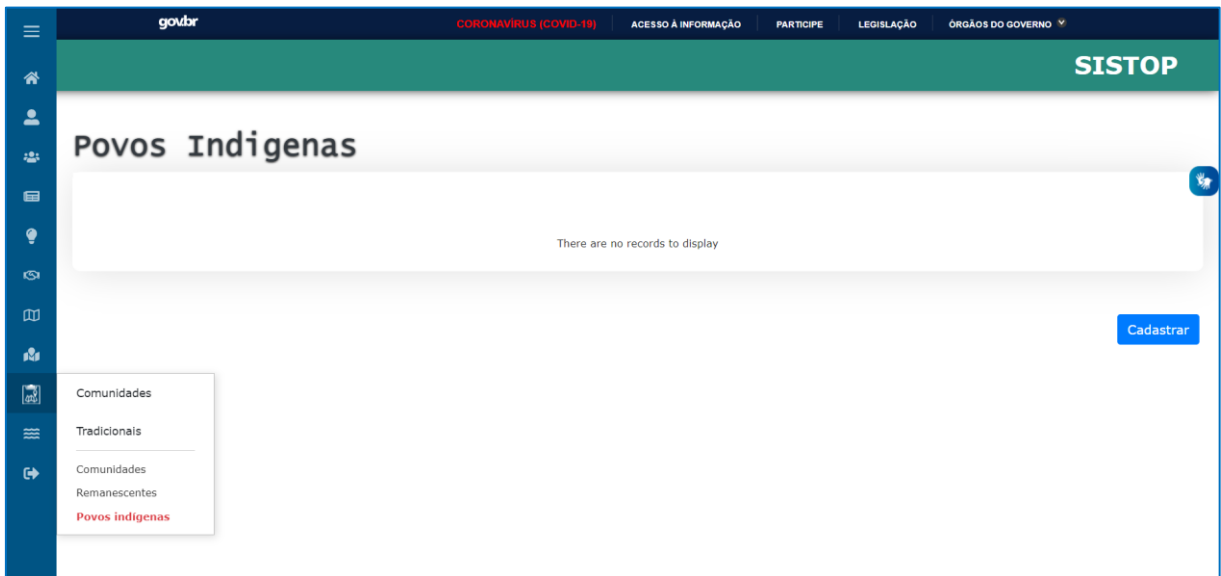
- Nome:** A text input field containing the value 'nomedacomunidade'.
- Município:** A text input field containing the value 'Município'.
- Região administrativa:** A text input field containing the value 'Região administrativa'.
- Long:** A text input field containing the value 'Long'.

The background of the application shows a sidebar with the word 'Comunidades' and a 'Cadastrar' button on the right side of the main content area. The top navigation bar includes links for 'CORONAVIRUS (COVID-19)', 'ACESSO À INFORMAÇÃO', 'PARTICIPE', 'LEGISLAÇÃO', and 'ÓRGÃOS DO GOVERNO'.

Fonte: Nunes (2021).

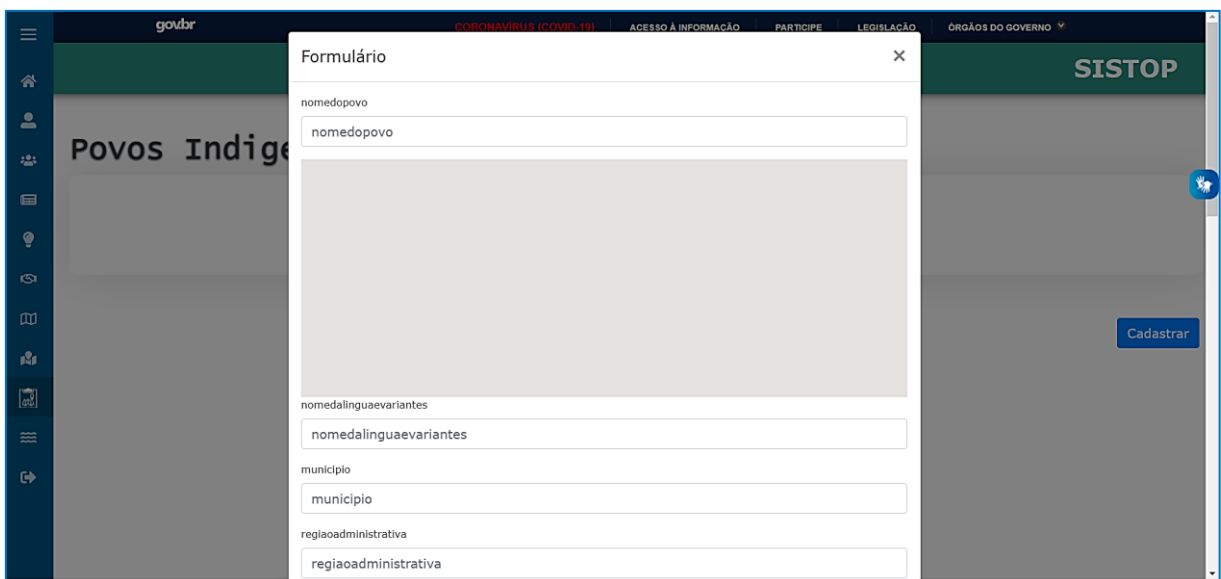
Na aba comunidades remanescentes serão disponibilizados os dados: Topônimo; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN) - Nome; Região; Geográfica Imediata do IBGE – nome; Link do município do IBGE Cidades; WKT (código); Fonte do dado geográfico; Data da Certificação pela FCP; Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo (simples / composto / híbrido); Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural (ver número máximo caracteres); Fontes (Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / pesquisa de campo / outras); Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio), dentre outras informações adicionais.

Figura 42 – Tela do SISTOP- Povos Indígenas



Fonte: Nunes (2021).

Figura 43 – Tela do SISTOP- Povos Indígenas

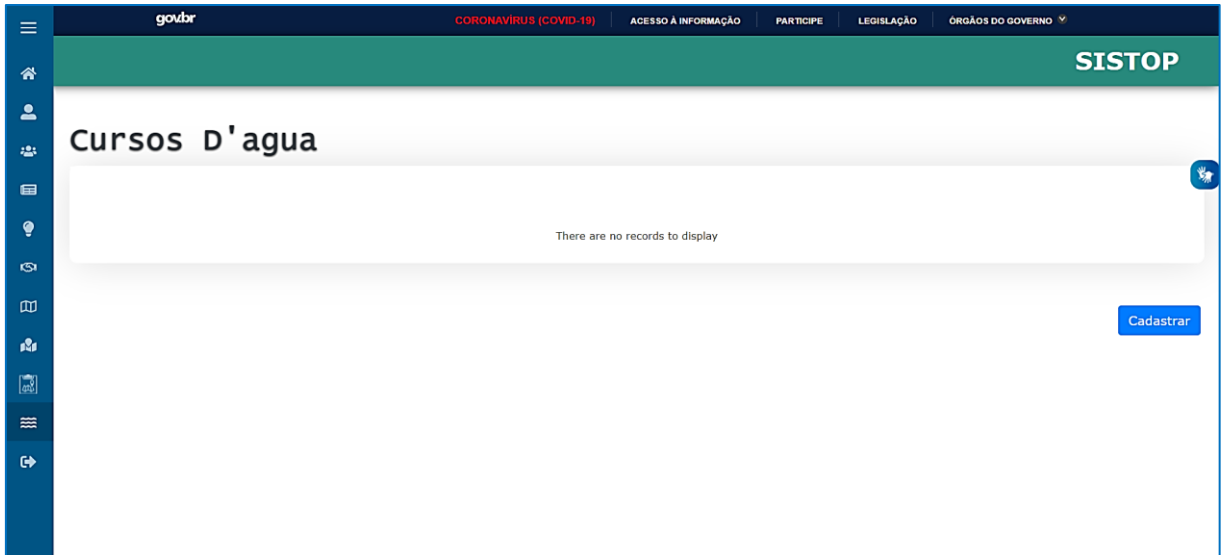


Fonte: Nunes (2021).

Na aba povos indígenas serão disponibilizadas informações sobre: Topônimo; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN) - Nome Região Geográfica Imediata do IBGE – nome; Link do município do IBGE Cidades WKT (código); Fonte do dado geográfico; Povo indígena; Tronco linguístico; Família linguística; Língua; Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo (simples / composto / híbrido); Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes (Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / pesquisa de campo / outras; Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data

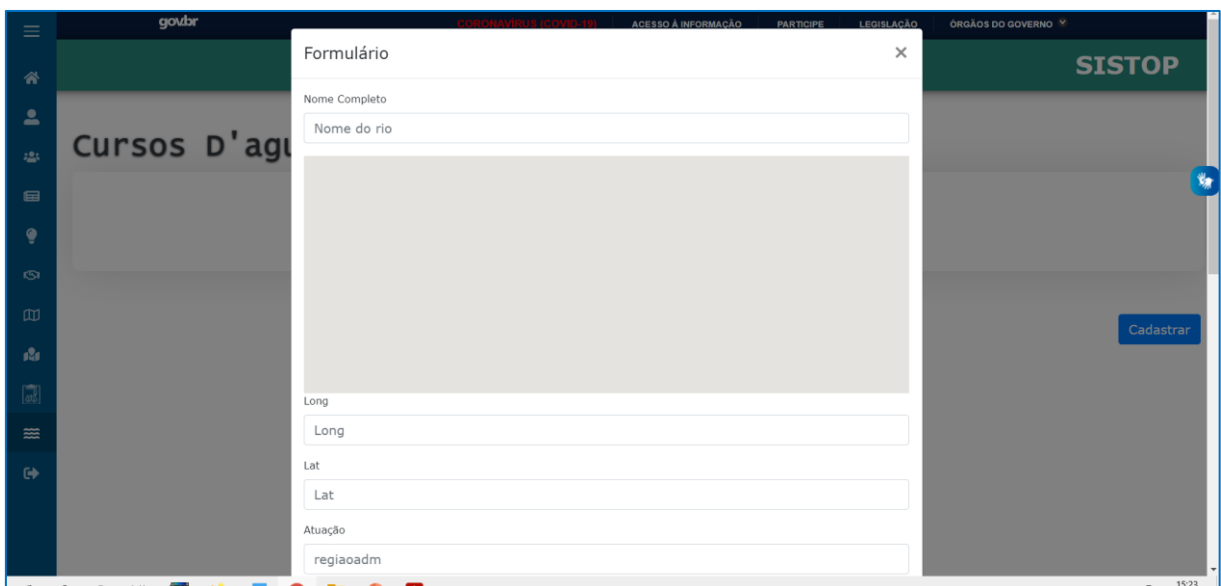
da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio) e outras informações adicionais.

Figura 44 – Tela do SISTOP- Águas do Tocantins



Fonte: Nunes (2021).

Figura 45 – Tela do SISTOP- Águas do Tocantins



Fonte: Nunes (2021).

Na aba águas do Tocantins, os usuários terão acesso as informações sobre a hidronímia do estado, de modo que poderão acessar dados como: Topônimo; Elemento hidrográfico (Rio / Córrego / Ribeirão / Cachoeira / Lago / Lagoa / Grotas / nascentes/ Sumidouro / outros; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN) - Nome; Região Geográfica Imediata do IBGE – nome; Link do município do IBGE Cidades; WKT (código); Fonte do dado geográfico/cartográfico; Escala;

Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo (simples / composto / híbrido); Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes (Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / pesquisa de campo / outras; Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio) e outras informações adicionais.

Figura 46– Tela do SISTOP- Contato

Fonte: Nunes (2021).

Nesta aba, os usuários poderão enviar para a equipe sugestões, informações, ou seja, poderão interagir e colaborar com a equipe.

Além das abas já apresentadas, também serão inseridas outras, como a aba Toponímia Colaborativa, em que os usuários poderão encaminhar informações, dados, sobre a Toponímia tocantinense, e serão disponibilizados para envio destes dados: o título da informação, conteúdo, imagem, localização, arquivos de mídia (link, vídeo, áudio), e-mail e telefone. Por meio desta aba os usuários poderão participar ativamente desse processo de conhecimento.

Outra aba que também será acrescentada é sobre Toponímia em Libras, que além de informações importantes será uma excelente ferramenta de inclusão, e nesta aba serão apresentados os seguintes dados: Topônimo em Libras (com exemplo de descrição em libras por meio de imagem); WKT (código); Código do município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN) (região / nome do município); Região Geográfica Imediata do IBGE (código e nome); Link do município do IBGE Cidades;

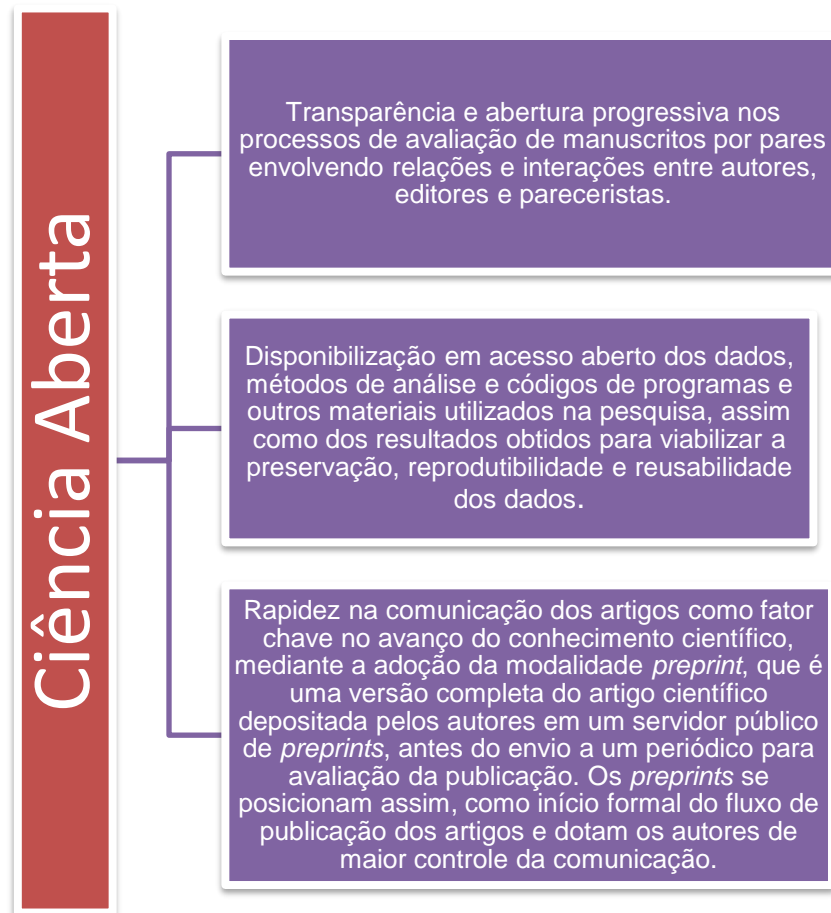
Escrita de sinais (exemplo da escrita de sinais por meio de imagem); Topônimo em Português; Descrição do sinal; Morfologia; Categoria; Motivação; Validação; Tipo de fonte (Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / pesquisa de campo / outras; Data da coleta; Pesquisador(a); Arquivos de mídia (informações adicionais) e link do Youtube.

Em face do que já expusemos, reiteramos que a ideia central para o desenvolvimento do SISTOP nesta presente fase é a de que o Sistema seja utilizado como apoio pedagógico no contexto da sala de aula tanto por professores de Língua Portuguesa como também de Geografia e História na educação básica, no qual serão ressaltadas, por exemplo, particularidades linguísticas, geográficas ou sócio-históricoculturais. Nesse sentido, Andrade e Ribeiro (2014) explicitam que pensar o estudo toponímico de forma pedagógica reitera o caráter inovador/criativo da proposta. Para isso, propomos uma discussão de inserção no campo prático-metodológico de como essa ferramenta poderá auxiliar no processo de ampliação de conhecimento dos educandos a partir das informações sobre a Toponímia tocantinense.

Compreendemos que nossa proposta de trabalho é inovadora, especialmente por abordarmos os estudos toponímicos no contexto do ensino, por apresentarmos uma proposta de utilização de ferramentas tecnológicas, as quais são fundamentais em todas as esferas sociais, inclusive no âmbito educacional. Além disso, temos consciência também de que os dados e abordagens apresentadas no nosso trabalho serão difundidos e servirão como base para outros trabalhos nessa vertente. Logo, é de suma importância que expressemos aqui a necessidade de difundirmos a ciência aberta, principalmente pelo fato desta consistir no novo *modus operandi* de comunicar pesquisa, pois sabemos que estas precisam urgentemente serem replicadas e reaplicadas, por exemplo, os trabalhos toponímicos precisam dialogar, devemos priorizar o tratamento e armazenamento dos dados, para que assim estes se completem e ampliem as possibilidades de novos estudos, de novas visões.

Nesse sentido, a Ciência Aberta contempla uma transformação considerável e essencialmente rica do costumeiro *modus operandi* de projetar, fomentar, realizar e, mormente, comunicar pesquisa. Ao passo que visa privilegiar a natureza colaborativa da pesquisa e assim democratizar tanto o acesso e quanto uso do conhecimento científico. A Ciência Aberta contempla um conjunto de práticas, ilustrado na Figura 47:

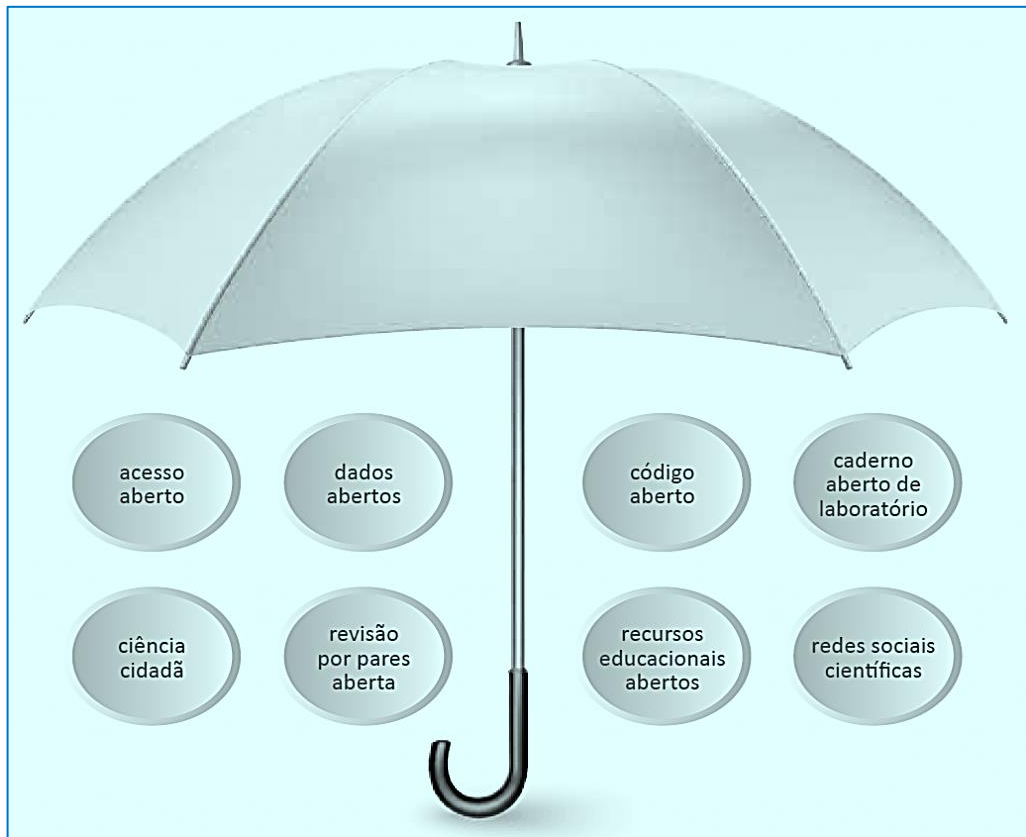
Figura 47: Conjunto de práticas abarcados pela Ciência Aberta



Fonte: PACKER E SANTOS (2019).

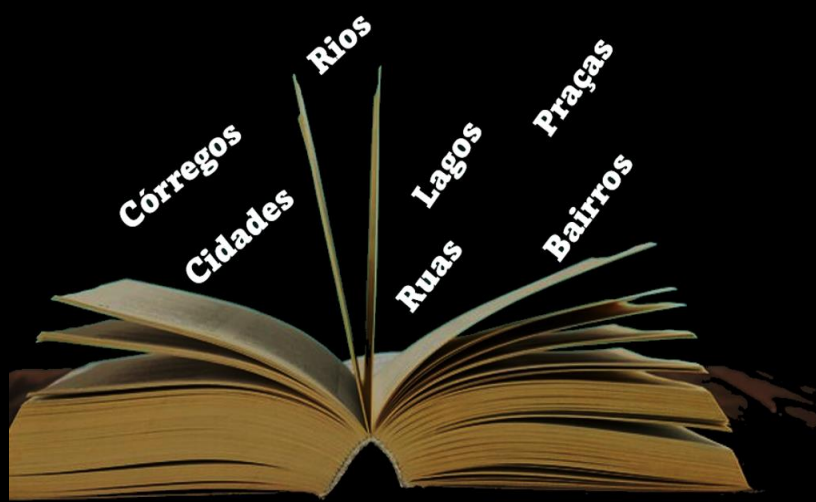
Dessa forma, a natureza da Ciência aberta objetiva, especialmente, o compartilhamento das pesquisas, cujo reflexo é o aperfeiçoar e aplicar os métodos científicos em prol da geração confiável de novos conhecimentos. Isso significa que é necessário fomentar a abertura dos métodos e dados das pesquisas para serem utilizados em outras investigações, bem como os projetos e processos educacionais, as inovações tecnológicas, ou seja, as pesquisas precisam dialogar, e isso é possibilitado por meio do amplo acesso às fontes de conhecimento articuladas desenvolvidas pelas pesquisas, cujo enfoque que aumentar a razão de ser da ciência em face do empreendimento cooperativo, social e cultural. Podemos ilustrar esse contexto por meio da Figura 48:

Figura 48: Guarda-chuva com a representação das práticas do conceito de Ciência Aberta



Fonte: FIOCRUZ, (2019).

Sendo assim, como bem expressa essa figura, por meio da Ciência Aberta as redes de colaboração entre pesquisas e pesquisadores se fortalecem, visando o avanço do conhecimento no universo tanto da ciência em geral quanto das disciplinas. Além do mais, objetiva a promoção da função social da ciência em relação ao entendimento e alternativa frente às questões que afetam o nosso presente e o nosso futuro.



3

Léxico, Toponímia e Ensino

“O estudo toponímico apenas pode ser compreendido e apreendido a partir dos fios tecidos sob os olhares de diversos saberes. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sociohistóricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem e a dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados”. (Andrade, 2019)

3 – LÉXICO, TOPONÍMIA E ENSINO

Apresentamos, neste capítulo, os pressupostos teóricos que subsidiaram esta pesquisa. Abordaremos as principais vertentes dos estudos do léxico; discorreremos sobre o campo da Onomástica e suas subdivisões, dentre elas: destacamos a Toponímia no contexto brasileiro e sua aplicação ao ensino, além de apresentarmos os estudos sobre a hidronímia.

3.1 Estudos do Léxico

O léxico é considerado o conjunto de palavras de uma língua, o qual constitui uma maneira de registrar o conhecimento do universo, conforme ressaltam Villalva e Silvestre (2017, p. 23), “uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua”. Nesse sentido, estudar o léxico é apropriar-se do vocabulário das línguas em aspectos atrelados à composição da palavra e seus significados e como podem ser combinadas umas com as outras.

Podemos considerar que o léxico está intimamente implicado ao processo de nomeação, sendo o componente de uma língua que retrata diretamente os aspectos culturais de uma comunidade. Sapir (1985, p. 90) pondera que “é o vocabulário de uma língua que reflete mais claramente o ambiente físico e social de seus falantes, pode ser considerado como um complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que atraem a atenção da comunidade”. É o léxico, portanto, que revela o poder que uma língua possibilita e pode ser identificado como o patrimônio vocabular de dada comunidade linguística no decorrer de sua história.

Explorar o léxico de uma língua consiste em evidenciar aspectos históricos, sociais, estruturais de determinado povo e período a partir de suas lexias. O estudo lexical das línguas faz-se necessário por revelar elementos de nossa história linguística e social, tendo em vista que língua e cultura não podem ser dissociadas. Sendo assim, estudar a língua de um povo, reflete na investigação de sua história, cultura e modo de vida.

Ressaltamos também que diversos conhecimentos estão implicados aos estudos do léxico, como: os discursivos, semânticos, pragmáticos, fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintáticos. Observamos o papel relevante que o léxico

possui, além de ser bem diverso. Atrelado a isso, Lorente (1998, p. 83) evidencia que o léxico pode ser entendido como uma intersecção de caminhos ao dizer que:

O léxico está situado em uma espécie de intersecção linguística que absorve informações providas de caminhos diversos: dos sons (fonética e fonologia), dos significados (semântica), dos morfemas (morfologia), das combinações sintagmáticas (sintaxe) ou do uso linguístico e das situações comunicativas (pragmática). Não há unidade lexical sem que algum desses aspectos esteja presente, de modo que a variação que afeta as palavras também tem origem em algum destes componentes.

Pela explanação da autora são múltiplas as perspectivas dos estudos do léxico e essa multiplicidade implica nas contribuições parciais dessa ciência pelo seu inventário infinito. Apesar da linguística, por muito tempo, dedicar-se a outros aspectos, os quais linguistas classificam por áreas, sendo ou não estudadas correlatamente, a saber: a Fonética (compreende no estudo dos diferentes sons empregados em linguagem); a Fonologia (consiste no estudo dos padrões dos sons básicos de uma língua); a Morfologia (estuda a estrutura interna das palavras); a Sintaxe (consiste no estudo de como a linguagem combina palavras para formar frases gramaticais); a Semântica (podendo ser, por exemplo, formal ou lexical, o estudo dos sentidos das frases e das palavras que a integram); a Lexicologia (compreende o estudo do conjunto das palavras de um idioma, ramo de estudo que contribui para a Lexicografia, área de atuação dedicada à elaboração de dicionários, enciclopédias e outras obras que descrevem o uso ou o sentido do léxico); a Terminologia (se dedicada ao conhecimento e análise dos léxicos especializados das ciências e das técnicas); a Estilística (consiste no estudo do estilo na linguagem); a Pragmática (compreende o estudo de como as oralizações são usadas (literalmente, figurativamente ou de quaisquer outras maneiras) nos atos comunicativos); A Filologia (é o estudo dos textos e das linguagens antigas). É certo que o léxico sempre se fez presente, integrando-se em cada passo dessa trilha que resulta na intersecção.

Ao realizarmos um levantamento histórico dos estudos do léxico, observamos que são evidenciados desde o século IV a.C., sendo provenientes da Índia, por meio dos trabalhos de Panini¹⁷, que desenvolveu estudos gramaticais de línguas e dialetos

¹⁷ Os primeiros estudos formais que nos chegaram acerca da linguagem humana remontam à Índia antiga. E do sábio Panini (520 a.c. - 460 a.c.) uma das primeiras sistematizações linguísticas de que se tem notícia. Panini descreveu o sânscrito clássico, criando, assim, uma espécie de primeira "gramática" da história da humanidade (BAIÃO, 2018). Corroborado a isso, Benveniste (1989, p. 30) reitera: "Temos aí algo de extraordinário, uma descrição linguística puramente formal que data, segundo a estimativa mais prudente, do século IV antes de nossa era. Panini, este gramático indiano, tomou a língua

indo-arábicos antigos. Nessa abordagem, o autor apresentou elementos significativos da língua a partir de lexias e morfemas, em seu estudo atentou-se, principalmente, quanto à forma das palavras, resultando em um memorável estudo morfológico.

No que tange aos estudos do léxico no ocidente, os gregos¹⁸ foram responsáveis pelas primeiras reflexões nesse sentido, além disso, no campo da Semântica os trabalhos dos gregos visavam estudar a palavra como conceitos, articulavam forma e ideia a partir de análises filosóficas¹⁹. Já os latinos²⁰, apresentaram grandes contribuições na vertente gramatical, evidenciaram contraposições entre a gramática da língua e o seu uso social efetivo.

Ainda na idade média, a tradição greco-latina resgatou ideais opostos quanto a precisão dos vocábulos, de um lado tinha-se que as palavras consistiam em meros reflexos de ideias e do outro que os nomes foram atribuídos de modo arbitrário às coisas, ou seja, oposições realistas e nominalistas respectivamente. Por conseguinte, destacamos também que, do período do Renascimento até meados do século XVIII, os trabalhos na área do léxico avançaram essencialmente em duas perspectivas: a primeira na produção de dicionários com a descrição ordenada do léxico (Lexicografia) e a segunda consiste no estudo da palavra em um viés filosófico, no qual influenciavam os gramáticos na busca de conceitos peculiares às línguas e a linguagem.

Nesse sentido, é importante destacarmos que os estudos lexicográficos se fazem presentes desde a antiguidade, mesmo que com trabalhos vagos, como por exemplo, os glossários produzidos pela escola grega de Alexandria, conforme descreve Biderman (1984, p.1):

A antiguidade não produziu obras lexicográficas no sentido que hoje damos a esse termo. Os únicos trabalhos de cunho vagamente lexicográfico

sâncrita como objeto. Não tem nenhuma palavra de especulação filosófica, mas somente uma análise formal dos elementos constituintes da língua (palavras, frases, relações entre palavras, etc.). Este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável [...] já se mostra aí o ancestral das pesquisas científicas de hoje."

¹⁸ A presença grega nas línguas modernas é representado pelo léxico, cuja análise evidencia a etimologia das palavras e sua origem indo-europeia, bem como a história do valor semântico e da modificação ocorrida ao longo do tempo o juntamente com as modalidades de assimilação nas línguas modernas (ROSSI, 1995, p. 2016).

¹⁹ Os filósofos gregos preocupavam-se com a linguagem no sentido de interpretar os fenômenos naturais e as relações com as instituições sociais (MARQUES, 2003, p. 26).

²⁰ A contribuição dos latinos que desenvolveram estudos gramaticais foi mostrando a oposição entre sistema (gramática da língua) e norma (uso social efetivo), que atuam como forças que conservam a língua, ao mesmo tempo em que lhe permitem mudanças (ABBADÉ, 2006, p. 717).

daquelas eras são os glossários, sobretudo os produzidos pela escola grega de Alexandria e, entre os latinos, o Appendix Probi. Esses precursores do moderno lexicógrafo eram, na verdade, filólogos ou gramáticos, preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de "erros" linguísticos. Os filólogos alexandrinos, p.ex., buscaram elaborar léxicos e glossários sobre os textos homéricos para a sua melhor compreensão. O gramático romano Varrão (I séc. A.C.) em *De língua latina* tentou fornecer dados de natureza semântica e etimológica sobre algumas palavras latinas. Na Idade Média valeria a pena lembrar apenas as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha (570-636) e alguns glossários. As *Etimologias* têm escasso ou nulo valor científico e linguístico, sendo muito fantasistas. Baseiam-se numa concepção mística do mundo e da linguagem que tende a referir a língua e as palavras a um sistema de significação que se reporta a Deus, adulterando-lhes, pois, a natureza. Na verdade, documentam o mundo cultural da Idade Média e sua concepção de universo. Entre os glossários podemos citar o Glossário de Reichenau (séc. VIII D.C.) e o Glossário de Cassei (séc. IX D.C.) em terras do império carolíngio. Os dois Glossários de Reichenau contêm pouco mais de 2.000 vocábulos. São listas de palavras tiradas da Vulgata (versão latina da bíblia) de difícil compreensão para a época do autor, traduzi das no vernáculo românico da região. O Glossário de Cassei (265 palavras) é similar; trata-se de tradução do latim para o vernáculo germânico da região. Também em terras hispânicas foram elaborados alguns glossários: as *Glosas Emilianenses* e *Silenses* (séc. X ou XI).

Compreendemos com isso que a Lexicografia, propriamente dita terá início somente nos tempos modernos com os primeiros dicionários espanhóis, como o *Universal Vocabulario* de Alonso de Palencia (1490) e os vocabulários *Latino Español* (1492) e *Español Latino* (1495) de Antônio de Nebrija. Nesse sentido, no século XVI no cenário europeu, a Lexicografia foi desenvolvida compreendendo apenas dicionários bilíngues e somente em meados do século XVII que se desenvolve a Lexicografia monolíngue, e a partir do século XIX e XX as obras lexicográficas foram ampliadas, evidenciando-se uma abundante variedade de dicionários e enciclopédias.

Em relação à lexicografia portuguesa, o *Vocabulário Portuguez e Latino* em 8 volumes, Coimbra 1712-1721, de Rafael Bluteau é considerado como o melhor dentre os dicionários antigos. Entre os mais abalizados dicionários do passado podemos destacar o *Morais*, que leva o título de "*Dicionário da Língua Portuguesa*", o qual constitui um marco na lexicografia de língua portuguesa.

No contexto do século XIX destaca-se o dicionário português do Frei Domingos Vieira, sendo o *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa*, 1871-1874. E em 1881, temos o *Dicionário de Aulete*, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, que foi planejado e iniciado por Caldas Aulete, e em virtude de sua morte foi completado por Santo Valente e colaboradores. Convém ressaltar que a obra de Aulete muda os rumos da lexicografia portuguesa.

Em relação ao cenário lexicográfico brasileiro, em 1958 foi publicada a versão brasileira do Aulete por Hamilcar de Garcia, pela editora Delta, intitulado: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (5 volumes). E no contexto contemporâneo, destaca-se o popular Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o qual teve sua primeira edição publicada em 1975.

No que diz respeito a Lexicologia, a priori, seus estudos focavam na língua falada, na análise do conteúdo lexical, nas perspectivas morfossintáticas, conceituais e funcionais, além disso, adotavam os aspectos históricos (sócio-histórico) e formais (semântico) da palavra. Já no século XIX, o prisma da Lexicologia foi modificado e o enfoque da palavra passou a ser analisado em uma natureza morfológica e fonética. Diante disso, os estudos buscavam evidenciar a comparação entre as palavras e não mais o elo entre palavra e pensamento.

Ressaltamos também que nesse período surgem novas teorias no intuito de explicar os diversos aspectos das línguas, com destaque para Frans Bopp (1791-1867)²¹ que desenvolve o método da Linguística comparada ou Gramática Comparada, cujo objetivo é determinar correspondências entre línguas para poder estabelecer suas relações de parentesco. No final do século XIX são identificados grandes avanços nos estudos linguísticos, destacamos a Geografia Linguística e o início dos estudos na área da Onomasiologia. À vista disso, as ênfases dos trabalhos passaram de investigações fonéticas a questões lexicais.

Embora os primeiros estudos acerca das palavras terem se limitado a sua organização alfabética e a busca de sua significação, no que conhecemos como modelos dicionários, existem diversas outras perspectivas de estudos do léxico, conforme serão abordadas no próximo tópico.

3.1.1 Lexicografia, Lexicologia e Terminologia

Apesar dos trabalhos desenvolvidos a respeito das palavras datarem desde a Antiguidade Clássica, os estudos que envolvem a Lexicologia são considerados recentes e mantiveram-se em segundo plano por um longo período na história linguística, embora seja evidente o seu papel relevante para os estudos linguísticos.

²¹ Filólogo alemão, que demonstrou a importância do sânscrito para as línguas indo-europeias e é considerado o fundador da linguística comparada (GUIMARÃES, 2005).

Podemos considerar que um marco para os estudos do léxico foi o VII Congresso Internacional de Linguística, em Londres no ano de 1952, de modo que foram tratadas novas perspectivas e os conceitos linguísticos gerais foram elaborados a partir de uma base fenomenológica, significando um sistema de referências extralinguísticas, com isso os trabalhos envolvendo o léxico passaram a ter mais notoriedade.

Nesse sentido, no contexto atual é importante destacarmos também eventos importantes, os quais demonstram os avanços nas pesquisas do léxico, a saber: I Congresso Internacional de estudos do Léxico e suas Interfaces (CIEL). O evento ocorreu em 2011 em Salvador (BA), e reuniu estudiosos brasileiros e estrangeiros na área. Destacamos também que em 2014 ocorreu o I CINELE – Congresso Internacional Estudos do Léxico e suas Interfaces - III Jornada Diferentes Olhares sobre o Léxico, em homenagem aos professores Maria Tereza Camargo Biderman e Sebastião Expedito Ignácio e II Encontro do Grupo de Pesquisa LINBRA – Línguas Indígenas Brasileiras. O evento ocorreu em Araraquara- SP e contou com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior.

Inferimos que relacionada à Lexicologia está a Lexicografia, uma atividade antiga e tradicional que em sua vertente prática, ocupa-se em compilar e organizar o léxico em dicionários, glossários, dentre outros. Em sua vertente teórica, visa analisar o processo de elaboração de obras dessa natureza, bem como apresentar propostas de soluções aos problemas intrínsecos ao fazer lexicográfico. No que concerne aos aspectos relacionados a Lexicografia, Biderman (2001, p. 17) ressalta que:

a Lexicografia é a ciência dos dicionários [...] iniciou-se nos princípios dos tempos modernos. Embora tivesse precursores nos glossários latinos medievais, essas obras não passavam de listas de palavras explicativas para auxiliar o leitor de textos da antiguidade clássica e da Bíblia na sua interpretação. A Lexicografia só começou, de fato, nos séculos XVI e XVII com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngues e bilíngues (latim e uma língua moderna). Quanto aos dicionários técnico-científicos, no português, eles são obra do século vinte; na verdade, nessa área estamos apenas começando.

Atualmente a Lexicografia tem sido alvo de grande interesse pelos pesquisadores da área, pois pode subsidiar embasamentos necessários aos estudos lexicais, posto que fixa os conceitos dos signos linguísticos em estados de língua variados, registrando-nos de modo sistematizado, além disso pode ser utilizada como referência às normas lexicais correntes. Atrelado a isso, por meio da produção das mais diversas obras lexicográficas de ordem etimológica, histórica, terminológica ou

ortográfica, destacamos que a Lexicografia possibilita uma gama de pesquisas na área da Lexicologia, como pelos empréstimos linguísticos, regionalismos, neologismos, dentre outros.

A Lexicologia e a Lexicografia são áreas que se complementam, pois o lexicógrafo precisa fazer uso de alguns modelos teóricos que abarquem elementos estruturais de um conjunto lexical, de modo que possa dar tratamento adequado às unidades lexicais analisadas; já o lexicólogo, por sua vez, a partir de dados propiciados pela lexicografia, constrói modelos de um universo lexical que possibilitam tanto a descrição da natureza quanto as funções do universo (TURAZZA, 1996, p. 73).

Compreendemos que a Lexicografia necessita da descrição e análise lexical oriundas da Lexicologia para a formação das análises lexicográficas, ao passo que a Lexicologia requer esses dados para teorizar descrições, bem como os meios de análise lexical. Sendo assim, ambas são ciências relacionadas, cuja afinidade é estabelecida pelo estudo da forma, origem e significado das palavras, além disso configuram-se como dois métodos, comportamentos e atitudes frente ao léxico.

A Lexicologia teve maior aplicação científica ao estudo do léxico, entretanto, podemos inferir que a Lexicologia como ciência voltada para os estudos linguísticos passou por um longo processo até de fato solidificar-se. A Lexicologia constitui o plano funcional da língua e suas investigações podem ser desenvolvidas segundo a semasiologia ou a onomasiologia, nas perspectivas sincrônica e diacrônica, além de possibilitar abordagens tanto descritivas quanto aplicadas, sendo assim um campo vasto de atuação.

Conforme já explicitamos, o léxico é caracterizado como o conjunto de palavras de determinada língua, cabe a ele expressar o universo de uma sociedade, bem como nomeá-lo. Desse modo, os nomes são signos operacionais que perpassam as gerações e é por meio deles que os indivíduos realizam sua habilidade de expressar-se em todos os aspectos. Com isso, o legado lexical de uma língua forma um repositório capaz de armazenar os elementos culturais de um povo, o qual reflete em suas experiências ao longo dos anos, e a esses aspectos designa-se a Lexicologia.

Dessa forma, a Lexicologia pode ser compreendida como uma das disciplinas tradicionais que estudam o léxico, bem como tem a finalidade de descrevê-lo. Dessa forma, podemos inferir que a Lexicologia estuda o léxico em todos os aspectos linguísticos, discursivos, pragmáticos, culturais e históricos, sendo assim, o estudo

científico no léxico é norteado pela Lexicologia. Nessa abordagem, Biderman (2001, p. 17) ressalta que:

a lexicologia, ciência antiga, tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico [...] embora se atribua a Semântica o estudo das significações linguísticas, a Lexicologia faz fronteira com a Semântica, já que, por ocupar-se do léxico e da palavra, tem que considerar sua dimensão significativa. Tradicionalmente os estudiosos da Lexicologia tem-se ocupado da problemática da formação de palavras, província em que essa ciência confina a Morfologia, dita lexical. Os lexicólogos vêm-se dedicando também ao estudo da criação lexical, ou seja, os neologismos.

Além disso, a Lexicologia estabelece relações com outras ciências como a Etnolinguística e a Dialectologia, de maneira que desenvolveram estudos articulando língua e cultura. A Lexicologia visa à investigação dos processos de renovação lexical, como também se identifica pela criação de teorias, considerando a análise e a descrição do léxico. Além de ser considerada a ciência que estuda as unidades lexicais de um ou de várias línguas, no que se refere ao significado ou o seu significante, ou seja, o léxico em todos os sentidos.

Por conseguinte, temos a Terminologia, a qual é denominada como a ciência que estuda os termos de caráter técnico-científico. “Por sua vez, está voltada para o léxico especializado, ou seja, para as denominações técnicas que permitem ao ser humano nomear os objetos, os conceitos, no âmbito das diferentes áreas profissionais e especiais” (CASTIGLIONI, 2014, p. 29). Desse modo, a Terminologia corresponde a um subconjunto do léxico de determinada língua, o qual compõe o seu objeto e está presente no universo referencial. Entre a Lexicologia e a Terminologia existe uma grande área de relações, à medida que se distinguem, respectivamente, como ciência que abrange as definições e ciência das designações. Ademais, a Terminologia pressupõe

uma teoria da referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente. Especificando melhor: a Terminologia deve estabelecer uma relação entre a estrutura conceptual e a estrutura léxica dessa língua (BIDERMAN, 2001, p. 19).

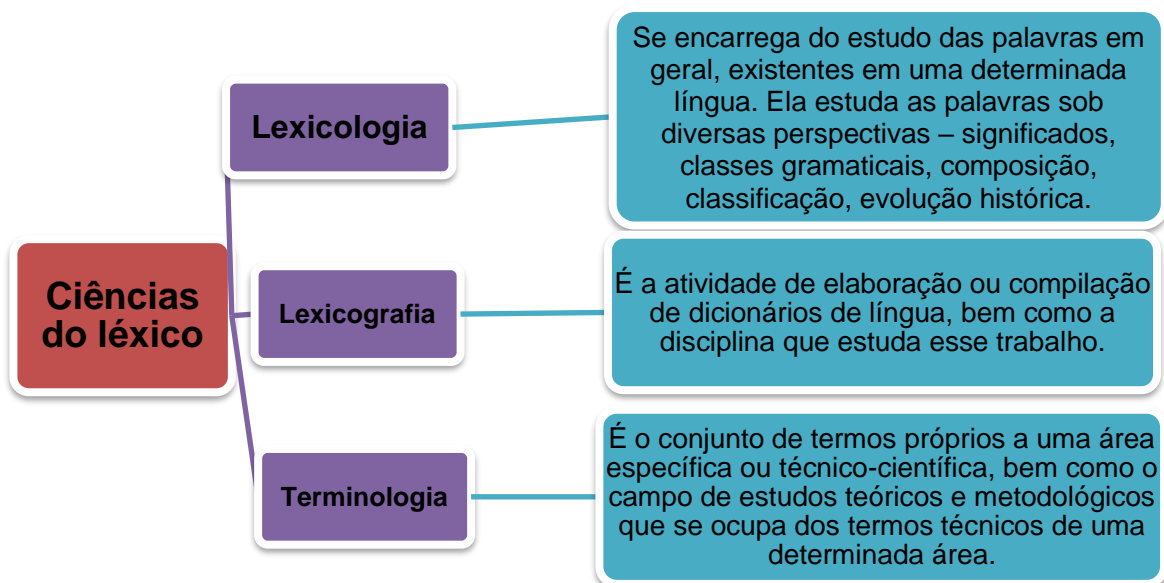
Abordada nessa perspectiva, a Terminologia denota significados diversos, e ao pensarmos nas designações técnicas possibilitam as nomeações de conceitos e de objetos pertinentes ao contexto de diferentes áreas profissionais ser humano. Ao ser tomada como objeto, ou seja, como um agrupamento de termos de uma

especialidade, observamos que os seus termos são abordados distintamente em cada área do conhecimento, pois compõem o vocabulário intrínseco de uma pesquisa ou um grupo de pesquisadores, de uma tecnologia ou uma ciência específica. Tendo em vista que necessitam de um conjunto de termos propriamente definidos, constituindo assim, sua terminologia.

É importante ressaltarmos algumas perspectivas acerca dos termos, sendo que, para a linguística, eles são denominados como signos linguísticos que compõem um subconjunto no léxico gramatical de um indivíduo, como uma forma de saber. Na concepção filosófica, a Terminologia consiste em um grupo de unidades cognitivas que retratam um conhecimento especializado, desse modo é caracterizado como uma forma de conhecer. No que tange às diferentes disciplinas técnico-científicas, a Terminologia é identificada como o conjunto de unidades de comunicação e expressão que possibilita a transferência do pensamento especializado, sendo um meio de comunicar, transferir (CABRÉ, 1995).

Para melhor contextualização das ciências do léxico, apresentamos abaixo um mapa conceitual evidenciando suas principais características, como demonstrado na Figura 49.

Figura 49 - Mapa conceitual com as características gerais das ciências do léxico



Podemos então considerar então que, a Lexicologia dedica-se ao estudo das palavras em geral, por sua vez, o Lexicógrafo faz uso dessas palavras na compilação de dicionários. Do mesmo modo, tem-se a Terminologia, no qual divide essas palavras e as distribui em suas áreas específicas. A título de exemplo, a palavra macaco, na Zoologia significa um animal peludo, entretanto, a mesma palavra na Mecânica apresenta o significado de um instrumento usado para levantar o veículo automóvel.

Além disso, podemos considerar também que no campo geral da Lexicologia inscreve-se a Onomástica, cujas investigações estão voltadas para os nomes próprios e é considerada uma ciência do léxico fundamental no tocante ao restabelecimento sócio-histórico e físico-cultural implicadas na nomeação, sendo um elemento de vivência coletiva. Dessa forma, o tópico seguinte dedica-se as concepções teórico e descritivas da ciência Onomástica.

3.2 A Onomástica

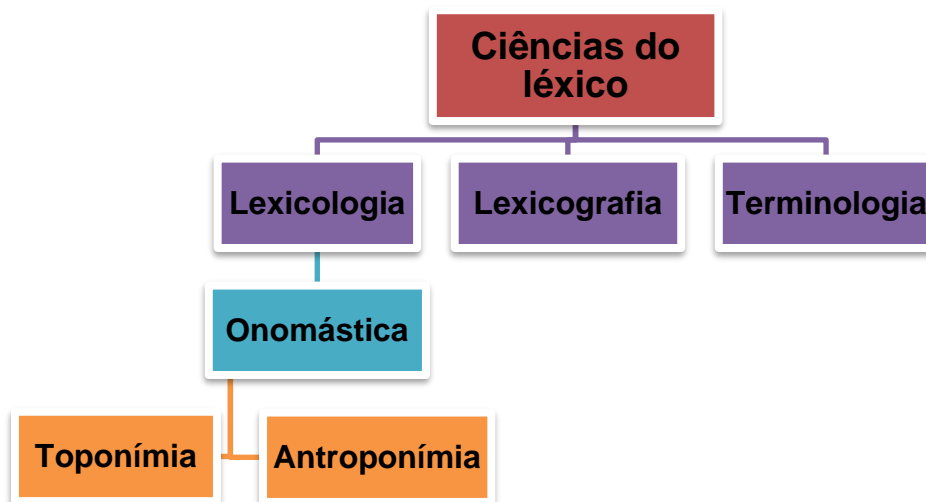
Na dimensão dos estudos lexicológicos, identificamos a Onomástica, ciência que trata da análise dos nomes próprios, a palavra onomástica pode ser etimologicamente descrita como a arte de dar nome, estudo dos nomes ou ainda como objeto de investigação linguística do sistema de nomes próprios nas perspectivas sincrônicas e diacrônicas. O sistema onomástico faz uso dos mesmos constituintes presentes no léxico virtual de uma língua, ao passo que a Onomástica está integrada à Lexicologia. Dessa forma, é “o simbolismo das formas linguísticas” que permite transformar o nome em um lugar existencial, sendo que a configuração de um lugar somente ocorre “a partir de um nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo” (DICK, 1998, p.79-81).

Além do mais, caracteriza-se também como disciplina da linguagem, na qual divide-se em duas áreas de estudo, Antroponímia (refere-se aos nomes próprios de pessoas) e Toponímia (diz respeito aos nomes próprios de lugares). Implicado a esses conceitos, em 1951, Dauzat considera a Onomástica como a união entre a Toponímia e Antroponímia, além disso o autor assevera que ambas são consideradas ciências e estabelece que primeira é a ciência dos nomes próprios de lugares, ou seja, são os topônimos e a segunda como a ciência dos nomes próprios de pessoas, sendo o antropônimo. Arelado a essa breve descrição acerca da Onomástica e suas subáreas, Leite de Vasconcelos (1931, p. 460) destaca no 3º Volume de seus *Opúsculos* que:

“O nosso léxico compõe-se de vocábulos que pertencem à língua comum, e de nomes próprios, ou onomástico. O estudo onomástico chama-se *Onomatologia*, que pode decompor-se em três ramos: estudo de nomes geográficos, ou Toponímia; estudo de nomes de pessoas, ou Antroponímia; e estudo de nomes vários, isto é, de deuses, ventos, astros, signos, embarcações e outros. Estudar os nomes próprios, é classificá-lo segundo as fontes de que provêm, e explicar, quanto possível, a origem de cada um”. [Grifo do autor].

Dessa forma, conforme o autor pondera, os estudos onomásticos consideram tanto os aspectos etimológicos como de classificações. A concepção de indicar alguma coisa, ou de identificar os seres, recai sobre o fato de os especialistas da linguagem habitualmente aplicarem aos nomes próprios, em contraste aos nomes comuns o simplório ato de significar, o que não pode ser a rigor considerado nos estudos onomásticos. De modo que, a Toponímia e a Antroponímia, face a função identificadora, mantêm, em sua estrutura indissociável, além de exata significação. Nesse contexto, apresentamos um mapa conceitual com a sintetização da articulação das ciências do léxico, ilustrado na Figura 50.

Figura 50- Mapa conceitual com a sintetização das ciências do léxico



Fonte: NUNES (2021).

Nesse sentido, compreendemos que o universo onomástico não fica restrito apenas às questões linguísticas, pois suas análises também estão relacionadas aos

aspectos sociais, culturais e históricos de dada comunidade. Acerca desses aspectos, Vasconcelos (1931, p. 312) reitera que:

A Onomatologia ocupa-se do estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; considerando apenas que se referem a locais e a pessoas, podemos dividi-la em Toponímia e Antroponímia. Ninguém porá um momento em dúvida a importância da Onomatologia. As invasões passam, os costumes modificam-se ou desaparecem, as condições físicas do solo variam, e, contudo, os nomes lá ficam muitas vezes, como marcos esquecidos, como sentinelas do passado, a revelar grande número de factos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos.

A partir dessas inferências, convém ressaltar a relevância dos estudos onomatológicos em virtude da sua busca pela história identitária e étnico-cultural, o qual possibilita o resgate de informações ora esquecidas, apresentando assim valiosas contribuições à língua de um país. Os estudos onomásticos nos possibilitam resgatar nossas origens, visitar o nosso passado e por esse motivo tem sido foco de várias pesquisas ao longo dos anos, despertando a atenção do público em geral acerca de seus objetos de estudo.

Estudar os nomes de lugares ou de pessoas perpassa a simples função de nomear, pois esse sistema de denominação representa o *modus vivendi* de determinada cultura caracterizando assim os seus valores. Ao passo que mesmo que estejamos familiarizados com esses nomes, aos nos depararmos com sua natureza vislumbramos o quão incompreensíveis sua significação representará para nós, mesmo que sejam denominações habitualmente conhecidas.

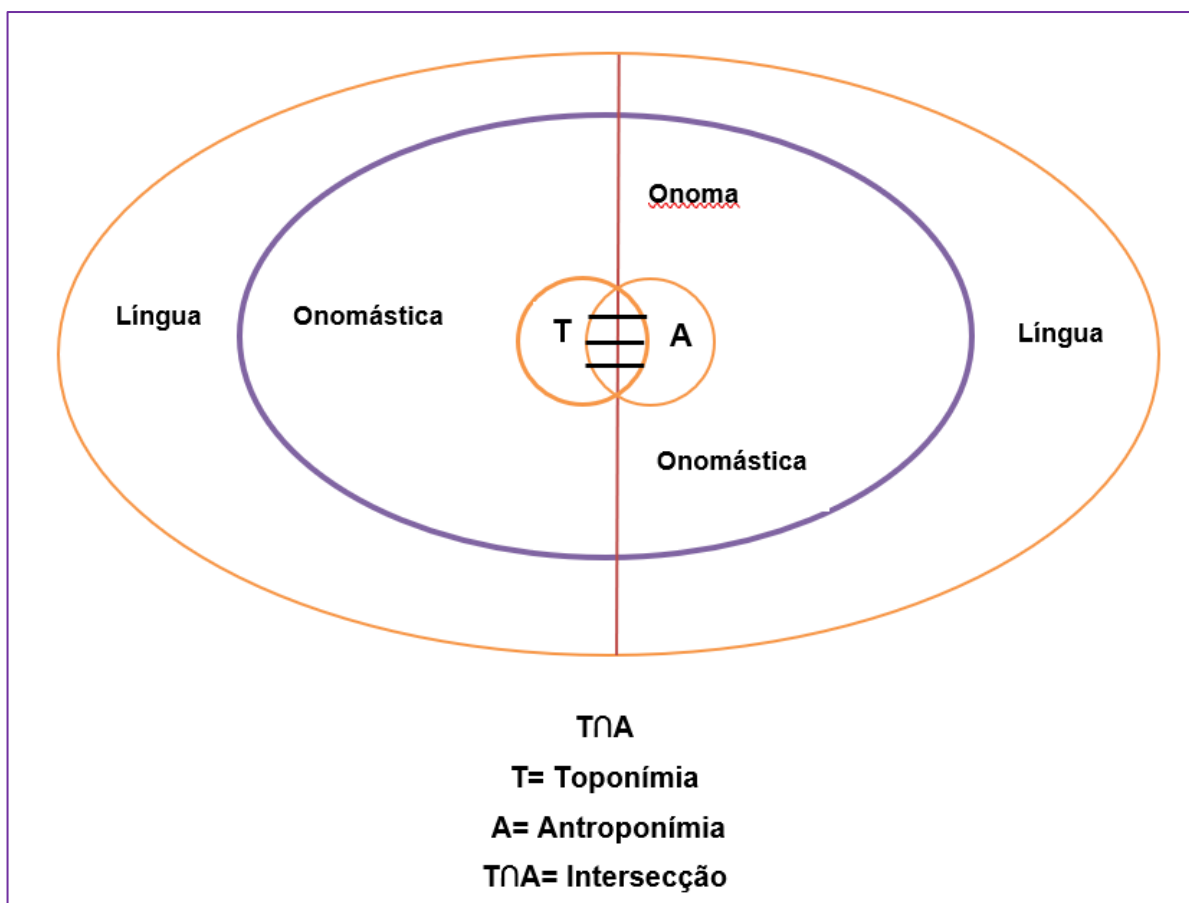
Além do mais, na Onomástica destaca-se a função referencial, justamente pelo fato do enunciatário conseguir identificar o referente. Seabra (2006, p. 1956) explicita que em relação ao nome de lugar, que às vezes permanecem intactos e outras são sutilmente modificados, “o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem se mantendo na língua, atravessando gerações”. E por apresentar-se como estudos voltados para a função denominativa ou referencial da linguagem, seja a Toponímia ou a Antroponímia, nos deparamos com a função dos signos linguísticos, os quais são a própria referência, bem como identificar a função que esses simbolizam, logo conhecer o significado de um nome resulta no que ele representa.

A Onomástica se destaca pelo seu caráter interdisciplinar, pelo fato de apresentar relevantes informações tanto para a linguística como também pode auxiliar outras áreas do saber humano, tais como a Antropologia, Cartografia, História,

Geografia, Arqueologia, dentre outras que fazem uso de dados produzidos pelas suas pesquisas. Aspectos estes que ratificam a importância dessa área em diferentes perspectivas.

Seabra (2006) discute que embora se constituindo em campos semânticos de variáveis dimensões da Onomástica – Toponímia e Antroponímia – é apresentada nela mesma relação de inclusão, pois se inter cruzam no *onoma*, em uma área de intersecção, ou seja, o vocábulo por deixar seu pleno uso da língua, trilhando pelo emprego onomástico, envolve-se de características denominativas, passando a ser aludido como topônimo e antropônimo, no qual percorrem caminhos distintos e complementares, como evidenciado na Figura 51.

Figura 51 – Onomástica



Fonte: DICK (1991) citado por SEABRA (2006) adaptado.

Conforme apresenta a autora, pelo fato dos estudos onomásticos envolverem a função de linguagem referencial, não se pode apresentá-los sem abordar as

concepções de referência. Pois, uma vez relacionado a dada realidade o signo linguístico carrega-se de sentido e passa a se referir a ela. Conforme explica:

À *Onomástica* interessa o *nome* – distinto da palavra – pois pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une: “o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo)”. Nessa transmigração a palavra se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico, transcodificando-se, ou seja, do plano onomasiológico da língua (da designação) se integra ao plano semasiológico (da significação). Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes (SEABRA, 2006, p. 1954.) [*Grifos da autora*].

Nessa perspectiva, na Onomástica, sobretudo, no tocante ao nome de lugar, a função representativa do nome, ou seja, a relação do seu significado ao lugar está intimamente implicada ao que ele representa. Na medida em que o topônimo se mantém na língua ao passo que a sociedade se modifica pode acontecer do processo de referência extralinguístico perder-se ou não.

A permanência ou não do significado do nome nos faz inferir acerca das informações que o circunda, pois, a referência não diz respeito somente às questões de classificação ou sistemáticas, como também aos aspectos sócio-históricos e culturais, visto que a dimensão dos topônimos fazem inferência a visão de mundo dos grupos sociais, além dos registros do passado. Para tanto, quando nos remetemos a referência nos estudos onomásticos estamos abordando a rede social, a história e a cultura, seja ela transmitida, aprendida pelos indivíduos por meio do processo comunicativo linguístico, estando suscetíveis as influências externas.

Vale ressaltar que o sistema onomástico abarca as realizações do sistema lexical e são compatíveis com as ações denominativas do enunciador e do enunciatário. De modo que a presença de cada um desses interlocutores, nos enunciados realizados, caracterizam a maior ou menor eficiência no uso de um vocabulário definido pela especialização (DICK, 1998, p.77).

Dessa forma, os elementos onomásticos são consideráveis objetos de investigação linguística, de modo que muito além da função referencial, ultrapassando o simples papel de nomear, como explicita Dick (1990) quando estabelece que não exista nada no mundo que não seja nomeado. Quando uma nova espécie é encontrada na natureza, é dever da ciência batizá-la, obviamente, seguindo regras

restritas já determinadas pelos compêndios, além disso batizamos filhos, animais, objetos pessoais, invenções.

Além do mais, as pesquisas onomásticas são desenvolvidas tanto no âmbito documental quanto em campo, pois o método seguido possibilita o pesquisador analisar, interpretar, registrar, classificar, selecionar e observar o seu objeto de estudo, e isso está atrelado a configuração do *corpus* estudado. É válido ressaltar também que no contexto contemporâneo termos onomásticos importantes foram criados, mais especificamente em 2011, cuja recomendação partiu do *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011)²² que listou as terminologias, *Antroponomástica* e *Toponomástica*, os quais atualmente são muito utilizados nas pesquisas brasileiras e estrangeiras.

Podemos destacar autores que trabalham estes termos, como Márcia Sipavicius Seide (Toponomástica e antroponomástica: paradigmas e métodos), Genoveva Torres Cabrera (Sobre Toponomástica), Maximiano Trapero (La Perspectiva Semántica en los Estudios de Toponomástica), Robert Pocklington (Introducción a la Toponomástica), entre outros. Nesse sentido, é necessário que façamos os esclarecimentos quanto às questões terminológicas sobre os termos “Toponímia” e “Toponomástica”. Dessa forma, Seide e Lucas (2018, p. 170) explicitam que:

Dick foi uma das precursoras dos estudos da Onomástica no Brasil. Na publicação de seus primeiros trabalhos, o termo Toponímia era utilizado em dois sentidos: como termo que designa área de estudo e também como o conjunto de nomes próprios de lugares, o mesmo ocorrendo com Antroponímia. Na atualidade, faz-se a distinção do termo Toponímia, utilizado apenas para se referir ao conjunto de nomes de lugares e Toponomástica termo criado para designar a ciência que os estuda.

Ademais, embora os termos Toponímia e Antroponímia venham sendo comumente empregados como sinônimos de Toponomástica e Antroponomástica, Coseriu (1999, p.15) apresenta uma diferença importante entre os dois termos: [...]

²²O evento é voltado para público que tenha interesse nos estudos de nomes (nomes de lugares, nomes de pessoas, ou seja, nomes próprios de todos os tipos). O evento objetiva o avanço, representação e coordenação da pesquisa de nomes em um nível internacional e em um contexto interdisciplinar. O primeiro ICOS foi realizado em Paris em 1938 e em 1947 passou a ser realizada em intervalos regulares de três anos em diferentes cidades do mundo e com a colaboração de universidades de prestígio. O 24º Congresso Internacional de Ciências Onomásticas foi realizado em Barcelona, na Universidade de Barcelona em 2011. Nesse contexto, é válido mencionar que o 27º está previsto para acontecer entre os dias 2 a 27 de agosto de 2021, na Cracóvia, Polônia). O acesso a homepage do evento está disponível em: <https://icos2020.iip.pan.pl/>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

“iremos distinguir estritamente Toponímia e antroponímia, como o conjunto de nomes de lugares e pessoas e a toponomástica e antroponomástica como as disciplinas que as estudam”. Pensando nestes termos apresentados, é importante elucidarmos que para este estudo adotamos o conceito de Toponímia.

Ao longo do século XX e no presente século é notório que as pesquisas voltadas para a ciência Onomástica tem se destacado, seja em nível de graduação ou de pós-graduação. Desse modo, observamos que esses estudos são desenvolvidos em diversas instituições pelo Brasil, a título de comparação, anteriormente as pesquisas geralmente eram concentradas, por exemplo, na Universidade de São Paulo e estavam relacionadas aos Estudos Linguísticos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Além disso, as pesquisas enfocavam, sobretudo, os estudos toponímicos voltados para os povos indígenas, podemos destacar como grandes nomes o Professor Carlos Drumond e posteriormente a professora Maria Vicentina do Amaral Dick, ambos com grandes trabalhos realizados na área, os quais consubstanciam as pesquisas até hoje.

Logo, podemos evidenciar que os estudos onomásticos vêm constituindo-se como uma clara referência, pois nesse processo de nomeação os nomes são identificados, todavia não lhes são atribuídos significados. Dessa maneira o referente é preservado, mas a informação não. Para tanto, os topônimos e os antropônimos mais utilizados preservam-se na língua. A ciência Onomástica, conforme já explicitamos, emerge como uma área com grande caráter interdisciplinar e está relacionada à realidade circundante do nomeador e das futuras gerações, de modo que para o nomeador o presente futuramente será cristalizado, tornando-se a memória.

A partir das considerações realizadas acerca da ciência Onomástica, no próximo tópico serão apresentadas abordagens de uma de suas vertentes, a Toponímia, cujo enfoque maior diz respeito a sua configuração no contexto brasileiro, partindo de aspectos conceituais e históricos às pesquisas desenvolvidas na contemporaneidade.

3.3 Toponímia brasileira

No aspecto etimológico e conceitual Toponímia vem do grego *topos* “lugar” e *onoma* “nome”. Estuda o nome dos lugares e designativos geográficos: físico,

humano, antrópico ou cultural. Compreende-se que as particularidades da Toponímia são a busca pela etimologia, o caráter semântico da palavra e suas transformações linguísticas, sobretudo, as fonético-fonológicas e as morfológicas. Conforme mencionamos anteriormente a Toponímia incorpora-se à Onomástica²³ como sendo a área que investiga o léxico toponímico, além de estar ligada à Lexicologia²⁴, ciência que pode ser definida como o estudo científico do léxico, a partir do estudo da origem e da motivação dos topônimos, ou seja, dos nomes próprios de lugares. É estabelecida de enunciados linguísticos, os quais são compostos por um universo transparente significativa que representa aspectos culturais dos grupos humano existentes ou preexistentes.

Convém ressaltarmos que os estudos toponímicos foram introduzidos como disciplina científica no século XIX, por volta de 1878, na França, instituído na *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, por meio de Auguste Longnon. Após 1912, os alunos de Longnon publicaram postumamente a obra do autor denominada, *Les noms de lieu de la France*, sendo um marco para o desenvolvimento dos estudos toponímicos no mundo. O livro serviu de referência para um de seus principais seguidores, Aubert Dauzat, o qual retoma os estudos onomásticos. Ele teve como uma de suas principais obras, *Les noms de lieux*, publicada em 1928. Em 1938, Dauzat organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, que contou com a participação de 21 países e teve como discussões práticas e metodologias dos estudos onomásticos.

A partir do breve enfoque conceitual, convém elucidarmos que o processo histórico dos nomes de lugares, mostra-se como um sugestivo e vasto repositório, independentemente do espaço físico e dos aspectos que os envolvem. Frente a esse quadro significativo dos aspectos atuantes, que estão implicados de múltiplas formas, revelam-se o próprio cenário regional, seja nas vertentes antropoculturais ou naturais.

²³ A Onomástica (do grego ὀνομαστική, ato de nomear), ciência que estuda os nomes próprios, tem duas subáreas ou subsistemas: a Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e a Antroponímia (do grego ἄνθρωπος, ser humano, e ὄνομα nome). A primeira estuda os nomes próprios de lugares e a segunda os nomes próprios de pessoas. A Onomástica é uma disciplina científica com suas regras, taxionomia e metalinguagem (CIRRINCIONE, 2010, p. 200).

²⁴ Estuda as relações do léxico com os outros sistemas da língua, mas, sobretudo, a relações internas do próprio léxico, e é considerada interdisciplinar por excelência (BIDERMAN, 2001, p. 16).

Atrelado a isso, o retrato da formação etno-histórica do Brasil evidencia a predominância de diversos povos, como os portugueses, africanos, ameríndios, dentre outros, assim, em cada uma dessas bases línguio-toponomásticas, há uma tendência motivadora a ser apontada, ou seja, é o do elemento humano que as define. O reflexo dessa base heterogênea resultou em significativas diferenças quanto aos costumes, nas tradições regionais, na língua, bem como na toponímia do país.

Em sua origem, a Toponímia não era formada como um autônomo corpo disciplinar, como ocorre atualmente, de modo que era atrelada à antiga cadeira de Etnografia e Língua Tupi, a qual circulava nos cursos de Geografia e História. Diante desse panorama, Dick (1994, p. 435) explicita que havia grande preocupação com essa perspectiva, pois,

[...] o ponto vital e ordenador de todo o questionamento que se colocava era a preocupação latente com a dialetologia indígena brasileira, especialmente a tupi. A Toponímia nascente conformava, porém, um duplo objetivo: não só o ensino de suas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da onomástica, mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular brasílico (estudo etimológico dos topônimos tupis), cuja frequência, no sistema lexical português, sempre atingiu índices expressivos nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia geomorfonímia, ergonímia). Era natural, assim, que as primeiras pesquisas toponímicas resultantes tivessem um enfoque de natureza ameríndia, como se depreende dos trabalhos então publicados (cf. Drumond, 1954, 1965; Magalhães, 1985).

Nesse sentido, na década de 1960 os cursos de Letras na Universidade de São Paulo (USP) (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL) passaram por reformulações, com isso o conteúdo antigo das disciplinas autônomas, Língua Tupi e Toponímia passaram a integrar a área de Línguas Indígenas do Brasil e também foram alocadas no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Além disso, outros fatores foram determinantes para o desenvolvimento de pesquisas na área no Brasil, como o pioneirismo do professor Plínio Ayrosa, pois foi o responsável por introduzir os estudos toponímicos na USP, o qual consolidou-se com o professor Carlos Drumond. Ademais, isso possibilitou a abertura de novas linhas de pesquisa dentro da temática geral dos nomes, como a Antroponímia e a Toponímia urbana e em 1989 a efetivação de um curso de pós-graduação em estudos onomásticos (Toponímia e Antroponímia), cujo enfoque era a formação de um grupo próprio de pesquisadores.

Convém mencionarmos que as pesquisas toponímicas brasileiras tiveram seu ponto de partida com a obra *Contribuição do Bororo à Toponímica Brasílica*, de Carlos

Drummond em 1965, o qual continuou e passou a ser coordenado por Dick, responsável pela proposta de investigações sobre os topônimos da cidade de São Paulo, que futuramente daria início do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB)²⁵. Atualmente, a disciplina Toponímia Geral e do Brasil possui um amplo espaço e é direcionada não só ao campo teórico-metodológico, como também analítico-comparativo e prático-experimental. Essas linhas de pesquisa possibilitaram a realização de vários projetos, os quais contribuem para os estudos atuais em desenvolvimento, a saber:

O vocabulário geográfico de origem indígena brasileira (famílias Tupi-Guarani, Karib, Aruak e algumas do tronco Macro-Jê, presentes na Toponímia); estudo histórico-toponímico das ruas da cidade de São Paulo, Centro Velho e Centro Novo; bairros periféricos; catalogação do acervo bibliográfico toponímico na Universidade de São Paulo (em execução); *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* — Projeto ATESP (variante regional do *Atlas Toponímico do Brasil*) — Financiamento: CNPq, Fapesp e USP (Análise do comportamento da nomenclatura geográfica dos municípios paulistas: aspectos etnolinguísticos, semânticos, morfológicos e históricos dos topônimos estaduais) (DICK, 1994, p. 436, grifo da autora).

Hoje, a Toponímia é uma disciplina completa, acabada, cuja área de estudo balizada pelo topônimo, em suas nuances semânticas, a qual traduz-se por meio delas, verdadeiras áreas terminológicas, bem como os principais fundamentos que a coordenam. A partir da formação do pesquisador a área de estudos toponímicos abarca distintos campos, tais como a Linguística, a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia Social, e a Botânica. Reflexo disso é que consideramos a Toponímia “como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990b, p. 16).

Quanto às origens históricas dos topônimos no Brasil, compreendemos que, desde o início dos tempos, o processo de nomear os lugares sempre foi uma atividade realizada pelos indivíduos. Além do mais a nomenclatura de determinado espaço

²⁵ O Atlas Toponímico do Brasil (Projeto ATB) tem por objetivo o reconhecimento da Toponímia do país, inscrita na cartografia estadual, do ponto de vista lexical, etimológico, morfosemântico e etnolinguístico. O estudo intercorrente das designações leva à percepção dos motivos socioculturais dominantes na onomástica brasileira. O método de análise proposto permitiu também formalizar princípios teóricos para a disciplina e a construção de modelos taxionômicos. É válido ressaltar que atualmente o projeto encontra-se parado. O Diretório de pesquisa no CNPq pode ser acessado em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1830451661552337> (informações desatualizadas). Acesso em: 12 de julho de 2021.

forma um amplo campo de pesquisa e esse não configura-se sem interesse prático ou científico como também não é monótono, pois a partir das bases onomásticas, são reveladas amplamente as especificidades de um lugar, sejam de caráter físico ou sócio-histórico.

Os topônimos são estruturados e distribuídos em diferentes estratos naturais, de modo que no ambiente em que estão figurados são apresentadas as influências positivas e negativas da convivência cultural do ser humano. Pois a cultura é determinante para o processo denominativo. Além disso, com a utilização referencial da linguagem nos estudos onomásticos é possível estabelecer traços recorrentes empregados pelos falantes, como elementos implicados a determinada localidade, lugar, cursos d'água, relevo. Ou seja, os topônimos são capazes de reproduzir, mesmo que parcialmente, as condições do lugar, o que é comum, por exemplo, nos cursos d'água, que não é requisito conhecer por completo a corrente para estabelecer sua nomeação, justamente pelo fato da sua extensão.

Atrelado a isso, salientamos que a água é um dos elementos ambientais da toponímia que segue uma tendência universal com grande notoriedade no Brasil, mesmo em localidades em que esse recurso natural é escasso. Consubstanciando essa ponderação, Dick (1998, p. 86-87) destaca que:

[...] constante em todos os relatos e notícias práticas do período colonial, os qualificativos que a precisam representam mais circunstâncias favoráveis do meio que as desfavoráveis. Interpenetrando-se os vocábulos da terra aos do colonizador, o sistema onomástico que aqui se construiu, ainda que decalcado do europeu, soube incorporar ambos os traços num modelo misto (topônimo português + topônimo indígena), seja por conservar, no conjunto denominativo, o termo genérico ou apelativo de uma determinada categoria (rio, ribeirão, etc.), identificador do objeto da nomeação, como um elemento amalgamado ao termo específico (particularizante do objeto nomeado).

A Toponímia do Brasil é constante, ou seja, os topônimos se repetem no tempo e espaço, além de ser heterogênea e fundamentada na formação étnica de seu povo. Quanto à formação linguística, esta faz inferência ao passado e aos residentes do lugar, de modo que essa diversidade não modifica seu sentido.

Os estudos acerca da Toponímia brasileira consideram a natureza linguística dos nomes, os quais constituem a nomenclatura geográfica do Brasil, advindos das camadas linguísticas diversas, como a portuguesa ou podemos dizer que a brasileira propriamente dita; a indígena, no qual distribui-se em suas diversas famílias; a africana e a análise dos fatos linguísticos. Além disso, podemos destacar também o estudo da

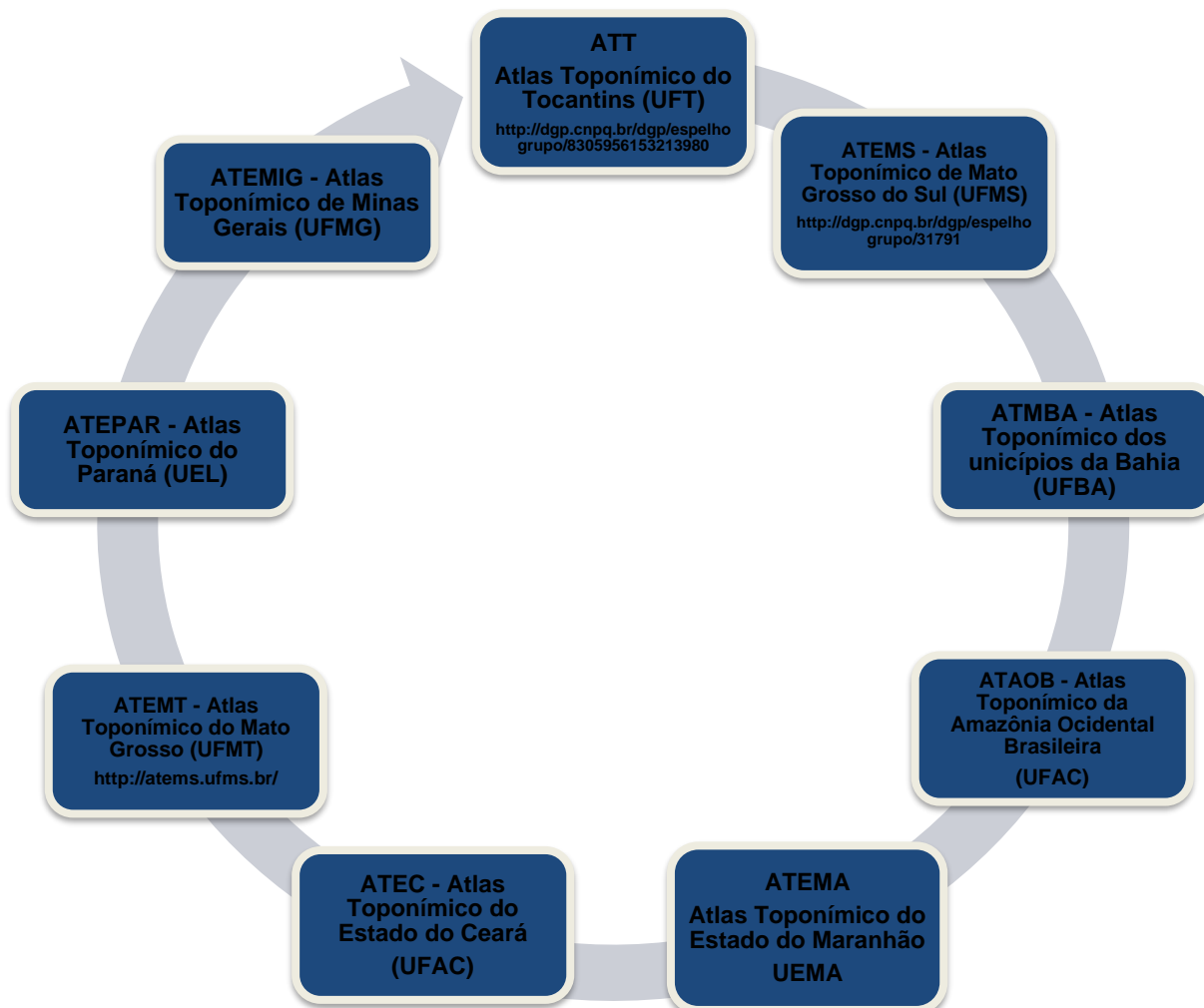
natureza semântica ou da motivação dos topônimos implicados na formação onomástica brasileira.

À vista disso, pelo fato de o território brasileiro ser extenso e as pesquisas onomásticas terem outros campos específicos, faz com que essa área de pesquisa seja muito ampla, ao passo que a Toponímia brasileira não é homogênea, pois apresenta aspectos que inferem em suas origens, por exemplo, às diversas famílias indígenas que habitam ou que habitaram o país. Todavia, cabe salientar que os topônimos de origem africana aparecem menos, assentados em pontos de concentração preferencial dos negros no Brasil. Já os nomes de origem estrangeira são mais recentes, geralmente são provenientes da imigração ocorrida, sobretudo a partir da metade do século XIX.

Dito isso, convém também contextualizarmos que os estudos toponímicos avançaram consideravelmente ao redor do mundo, todavia, é evidente que a Toponímia brasileira é fortemente influenciada pela tradição teórico-epistemológica luso-francesa, ou seja, pela Toponímia da França, Estados Unidos, Canadá e Espanha. Dessa forma, é importante ressaltarmos que os estudos topônimos tem sido desenvolvidos em todo o mundo, e isso é visível pela quantidade de pesquisas realizadas na área, as quais são difundidas tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Os toponimistas estrangeiros desenvolvem pesquisas no intuito de investigar a história, geografia, topografia e as percepções culturais e linguísticas reveladas pelos nomes, dentre outras questões pertinentes a este estudo. No Brasil, sobretudo, contexto acadêmico atual, a Profa. Dra. Maria Vicentina do Amaral Dick é um dos principais nomes para as pesquisas toponímicas, conforme já mencionamos. O desenvolvimento do Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e suas variantes é referência para a produção de outros atlas no país, os quais estão em desenvolvimento em diversas variantes regionais, como demonstrado na Figura 52:

Figura 52– Atlas Toponímicos em desenvolvimento no Brasil



Fonte: NUNES (2021).

Entretanto, os estudos toponímicos não se restringem aos projetos dos atlas toponímicos, pois são perceptíveis os avanços destes estudos ao longo dos anos, tendo em vista que as pesquisas têm sido ampliadas, de modo que não ficaram mais restritas às análises tradicionais dos nomes de lugares, isso se justifica pelas inúmeras possibilidades de estudos que a Toponímia oferece. Podemos citar, por exemplo, as pesquisas de Toponímia e Ensino, as quais mencionamos mais adiante neste trabalho, além disso, os estudos de Toponímia em Libras também estão em amplo desenvolvimento. Ressaltamos também que existe uma gama de trabalhos toponímicos realizados, em desenvolvimento, reflexo disso é a expressiva quantidade de publicações na área, bem como os eventos específicos para difundir estes estudos.

Como podemos evidenciar, são várias as influências implicadas na formação dos nomes de lugares no Brasil. Dessa forma, trataremos na próxima seção de modo

mais específico acerca destas influências e suas contribuições para a Toponímia brasileira.

3.3.1 Origem e estrutura de topônimos no Brasil

A partir do que já explicitamos ao longo do trabalho, podemos inferir que a predominância indígena nos topônimos da Toponímia brasileira é significativa, principalmente em comparação a europeia. É importante explicitarmos que as primeiras nomeações em terras brasileiras foram dadas pelos portugueses e que somente após os primeiros contatos com os nativos e com o entendimento da língua é que as denominações indígenas foram firmadas.

Corroborado a isso, Levy Cardoso, especialista em topônimos brasílicos da Amazônia (*Aruak, Karib*), em sua obra intitulada: *Toponímia Brasília* (1961, p. 91) ressalta que o seu interesse nessa área deu-se pelo fato de poder estabelecer, em tempo, a verdadeira origem de muitos topônimos, já aporuguesados, da geografia brasileira, principalmente amazônica, os quais poderiam inadvertidamente passar despercebidos como de origem dos colonizadores, quando na verdade são apenas uma tradução literal dos velhos e característicos nomes ameríndios.

Para melhor contextualização do que foi dito pelo autor, tomemos como exemplo o topônimo Serra do Sol, localizado em Roraima, conhecido na região pela denominação macuxi de *Uêi-tepe* – pelo étimo macuxi é *uêi*, sol e *tepê*, serra – de origem caribe, podemos observar nesse exemplo que os portugueses realizaram uma tradução simples do nome. Como também é o caso do topônimo igarapé do Milho, sendo este um afluente da margem direita do rio Tacutú no Amazonas, e que na região é conhecido como *Anaí-utê*, étimo caribe da denominação portuguesa, pois é proveniente do macuxi *anaí*, milho e *utê*, igarapé, e são várias as ocorrências nesse sentido em relação a Toponímia brasileira (CARDOSO, 1961).

Nessa perspectiva, cabe mencionarmos que a partir das pesquisas desenvolvidas por Levy Cardoso foram evidenciados por meio do caráter histórico de suas publicações, a preferência pela lexicologia indígena. Além disso, o pesquisador, por sua vez, enaltece o trabalho de Theodoro Sampaio a partir da obra *O Tupi na geografia nacional* (1928), tendo em vista que os estudos de Sampaio refletem as investigações realizadas, além da seriedade e precisão das análises a que os vocábulos foram apresentados no tocante a determinação de sua etimologia.

Perfazendo assim um marco para a literatura brasílica, tornando-se uma das grandes referências para os estudos tupis.

A respeito disso, é válido mencionarmos também em sua 4ª edição, a obra *O Tupi na geografia nacional* (1987), passou por alguns ajustes nas etimologias apresentadas, sobretudo nos capítulos iniciais, os quais ocorreram por meio de notas de rodapé. Algumas retificações foram correspondentes aos tupis e que na obra aparecem nas formas *guaranis, brasilianas ou nheengatus*, isso fez-se necessário porque *tupi* deve corresponder exclusivamente a língua dos Tupis e ao lado dessa língua foi desenvolvida uma fala popular. Dessa forma, compreendemos que estas incoerências na obra ocorreram justamente pela falta do dicionário primitivo, pois Theodoro Sampaio podia falar de tupi e citar exemplos *guaranis, brasilianos ou nheengatus*.

Além dessas especificidades, depreendemos que a obra de Sampaio é de suma importância para os estudos toponímicos. O autor ressalta que “a predileção do brasileiro pelos nomes indígenas na denominação dos lugares é hoje tão acentuada que a Toponímia primitiva vai aos poucos se restaurando e às localidades novas dão-se de preferência nomes tirados da língua dos ameríndios tupis, podemos demonstrar como exemplos alguns topônimos de denominação tupi, apresentados pelo autor: Maceió, Xitroá, Priaca, Quebrangulo, Capiá, Paricônia, Cafuxi, nas Alagoas; Moxotó, Ororobá, Xocó, Cabrobó, Tacaratú, Orocó e Ibó, em Pernambuco; Piancó, Gurunhém, Catolé, Bodó-Congó, na Paraíba; Gramació, Siridó, Caicó, Mipibu e Patu, no Rio Grande do Norte; Quixeramobim, Quixadá, Quixelô, Quixossô, Quinquilerê, Cococi, Sitiá, Coronzó, Quipá, no Ceará; Jaicós, Gurguéia, no Piauí; Amanajé, Codó, Timbirá, Apinajé, no Maranhão (SAMPAIO, 1987, p. 71-72).

E também não poderíamos deixar de mencionar nesse conjunto memorável de obras que tanto contribuíram para a Toponímia Tupiniquim o título *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasílica* de Carlos Drumond (1965). Na obra o autor destaca a conduta dos estudos toponímicos no país e que geralmente não apresentam métodos apropriados e ações assistemáticas, cujo enfoque é de enfatizar apenas os nomes de origem tupi. Além disso, o autor ressalta que, dentre as pesquisas desenvolvidas no Brasil, o que se refere aos nomes de lugares são inegavelmente esquecidos, o que reflete na posição da Toponímia no Brasil, que, para ele, usualmente não se apropriava de métodos eficazes para a realização da descrição dos topônimos, sendo

na maioria das vezes as listagens de nomes de origem indígena, atrelados ou não a um significado etimológico.

Na obra *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, Drumond (1965, p.23) explicita que os designativos bororo, são em grande parte, referentes aos cursos d'água (rios, riachos, ribeirões) e morros. Com destaque para a oronímia englobando todos os nomes de morros, elevações, rochas ou paredões, bem como provenientes da hidronímia (rios, córregos, ribeirões, cachoeiras). Dentro de cada subdivisão o autor destaca os que têm origem em nomes de animais, de plantas ou origens diversas (entes mitológicos, elementos da cultura material dos Bororo, etc). Em relação aos topônimos originários de nomes de animais o autor analisa:

ADUGÓBI - Adúgo-ri - Com este nome os Bororo designam dois morros. Um situado às margens do rio **Tugorijão** (rio Diamantino, afl. do Araguaia); outro no curso inferior do rio **Pogúbo Xeréu** (rio São Lourenço) (12). **Adúgo** (addugo, adúguo) é o nome bororo para a "onça pintada" **ri** significa "morro" **Adugóri**: morro da onça pintada; morro do jaguar (DRUMOND, 1965, p. 29). [Grifos do autor].

Ressaltamos também que Drumond via com pesar o fato de as pesquisas não considerarem elementos relevantes para a tratamento dos dados toponímicos, tais como os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; o seu desaparecimento; a sua relação com a colonização, as migrações, dentre outros aspectos de diversas ordens. Por esse motivo o autor concluiu em 1965 com um olhar pessimista que o Brasil ainda não possuía toponimistas de fato.

Quanto aos aspectos relativos as famílias indígenas, as pesquisas testificam que a influência borora – apesar de ser uma das mais importantes famílias –, na Toponímia brasileira é nitidamente menor que a tupi. Para a etnografia brasileira dentre os motivos para essa realidade deveu-se pelos entraves no processo de investigação etnolinguística. Acerca do sistema lexical tupi e suas contribuições, Dick (1990b, p. 39) argumenta que:

[...] deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Nesse ponto de vista, compreende-se que em relação a nomenclatura indígena as características ambientais são traços constantes desses topônimos. De modo que as características físicas do ambiente registrados na Toponímia tupi são atribuídos à ligação do indígena com as características de cada elemento. Ademais, além dos topônimos de origem indígena das famílias Tupi e Bororo, também existem outras famílias como Karib, Jê, Aruak, Kaingang, Karirinão, dentre outros, os quais deixaram valiosas contribuições para a formação toponímica brasileira, seja no tocante aos termos vocabulares, seja para a formação de topônimos.

Os grupos indígenas deixaram heranças inesgotáveis de conhecimento para cultura brasileira, tendo em vista que durante os séculos XVI e XVII os índios representavam a maioria da população, composta em grande parte de povos Tupiniquim, os quais pertenciam à grande família Tupinambá, tronco Tupi-Guarani. Esses povos possuíam grande mobilidade espacial, um fator que reflete no processo de nomeação da geografia nacional. Indiscutivelmente foi o povo que exerceu maior influência da formação da sociedade brasileira, tendo em vista que as penetrações dos colonizadores dependiam dos conhecimentos indígenas, de seus truques e segredos nas matas, bem como de suas habilidades, seja como caçador, pescador, agricultor, guerreiro, dentre outros.

É importante ressaltar a contribuição dos povos e línguas indígenas não só para o processo de povoamento, mas também sua influência cultural e histórica. Nesse panorama, Diégues Júnior (1960, p. 218) explica que:

Não é demais repetir o valor que representou para o povoador, - e isto, se de modo geral, no Brasil, muito mais, em particular, na Amazônia – a contribuição indígena no processo de ocupação humana. Foi ele guia, remeiro, canoeiro, abridor de caminhos; proporcionou o beiju de mandioca para alimentação, desvendou os mistérios da floresta; facilitou a identificação das espécies de vegetais e animais, incorporadas, desde então, ao conhecimento do colonizador com os próprios nomes aborígenes; imprimiu a sua marca na Toponímia regional, denominando acidentes geográficos e centros políticos; e, assim, tornou possível fosse o território desbravado e ocupado [...].

A influência cultural do indígena continua impregnada em todo território brasileiro. O léxico indígena, mais especificamente o da língua tupi, foi um fator determinante, como um suporte entre os colonizadores e os grupos indígenas. No tocante às línguas indígenas, predominam dois grandes troncos no Brasil, o Tupi e o Macro-Jê. Rodrigues (1994) classifica as línguas indígenas brasileiras nas seguintes famílias e troncos, conforme disposto nos Quadros 12, 13 e 14 e Figuras 53 e 54:

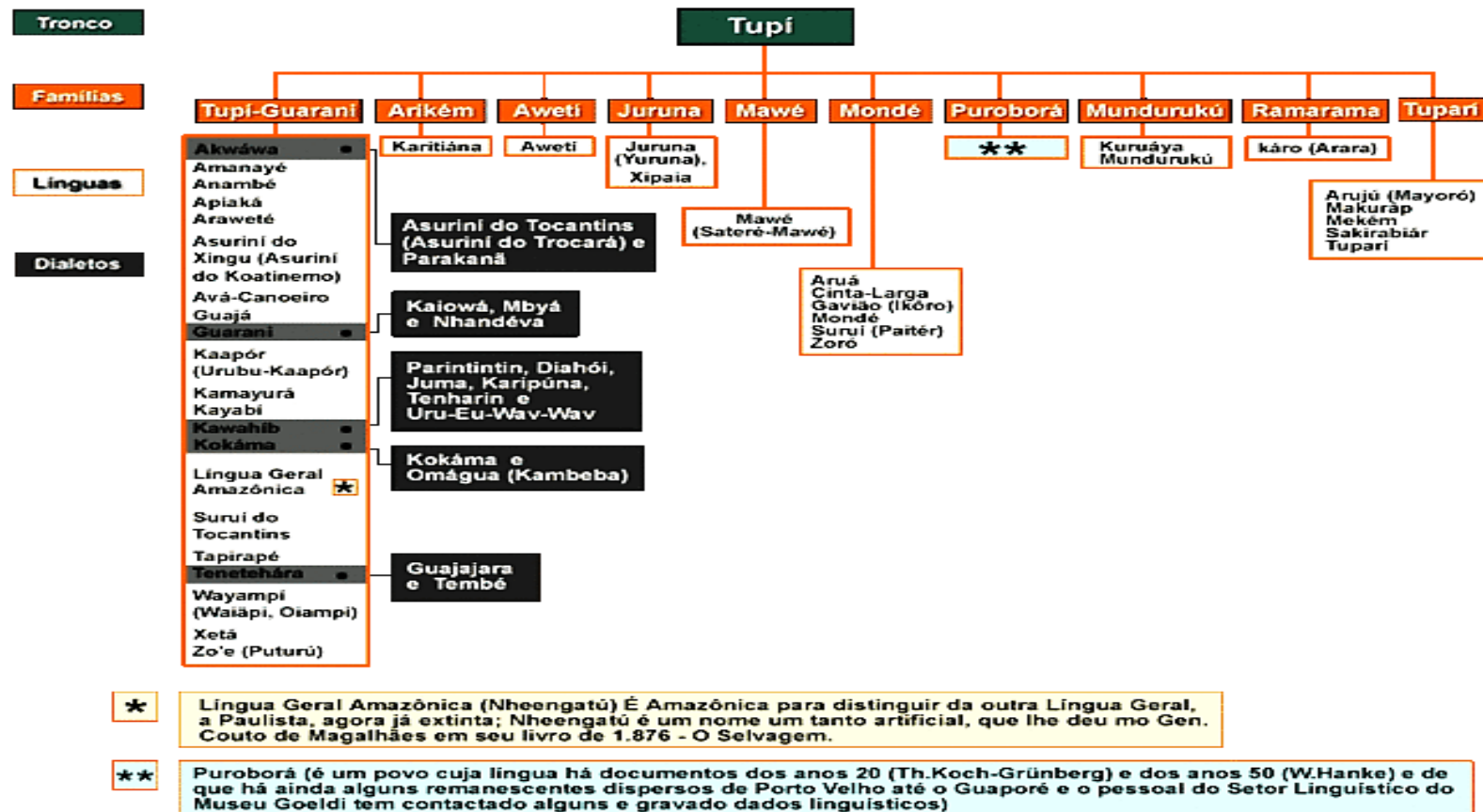
Quadro 12 - Tronco Tupi

Língua	Estado
Família Arikém Karitiána	RO
Família Jurúna Juruna (Yurúna)	MT
Família Mondé Aruá	RO
Cinta-Larga	MT, RO
Gavião (Ikõrõ, Digüt)	RO
Mekém	RO
Mondé (Sanamaikã, Salamã)	RO
Suruí (Paitér)	RO
Zoró	MT, TO
Família Mundurukú Kuruáya	PA
Mundurukú	PA, AM
Família Ramaráma Arára (Urukú, Karo)	RO
Itogapúk (Ntogapíd)	RO
Família Tuparí Makuráp	RO
Tuparí	RO
Wayoró (Ajurú)	RO
Outras línguas Awetí	MT
Puruborá	RO
Mawé (Sateré)	PA, AM

Fonte: Rodrigues (1994, p. 46) (adaptada por NUNES, 2021).

Apresentamos abaixo um esquema para melhor exemplificação das famílias linguísticas do tronco tupi.

Figura 53 – Famílias linguísticas do tronco tupi

Fonte: PIB (2019)²⁶.²⁶ Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

Quadro 13 - Tronco Macro-Jê

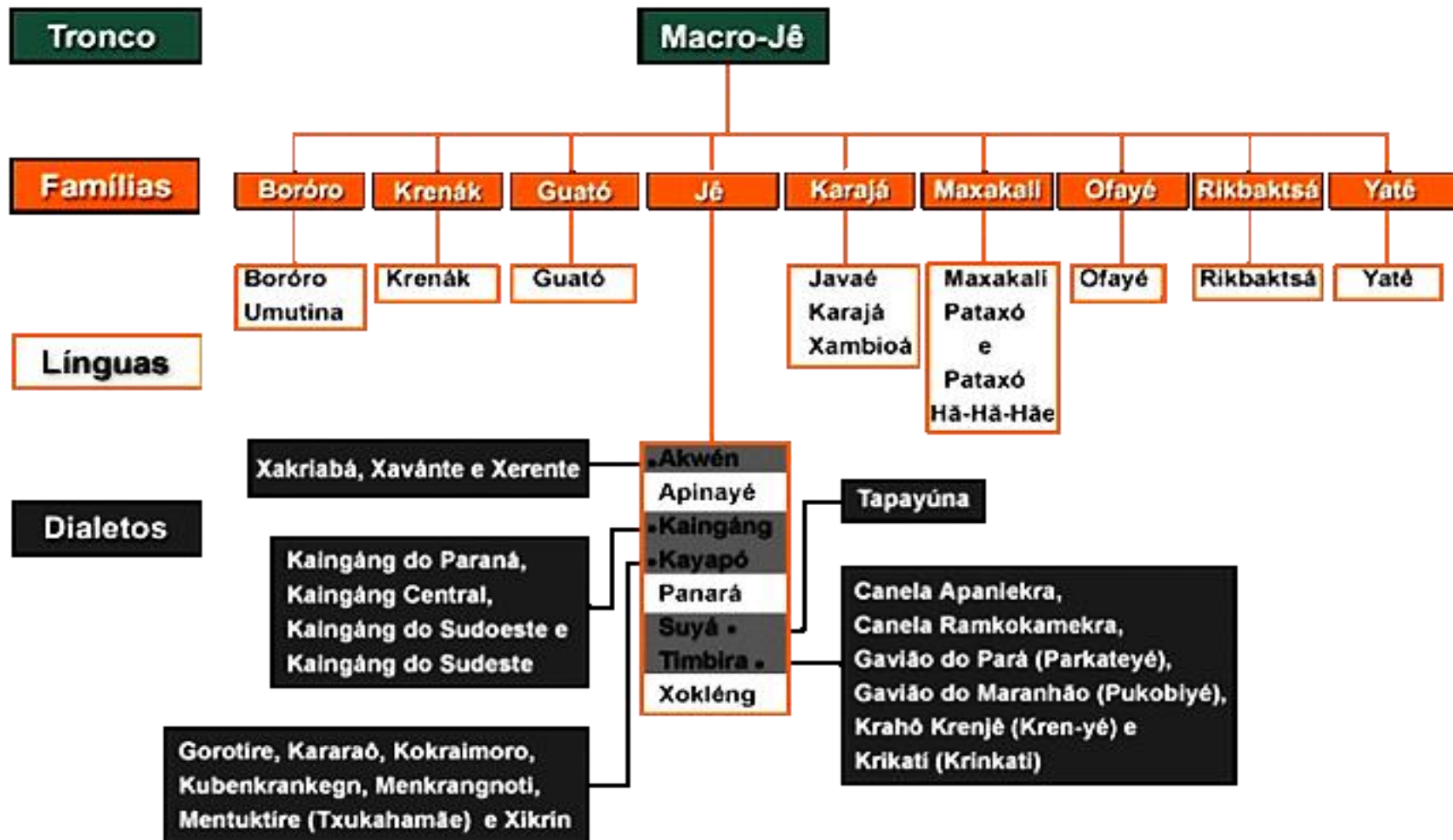
Língua	Estado
Família Boróro Boróro (Boróro Oriental, Orari)	MT
Umutína (Barbados)	MT
Família Botocudo Krenák, Nakrehé	MG, SP
Família Jê <u>Akwén (Akwe)</u>	
Xakriabá (Xikriabá)	MG
Xavánte (A'we)	MT
Xerénte (Akwe)	GO
Apinayé	GO
Kaiangáng (Coroado)	RS, SC, PR, SP
<u>Kayapó</u> Gorotíre	PA
Kararaô	PA
Kokraimôro	PA
Kubenkrangnotí	PA
Kubenkrankêgn	PA
Menkrangnotí	PA
Tapayúna (?)	PA
Txukahamãe (Mentuktíre)	MT
Xikrín (Xikri)	MT
Kren-Akarôre	PA
Suyá	MT
<u>Timbira</u> Canela Apâniekra	MT
Canela Rramkókamekra	MA
Gavião do Pará (Parakáteye)	MA
Gavião do Maranhão (Pukobyé)	PA
Krahô	GO
Kreyé (Krenjé)	MA
Krikatí (Krinkati)	MA
Xakléng (Aweikoma)	SC
Família Karajá Javaé	GO
Karajá	GO, MT
Xambioá	GO
Família Maxakalí Maxacalí	MG
Pataxó	BA

Pataxó Hãhãhãe	BA
Outras línguas Guató	MS
Ofayé (Ofayé-Xavánte)	MS
Rikbaksá (Erikbaksá, Arikpaksá)	MT
Yatê (Fulniô, Karnijó)	PE

Fonte: Rodrigues (1994, p. 56) (adaptada por NUNES, 2021).

Apresentamos abaixo um esquema para melhor exemplificação das famílias linguísticas do tronco Macro-Jê.

Figura 54 – Famílias linguísticas do tronco tupi



Fonte: PIB (2019).

Há outras famílias linguísticas, mas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para serem agrupados em troncos, conforme apresenta Rodrigues (1994).

Quadro 14 - Línguas Isoladas

Língua	Estado
Aikaná (Aikanã, Huarí, Masaká, Tubarão, Kasupá, Mundé, Corumbiara)	RO
Arikapú	RO
Awakê	RR
Irántxe (Iránxe; Mynky, Münkü)	MT
Jubutí	RO
Kanoê (Kapixaná)	RO
Koaiá	RO
Máku	RR
Trumái	MT
Tukuná (Tikúna)	AM

Fonte: Rodrigues (1994, p. 98) (adaptada por NUNES, 2021)

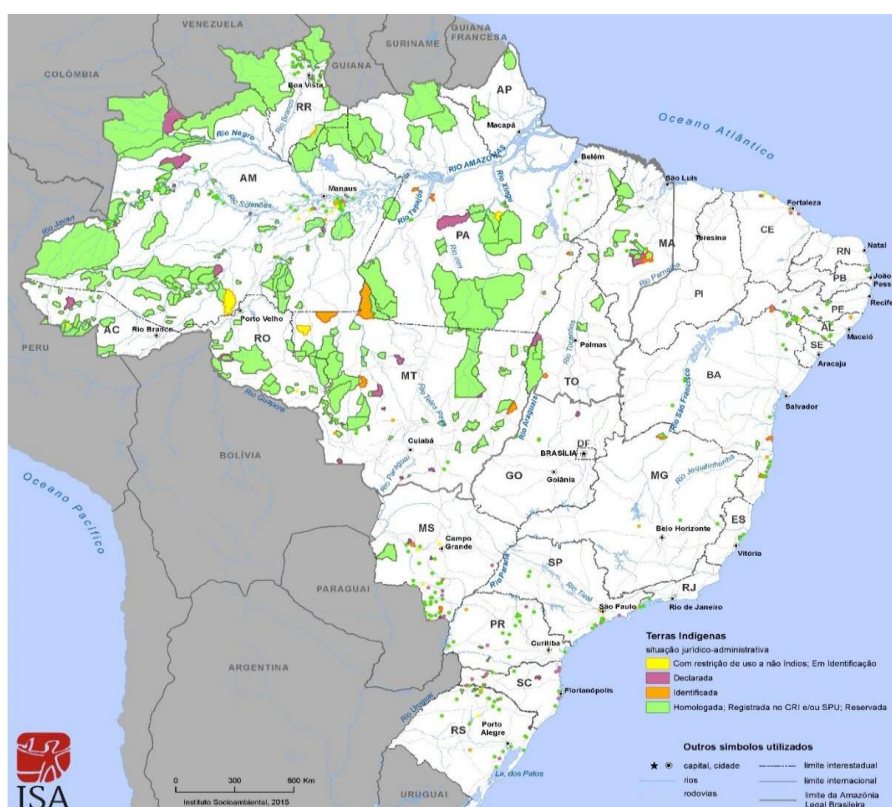
Rodrigues (1994) considera que as línguas dos povos indígenas do Brasil se adequam às expressões individuais e sociais no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos. Muitos vocábulos do português falados no Brasil são de origem tupi: nomes de plantas, rios, animais, etc. Os nomes de procedência tupi foram cristalizados no léxico, ao longo dos séculos, compondo o patrimônio lexical brasileiro. É possível dizer que os povos indígenas contribuíram significativamente para formação de nosso léxico, e as características físicas do ambiente são as principais vias de motivação para as nomações.

Além das informações apresentadas, é importante contextualizarmos também o panorama atual dos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido, é evidente redução desses povos em nosso país, pois no período em que os europeus chegaram em terras brasileiras estima-se que fossem mais de 1.000 povos, sendo em média uma população de 2 a 4 milhões. Hoje, o panorama é bem diferente, pois encontramos no território nacional cerca 256 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes.

No contexto atual, (de acordo com as estimativas populacionais do IBGE, 2019), os povos indígenas somam, 1.108.970 pessoas. Destes, 428.834 vivem em cidades e 680.136 em áreas rurais. Desse total, grande parte dos povos são

distribuídos por milhares de aldeias, localizadas no interior de 724 Terras Indígenas, de norte a sul do território brasileiro. Além disso, de acordo com o Instituto Socioambiental - ISA²⁷ (2021), o Brasil tem uma extensão territorial de 851.196.500 hectares, ou seja, 8.511.965 km². As terras indígenas (TIs) somam 724 áreas, ocupando uma extensão total de 117.377.553 hectares (1.173.776 km²). Assim, 13,8% das terras do país são reservados aos povos indígenas. A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal: são 424 áreas, 115.344.445 hectares, representando 23% do território amazônico e 98,25% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,75%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Conforme podemos evidenciar na Figura 55.

Figura 55 - Localização e extensão das TIs



Fonte: ISA (2021).

É inegável a importância e o legado dos povos indígenas, além de todos os fatores mencionados, cabe frisar a influência indígena também em crenças, lendas e práticas indígenas, incorporadas ao folclore nacional. Para Sampaio (1987), não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas:

²⁷ https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs Acesso em: 12 de julho de 2021.

seja nas montanhas, rios, cidades, ou nos simples povoados. Retomando Sampaio, Dick (1990, p. 8) argumenta que:

Como dizia Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente - - e, completamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos - porque portador de uma visão prática e objetiva.

É visível a importância da(s) língua(s) indígena(s) para formação da cultura, identidade e memória nacionais. Essa forte influência implicou no grande índice de nomes de origem indígena presentes na geografia nacional. Os nomes de lugares geralmente são atribuídos a alguma característica física ou humana, relativos ao lúdico ou ao simbólico do povo que habitou determinado lugar, no qual remetem as características destes lugares, sejam elas culturais, históricas, físicas, econômicas.

Como explicita Sapir (1969) “há uma forte tendência em atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura”. Em virtude disso, os topônimos e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Além dos grupos indígenas que habitavam o território brasileiro, outro grupo étnico muito importante que povoou o país foram os negros, os quais foram determinantes para a modificação do primitivo conjunto racial heterogêneo brasileiro, com seus costumes, língua, hábitos, crenças, que passaram a configurar o diverso e extenso território do país.

Os topônimos africanos geralmente são identificados em localidades cuja concentração do negro é maior no Brasil, especialmente na Bahia e Nordeste brasileiro, na sequência a região Sudeste, sobretudo, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e as regiões com menor incidência são as regiões Norte e Sul e: “À medida que os topônimos se deslocam para as regiões Sudeste e Sul, ocorre um esvaziamento onomástico, com poucos designativos em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e menos no Rio Grande, onde se identifica, destacadamente de seu contexto nordestino, o denominativo Cacimbinhas, aplicado a uma povoação ”(DICK, 1990b, p. 151).

Podemos evidenciar que os topônimos de origem indígena, no que diz respeito à extensão se fazem mais presentes na Toponímia brasileira, preservando

uma dimensão mais constante em relação ao vocabulário transmitido, se comparado ao africano, o qual é de menor proporção, pois o seu contingente vocabular deixado ao português não é tão grande, provavelmente incidindo em cerca de trezentos termos. E isso ocorre pelo fato do negro ocupar um papel secundário na realidade do país em relação ao processo denominativo, de modo que sempre foi marginalizado à sociedade ora assentada, sendo visto simplesmente como objeto de trabalho. Dessa forma, a baixa expressividade dos nomes de lugares africanos em comparação ao indígena é reflexo da posição social que o negro ocupou/ocupa no contexto social, conforme destacamos ao longo desta seção. Já a denominação indígena, até mesmo pela necessidade do próprio habitat ser identificado, é considerada preexistente ao branco pelo fato de tê-la aceitado, isso refletiu na criação de outros vocábulos dessa linha, como por exemplo: *Aporá (BA)*, *Atibaia (SP)*, *Gurupi (TO)*, *Itaboraí (RJ)*, *Arapiraca (AL)*, *Paracatu (MG)*, *Itajaí (SC)*.

Atrelado a isso, podemos considerar que a influência do negro na Toponímia brasileira apresenta características como: topônimos cuja maior contribuição vem do *quimbundo*, além disso, a distribuição dos nomes de lugares dá-se pela predominância dos negros em determinadas localidades pelo país, com concentração maior na região Nordeste, como por exemplo: Serra do quiabeiro (MG), Rio Angu (MG). Ademais, outro aspecto que podemos destacar é em relação a semântica, pois os topônimos são variados e o ambiente físico destaca-se quantitativamente nas denominações, por exemplo: *Quicaça*, *Xangó São Felipe*, *Gandu Velho*.

Além disso, é importante destacarmos também que a Toponímia brasileira também recebeu influências de outros povos, as quais podemos compreender como contribuições estrangeiras portuguesas e de outras raízes, isso ocorre pelo fato dos nomes portugueses serem transplantados, ou seja, são as designações geográficas existem em dado local e que passa a compor a denominação de outro espaço, como aconteceu no Brasil em relação a Portugal a partir do processo de colonização, como por exemplo: *Altamira*, *Cametá*, *Bragança*, *Barcelos*, *Santarém*, *Óbidos etc.*

Dessa forma, a Toponímia de origem portuguesa, ou brasileira propriamente dita, pode ser caracterizada pela grande variedade de denominações. A respeito disso, podemos contextualizar o trabalho relevante da Toponímia portuguesa desenvolvido pela pesquisadora brasileira, Patrícia Carvalhinhos, denominado: *Variantes Lexicais na Toponímia Portuguesa*, bem como o projeto do Atlas Toponímico de Portugal, no qual objetiva reunir elementos regionais (inicialmente

continentais e em seguida insulares) que progressivamente formem um quadro da Toponímia portuguesa. Além de contribuir também para a determinação do traçado do sistema toponímico português; analisar a esfera linguística, quais processos e fenômenos morfológicos caracterizam os nomes de lugar; e identificar tempo médio de formação e filiação linguística dos topônimos portugueses, contribuindo para estudos de filologia e dialetologia portuguesa.

É certo que a maior parte dos topônimos que compõem o sistema toponímico brasileiro advém da língua portuguesa. Ao passo que o português, como língua de um domínio ultramarino, suplantaria ao empregar, na extensão territorial brasileira, as línguas indígenas e as línguas gerais faladas por aqui. Entretanto, em meados de 1850 a Amazônia era a única localidade do país em que a língua portuguesa ainda não era predominantemente falada. Mas, essa realidade transformou-se por volta de 1877, pois o Ciclo da Borracha e o episódio da Seca dos Dois Setes, eclodiu na vinda de nordestinos para a região, com isso o nheengatu perdeu força, sendo sobreposto pelo português. O reflexo disso deu-se pela modificação do perfil linguístico amazônico.

Além disso, outros povos podem ser citados para a configuração toponímica brasileira, pois a sistematização da imigração no país no século XIX incidiu na abertura dos portos e chegaram ao Brasil imigrantes alemães (exemplo de topônimo: Colônia Witmarsum-RS); italianos (exemplo de topônimo: *Garibaldi-RS*); açorianos exemplo de topônimo: Belém - PA); suíços (exemplo de topônimo: *Nova Friburgo-RJ*); russos (exemplo de topônimo: *Rua Rússia-SP*), poloneses (exemplo de topônimo: *Rua Edmundo Saporski-PR*); ucranianos (exemplo de topônimo: *Rua Ucrânia-SP*), e posteriormente os japoneses (exemplo de topônimo: *Avenida Imigrante Japonês-SP*). Considera-se que a maioria desses grupos se instalou na região Sul do país, observando-se assim que grande parte das denominações sob suas influências podem ser identificadas nessas localidades. Salientamos também que há uma dificuldade na identificação de topônimos asiáticos no contexto brasileiro, isso se dá pelo pouco contingente desses imigrantes, além também desta imigração ter ocorrido tardiamente.

Dessa forma, o processo de nomeação e suas influências consiste em topônimos de múltiplas origens e a composição toponímica, formada por uma miscelânea de topônimos. Assim, consideramos que a Toponímia de fato é estabelecida como um aspecto amplo e não simplesmente um elemento adicional a

outras pesquisas, ao passo que faz uso de um vasto repositório de incidências culturais, ressaltando não somente um recorte de um único universo, mas de muitos outros, os quais contribuem tanto para sua especialização quanto para a sua formalização. Ademais, consideramos que a Toponímia brasileira agrega aspectos históricos, antropoculturais, sociais, físicos, compostos de significados que se complementam a partir da motivação durante o ato denominativo. Nesse sentido, Castiglioni (2014, p. 17) ressalta que:

A motivação é que permite ao pesquisador a busca da explicação da escolha do nome, a causa denominativa, e no caso do estudo dos topônimos, muitas vezes apenas a etimologia da palavra não é suficiente para explicar sua motivação. O topônimo configura-se como um elemento do léxico que é escolhido para melhor definir a ideia que um indivíduo tem de um espaço. Por essa razão é que os estudos toponímicos buscam em outras ciências subsídios que colaborem na descoberta da história de um nome.

Esses aspectos são decisivos para que os falantes escolham um determinado nome, a partir de múltiplas possibilidades sêmicas, sendo decisivas para nomear determinado lugar. Para tanto, é importante compreender os nomes de lugares a partir de diferentes vertentes, olhares e áreas de atuação, pois por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente transformam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se valores religiosos, sociais, culturais, econômicos e políticos.

Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, pois os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. A partir dos olhares dinâmicos em que se apresentam os estudos toponímicos. Além de revelar-se como uma área interdisciplinar ao manter relações intrínsecas com a História, Antropologia, Geografia, Psicologia, conforme explicitados ao longo do texto. Fica evidente a relação desses estudos com a Toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. Nessa perspectiva, na próxima seção, discutiremos o estudo toponímico no viés do ensino, bem como suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

3.4 Toponímia e ensino

O estudo toponímico contribui para que seja revelada a cosmovisão das comunidades, para que seja resgatada a memória, identificada a etimologia e também que seja valorizada a identidade. Além disso, pode refletir um certo enaltecimento do

sentimento de pertencimento e a valorização do lugar, dos aspectos da trajetória do ser humano em determinado território e apresenta dados importantes acerca da história dos grupos humanos. Nesse sentido, apresenta dois sentimentos contrastantes em relação ao sentimento pelo lugar, ou seja, a topofilia e a topofobia²⁸.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p. 135, 136).

Desta forma, os lugares nomeados encerram ambiências experienciadas intensamente, como no sentido da topofilia relativa aos seus espaços e lugares. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo, nesse sentido, o lugar pode ser compreendido por diversas óticas. A topofilia condiz com o sentimento do povo em relação aos lugares. É desse modo que os grupos sociais e os espaços complementam-se. Ainda segundo Tuan (1979),

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979,409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Tuan distinguiria a cena (scene) ou paisagem do lugar: "Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo que o percebe." (TUAN, 1979,411 citado por HOLZER, 2003, p. 120-121).

²⁸ São os sentimentos, portanto, voltados ao meio, que definem a existência de dois termos pertencentes ao campo da geografia humanista, ambos levantados por Yi-Fu Tuan: topofilia, que diz respeito à familiaridade, apego ao lugar - já que topo denota lugar e filia concerne à filiação -, e topofobia, que representa o inverso, tendo em vista que o radical fobia remete à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. A familiaridade, nesse sentido, “engendra afeição ou desprezo”, como pontua Tuan (1980, p. 114).

Essa relação afetiva dos indivíduos com o lugar indica que se existimos, logo temos um lugar, pois todo espaço ocupado remete a noção de lugar. Pode ser entendido como, as ruas, os bairros, as casas, cidades, regiões, enfim os lugares designados e fixados pelas pessoas de acordo com suas experiências, valores, significações e identidade. Em relação à representação simbólica na condição de lugar, Mello, 2011, p. 10) expõe que:

Para formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos, despertam um profundo sentimento de bairrofilia, sensação esta de apego, pertencimento, filiação e bem-estar.

Podemos relacionar esse mesmo sentimento de apego, pertencimento, aos nomes de lugares. Quando atribuímos um nome a um lugar, estão impregnadas as marcas dos nomeadores, seus valores, visão de mundo, resultando em sua forma de identificação.

Em contraposição a topofilia, tem-se a topofobia, que seria o sentimento de rejeição ou medo em relação ao lugar. Esse sentimento representa a difícil ligação do sujeito com o lugar, evidenciando, neste caso, as paisagens incertas, de modo que promove a criação de paisagens do medo e de não-lugares, visíveis para o ser humano em formas distintas. Seja uma rua, uma praça, uma loja, certo bairro, dentre outros, todos podem representar um ambiente que causa aversão, pois a pessoa não se reconhece ali e não percebe a vida socialmente compartilhada (TUAN, 2005).

Esse sentimento de aversão ao lugar pode ser muito bem observado quando analisado na perspectiva da paisagem urbana. Este sentimento vai ao encontro das notícias da violência e conflitos que presenciamos nas ruas, nos telejornais, assim como catástrofes sociais, sobretudo as causadas pelas ações antrópicas, podemos citar como exemplos os desastres que ocorreram em Mariana e Brumadinho (MG). Assim, percebemos essas paisagens como um elemento de aversão social, onde Tuan (2005) destaca como sendo as paisagens do medo, que se contrapõem ao sentimento de topofilia (TUAN, 1983). Medo este que está envolvido nos sentimentos agregados em nuances desenvolvidos pelos elementos cognitivos e aos estados sociais do ser humano em conflito existencial, e sendo assim, estas como ressalta Tuan (2005, p. 232) “[...] paisagens do medo são reais e/ou psicológicas [...]”. Nessa linha, Alves e Deus (2014, p. 75) reforçam que:

Podemos dizer que a paisagem e o lugar se fundem na tentativa de uma afirmação do ser humano no espaço como uma representação social que proporciona, em seu significado simbólico, lembrar momentos de conotações positivas ou negativas, que ficam gravados como elementos cruciais para seu equilíbrio emocional. Sendo uma relação memorial de enfoque urbano, arquitetônico, tal representação se firma na memória na forma de lembranças plurais realizadas por vários agentes. Santos (1997a) analisa a memória do lugar quando o ser humano constrói paisagens destacando-o como protagonista no seu lugar, e não como ator-coadjuvante em seu próprio espaço-vivido.

Nesse sentido, podemos constatar que a percepção do ambiente, seja ela afetiva ou de rejeição é pessoal, e a partir do conjunto de experiências que uma pessoa traz consigo, tento em vista que, em um mesmo ambiente social ou físico, duas pessoas, com históricos de vida diferentes, ou seja, com experiências e atitudes diferentes, percebem o ambiente de modo distinto, baseados especialmente em suas vivências.

Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo avaliado como o lar, a cidade, a região dos mesmos. Ademais, possibilitam o resgate de informações acerca da trajetória das comunidades que habitam/habitaram determinada região, assim como características dos momentos históricos vivenciados por esses grupos.

Em vista disso, podemos articular o estudo dos nomes de lugares ao processo de ensino, considerando que é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o circunda. A Toponímia compreende conhecer, dentre outras características, os aspectos linguísticos atrelados aos nomes e ao processo de nomeação, a relação intrínseca entre os indivíduos e o ambiente natural, os aspectos históricos humanos de dada região; aspectos culturais e sociais dos denominadores, além de poder conhecer e analisar elementos físico-geográficos desses lugares.

Os estudos toponímicos estão diretamente relacionados ao contexto cultural de uma comunidade, o qual possibilitará ao educando estabelecer, preservar e conhecer os aspectos linguísticos, históricos, geográficos e os valores por meio dos estudos dos nomes de lugares. Vinculado ao fazer interdisciplinar, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do estudo da Geografia por exemplo, o estudo toponímico permitirá que o aluno obtenha mais informações acerca da fauna, flora, ambiente, espaço geográfico, paisagem, dentre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes.

Quanto ao ensino de História, os topônimos poderão proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, processos de imigração e emigração e outros aspectos importantes da história do país, estado, município, vila, distrito ou qualquer outro lugar em que vive ou já viveu. Numa vertente da Antropologia, é possível que o aluno identifique as relações do ser humano como a identidade e a cultura local ou regional.

Outra possibilidade viável é o estudo etimológico do nome do lugar em que esse aluno habita, como forma de resgate e conhecimento da história e da memória local. Estudar a etimologia do lugar é conhecer a origem do nome, a história, os significados das raízes e as influências que o nome sofreu ao longo dos anos. A etimologia, nesse contexto, pode tornar-se um instrumento, sob a ótica da linguística, importante para ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome de lugar.

Considerando o aspecto interdisciplinar e pensando no contexto do ensino a partir do estudo da Língua Portuguesa, podemos desenvolver habilidades pertinentes às questões etimológicas, morfológicas, semântico-lexicais, fonético-fonológicas, pragmáticas, vocabulares, além de aspectos relativos à variação linguística. Com isso, é notório que a Toponímia estabelece uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura, o que tende fomentar o processo de ensino em relação às questões cotidianas do conhecimento dos alunos.

Como exemplo, podemos evidenciar o trabalho de Nunes (2015) sobre o estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental, em que foram identificados 85 topônimos de origem indígena, partir da análise etimológica, foi evidenciado que os nomes de origem indígena, todos incorporados à língua portuguesa, designam características físico-naturais, como aspectos hidrográficos, climáticos, relativos à fauna, flora, características do solo. Nesse sentido, inferimos que o trabalho com os nomes de lugares aborda aspectos históricos, geográficos, etimológicos, culturais, antropológicos, além disso geram inúmeras possibilidades de ensino-aprendizagem e o LD pode ser uma ferramenta auxiliar e complementar nesse processo, tendo em vista que é utilizado de maneira significativa nas escolas pelos professores e alunos e seus conteúdos podem ser trabalhados pelo viés toponímico.

Dessa forma, conhecer o significado do nome contribui para o entendimento da história do lugar, de como o nome é influenciado pelo contexto. Assim, uma abordagem dos nomes pelo contexto da Toponímia pode auxiliar na ampliação do leque de conhecimento dos alunos, pois permite que o educando realize observações, descrições, analogias, interpretações, além de análises precisas sobre as regiões, territórios e paisagens estudadas.

Dito isso, ponderamos que estudos nessa vertente contribuem também para o fortalecimento de pesquisas desenvolvidas nessa área, pois apesar dessa abordagem ser de grande relevância, os estudos toponímicos no contexto do ensino ainda são escassos. Para tanto, não podemos deixar de mencionar as pesquisas realizadas no Tocantins, ao passo que podem ser consideradas pioneiras quanto a articulação da Toponímia e ensino. Trabalhos de grande relevância vem sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores desse estado, os quais são coordenados e orientados pela Professora Dr^a. Karylleila dos Santos Andrade, coordenadora do Projeto Atlas Linguístico do Tocantins – ATT.

Dessa forma, podemos destacar dissertações de mestrado defendidas nessa temática, a saber:

a) *Os nomes de lugares nas provas do Enem: reflexões sobre Toponomástica e ensino (2019)*, desenvolvida pela pesquisadora, Anna Inez Alexandre (Mestre em Letras PPGLetras/UFT e pesquisadora do Projeto Atlas Linguístico do Tocantins ATT e Professora da Educação Básica);

b) *Relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da Geografia e da Toponímia (2016)*, desenvolvida pela pesquisadora, Carla Bastiani (Mestre em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT e doutoranda em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT é também pesquisadora do Projeto Atlas Linguístico do Tocantins ATT e Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO);

c) *Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de geografia do ensino fundamental (2017)*, desenvolvida pelo pesquisador, Rodrigo Vieira Nascimento (Mestre em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT e Doutorando em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT, é também pesquisador do Projeto Atlas Linguístico do Tocantins ATT e Professor na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS);

d) *Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia (2015)*, desenvolvida pela pesquisadora, Verônica Ramalho Nunes (Mestre em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT e doutoranda em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT é também pesquisadora do Projeto Atlas Linguístico do Tocantins ATT e Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO).

Além das dissertações supracitadas, o grupo também desenvolve/desenvolveu trabalhos em nível de graduação, bem como artigos científicos, capítulos de livros, apresentações em eventos científicos nacionais e internacionais, dentre outros. Vale ressaltar que trabalhos em nível de doutorado também estão em desenvolvimento, os quais só reforçam a força desse grupo de pesquisadores e a relevância de seus trabalhos para pesquisas nacionais e internacionais. Nesse sentido, reiteramos que essas pesquisas além das válidas contribuições para os estudos toponímicos também expressam um estudo toponímico atual, com características pedagógicas, criativas e inovadoras.

Dessa forma, o desenvolvimento de estudos nessa ótica estão implicados ao processo de inovação, literalmente na concepção de recriar, reinventar, redescobrir, algo que já foi pensado anteriormente, entretanto, agora, pode ser traduzido em outra ótica e que pode ser realizada, cujo intuito é melhorar algo existente. Assim, pensamos em estabelecer a ideia de inovação pedagógica atrelada ao estudo toponímico aplicado ao ensino de Língua Portuguesa.

Além disso, reiteramos que os estudos toponímicos, dentro da dimensão interdisciplinar de seu enfoque de estudo, concebem um caminho viável para o conhecimento do *modus vivendi* dos grupos linguísticos, que vivem/viveram em determinado lugar. Quando uma comunidade linguística nomeia um elemento físico ou humano, são reveladas tendências sociais, culturais políticas, religiosas. Logo, pensar o estudo toponímico é pensar que os fios, no ato denominativo dos topônimos, estão ligados a diversos fatores, de modo que é pensar de modo interdisciplinar, pois o trabalho com os nomes de lugares, conforme já ressaltado, abordam diversos aspectos e assim geram inúmeras possibilidades para o contexto do ensino, sendo possível adaptar os procedimentos de atividades com o nome próprio de lugar para um planejamento de aulas ou projetos a serem desenvolvido em sala de aula, articulado a competências da língua portuguesa.

Ao trabalharmos na perspectiva do ensino, faz-se necessário identificar e conhecer de que modo o léxico e os elementos acerca dos lugares estão dispostos nos documentos oficiais, tendo em vista que eles são documentos norteadores no que concerne aos encaminhamentos e as atividades desenvolvidas no contexto escolar/sala de aula. A partir do que estes orientam é que os conteúdos e as propostas pedagógicas são estabelecidos, observando a realidade/contexto social escolar, além de oferecer suporte teórico aos educadores para melhor qualidade em suas práticas pedagógicas. Para tanto, nos basearemos no que preconiza a Base Nacional Curricular (BNCC - 2017) e as Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação do Tocantins (2019)²⁹.

É importante salientar que a BNCC referente às etapas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental foram homologadas em 2017, já o documento referente a Etapa do Ensino Médio foi aprovado no final de 2018 e foi criado com o objetivo de que todas as escolas brasileiras tenham um padrão mínimo de instrução, ao passo que essa padronização eleve a qualidade do ensino no país, sobretudo, na esfera pública. Com isso, o documento é responsável por definir os conhecimentos necessários que os alunos da Educação Básica têm por direito aprender, a qual é prevista em lei e deve obrigatoriamente ser observada na elaboração e na implementação dos currículos de todas as escolas no país.

Nesse sentido, esse documento é importante pelo fato de determinar de modo claro o que os alunos devem aprender, além de poder contribuir em tese para melhoria da qualidade do ensino no Brasil. A BNCC é então a referência comum para todos os sistemas de ensino além de contribuir para a promoção de uma educação igualitária, pois está prevista na Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação. As principais mudanças apresentadas pela BNCC são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.

²⁹ Documento disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbovisual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017b, pp. 18-19).

Ademais, o documento apresenta dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos alunos em todas as etapas da Educação Básica, além de nortear as aprendizagens em todas as áreas do saber. Apresenta também cinco campos de experiência referente a Educação Infantil voltados para interação e brincadeiras formando os eixos que compõem a prática pedagógica, bem como dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento também na Educação Infantil.

A BNCC apresenta também as competências específicas acerca de cada área do saber atrelada ao currículo do Ensino Fundamental articuladas às competências gerais. E por último, apresenta os conhecimentos e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo de todo o Ensino Fundamental e cada ano é organizado

por componente. Atrelado a isso, a BNCC visa estabelecer um novo olhar em relação a educação e evidencia o protagonismo do aluno. Com o impulsionamento dessa ideia, os docentes passam a orientar e a auxiliar os alunos no processo de ensino e aprendizagem, transformando assim esses alunos em protagonistas da construção do conhecimento e o contexto social que habitam.

A área de Linguagens compreende: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física. O documento apresenta que elas devem possibilitar que os estudantes aprendam questões relativas a multiplicidade quanto ao uso das práticas de linguagem, para que assim possam ampliar suas capacidades expressivas, linguísticas e reconheçam que as práticas de linguagem são elementos que estrutura, as relações humana's e culturais. Além de compreenderem também como as manifestações artísticas e corporais são estruturadas. Para que essas premissas sejam atingidas, apresentaremos no Quadro 15 o que o documento estabelece acerca das competências específicas para o Ensino Fundamental.

Quadro 15- Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental apresentado pela BNCC

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir
sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação
Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Fonte: Brasil, 2017c, p. 43 – Adaptado pela autora

Evidenciamos que a Base foi pensada na perspectiva discursiva da linguagem e centrado em bases como a oralidade, leitura, escrita, educação literária e os conhecimentos linguísticos e gramaticais. Embora as habilidades estejam reunidas por eixos temáticos, existe relação intrínseca entre eles pelo fato de estarem interligados no ensino e na vida social. Atrelado a isso, no tocante as especificidades da área de Linguagens, ilustraremos no Quadro 16 as competências específicas da componente curricular de Língua Portuguesa a serem desenvolvidas pelos alunos.

Quadro 16- Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental apresentado pela BNCC

Reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem
Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso
Demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos.
Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual.
Analisar argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
Reconhecer o texto como lugar de manifestação de valores e ideologias.
Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
Ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade
Valorizar a literatura e outras manifestações culturais como formas de compreensão do mundo e de si mesmo

Fonte: Brasil, 2017b, p. 66 – Adaptado pela autora

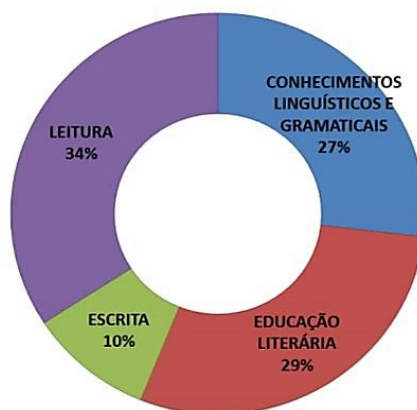
Com vistas nessas habilidades, o documento propõe que os alunos estejam sempre no centro do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando o seu protagonismo ao longo do percurso de desenvolvimento e que os objetivos de aprendizagem não se voltem a procedimentos de ensino ou intenções. A partir dessas breves considerações acerca da BNCC, evidenciaremos agora como ocorre a abordagem do léxico no documento. Nessa perspectiva, convém ressaltarmos que o documento apresenta um objeto de conhecimento específico para o estudo da palavra, intitulado – Reflexões sobre o léxico do texto – e está atrelado ao eixo de leitura e unidade temática de Estratégias de leitura. As habilidades para esses eixos são:

- (EF01LP15) Reconhecer o significado de palavras conhecidas em textos.
- (EF02LP17) Deduzir o significado de palavras desconhecidas ou pouco familiares, com base no contexto da frase ou do texto.

- (EF03LP13) Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto
- (EF04LP13) Inferir, em textos, o sentido de palavras e expressões, considerando o contexto em que aparecem.
- (EF05LP13) Identificar o sentido de vocábulo ou expressão utilizado, em segmento de texto, selecionando aquele que pode substituí-lo por sinonímia no contexto em que se insere
- (EF06LP12) Identificar vocabulário desconhecido, incluindo especializado e técnico, usando pistas de contexto, estrutura, ilustrações, bem como fontes externas ao texto, como glossários, dicionários, materiais de referência, enciclopédias (físicos ou eletrônicos).
- (EF07LP12) Deduzir, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas.
- (EF08LP12) Deduzir, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas.
- (EF09LP13) Justificar, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas (BRASIL, 2017b).

Ao analisarmos os eixos apresentados, observamos que grande parte das habilidades está atrelada ao eixo de Leitura, a qual compreende na aprendizagem de decodificação de palavras e textos. Com isso, infere-se que a articulação com o léxico está vinculada ao desenvolvimento de atividades de leitura quando são relacionados ao sentido das palavras. Para melhor mensurar os eixos que envolvem o estudo do léxico, apresentamos na Figura 2 esse percentual na BNCC.

Figura 56- Percentual de eixos que envolvem estudo do léxico



Fonte: Liska (2018).

Embora os dados apresentados explicitem que o léxico tenha bastante visibilidade nesse novo documento oficial norteador, se compararmos com as orientações e as propostas curriculares nacionais anteriores, é evidente a defasagem no tocante a habilidade criativa dos alunos quanto a utilização produtiva dos recursos lexicais e estilísticos de expressão. Portanto, ensinar a usar as palavras em diferentes situações de comunicação, sobretudo como recursos estilísticos de expressão nas

produções textuais, infelizmente ainda é uma atividade incipiente nos documentos oficiais.

Além disso, sabemos que a língua tem o papel de representar as práticas empregadas ser humano, de modo que explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo. Pensando nessa perspectiva, observamos que a BNCC não apresenta o léxico nesse contexto. Tendo em vista que:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz assim o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes (SAPIR, 1969, p. 45).

Dessa forma, consideramos também que a Lexicologia, enquanto área do conhecimento que está diretamente ligada à língua, pode contribuir para significativas melhorias da qualidade do ensino de língua portuguesa. E para tanto, é importante que sejam pensadas atividades que envolvem o ensino do léxico no intuito de aproximar preceitos teóricos, provenientes de uma área específica da linguagem, com os modos de pensar o contexto de ensino, articulando aspectos sociais, culturais intimamente implicados a língua.

Em relação ao Documento Curricular do Tocantins – DCT para o Ensino Fundamental, vale salientar que o documento (projeto educacional) passou por um longo processo de revisões e análises do período de 2015 a 2019, o qual teve início partindo das discussões da BNCC, e contou com a colaboração de vários profissionais envolvendo os 135 municípios tocantinenses. Dessa forma, o Documento Curricular do Tocantins, foi aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, em março de 2019, como demonstrado na Figura 57.

Figura 57- Capa do Documento Curricular do Tocantins: Ensino Fundamental (Linguagens)



Fonte: SEDUC-TO (2019).

O Documento foi dividido em quatro cadernos e foram destinados às duas primeiras etapas da educação básica um para a educação infantil, contendo cinco capítulos, a saber: Diversidade e identidade cultural do Tocantins; Educação infantil como política; Os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas; Os profissionais e formação docente; Organização do trabalho pedagógico. Os demais cadernos compreendem ao ensino fundamental, e este foi estruturado por habilidades e competências e organizados nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática.

Ao analisarmos a abordagem do léxico no DCT, evidenciamos que ele aparece estritamente no Caderno de Linguagens (Língua Portuguesa), atrelado ao eixo da Análise Linguística, de modo que o estudo do léxico está atrelado aos aspectos semânticos, morfológicos e ensino da gramática, tanto dentro das habilidades quanto dos objetos de conhecimento. Todavia, nas sugestões pedagógicas desse eixo, o documento apresenta que: “É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras

próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia)”. (DCT, 2019, p. 148).

Figura 58- Sugestão de estudo dos nomes de lugares no DCT

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
TODOS OS CAMPOS	Análise linguística	(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.	Efeitos de sentido dos modos verbais na estrutura narrativa.	Essa habilidade refere-se ao estudo dos modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo, de modo que o estudante consiga identificar os sentidos essenciais de cada um, em práticas de leitura e/ou produção nas quais a (re) construção dos sentidos esteja relacionada aos efeitos produzidos pelos modos verbais.
		(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.	Morfossintaxe. Substantivo: conceito, classificação e flexão. Modos indicativo e subjuntivo.	Essa habilidade pressupõe a construção prévia ou conexa de conhecimentos morfossintáticos relacionados a três classes de palavras (substantivos, adjetivos, verbos) e a modos verbais e categorias gramaticais a elas relacionadas. Convém lembrar, ainda, que as concordâncias verbal e nominal, assim como a manutenção e a correlação dos tempos verbais implicadas nessa habilidade colaboram para a coesão e a coerência na escrita. É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia)

Fonte: SEDUC-TO (2019, p. 148).

Essa abordagem voltada para a Toponímia, mesmo que breve no documento nos leva a refletir acerca da importância dos nomes de lugares, tendo em vista que o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. Ademais, o indivíduo é caracterizado pela necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por eles, cujo objetivo é eternizá-las ao longo da história.

A Toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, sendo que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Além disso, devemos ressaltar a importância da Toponímia nos documentos oficiais, de modo que isso reitera como estes estudos têm sido difundidos, bem como, são relevantes para o contexto do ensino.

Os estudos toponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a sua permanência/aceitação ou não em uma comunidade e fazem-se necessários serem ampliados no contexto do ensino. No que concerne a menção ao lugar (no viés mais próximo a Toponímia) nos documentos, a BNCC traz essa abordagem na área de Ciências Humanas, ao inferir que:

A abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços. A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos (BRASIL, 2017, p. 355).

Estudar a Toponímia possibilita a identificação dos lugares, evidencia as reminiscências em relação aos acontecimentos, compreende o domínio cultural e os valores de um grupo, reflete diretamente nas questões de memória, identidade conjunta dos povos. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um elemento humano ou físico, revelam-se tendências sociais, políticas, religiosas, culturais. Para melhor evidenciamos essa relação, será apresentada uma proposta de oficina pedagógica com o objetivo de estudar os nomes de lugares delineada por Reis (2019) em sua pesquisa intitulada - Os Nomes de Lugares nas Provas do ENEM: Reflexões sobre Toponomástica e Ensino, como evidenciado no Quadro 17.

Quadro 17 - Proposta de Oficina Pedagógica: Memória e história através dos nomes de escolas

Título: Memória e história através dos nomes de escolas

Objetivos: estudar os nomes das escolas do município para conhecer os fatores que influenciaram a escolha dos topônimos, a fim de promover a valorização da memória social do município, bairro ou rua.

Público-alvo: alunos do Ensino Médio

O projeto de oficina está relacionado às seguintes competências apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular:

a) Área de Linguagens e suas Tecnologias

Competência 1 - Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

Competência 2 - Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

Competência 7 - Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas éticas e estéticas, para expandir as formas de

produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

b) Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência 1 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Competência 2 - Analisar a formação de território e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

Metodologia: Inicialmente, será feita a apresentação do tema e do objetivo da oficina para os alunos. Na sequência, será feito o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos em relação aos nomes das escolas do município. Em seguida, propor a divisão em grupos de alunos. Cada grupo irá pesquisar um topônimo através de levantamento de informações e realização de entrevistas, caso seja necessário. Em um segundo momento, será feita uma breve apresentação da disciplina Toponômica e seu objeto de pesquisa e sua estreita relação com outras áreas do conhecimento. A etapa seguinte se destina à pesquisa de campo: definição dos entrevistados, preparação do roteiro de perguntas; realização das entrevistas; organização dos dados e produção da ficha com os dados levantados (Ficha lexicográfico-toponímica adaptada ao projeto). Os alunos serão orientados pelos professores para a execução das tarefas.

Resultados esperados: Os alunos produzirão textos (diversos gêneros discursivos podem ser trabalhados pelos professores) sobre o histórico e as motivações relacionadas a escolha dos topônimos estudados. O material produzido poderá ser organizado em um blog, painel, cartilha, ilustrações, entre outros. Os resultados devem ser compartilhados com a comunidade escolar e o bairro, onde se localiza a escola.

Avaliação: Ao final da oficina os participantes farão uma avaliação da oficina, de forma oral, apresentando como foi sua experiência ao participar da oficina. Após a realização da oficina a coordenação avaliará o desenvolvimento do projeto

Fonte: Reis (2019, p. 76)

Evidenciamos também que os nomes de lugares aparecem como nomes geográficos, terminologia específica da Ciência Geográfica, e relacionam-se

diretamente às questões de lugar. Não são estabelecidas maiores relações com os nomes (cidades, países, municípios, vilas, distritos etc), fazem, no entanto, uma abordagem implícita em mapas e imagens em um contexto mais locacional. De modo que a BNCC infere que retomar o sentido dos espaços percebidos, concebidos e vividos permitirá aos educandos reconhecer fenômenos, objetos e os lugares distribuídos no território, além de compreender os diferentes olhares para os arranjos desses objetos nos planos espaciais, pois o que é vivenciado deve ser considerado como espaço biográfico, que se relaciona com as experiências dos alunos nos lugares em que vivem.

Ademais, outras proposições é de que nas relações com os lugares vividos, nos costumes que resgatam a nossa memória social, a identidade cultural e a consciência de que somos sujeitos da história, diferentes uns dos outros. Por isso destacamos que na unidade temática – O sujeito e seu lugar no mundo – enfoca nas noções de pertencimento e identidade, para que dessa forma, sejam garantidos aos alunos a compreensão das características naturais e culturais nas diferentes sociedades e lugares a sua volta. Podemos relacionar esse mesmo sentimento de apego, pertencimento, aos nomes de lugares. Quando atribuímos um nome a um lugar, estão impregnadas as marcas dos nomeadores, seus valores, visão de mundo, resultando em sua forma de identificação. Dentre as habilidades, a BNCC apresenta que o aluno deve ter a capacidade de:

selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira (BRASIL, 2017, p. 377).

Vislumbramos com isso que é possível, se partirmos de um conjunto de topônimos (nomes de cidades, ruas, bairros, pontes, dentre outros), levar os alunos a conhecer e pesquisar aspectos da história desse bairro, dessa cidade, do estado, como também as características socioculturais dos grupos humanos que estão/estiveram presentes na região. Ademais podem ser analisados com os estudantes os topônimos de elementos relativos à análise da etimologia de um conjunto de nomes, seja de elemento humano ou físico, como pode revelar diversos extratos linguísticos, até mesmo os que já desapareceram. Além disso, a possibilidade de estudar os elementos geográficos físicos, como os nomes de rios, de córregos, de

morros, de vales, dentre outros, os quais podem evidenciar características da natureza física da região, como por exemplo os aspectos da fauna, flora, relevo. E todos esses aspectos consideram o caráter interdisciplinar sugerido pela BNCC, pelo fato de haver articulação entre as áreas do saber para se chegar a determinados conhecimentos.

Portanto, os nomes de lugares podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade, o sentimento de posse, o afeto e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade, como por exemplo, o topônimo Alzira Braga, que compõe o *corpus* da pesquisa de Rodvalho (2019), em que analisou os logradouros públicos com nomes próprios femininos da cidade de Porto Nacional (TO), concluindo que poucas mulheres foram homenageadas na Toponímia urbana. Ademais, as homenagens femininas evidenciadas pela pesquisadora são em virtude do grau de parentesco da mulher com alguém conhecido ou devido a sua ocupação, por vez, profissões feminizadas historicamente.

E nesse contexto, o documento evidencia na componente de História que o lugar em que vivemos está relacionado a produção dos marcos da memória: os lugares de memória, tais como ruas, praças, escolas, monumentos, museus, dentre outros, cuja habilidade é identificar os marcos históricos do lugar em que vivemos, bem como compreender seus significados. Assim como reconhecer os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, e discutir os critérios que explicam a escolha desses nomes.

Essa abordagem na BNCC corrobora com o fato de que quando estamos apegados ao sentimento de posse e afeição aos lugares, evidencia-se que a nomeação dos topônimos depende sumariamente dos aspectos abordados pelo denominador, enfatizando no ambiente o que deve ser mencionado. No processo de denominação considera-se a identidade e individualidade do lugar, e se confunde com a história e a memória dos povos.

Nessa concepção, o DCT faz inferência aos lugares na componente de Geografia, quando sugerem o desenvolvimento de atividades com nomes de lugares por uma ótica interdisciplinar, embora de maneira breve. Além disso, o documento apresenta que é necessário conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa na Geografia para compreender o lugar, o espaço, a paisagem, o território. O interessante é que o documento também apresenta como sugestão pedagógica que por meio de atividades os estudantes sejam instigados a resgatar a história do lugar de sua

vivência a partir de fotografias, entrevistas com os moradores para que eles conheçam a história do lugar onde vivem.

Entendemos com isso que o emprego dos nomes de lugares contribuem para que grande parte da história regional ou nacional seja conservada e transmitida às próximas gerações. Dessa forma, consideramos que conhecer aspectos da história do local em que vivemos, e compreender melhor a organização desse espaço e produzir textos acerca de temas que façam sentido na rotina dos alunos pode ser mais motivador para eles, independentemente do nível escolar.

Isso nos faz refletir que o estudo dos nomes de lugares, vinculados ao estudo da Geografia, podem contribuir para a ampliação de informações dos alunos, no que diz respeito aos aspectos sócio-históricos, culturais, linguísticos, além do resgate da memória e do sentimento pelo lugar. Ponderamos por meios dessas reflexões que os documentos oficiais sugerem um trabalho interdisciplinar, na tentativa de responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos atrelados ao processo de ensino, cuja abordagem relacional entre os conhecimentos, faz com que se complementem convirjam, divirjam; articulem-se e interajam.

Assim, compreendemos que a inclusão dos estudos toponímicos no currículo escolar, sobretudo, nas aulas de Língua Portuguesa, possibilitará a aplicação da referida orientação, tendo em vista que esta disciplina onomástica tem como uma de suas premissas o caráter interdisciplinar, a qual é inerente e indispensável para a compreensão e análise do sentido que o topônimo possui. Consideramos com isso que os nomes de lugares são temáticas importantes de serem estudadas, podendo contribuir para a construção de outros conhecimentos no contexto do ensino.

Atrelado a isso, podemos mencionar novamente a pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado (Nunes, 2015), pois foi possível vincular a Toponímia ao contexto do ensino a partir de reflexões sobre os topônimos de origem indígena dispostos no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental. Dessa forma, foi possível relacionar os nomes de lugares apresentados no LD com aspectos linguísticos (informações sobre a origem/etimologia da palavra), saberes socioculturais, geohistóricos e antropológicos. A partir das análises realizadas, observamos que o estudo dos nomes de lugares, vinculados ao estudo da Geografia, contribuem para a ampliação de informações dos alunos, no que diz respeito aos aspectos sócio-históricos, culturais, linguísticos, além do resgate da memória e do sentimento pelo lugar.

Assim, não podemos pensar em uma cidadania concreta sem levar em consideração a importância dos lugares, tendo em vista que os povos dependem em todos os sentidos dos lugares em que vivem. Os lugares são a base para que as pessoas se estabeleçam como cidadãos, sendo assim, os nomes de lugares acompanham esse sentimento de pertencimento, por estarem diretamente relacionados com o modo de vida das comunidades, além de representarem toda simbologia histórico-cultural destes lugares e das pessoas.

A título de exemplo podemos mencionar a pesquisa de Bastiani (2016), intitulada: *As relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da Geografia e da Toponímia*. A pesquisadora propôs um estudo acerca dos vinte e nove nomes das escolas públicas, municipais e estaduais de Ensino Fundamental e Médio, da zona urbana, da cidade de Porto Nacional – TO, visando conhecer a motivação dos nomes atribuídos a essas escolas a partir de uma análise documental feita sob a perspectiva dos estudos toponímicos, analisando a motivação e a importância histórica e cultural desses nomes para a comunidade em questão.

Conforme já explicitamos, esse estudo consiste em problematizar o estudo dos nomes de lugares inseridos no contexto do ensino. Para tanto, propomos o desenvolvimento de uma investigação da hidronímia tocantinense e suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa numa perspectiva interdisciplinar, para tanto utilizaremos o Software Toponímico como ferramenta tecnológica e pedagógica para auxiliar nesse processo, diante disso, explicitaremos na seção seguinte breves reflexões sobre a relevância e as contribuições das (TICs), “Tecnologias da Informação e Comunicação”, sobretudo para o contexto educacional, bem como Práticas de letramento e multiletramento.

3.5 Reflexões sobre as TICs, Letramento e Multiletramento no contexto educacional

Sabemos que em meio a globalização, expansão tecnológica, informacional e comunicacional, as TICs caracterizam-se como ferramentas essenciais para o desenvolvimento social, dentro deste leque evolutivo, e a educação vem se apropriando de todo esse universo. É notório que ainda resta um longo caminho a ser percorrido, entretanto, as dificuldades em relação ao uso destas ferramentas no

contexto do ensino vêm sendo superadas, principalmente quando se pensa nos desafios para um ensino de qualidade, e as novas tecnologias auxiliam para este processo.

Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação (TICs), podem ser conceituadas como um conjunto de tecnologias que compõem os processos comunicativos e informacionais no corpo social, ou seja, são um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si. Logo, as tecnologias estão presentes em toda parte, seja no ramo empresarial, no campo, nas universidades, nas cidades, isto é, em todos os segmentos sociais. Nessa perspectiva, Melo (2013, p. 35) diz que: “Essas novas tecnologias ampliaram de forma considerável a velocidade e a potência da capacidade de registrar, estocar e representar a informação escrita, sonora e visual”. Ademais, para Moran (2016, p.13):

A educação fundamental é feita pela vida, pela reelaboração mental e emocional das experiências pessoais, pela forma de viver, pelas atitudes básicas da vida e de nós mesmos'. Assim, o uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão, motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensinam aos alunos e professores oportunidades de interação e produção de saberes.

Sabemos que a revolução tecnológica se faz presente nas salas de aula, trazendo consigo diversas oportunidades e possibilidades e essas novas demandas estabeleceram uma necessidade de se aprender a lidar com essas novas tecnologias. Diante disso, as escolas devem estar preparadas para aprender e difundir esses novos conhecimentos, dentre os principais desafios dentro do contexto educacional é relativo aos professores, que vem passando por um processo de preparação para poderem usufruir dessas novas tecnologias, bem como se adaptarem as novas modalidades de ensino. Com isso, muitos docentes veem muitos empecilhos nessas novas abordagens, principalmente por não saberem como utilizar esses recursos tecnológicos.

Por isso, é fundamental que o professor passe por um processo contínuo de formação, de modo que esteja preparado para esse ambiente telemático, ao passo que as ferramentas tecnológicas são mediadoras do processo de ensino e aprendizagem. Nesse viés Behrens (2000, p. 57) ressalta que:

As tecnologias e as metodologias incorporadas ao saber docente modificam o papel tradicional do professor, o qual vê no decorrer do processo

educacional, que sua prática pedagógica precisa estar sendo sempre reavaliada. A inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento.

Sabemos que as TICs têm sido muito utilizadas, pois auxiliam os professores no processo de interação com os estudantes e colegas no contexto de sala de aula. Isto posto, é importante frisarmos que as novas tecnologias estão presentes na vida das crianças na contemporaneidade desde o seu nascimento, por isso, assimilam rapidamente como utilizá-las. Nesse contexto, Moran (2016, p. 32) declara que:

A criança também é educada pela mídia, principalmente pela televisão. Aprende a informar-se, a conhecer - os outros, o mundo, a si mesmo - a sentir, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, "tocando" as pessoas na tela, que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa - ninguém obriga - é feita por meio da sedução, da emoção, da exploração sensorial, da narrativa - aprendemos vendo as histórias dos outros e as histórias que os outros nos contam.

Um reflexo disso é que os estudantes têm maior facilidade e aceitação quanto ao uso dessas práticas no dia a dia escolar. Todavia, de modo geral, as instituições escolares nem sempre estão capacitadas para assumir e fazer uso destes recursos, necessitando assim de novas políticas pedagógicas para modificar esse quadro. Tendo em vista que as TICs são eficazes e auxiliam para o desenvolvimento escolar, com isso, a partir do seu uso no universo educacional, são fortes aliadas ao ensino e aprendizado.

Assim, as TIC podem ser incorporadas na escola como suporte para: a comunicação entre os educadores da escola, pais, especialistas, membros da comunidade e de outras organizações; a criação de um fluxo de informações e troca de experiências, que dê subsídios para a tomada de decisões; a realização de atividades colaborativas, [...] onde, permitam enfrentar os problemas da realidade; o desenvolvimento de projetos inovadores relacionados com a gestão administrativa e pedagógica; a representação do conhecimento em construção pelos alunos e respectiva aprendizagem (ALMEIDA, 2002, p.3).

É evidente, portanto, que o uso dessas tecnologias, propiciam diversos benefícios, inclusive para a educação, com isso, faz-se necessário que as escolas apliquem de modo efetivo o uso TICs no processo educacional. Sendo assim, podemos considerar que o sistema educacional tornar-se-á muito mais democrático e competitivo, no que concerne ao nível de qualidade de informações que são transmitidas, se auxiliadas pelas TICs. Pois favorecem as instituições, tendo em vista que o acesso a essas tecnologias, são e podem ser compartilhadas entre todo o corpo escolar, criando-se assim conhecimentos, propiciando e aumentando o

desenvolvimento do ensino-aprendizado para este novo modelo configurado ao longo dos anos.

Arelado a isso, devido a importância e contribuições das TICs para a sociedade de modo geral e para o contexto educacional, pensamos no desenvolvimento do Software toponímico como recurso metodológico, tendo como premissa a inovação pedagógica.

Nesse contexto, depreendemos que o ensino de português necessita abarcar de fato as experiências com as múltiplas formas de letramento e o uso de tecnologias digitais em sala de aula, cujo intuito é desenvolver habilidades essenciais para que os estudantes participem plenamente na sociedade. Com o intuito de propiciar aos estudantes maior interação tendo em vista as premissas das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias no contexto social e tecnológico.

Segundo Soares (1998, p. 72), “o letramento é uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”. Desse modo, o letramento não se encerra nos estudos da escrita e da leitura, pois, existem muitas outras práticas que não passam pela escrita, e possuem valor comunicativo, tendo em vista que a comunicação não depende do domínio do código padrão, e isso revela que não dominar este código não significa não ser letrado. Corroborado a isso, Para Carmo e Mane (2016), os estudos do letramento podem ser definidos como:

Os estudos dos letramentos partem de uma concepção de leitura e escrita com práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem. É importante lembrar que ensinar a ler e escrever não é uma questão técnica, é uma questão política, conforme Freire sempre insistiu. Por isso, aprender a ler e escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las (ou de associá-las), mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em determinado contexto cultural. Segundo Soares (1998, p. 47), a alfabetização é definida como “ação de ensinar a ler e a escrever”, já o termo “letramento” é caracterizado como “o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a escrita” (CARMO e MANE, 2016, p. 43).

Ressalta-se com isso que o letramento importa de maneira especial nesse estudo, uma vez que objetiva-se utilizar ferramentas que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa na educação básica, considerando

assim os letramentos dos educandos em suas vivências sociais como essenciais em sala de aula.

Corroborado a isso, Moran (2013) ressalta que a propagação de tecnologias evidenciadas no contexto atual, certamente tem ressignificado o modo de ensinar, o qual acompanha todo esse processo, tendo em vista que o conhecimento tem sido cada vez mais fácil de ser alcançado, por meio das tecnologias digitais. Atrelado a isso pode-se observar o impacto destas tecnologias dentro da sala de aula, tem proporcionado cada vez mais recursos para as aulas de língua portuguesa. Com isso, a prática pedagógica precisa de atualizações constantes, ao passo que é necessário reconhecer o papel das tecnologias e os multiletramentos na construção do pensamento no que tange ao ensino de português na Era Digital. Nessa perspectiva, Rojo (2013, p. 8-9) na entrevista “Outras maneiras de ler o mundo”, ressaltou que:

As profissões da atualidade lidam com imagem, com som digitalizado, com programas de edição de fotos, ou seja, grande parte dos profissionais não opera mais, sem os textos multiletrados. Essa é a maneira de escrever do futuro, mas, para a juventude, esse já é o jeito como ela escreve e é desse jeito que ela vai viver e, inclusive, trabalhar. Esse é um dos motivos pelos quais o conceito de multiletramentos tem toda a relevância para a escola. Do mesmo jeito que ela alfabetizava para ensinar a assinar o nome no começo do século XIX e que alfabetizava para ler pequenos textos e depois mais complexos ao longo do século XX, agora é preciso letrar para esses novos textos que se valem de várias linguagens.

Sendo assim, a diversidade linguística e seus recortes sociais devem ser levados em consideração na educação, devem ser trabalhados os multiletramentos de forma democrática e ética. Para tanto, o ensino de Língua Portuguesa deve ser baseado em projetos de multiletramentos, e assim o ensino da linguagem deve considerar a dialogicidade e a interação, pois esta é fruto de constante interação verbal, sendo também social, histórica, ideológica, política e seu instrumento de comunicativo é a língua e os mais variados gêneros do discurso (BAKTHIN, 2006, p. 116-117).

Destarte, a partir das premissas da multiculturalidade, a qual se faz presente nas sociedades globalizadas, a multimodalidade possui um conceito novo de letramento, ou seja, os multiletramentos. Com isso, as novas ferramentas tecnológicas abarcam esse cenário dinâmico, de modo que é necessário que ocorra interação entre docentes e alunos, para que assim possam construir juntos novas perspectivas de ensino e aprendizagem por meio das semioses nos multiletramentos.

Logo, no processo de ensino e aprendizagem, é importante que sejam considerados tanto os aspectos coletivos quanto os individuais de aprendizagem, e os multiletramentos notoriamente perfazem essas necessidades. Nessa ótica, Rojo (2012, p. 23) esclarece com propriedade que os multiletramentos “são interativos; mais que isso, colaborativos”, de modo que instiga a proatividade e curiosidade dos estudantes, bem como oportuniza o trabalho coletivo, viabilizando o aprendizado atrativo e dinâmico, pois o conhecimento fica mais acessível e pode ocorrer de múltiplas formas, a partir dos mais variados suportes, fazendo com que seja mais democrático no que tange às habilidades no processo de aprendizagem.

Dito isso, dedicaremos a próxima seção às considerações e pressupostos sobre a hidronímia.

3.6 A hidronímia

A prática de nomear determinado lugar está vinculada à ação que reserva em si elos culturais os quais geralmente estão implicados ao conhecimento do local, à ocupação, à posse, bem como os fatos que ocorreram no local nomeado. Dessa forma, os nomes de lugares não compreendem somente seres e/ou coisas, muito pelo contrário, eles podem representar questões que vão além do que é escrito ou falado.

Nessa perspectiva, os cursos d’água sempre foram preponderantes para sobrevivência humana, e sempre estiveram presentes em suas atividades, sendo ponto de equilíbrio aos meios sociais, pois as civilizações nascem e se desenvolvem dependendo da água. Esse fato pode ser testificado no livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, no livro de Gênesis, o qual narra a criação do mundo. Podemos identificar que são citados os nomes de quatro braços de rio, cuja nascente é no Jardim do Éden, a saber: Eufrates (ou Euphrates), Ghion (ou Geon, Tigre (ou Tigris) e Pison (ou Fison). Reiteramos assim que os rios são os caminhos que o ser humano percorre para se deslocar, em suas margens e ao longo de sua história nascem as cidades, além disso, também possibilitou que várias histórias e mitos fossem criados, os quais acompanharam a vida dos homens.

Sobre a relação nomeação dos rios, Dick e Seabra (2001) explicitam que as águas e rios, religião e fé ocuparam a terra desde o princípio de sua ocupação, de modo que consubstanciaram os mitos humanos. Dessa forma, os símbolos de uma linguagem recriada, constituíram os paradigmas de uma vasta rede onomástica,

seguindo os percursos onomasiológicos mais evidentes para a composição das denominações. Acerca da importância dos cursos d'água para a sobrevivência humana, Dick (1990b, p.196) evidencia que em “épocas remotas da história da humanidade, a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio. Grandes civilizações nasceram e se desenvolveram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas.” Nesse contexto, Rodrigues (2001, p. 38) ressalta que:

Todo nome admite implicitamente a noção do batismo. O batismo de seres humanos obedece a uma norma fixa, dentro de certos e determinados ritos religiosos, sempre os mesmos pelos séculos a fora, sempre os mesmos em cada religião; já o batismo dos rios, seja ele feito pelos seres humanos chamados civilizados, seja pelos apelidos selvagens, não só desconhece os ritos litúrgicos, como nem sequer obedece a quaisquer normas de antemão determinadas.

Depreendemos com isso que antes do ser humano constituir moradia ou organizar os seus grupos para povoamento ele se preocupava em nomear os elementos físicos como rios, lagos, lagoas, lagoas, córregos, riachos, córregos, montanhas, que ali existiam e cristalizavam-se na memória (PEREIRA, 2017).

Desse modo, por sempre estarem presentes na vida do ser humano, desde o seu surgimento, os rios foram um dos primeiros elementos a serem nomeados, de modo que a preocupação primeira dos indivíduos era a de batizar os elementos físicos aos seu redor, dentre eles estavam os rios, córregos, riachos, brejos, morros, montes, dentre outros. A hidronímia é o estudo dos designios hídricos (rios, lagos, lagoa, córregos, cachoeira) é um campo específico dentro da Toponímia, e revelam estreita relação entre o ser humano, o ambiente, e cultura em que estão inseridos. À vista disto, é importante elucidarmos o que entendemos por Hidrônimo, hidronímia e hidrotônimo. E para melhor esclarecermos estas concepções, Anjos (2012, p. 91), explica:

[...] recupera-se o termo utilizado por Fernandes (1941), em seu quadro Onomatológico, apresentado na seção 1.2, no qual aparece o termo *potamonímia*, que diz respeito aos nomes de rios. Para o termo *potamonímia*, Cunha (2001, p. 626) apresenta o elemento de composição **-potam(o)-**, que vem do “gr. *potamós* ‘rio’, que se documenta **am alguns vocs.** introduzidos na linguagem científica internacional, a partir do séc. XIX”. O elemento composição **hidr(o)-**, do grego *hydro*, de *hydōr-atos* ‘água’, ainda com o mesmo autor (*op. cit.*, p. 409), é documentado “em vocs. formados no próprio grego, como *hidrofobia*, por exemplo, e em **vários outros introduzidos** na linguagem científica internacional, a partir do séc. XIX”. Atente-se para fato de que, mesmo tendo sido os dois elementos de composição introduzidos na linguagem científica a partir dos Dezenove, é possível perceber, com o grifos, que a frequência de uso no primeiro caso é bem menor do que no segundo, o que se confirma pela própria listagem de cognatos feita por Cunha para os dois casos. Para o elemento de composição **-potam(o)-**, há tão somente

quatro subentradas no respectivo verbete. Já para **hidr(o)-**, há a listagem de quase noventa subentradas (e, em nenhuma delas, ocorrem os termos Hidrônimo, hidronímia e hidrotopônimo). Sendo os dois elementos de composição de origem grega e tendo **hidr(o)-** um largo uso já no século XIX, é possível evidenciar a preferência, tanto em Drumond (1965) quanto em Dick (1992a), por exemplo, pelo termo hidronímia em detrimento do termo *potamonímia*. Assim sendo, hidronímia (termo ainda não dicionarizado), poderia ser definida como o conjunto de elementos hidrográficos (rios, riachos, lagos, lagoas etc.) de uma dada região; e hidrônimo (termo já dicionarizado), como um ente particular desse conjunto, ou ainda, como “nome próprio de cursos de água, oceanos, etc.” (FERREIRA, 2004). Ainda sobre este último, Dick (2004, pp. 126 e 127), entende, de modo mais generalizante, que se trata de “nomes dos acidentes hidrográficos em geral, não importando a natureza lingüística do objeto nomeado, e evidenciado pela denominação, se humano ou não humano, animado ou inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos”. [Grifos do autor].

Em relação ao termo hidrotopônimo, o qual é compreendido por ter o nome motivado pelo elemento água, Isquerdo e Seabra (2010, p. 84) citadas por Anjos (2012, p. 92) apresentam a seguinte explicação:

Em se tratando da *toponímia*, ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos *topônimos* (nomes próprios de lugares), os *Hidrônimos* (nomes de acidentes relativos a cursos d'água em geral), em termos de categorias taxionômicas, pertencem à categoria dos *hidrotopônimos*, taxa pertencente às taxionomias de natureza física que, segundo o modelo de ordenamento da toponímia concebido por Dick (1990a; 1990b), reúne designativos de lugares formados por termos relacionados às diferentes correntes hídricas: “acidentes geográficos em que, na denominação toponímica, o elemento hidronímico está presente, seja o termo genérico água ou as designações de cursos d'água específicos como *córrego, rio, ribeirão, etc*” (...) [Grifos do autor].

Em vista disso, nos estudos toponímicos, compreendemos um campo específico para investigar a água, denominado hidronímia, e que no âmbito da Onomástica denomina: “o conjunto de acidentes geográficos que designam correntes hídricas (rios, córregos, corixos, lagoa, baía, salto, cachoeira...)” Isquerdo e Seabra (2010, p. 88). Além disso, na área da Onomástica, os hidrônimos apresentam poucas mudanças.

Assim, a hidronímia contempla as unidades do léxico relativas aos hidrotopônimos e os hidrônimos, os quais possuem distintas significações terminológicas, e também são muito comuns na Toponímia brasileira, seja pela variação genérica de tipologias como água usada como tipo de elemento próprio, os elementos físicos como o ribeirão, córrego, enseada, corredeira, rio, riacho, ribeira, cachoeira, bem como pela importância das bacias hidrográficas no Brasil. Atrelado a essas premissas, Dick (1990a, p. 254) explica que, “a nomenclatura hidrotoponímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, ressaltando os principais fatores que a estruturam, pelo ponto de vista da filiação lingüística ou da motivação originária”.

Isto posto, consideramos que os hidrônimos consistem nos nomes dos elementos hidrográficos de modo geral, os quais não possuem relevância linguística quanto a natureza do objeto nomeado, tão pouco indicar se o elemento é humano ou não, animado ou não, e nem o caráter dos campos semânticos implicados. Em contrapartida, os hidrotopônimos são formado de elementos em que o aspecto hidronímico compõe o processo denominativo, seja quanto ao termo genérico água ou às específicas designações de cursos d'água.

Para Strandberg (2016), os nomes dos rios são um importante corpo de material linguístico e histórico, além do mais possuem uma ampla gama linguística e tem papel fundamental na sociedade. Os nomes de rios propiciam evidências importantes de determinada comunidade linguística, pois podem testemunhar o pensamento, as atividades e as condições humanas em eras muito remotas e, naturalmente, nos estágios iniciais do desenvolvimento da linguagem (léxico, fonologia, morfologia e semântica). Isto posto, ressaltamos também a relevância de apresentar a classificação dos hidrônimos em aspectos primários, secundários e terciários, a saber:

O termo nome do rio refere-se a nomes de corpos de água corrente: rios grandes e pequenos, córregos, riachos, corredeiras e assim por diante. Um nome de rio é um hidrônimo, um nome de um corpo de água. Todo o leque de hidrônimos em um distrito, território, país ou similar é chamado de hidronímia. Um nome de rio é não composto (cunhado por derivação direta de formação de nome ou como uma formação de nome secundário) ou composto. A formação do nome primário (por derivação ou composição) envolve a geração de uma nova palavra. A formação secundária de nomes é o uso de uma palavra existente (substantivo comum ou adjetivo, como topônimo). Um nome de rio formalmente secundário emana de outro topônimo mais antigo, enquanto um nome de rio formalmente primário não foi cunhado com base em outro topônimo. O nome do rio Mosel (Moselle), por exemplo, é um derivado de Maas (Meuse, Lat. Mosa) e, portanto, um nome formalmente secundário. Outro derivado de Maas é Maasje na Holanda. Um antigo e famoso hidrônimo formalmente secundário é Bodensee (Lago de Constança) na Áustria, Alemanha e Suíça; ele contém o nome do assentamento Bodman. O nome do rio ucraniano Donets é um derivado diminuto do Don russo, este último uma formação de nome secundário que significa 'rio'. Outra formação de nome secundário é o nome do rio inglês Avon, que contém uma palavra celta para 'água (curso)'. Alguns nomes de rios formalmente secundários são o resultado da formação regressiva. O nome do rio Amstel na Holanda foi explicado como secundário em um sentido semântico (anteriormente ligado a outro denotatum), mas sua etimologia é considerada incerta (STRANDBERG, 2016, p. 105).

Assim, o conjunto de topônimos apresenta um repertório muito sugestivo e vasto, e é o que ocorre com os hidrotopônimos, taxonomia de Dick (1990), os quais são variados, todavia, convém mencionar que a grande maioria não tem explicação plausível de registros ou fundamentação, por exemplo, Riachinho (TO), Riozinho (TO),

Lagoa do Tocantins (TO), Paranã (TO) etc. Para tanto, evidenciar a origem das denominações dos cursos d'água que compõem a vasta hidrografia brasileira, torna-se um grande desafio, tendo em vista que este processo está atrelado ao conhecimento e saberes de muitas gerações, as quais geralmente tornaram-se permanentes na memória oral. Nesse contexto, Santos (2019, p. 140) ressalta que:

A água, elemento vital para o desenvolvimento e subsistência de aglomerações humanas, configura um vocábulo básico, um arquétipo toponímico, como afirma Dick (1990b, p. 64), motivo pelo qual a hidrotoponímia sempre constitui uma das taxonomias mais produtivas em *corpora* toponímicos nacionais ou internacionais. Sua categorização se configura por uma diversidade lexical de feição hídrica, tais como rio, mar, lago, ribeira, dentre outras, presentes em diversas línguas.

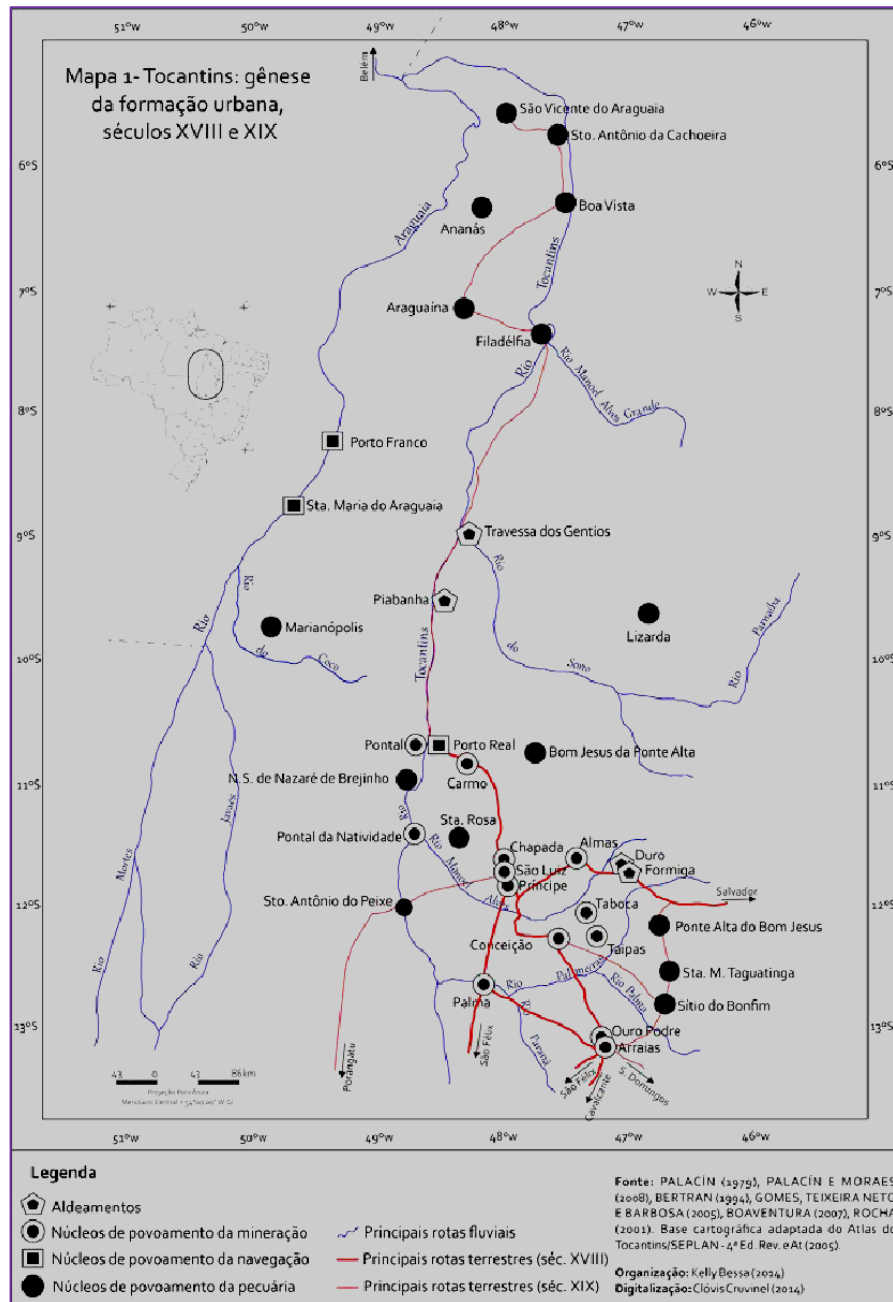
Desta forma, ao longo da história, os rios são considerados os principais acessos a novos territórios para a humanidade, e conseqüentemente, nesse decurso histórico é nas margens desses rios que surgiram as primeiras cidades. Com isso, os nomes de lugares são contemplados como um signo linguístico rico e que agrega especificidades provenientes do léxico difundido, aspecto este que os torna distintos dos nomes comuns, pois consolidam a intenção do denominador que, a partir dos aspectos ao seu redor, determina as nomeações aos elementos geográficos, os quais apresentam em seu significado a explicação para a sua existência.

Nesse sentido, os homens sempre foram remidos pela necessidade de localizar um rio, davam-lhe um nome, que ficam presentes na memória do povo. Dessa forma, os rios, assim como os seres humanos, tem um ciclo de vida e assim, uma história.

Qualquer que seja, portanto, a origem linguística de seus topônimos, estes carregam em si a mística das águas, maior que o tempo e memória de épocas denominativas, revelando estágios de nomeação característicos. Deixam esses nomes de ser apenas signos arbitrários da língua, para referencializar-se como ícones de uma memória vivenciada, porque subjacentes estão a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere (ANDRADE e BASTIANI, 2012, p 2).

Logo, os nomes dos rios influenciam na nomeação das cidades constituídas em suas margens, além disso, geralmente forma-se ali a junção entre cidade e rio, ao passo que por meio dos estudos toponímicos é possível evidenciar as informações históricas justificam da motivação desse nome. Conforme podemos evidenciar no mapa do Tocantins do século XVIII e XIX o povoamento a partir dos rios Araguaia e Tocantins, tendo em vista que a navegação fluvial, especialmente nos rios Tocantins e Araguaia, foi responsável pela conexão entre os arraiais nesse período, como demonstrado na Figura 59.

Figura 59 – Gênese da formação urbana do Tocantins nos séculos XVIII e XIX



Fonte: Bessa (2015)

Dessa forma, é por isso que água sempre foi um elemento essencial para a vida de todos os seres, ou seja, em outras palavras a água está em tudo. Além disso, é importante ressaltar que pela ótica da Geografia e da História, por exemplo, a água é primordial para o processo evolutivo humano, de modo que os recursos hídricos são vitais tanto para o consumo quanto para as atividades que dependem deles, fazendo-se necessário que estes convivam para a sobrevivência de ambos. Sobre isso, Santos (2002, p. 235) explicita que:

Quando tudo era meio natural, o ser humano escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era utilizado pelo ser humano sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.

Ainda pelo viés histórico, podemos inferir que foi a partir do desbravamento e conquista dos oceanos e rios que ocorreram as significativas expansões territoriais. Por isso, os primeiros elementos geográficos nomeados foram os recursos hídricos, sobretudo, com a vinda dos colonizadores, ademais, evidenciamos também que estes recursos sempre atuaram como meio de deslocamento, sobrevivência e desenvolvimento humano. Conforme podemos observar na Figura 60, em que o desenvolvimento do Egito antigo, por exemplo, esteve intimamente ligado com a presença do rio Nilo.

Figura 60 – Desenvolvimento do Egito Antigo por meio do Rio Nilo



Fonte: KÜNAST POLON (2021).

Podemos inferir com isso que por volta de 3200 a.C. o rio Nilo possibilitou no Egito Antigo o desenvolvimento da ciência, assim como a construção dos canais

de irrigação, sendo que eram novidades naquele contexto, com irrigação de áreas áridas, promovendo a possibilidade do cultivo. Além do mais, estes canais também eram usados como vias de transporte e de deslocamento. Do mesmo modo, as construções grandiosas realizadas pelos egípcios tiveram relação intrínseca com o rio Nilo, pois este possibilitou que o povo se deslocasse ao longo do espaço (KÜNST POLON, 2021).

Dito isso, compreender as especificidades acerca do estudo da nomeação dos cursos d'água exige um olhar atento e preciso, pois são comumente antes da formação dos aglomerados humanos. Os nomes de rios, portanto, fazem parte do acervo dos elementos orográficos, pois contemplam, universalmente, os registos mais remotos empregados pela língua, logo, pela Toponímia, além do que esses topônimos dificilmente são alterados, conforme postula Dauzat (1947). Esses nomes refletem condições típicas, ou do próprio elemento de sua intrínseca natureza ou das regiões que margeiam e estão atrelados a sua denominação elementos regionais específicos.

Podemos considerar também que no arcabouço toponímico os nomes de lugares com relevante classificação são hidrotoponímicos, conforme já explicitamos ao longo da seção, são relativos a rios, nascente, lagoas, lagos, dentre outros. De modo que a ação denominativa do ser humano infere de uma motivação linguística existente em dado momento, isto é, o ato de nomear, batizar está intimamente implicado com a motivação linguística dos indivíduos. Além do mais, o estudo dos nomes dos lugares advindos dos cursos d'água são efetivos registos históricos para compreender os grupos sociais que habitaram/habita determinado lugar, uma vez que essa ligação entre os povos e os cursos de água sempre se fizeram presentes na história humana.

Nesse viés, Isquierdo e Dargel (2014, p.7) explicam que pela relevância desses elementos geográficos, estes vão “além do papel histórico-político e geográfico na formação do Brasil, alguns desses cursos tiveram o nome totalmente transposto para o topônimo do município cujo nome motivaram”. Dessa forma, os cursos d'água são de suma importância para os estudos toponímicos, principalmente, os lugares em que os rios influenciam os nomes das cidades que os circundam.

Portanto, consideramos que estudar os aspectos hidrográficos dos lugares remete a compreensão do vasto patrimônio proveniente de suas águas, história, mitos e crenças originadas e experienciadas pelos seus ocupantes. Ademais, os nomes de lugares denominados de elementos hidrográficos são responsáveis pela justificação

de suas reminiscências, tendo em vista que fortalecem e caracterizam os olhares impelidos a essas localidades.

É relevante ressaltamos também nesta seção a importância dos trabalhos desenvolvidos sobre a hidronímia brasileira, os quais subsidiaram não somente este estudo, como também outras pesquisas no cenário nacional e internacional. Nesse sentido, convém citar o trabalho de Anjos (2012), intitulado: “Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas”, o autor aborda concepções importantes sobre os estudos das águas, bem como sua importância, além do mais apresenta uma análise criteriosa e bem estruturada da hidronímia piauiense. Citamos também a pesquisa de Pereira, (2017): Pelos caminhos das águas: um estudo da hidronímia da mesorregião norte maranhense, cujo foco é evidenciar a hidronímia de origem indígena da Mesorregião Norte Maranhense. Além do mais, trabalhos importantes nessa vertente foram desenvolvidos por pesquisadoras consagradas dos estudos toponímicos brasileiros, como Dick (2001; 2004), Isquerdo (2010), Seabra (2001; 2010) e Carvalhinhos (2003), conforme abordamos ao longo desta seção.



4

Rios Tocantins e Araguaia e seus aspectos geográficos, históricos e culturais

“Os rios, como os seres humanos, têm um ciclo de vida, e conseqüentemente, uma história. Mesquinha ou grandiosa, simples ou complexa, curta ou longa, essa história é sempre interessante”. (Lysias RODRIGUES, 2001).

4. RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA E SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS

Abordaremos neste capítulo a “biografia” dos rios Tocantins e Araguaia, de modo que evidenciaremos como são indispensáveis aos seres vivos: a água, mas vão muito além disso, sobretudo pela importância cultural, social, econômica e histórica. Os rios são referências culturais importantes sobre a sociedade humana, pois expressam seus modos de vida e também são parte da biografia de vários indivíduos, pois compõem memórias e perspectivas do presente e futuro alinhadas à tessitura de sua identidade. À vista disso, apresentaremos como se deu o processo de povoamento às margens dos rios Tocantins e Araguaia, além dos aspectos geográficos, sociais, culturais e afetivos.

4.1 O processo e o contexto de povoamento

Os rios tiveram um papel fundamental para a formação das comunidades desde o princípio das civilizações, sendo vitais para a sobrevivência humana. Até hoje, os cursos de água doce são a base de sustento para milhares de famílias, tanto no Brasil como em todo o mundo, e têm sido marcantes na história da humanidade. O ser humano sempre esteve próximo a esses recursos e, conseqüentemente, grandes civilizações surgiram às margens dos rios. Para melhor contextualizarmos, citaremos no Quadro 18 os doze rios considerados os mais importantes do mundo, a saber:

Quadro 18 - Os doze rios mais importantes do mundo

1. Rio Amazonas (Brasil)	O rio Amazonas é o maior rio do mundo, com 6.868 km de extensão, ademais, possui um grande volume de água, o que reitera esse posto. Além disso, nasce na Cordilheira dos Andes (Peru), bem como recebe águas de diversos afluentes, desembocando no Oceano Atlântico, no litoral norte do Brasil.
2. Rio Nilo (Egito):	O rio Nilo é considerado o segundo maior rio do mundo, tem 6.627,15 km de extensão, sendo o maior no continente africano. O Nilo é essencial aos países que são cortados por ele (Etiópia, Uganda, Ruanda, Tanzânia Quênia, Burundi, Sudão, República Democrática do Congo e Egito). Além do mais, foi nas margens dele que nasceu a civilização egípcia, uma das mais

	importantes. Os egípcios, o consideram uma grande dádiva divina.
4. Mississipi (Estados Unidos):	É considerado o rio mais importante dos Estados Unidos, possui 3.734 km de extensão, cuja bacia abrange em torno de 40% do território nacional.
5. Rio Paraná (Brasil):	O rio Paraná tem grande importância para o Brasil, pois percorre 2.570 km. Suas águas são responsáveis por abastecer a hidrelétrica de Itaipu, a qual fornece energia elétrica para grande parte do território nacional e para o Paraguai.
7. Rio Volga (Rússia):	É o rio mais importante do continente europeu, desempenhando um papel importante, pois é via de navegação dentro do continente. Tem 3.688 km, o que faz com que ele seja o maior do continente europeu, além disso, desemboca no Mar Cáspio.
6. Rio Danúbio (Alemanha):	O rio Danúbio é o segundo maior rio do continente europeu. Possui cerca de 2.845 km de extensão, desaguando no Mar Negro.
8. Rio Ganges (Índia):	O rio Ganges na Índia é considerado sagrado para muitos seguidores da religião hindu. Desse modo, muitas pessoas banham no rio para serem purificadas. Outra curiosidade é a de que até mesmo os sapos que saem desse rio são idolatrados pelos fiéis. O Ganges tem aproximadamente 3.000 km de extensão.
9. Rio Huang-Ho ou Amarelo (China):	O rio Amarelo tem essa denominação em virtude da coloração de suas águas. O rio desempenha um grande papel para a sociedade chinesa. Além disso, tem aproximadamente 5.464 km de extensão.
10. Rio Yang-Tsé ou Azul (China):	O rio Yang-Tsé possui cerca de 6.300 km e desemboca no mar da China Oriental. Tendo em vista sua grande extensão, corta quase todo o território chinês no sentido oeste-leste.
11. Rio Congo (Congo):	O rio Congo possui cerca de 4.700 km em extensão, estando entre os maiores do mundo, sendo o segundo em escala mundial quanto ao volume de água. Percorre a floresta equatorial do continente africano, e pela forte incidência de chuvas, faz com que o rio seja caudaloso, sua principal característica.
12. Rio Tigre (Turquia):	O rio Tigre na Turquia percorre aproximadamente 1.900 km de extensão. Bagdá, a capital do Iraque, estabelece-se às margens do rio. O Tigre é essencial para todo o Oriente Médio, pois essa região convive com a escassez de água.

13. Rio Eufrates (Turquia):	O rio Eufrates é considerado um dos principais rios do Oriente Médio, juntamente ao rio Tigre. O Eufrates possui em torno de 2.780 km de extensão até desaguar no Golfo Pérsico.
-----------------------------	--

Fonte: Freitas (2021) adaptado pela autora

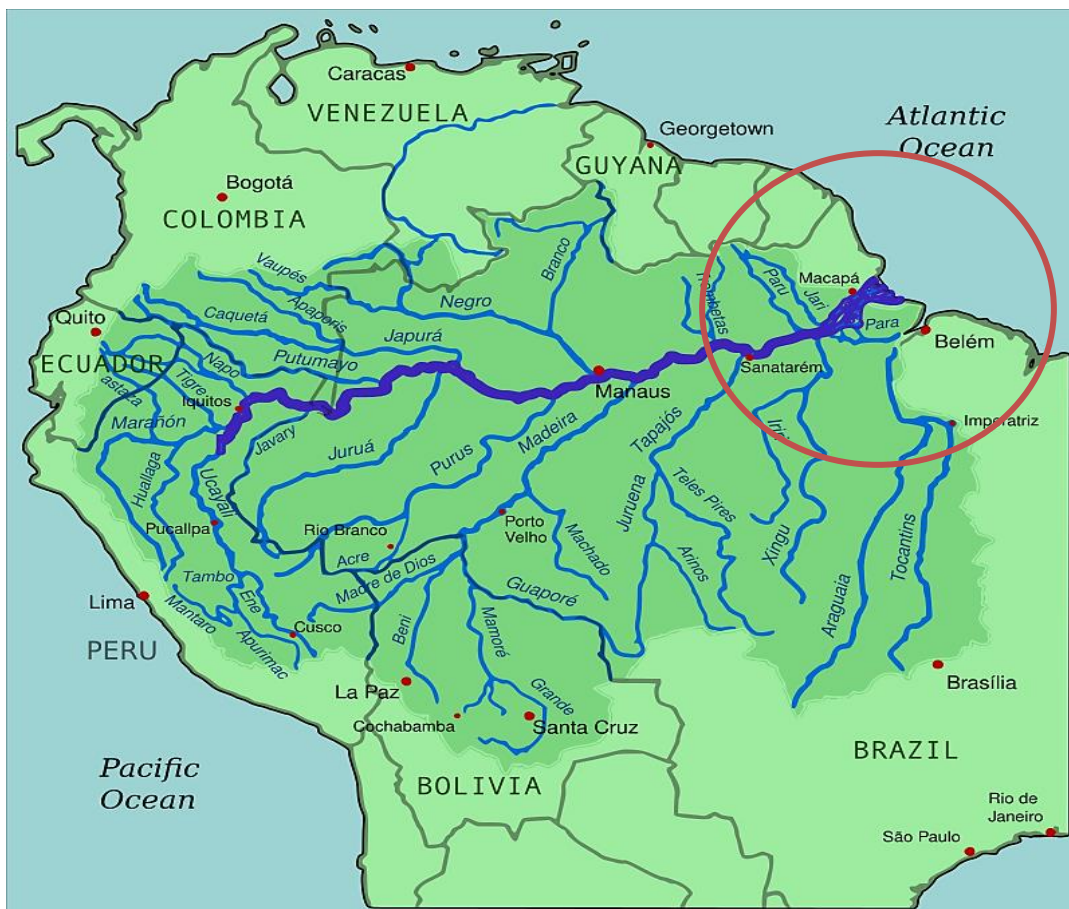
Podemos evidenciar a importância dos rios, independentemente de onde estejam localizados, eles compõem espaços de cidades e trazem inúmeros benefícios que vão além da valorização da ambiência urbana. Por isso, os rios são elementos prioritários para a escolha de determinado espaço de estabelecimento humano, e isso ocorre desde as civilizações antigas. Nesse sentido, é importante salientar que o Brasil possui 12 bacias hidrográficas, e cerca de 12 mil rios, sendo vitais para a população brasileira. Podemos inferir com isso que, os rios são vias de integração entre povos, pois oferecem a base alimentar, viabilizam e interligam o comércio, além de servir (por muito tempo) como elo de comunicação e de informação.

No Brasil, os rios sempre foram os guias para a ocupação e exploração de terras. Como vimos, o rio Amazonas é considerado o maior rio do mundo, sendo de suma importância para o país, seja no aspecto econômico ou cultural. Localizado na região norte do Brasil, o Amazonas percorre o norte da América do Sul, a Amazônia legal³⁰ e deságua no Oceano Atlântico, além de possuir mais de mil afluentes. Tem sua origem na nascente do rio Apurímac (alto da parte ocidental da cordilheira dos Andes), no sul do Peru, e deságua no oceano Atlântico junto ao rio Tocantins no delta do Amazonas, no norte brasileiro. Ao longo de seu percurso recebe, ainda no Peru, os nomes de Carhuasanta, Lloqueta, Apurímac, rio Ene, rio Tambo, Ucayali e Amazonas. Ele entra no território brasileiro com o nome de rio Solimões e finalmente, em Manaus, após a junção com o rio Negro, assim que suas águas se misturam ele recebe o nome de Amazonas e como tal segue até a sua foz no oceano Atlântico. Sua foz é classificada como mista, por apresentar uma foz em estuário e em delta (BRASIL, 2011).

³⁰ A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor densidade demográfica do país (cerca de 4 habitantes por km²). Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas (FUNASA, 2014).

O Amazonas é o único rio com uma foz mista no mundo. Através dele, o rio Amazonas e o rio Tocantins cruzam-se por meio do rio Pará, que serve como um canal (canal-paraná) que também é uma bifurcação do rio Tocantins, ou seja, é um braço de ligação do rio Tocantins com o delta do rio Amazonas. Conforme podemos observar na Figura 61.

Figura 61: A bacia de drenagem da Amazônia com o rio Amazonas em destaque.



Fonte: ANTAQ (2016).

Sendo assim, ressaltamos a partir dessa evidência a dimensão e importância do rio Tocantins, sendo este o principal rio da bacia³¹ hidrográfica Araguaia-Tocantins, tendo como principal afluente o rio Araguaia. A bacia é estendida, além do estado do

³¹ A bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso d'água é a área onde, devido ao relevo e geografia, a água da chuva escorre para um rio principal e seus afluentes. Desníveis dos terrenos orientam os cursos d'água e determinam a bacia hidrográfica, que se forma das áreas mais altas para as mais baixas. Ao longo do tempo, a passagem água da chuva vinda das áreas altas desgasta e esculpe o relevo no seu caminho, formando vales e planícies (DICIONÁRIO AMBIENTAL, 2015).

Tocantins, aos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, e o Distrito Federal. É considerada a maior bacia hidrográfica integralmente brasileira. E nesse viés, Rodrigues (2001, p. 14), dentre suas viagens pelo rio Tocantins, relata:

“Quando se estuda com cuidado a rede potamológica do Brasil é que se vê, que país privilegiado ele é. Nessa rede potamológica extraordinária, um rio se distingue particularmente pela sua personalidade característica: o TOCANTINS. Navegamo-lo de Palma a Belém do Pará; sobrevoamo-lo desde a nascente do Paranã, seu formador principal, até a sua foz; naufragamos nele de dia e de noite; gozamos de “bubua” suas maravilhosas noites de luar; acampamos e dormimos em suas margens; sentimos seus violentos temporais, no ar, na água e em terra; nele nos banhamos, pescamos e caçamos; ouvimos suas encantadoras lendas e as canções dolentes dos seus canoieiros; varamos suas cachoeiras e sirgamos suas canoas; miramo-nos nos seus estirões espelhados; vimo-lo abraçar-se com seu irmão o Araguaia e enfrentar o colosso que é o Amazonas; lidamos com os nossos patrícios que às suas margens vivem, lutam e intensamente amam o Brasil, simbolizado neste nosso grande rio!”

À vista disso, podemos inferir que a história do estado do Tocantins está atrelada à história do rio Tocantins, desde a sua denominação, nesse sentido, dedicamos a próxima seção do trabalho a “biografia” do rio Tocantins.

4.1.1 Rio Tocantins

Iniciaremos nossa biografia sobre o rio Tocantins fazendo menção a sua denominação, pois todo nome explícita ou implicitamente admite a noção de batismo, e ao tratar-se de um rio, esse batismo foge à regra dos ritos atrelados a esse processo, por não obedecer a quaisquer regras pré-determinadas. Dessa forma, é válido mencionarmos que os indígenas, a partir de sua necessidade de localizar determinado rio, atribuíam-lhe um nome, preferencialmente, de um povo indígena importante, abitava às suas margens. É por este aspecto que temos rios como dos Purus³², dos Pacajás³³, dos Tacaiúnas³⁴, dos Crixás³⁵, dos Tocantins³⁶.

³² *Notas toponímicas*: Tibiriça (1985, p. 185) define como termo nheengatu que aparece em alguns topônimos da Amazônia; significa matizado, enfeitado (de várias cores); **manacá-puru** é o nome de uma variedade de manacá cujas flores são matizadas; deu seu nome a uma cidade no Estado do Amazonas.

³³ *Notas toponímicas*: Sampaio (1987, p. 292) descreve como *corr. Paca-yá*, o chamado **paca**, o que é assim denominado porque reúne qualidades das pacas; é desperto, vigilante. Nome de uma tribo selvagem da foz do Amazonas. Pará.

³⁴ *Notas toponímicas*: Tibiriça (1985, p. 106) define como Na língua indígena dos povos tacuaunos, o nome tacaiúna significa “pedra escura igual a noite”. É também um etnônimo para o Rio Itacaaiúnas, que corta o Estado do Pará.

³⁵ *Notas toponímicas*: Tibiriça (1985, p. 45) define como cid. de Goiás; de Crixá, nome de uma tribo que outrora habitou a região.

³⁶ *Notas toponímicas*: Tibiriça (1985, p. 113) define como nome de um grande rio de Goiás, afluente da margem direita do Amazonas; cid. de Minas Gerais; de tucanti, nome de uma var. de tucano com penas brancas no peito, daí seu nome tucan-ti (tucan-tinga), tucano branco; seg. alguns tupinólogos, este

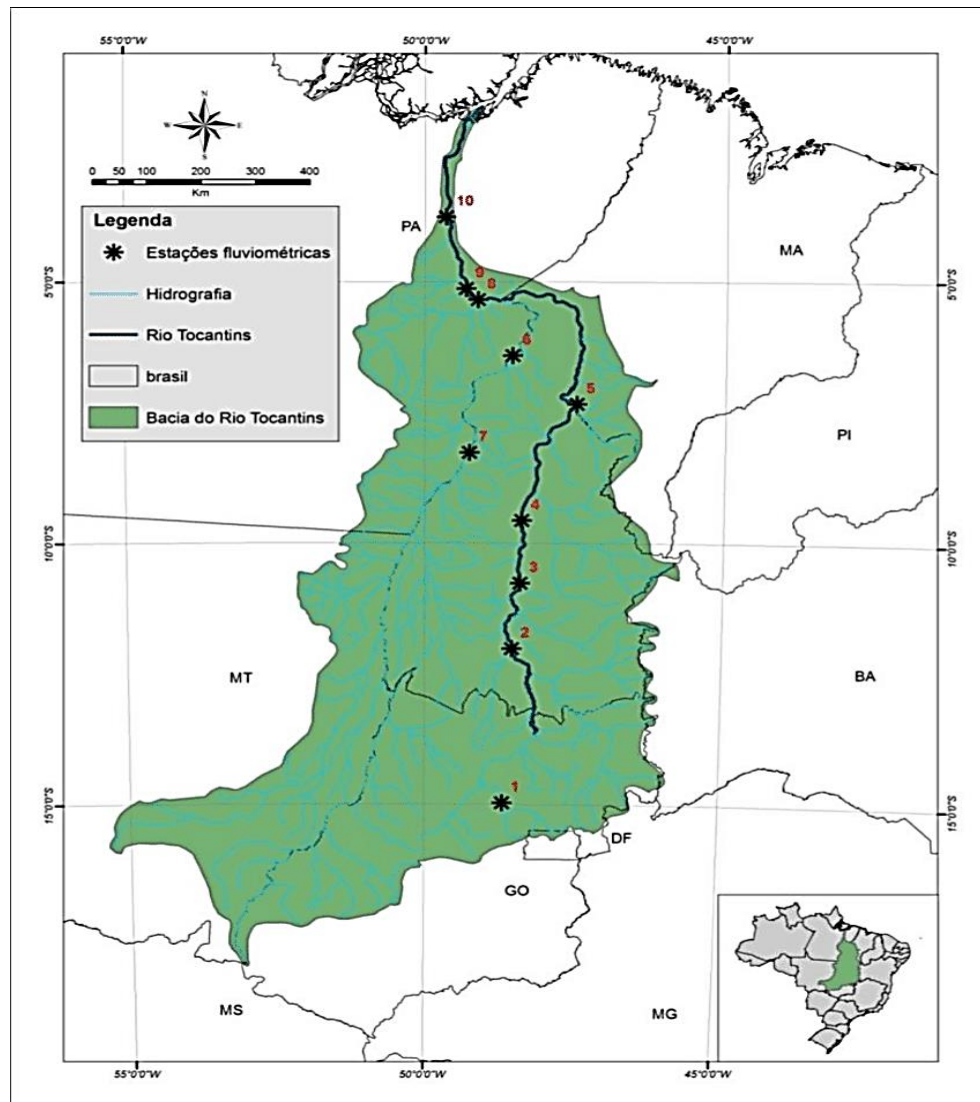
E além disso, procuravam nos próprios rios detalhes que fizessem jus ao nome atribuído e alguns desses aspectos dava-se pela velocidade de suas águas e características de escoamento (rio Manso, rio Corrente), em outros momentos os próprios leitos dos rios influenciavam o batismo (rio Lajeado, rio Cachoeira); a cor das águas (rio Branco, rio Vermelho); vegetação predominante na margem dos rios (rio Buritis, rio dos Cocos); a abundância de aves nas redondezas em que os rios estavam (rios dos Papagaios, rio das Araras); predominância de alguns animais (rio das Antas, rio dos Bois); a ictiofauna (rio das Arraias, rio Piranhas), dentre outros aspectos. Nesse sentido, as características físicas do ambiente são as principais vias de motivação para as nomeações e Dick (1990), complementa que:

A motivação envolve uma complexa interação das condições do indivíduo e do ambiente total em que se encontra, a motivação toponímica pode ser encarada sob dois pontos de vista: - aquele do **denominador** e das razões que o levaram, dentro de um processo paradigmático de possibilidades, a selecionar uma delas, a que mais respondesse às suas necessidades momentâneas de opção; - e o da **natureza do produto** dessa escolha, isto é, da substância mesma do topônimo, revelada pelos seus componentes linguísticos (DICK 1990, p. 49). [Grifos da autora].

Paralelo as nomeações realizadas pelos grupos indígenas, os colonizadores munidos de sentimentos, também realizavam o batismo dos rios, dentre essas nomeações, o elemento religioso era muito recorrente, como por exemplo, rio Santa Tereza, rio São João e fora das denominações sacras o aspecto cívico era muito recorrente, como rio Quinze, rio Independência, ou então homenagens a pessoas (rio Roosevelt, rio Manoel Alves). Isso se justifica, segundo Maeda (2006, p. 270), por ser “um legado da colonização portuguesa, que se mantém até os dias hoje, não só nos nomes, mas também nos cultos de penetração popular, como as festas comemorativas aos santos padroeiros.” Dessa forma, para os portugueses a influência religiosa sempre se fez presente na escolha dos topônimos, sobretudo os relativos ao Catolicismo, o que demonstra uma fiel devoção pelos colonizadores ao culto e à tradição da Igreja Católica. É por isso que a presença relevante de designativos sob o ideal cristão se estendeu não só pelo território brasileiro, mas também por todos os continentes aonde chegavam os portugueses. Apresentamos na Figura 62 o mapa da Bacia Hidrográfica do rio Tocantins.

vocábulo quer dizer “nariz de tucano”, apelido dado a uma tribo indígena que habitava a região e dera seu nome ao rio.

Figura 62: Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Tocantins



Fonte: Lara (2017).

Assim, as localidades que iam sendo descobertas, recebiam as mesmas denominações de índole religiosa. Isso se deu pelo fato de os portugueses que vieram para o nosso país tinham como principal projeto de colonização tanto a exploração econômica como a catequização dos povos indígenas, o que reflete a influência da igreja católica nesse processo. Com isso, os topônimos ainda não batizados e os aglomerados urbanos que começaram a surgir recebiam denominações especialmente de santos de devoção católica, além também de localidades portuguesas em homenagem à terra natal dos colonizadores. Nesse contexto, Dick (1992, p.81) exemplifica esse fenômeno da religiosidade citando, dentre outros, os seguintes designativos: cabo de Santo Agostinho, angra de Todos os Santos, rio de São Francisco, dentre outros.

Fatores como lendas também foram utilizadas, a título de exemplo, rio das Almas, rio das Amazonas, bem como a presença abundante de metais preciosos, e esse tipo de nomeação ocorreu em todo o Brasil, como rio da Prata, rio do Ouro. Observamos que dentre os exemplos apresentados são diversos os motivos que refletem no batismo dos nomes de rios, sendo comum evidenciar a motivação, mas raro identificar as autorias. A respeito disso, Dick explicita que:

O sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam o linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas (DICK, 1990a, p. 39).

Quanto ao nome do rio Tocantins, consideramos que foi atribuído em virtude de uma tribo dos valentes índios Tocantins que habitavam as margens do rio, batizado por outra tribo indígena, nome esse que foi transmitido aos franceses que habitavam o Maranhão. Dessa forma, as primeiras referências dessa denominação foi dada pelos franceses, que conseqüentemente o legaram aos portugueses. Sendo assim, rio Tocantins é considerado o primeiro nome em que ele ficou conhecido, dessa forma o padre *Manoel Rodriguez*, autor de *Marañon y Amazonas*, testifica essa informação ao escrever: “A las espaldas del Conmutá desenvoca el rio de los Tocãtines...Ninguno lo há conocido sino el francês...” (RODRIGUES, 2001, p. 39).

A partir dessa evidência apresentada pelo autor em relação a atribuição do nome do rio Tocantins, muitos outros batismos foram investidos a ele, além de várias grafias para descrevê-lo, como, conforme descreve Rodrigues (2001, p. 40-41)

Maurício Heriarte, ouvidor geral e auditor do Maranhão, em seu livro *A Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio dos Amazons* dá-nos novo nome quando escreve: “Este rio dos Tocantins ou das Pedras...” Já o padre *Christobal de Acunã* em *El Nuevo Descubrimiento del Pio de las Amazonas* escreve: “rio de los Tocantins...” Outro grande geógrafo nosso, *Manoel Ayres de Casal*, baseado na língua tupi, escreve na *Chorographia Brasílica: “o rio Tocantins...”* *Hyppolite Taunay* e *Ferninand Denis*, autores de *Le Brésil*, que muito se apoiaram em *Ayres de Casal* ao escrever este livro, admitem: rio Tucantins ou Tocantin. Essas denominações são aquelas dadas no norte do país, porque em suas nascentes, os paulistas seus descobridores, deram-lhe o nome pelo qual era conhecido das tribos indígenas dessa região. [...] Diz-nos o brigadeiro *Cunha Matos* em seu *Itinerário*: “Dizem que o rio Tocantins recebeu o nome de huma tribo de Índios assim chamada; mas é certo que os descobridores Portuguezes do Século XVII davão o nome de Tocantins ao grande rio que se perde no Amazonas, muitos anos antes de se descobrir aquelle que hoje atravessi (o Maranhão). Nos antigos roteiros, o rio Maranhão desde a sua origem na Lagôa Formosa ou de Felix Costa, até á confluência do Arguaya, tinha o nome de Pará-

Upéba”. O destemido bandeirante paulista *Antônio Pires de Campos*, que varou os sertões goianos e mato-grossenses na preta do índio, deixou um roteiro para o capitão-mor *Luiz Rodrigues Villares*, no qual assegura: “ser o Tocantins o mesmo Parahupeba ou Parahupava”. *João de Gody Pinto da Silveira*, capitão-Mor da Conquista, em ofício a *D. Marcos de Noronha*, primeiro governador da capitania de Goiás, relatando fatos da bandeira de *Amaro Leite*, conta-nos: “expediram varias esquadras de soldados na mesma diligencia até chegar ao rio Parahupava, que denominaram de São Pedro, pelo descobrirem nesse dia...”. Este mesmo capitão-mor, em outro ofício à mesma autoridade, chama o rio por outros nomes: *Pirahypáva* e *Parahypava*. *Pedro Tacques*, em *Nobiliarchia Paulista* falando da bandeira de *Antonio Raposo de Alvarenga*, fixou o nome deste rio como era geralmente conhecido dos paulistas, pois diz: “...elle se achou em 1616 prostrado no centro do certão do grande Parahupáva...” Até hoje se conserva esse nome de Paraupava em um afluente da margem esquerda do rio Itacaiúna, que desagua no Tocantins junto a Marabá. Aos poucos foi o nome de rio dos Tocantins se generalizando; depois de acordo com a lei do menor esforço, passou a ser somente rio Tocantins. Sob este nome multissecular corre desde a junção do Maranhão ao Paranã até o Oceano Atlântico, enchendo de bênçãos o sertão brasileiro. [Grifos do autor].

No que se refere aos aspectos etimológicos, a palavra Tocantins, segundo Eugênio de Castro, na obra *Geografia Linguística e Cultura Brasileira* (1941), ressalta que – Tocantins ou Tucantins significa “nariz de tucano”. Já Teodoro Sampaio em *O Tupi na Geografia Nacional* (1987), apesar de grafar o nome diferente, escreve: Tucantim – nariz de tucano e com parecer diferente, César Augusto Marques, na obra *Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão* (1870) infere: Tó-o-cantin: nariz bicudo ou pontudo. Dessa forma, o sentido apresentado pelos autores provém das características dos povos indígenas que influenciaram, a princípio essa denominação. Atrelado a isso, Andrade e Flores (2017, p. 240) reiteram que:

No que se refere à ‘nação indígena’ do mesmo nome, não há documentos ainda que comprovam a sua existência. O que se pode dizer é que o rio Tocantins foi o nome adotado por franceses, jesuítas portugueses mamelucos do norte, ainda na colônia, para o rio que desce ao norte e desemboca no rio Pará, como atesta Flores (2009, p. 29). Segundo a autora, vários foram os grupos que tinham denominações próximas ao nome Tocantins. “Esses povos eram os Tacamedus (habitavam as margens do rio Tocantins), os Tacandiras (os mesmos que Tocandiras), os Tacanhunas, os Tocanos e os Tucanos, entre outros” (Flores, 2009, p. 31). De fato, o que se percebe é uma aproximação na grafia, mas, como já fora dito antes, é uma questão acadêmica ainda em aberto, uma vez que há diversas imprecisões a respeito da nomeação do rio, como destaca Flores (2009, p. 31): “Nos primeiros roteiros coloniais, ou nos testamentos e inventários dos bandeirantes paulistas, várias designações faziam referência à mesma região onde se encontra o rio”. Em tais documentos, a autora revela que o nome Tocantins tinha uma relação muito forte com a língua falada por diversos grupos indígenas da época, os quais habitavam a região margeando o rio. É certo que foram eles próprios que guiaram e deram diversas informações aos bandeirantes em suas andanças pelos sertões, como também aos missionários vindos da Amazônia.

Após essa breve contextualização sobre a origem do nome do rio Tocantins, avançamos esta biografia enfatizando o processo de seu nascimento, o qual apresenta características similares aos da formação da rede hidrográfica do Brasil, para tanto, Rodrigues (2001, p. 19) descreve:

[...] na América do Sul, no local onde hoje se alteiam os gigantes andinos, estadeava outrora “o velho mar de Oeste, para o qual se escoavam todos os primitivos brasileiros” (P. Deffontaines -*Geografia Humana do Brasil*). As forças descomunais que levantaram os Andes, soldaram a ilha das Guianas ao Planalto Brasileiro, imergiram a Atlântida no oceano Atlântico que acabavam de abrir, começaram a solevantar toda a imensa área territorial da América do Sul, conformando-a e consolidando-a, elas haviam de provocar, também, o escoamento das águas que cobriam essa região. Assim, abriram-se de início as calhas enormes do Amazonas e do Paraguai-Paraná. Depois, continuando o terreno a levantar-se, vasta região ficou descoberta pelas águas; solicitadas por forças diversas essas águas procuravam escoamento, ou diretamente para o mar mais próximo, ou para a calha coletora mais apta, abrindo novos rios, grandes e pequenos, para todos os quadrantes, e não só isso, pois, o levantamento do terreno veio acarretar o desvio do curso anterior de todos os primitivos rios brasileiros que iam desaguar no “velho mar de Oeste”. [Grifos do autor].

A partir da descrição apresentada pelo autor, evidenciamos aspectos contundentes que ocasionaram na formação da nossa rede hidrográfica, cujos aspectos característicos também contribuíram para composição dessa bela corda potâmica³⁷, e assim, em meio a todos esses aspectos, nasce o rio Tocantins.

Continuamos nossas ponderações inferindo que, desde o período inicial da colonização no século XVI, os caminhos naturais para o desbravamento do interior do Brasil e também de outros países se deram pelos caminhos dos rios. No contexto brasileiro, estes caminhos foram utilizados para adentrar ao território, ao passo que contribuíram significativamente para a expansão da fronteira nesse período. Nesse sentido, Dick e Seabra (2001, p. 2) explicitam que:

O sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, seja na distribuição quantitativa como em extensão e em volume. São tantos os rios notáveis, tanto os pequenos meandros interioranos opostos aos grandes desaguadouros costeiros, tantas as características potamográficas traduzidas em nomes, como os chamados rios de águas negras, brancas, claras e azuis, que a população generaliza o seu termo genérico, nem sempre distinguindo uns dos outros com facilidade, se córrego, riacho ou ribeirão; tudo é rio, existindo em qualquer lugar. Mas há aqueles que só pertencem a certos sítios, porque tipificados pelo meio ou pelos contatos linguísticos nas fronteiras, como ocorre com os igarapés, paranás, corixos ou

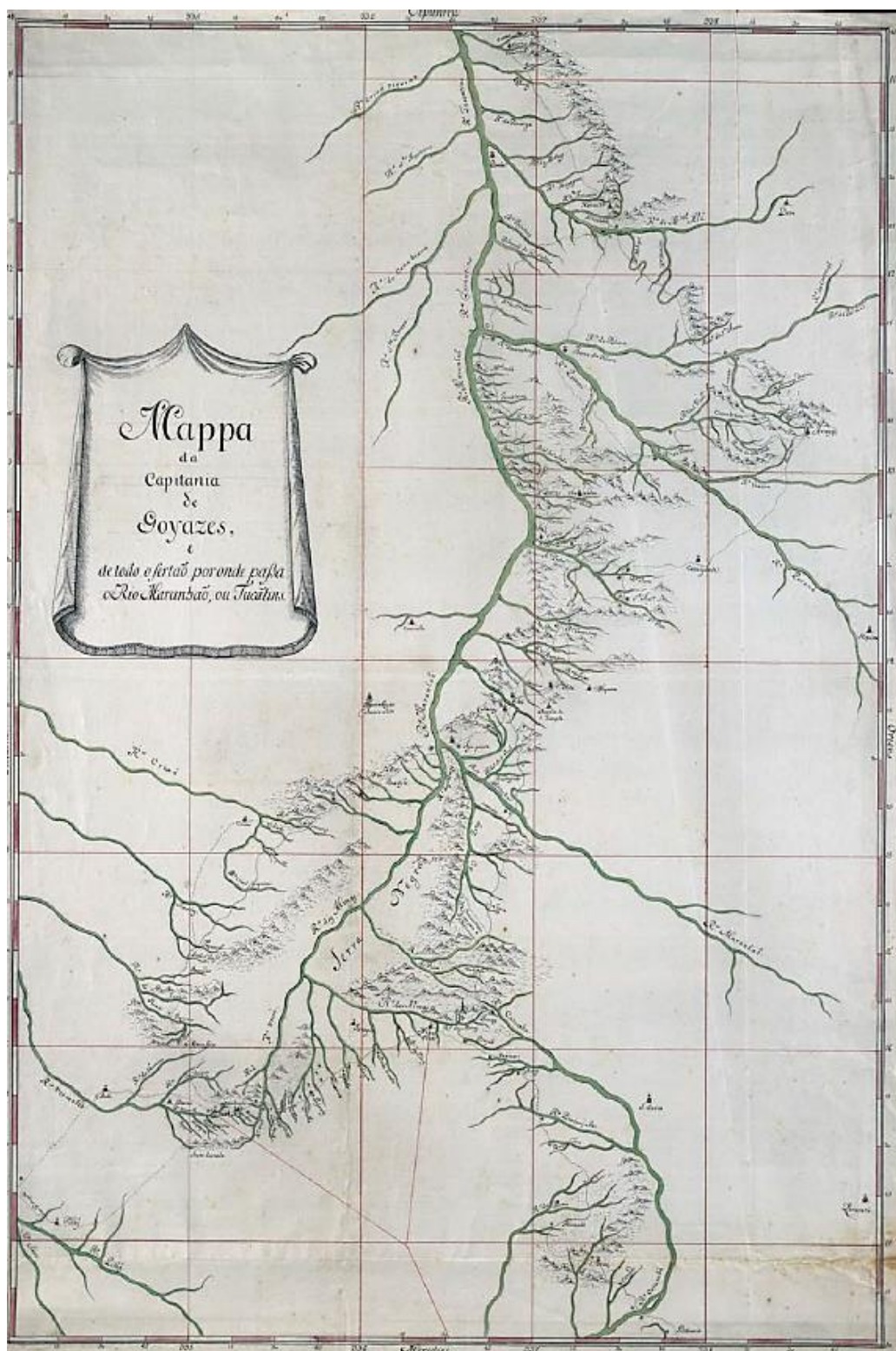
³⁷ Relativo ou pertencente aos rios, fluvial (HOUAISS, 2009).

arrosios, cada um deles revelando, em suas formas de expressão, as marcas de um grupo étnico distinto, ou uma determinada referência fáctica. Os objetos assim simbolizados, linguisticamente, caracterizam variações vocabulares locais, com um raio diatópico mais ou menos preciso. De qualquer modo, são frutos do meio que os conformou e possibilitou a sua historiografia onomástica.

Além disso, de acordo com Flores (2009, p. 45) os rios também contribuíram para os que os jesuítas buscassem os indígenas no intuito de catequizá-los, bem como para a captura destes para o trabalho forçado e para a procura e exploração de metais preciosos. A exploração do rio Tocantins teve início no século XVI, de modo que a sua penetração ocorreu a partir de sua foz e de sua nascente, e foram os franceses sob o comando de Charles Des Vaux³⁸ que estavam instalados no Maranhão os primeiros a identificar a foz junto ao Amazonas, sendo também os primeiros a batizar o Tocantins. Entre os anos de 1594 e 1615 as expedições se intensificaram, assim como a sua exploração, período em que foi fundada a vila de Cameté e por volta de 1613 a foz do rio Araguaia foi alcançada. Apresentamos a seguir, na Figura 63 o mapa detalhado do rio Tocantins no século XVII.

³⁸Explorador francês, um dos responsáveis pela fundação da França Equinocial (França Equinocial (1612-1615) se caracterizou pela tentativa de instauração de uma colônia francesa na parte norte dos territórios portugueses na América. Neste período fundaram o forte de São Luís, o qual originou São Luís, capital do Maranhão. Esta foi a segunda tentativa francesa de estabelecer uma colonização em território luso. A primeira delas (França Antártica [1555-1565]) ocorreu na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro). Os principais objetivos dos franceses eram fortalecer as relações comerciais com os indígenas e conquistar territórios no Novo Mundo (FALEIROS, 2017).

Figura 63 – Mapa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o rio Maranhão ou Tucãtins



Fonte: Boaventura (2007).

Conforme já mencionamos, a exploração do rio Tocantins se expandiu pelo século XVII, o que pode ser evidenciado no excerto:

O movimento dos luso-brasileiros se deu neste e no sentido inverso. Do Maranhão, o primeiro a ter penetrado seu leito foi o frei Cristóvão de Lisboa, em 1625, seguindo-lhe outros jesuítas, que estabeleceram algumas missões. A partir da descoberta, por volta de 1590, durante a expedição de Domingos Grou, da nascente, localizada no planalto central, no Centro-Oeste do Brasil, seguidas expedições de sertanistas, vindos de São Paulo, São Vicente e pelo rio São Francisco, exploraram o Tocantins rio abaixo e, por volta de 1670, já haviam atingido a foz do Araguaia. Os bandeirantes paulistas logo começaram a apresar índios das tribos localizadas junto a suas margens, a despeito da oposição dos missionários. Em 1671, na esteira da expedição de Sebastião Paes de Barros, já tinham assentado casas “nas cabeceiras do Tocantins”, onde encontraram minerais e abriram “estradas para a vila de São Paulo” para o transporte dos indígenas (FLORES, 2009, p. 35, 42-44).

Dito isso, podemos evidenciar que a partir do século XVIII teve início de fato a navegação comercial no rio Tocantins, mais especificamente no final do ciclo do ouro (século XVIII) no norte de Goiás, começando assim várias expedições pelos rios Tocantins e Araguaia, as quais eram de caráter oficial e promovidas pelos governadores e com o passar do tempo por particulares (comerciantes goianos e paraenses). Nesse sentido, Parente (2019, p. 160) reitera que:

A ocupação de suas margens ocorreu de forma lenta e descontínua, mas ganhou certo impulso a partir da segunda década do século XVIII, por conta da consubstanciação de duas atividades: a mineração e a pecuária. De fato, entre 1736 e 1751, auge da mineração na província de Goyaz, já havia na região do Alto Tocantins cerca de 15 pontos de exploração aurífera e pelo menos 200 fazendas de gado em torno do rio. Todavia, a constante movimentação da atividade mineradora tornava instáveis os núcleos populacionais, que se desfaziam quando as jazidas se exauriam. Dessa forma, a criação de gado tornou-se uma atividade que impeliu a fixação no local. Quanto a isso, o caso do Maranhão é bastante ilustrativo. O processo de ocupação de sua parte meridional está estreitamente relacionado às fazendas de gado articuladas à navegação do rio Tocantins.

Com a descoberta das minas na Capitania de Goiás, o fluxo de migrantes para as regiões centrais cresceu exponencialmente devido as promessas de enriquecimento rápido, de modo que todos que tinham como destino Goiás, dedicavam-se, quase que exclusivamente, à exploração mineral. Como reflexo, a produção de alimentos era baixa, o que forçava a importação desses produtos por preços muito altos. Para melhor exemplificamos, demonstraremos na Figura 64 o mapa do dos arraiais da Capitania de Goiás.

preparado os meios de comunicação, que tão somente esperam por população mais condensada para fazer florescer o comércio”.

Desse modo, já na metade do século XIX o maior entrave para a instalação de uma rota comercial seria exatamente esse vazio demográfico, especialmente, o Vale Tocantino, esse problema consistia nos altos custos das viagens, tendo em vista que eram necessários grande número de remeiros durante o percurso, além de embarcações e alimentos necessários para o transporte de uma quantidade considerável de produtos que de fato compensasse, lucrativamente falando, para os comerciantes que se arriscavam nessas empreitadas. E a solução mais plausível para o problema seria a efetiva ocupação da região.

À vista disso, era evidente que o processo de colonização do Vale Tocantino seria gradativo e moroso, pois a navegação na região era extremamente difícil e havia muitos conflitos com grupos de negros e indígenas ribeirinhos. Dessa forma, o processo de colonização e povoamento das margens do rio Tocantins atravessou os século XIX, incluindo-se extinções, relocações e mudança de núcleos de ocupações a patamares como vilas e municípios, sendo processos que contribuíram de modo considerável para a ocupação da região tocantina, pois alguns locais tornaram-se posteriormente núcleos de ocupação.

Na primeira metade do século XIX, os poucos comerciantes da Província de Goiás se sentiam inseguros ao se aventurar a percorrer longos trechos de um povoado a outro, e de Goiás a outra região, em busca de produtos para comercializarem. Sérias barreiras deveriam ser enfrentadas, como por exemplo: a presença acentuada de numerosos povos indígenas, a imensa extensão do território, a grande extensão fluvial, bem como as distantes e deficientes povoações da região, que ficavam isoladas umas das outras no próprio interior da Província. A falta de estrada era um fator que dificultava o acesso dos comerciantes aos centros consumidores (CARVALHO, 2008, p 82).

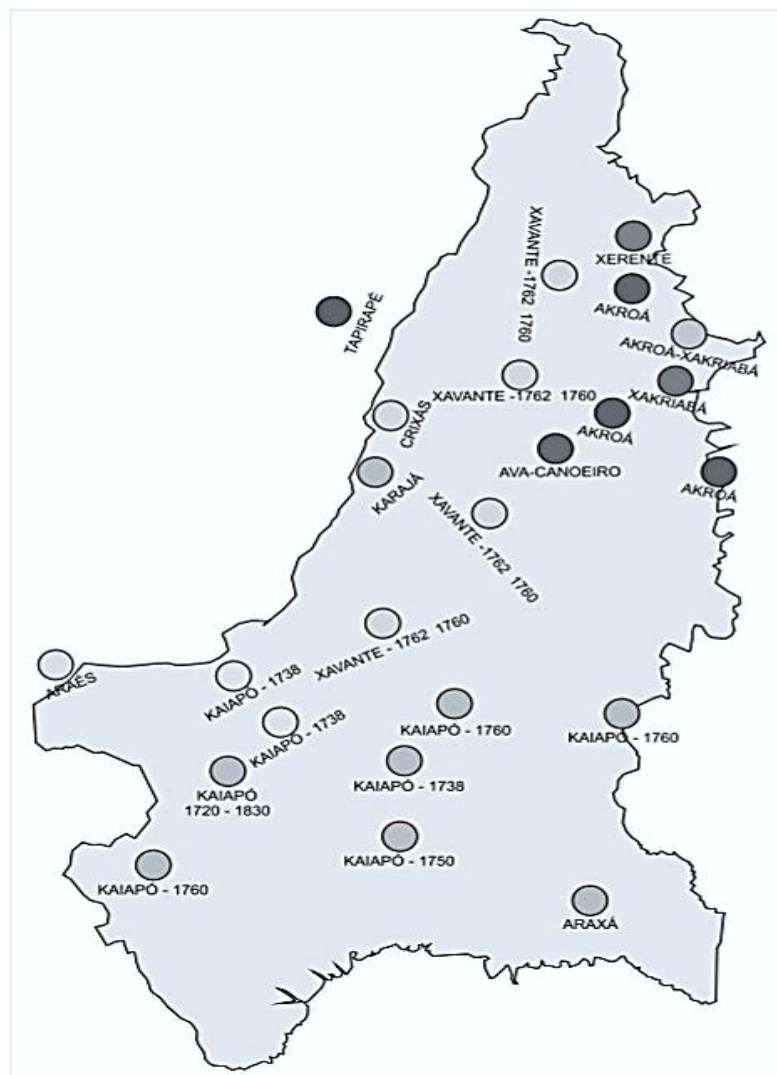
Nesse sentido, o processo de povoamento da região teve como principal aspecto a interiorização da civilização litorânea pela expansão territorial em detrimento da exploração de riquezas, com isso, formou-se uma sociedade com características intimamente ligadas à natureza, pois além de explorarem a terra, conseguiram se adaptar com suas águas e aos desafios do ambiente inóspito e se estabeleceram. Nesse sentido, rio e sertão aglutinam-se como um espaço de fronteira em seus múltiplos sentidos, ou seja, como um lugar de confluência entre povos e culturas distintas, conforme explicitado por Martins (1997, p. 13).

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira das civilizações (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de

culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do ser humano. E sobretudo, fronteira do humano.

Outro fator preponderante para o povoamento às margens do rio Tocantins se deveu pelos aspectos físicos e naturais que circundam o rio, cujo ecossistema peculiar e de grande diversidade de paisagem, flora e fauna contribuíram para a ocupação da região, pois a natureza propiciou os subsídios para a sobrevivência desses povos que habitavam os entornos do rio Tocantins. Além do mais, esse sertão, que comporta boa parte da malha fluvial brasileira, possibilitou o encontro de diversos grupos étnicos, como os índios, negros, bandeirantes, franceses, mestiços, de modo que essas múltiplas culturas que se inter cruzaram deram o tom a formação desse meio, conforme exemplificado na Figura 65.

Figura 65 - Etnias do Século XVIII no norte de Goiás



Fonte: Rocha (2001).

É importante ressaltar que antes da descoberta e intensificação da exploração dos metais preciosos na região tocantina, ela já era habitada por diversos povos indígenas, e com a vinda dos mineradores, desencadeou diversos conflitos desde o século XVIII, os quais ficaram mais intensos no século XIX. Giralдин (2002, p. 117) reitera que os Xerentes ocupavam as terras das duas margens no rio Tocantins.

Nesse sentido, mesmo com as diversas adversidades de navegação e povoamento de suas margens, foram constantes os relatos de viajantes estrangeiros e dos moradores locais sobre as belezas naturais e as riquezas no rio Tocantins, tais relatos sobre essa beleza idílica do rio serviu também para chamar a atenção do poder central, no intuito de buscar investimentos e capitais para a região. Dessa forma, nos discursos proferidos eram evidenciados eufemismos quanto aos reais obstáculos, sobretudo para demonstrar que as atividades de navegação seriam profícuos para todo o país. Muitas expedições exploratórias foram realizadas ao interior do Brasil, denominadas bandeiras, as quais fornecem importantes informações acerca do curso do rio e dos povos indígenas identificados durante os percursos.

Dentre os viajantes naturalistas que percorreram a região e navegaram pelas águas do rio Tocantins, destacaremos nesse trabalho alguns relatos do austríaco Emanuel Pohl, que veio ao Brasil na expedição científica em 1817, e após realizar algumas excursões pelos arredores do litoral do Rio de Janeiro, em setembro de 1818 deu início a uma viagem extensa pelas províncias de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Pará. No território Goiano, viajou por todas as vilas e arraiais, partiu da Capital Vila Boa, chegando até Porto Real em agosto de 1819, o qual era um pequeno arraial, com aproximadamente 30 casas e uma população de 1.857 habitantes. Na visão do viajante, o arraial situava-se “numa eminência, a margem do rio Maranhão (Tocantins), de onde se descortina um belo panorama sobre o rio” (POHL, 1976, p. 228-229).

Ademais, ao chegar na região, Pohl manifestou grande interesse em realizar uma viagem fluvial pelo rio Tocantins até a primeira aldeia de índios, a comitiva foi formada por 18 pessoas, com duração estimada em 15 dias. A viagem foi empreendida com vistas para uma densa vegetação e árvores frondosas às margens do rio Tocantins, assim como vários outros naturalistas, Pohl estava interessado na observação de aspectos físicos, fauna, flora, solo, em meio a postura impositiva típica dos cientistas europeus da época. E assim, prosseguem a viagem em meio a obstáculos provenientes desse rio que ora se apresentava calmo, ora sobressaltado.

Para melhor contextualização dos caminhos percorridos por Pohl, apresentamos o mapa da viagem percorrida pelo viajante, ilustrado na Figura 66.

Figura 66 – Mapa da viagem de Emanuel Pohl



Fonte: Schneider (2019).

O naturalista continua sua narrativa minuciosa, registrando, sentindo, conhecendo e observando cada detalhe, de modo que para ele é como um grande

empreendimento, cujas dificuldades são evidenciadas por aspectos naturais do próprio rio, como os pedregais, cachoeiras e corredeiras que muitas vezes dificultava a navegação, a respeito disso, o viajante explicita:

“Este paredão é chamado de Mares; nessa formação rochosa também aparecem depressões umbilicadas, cavadas pelas águas, de 70 centímetros a um metro de profundidade de diâmetro. Aqui de novo a nossa bagagem teve de ser levada por terra por dez passos. As canoas, quase vazias, foram dirigidas nesse labirinto de rochedos por um cabo em direção circular. Atirada de um lado para o outro pela correnteza, a embarcação corria perigo de despedaçar-se a cada momento. Tudo transcorreu muito lentamente, exigiu muito esforço e trabalho e, em vista do grande calor, foi duplamente fatigante para os trabalhadores” (POHL, 1976, p. 234).

A expedição de Pohl pelo rio Tocantins foi composta por vários obstáculos, sobretudo pelo período em que foi realizado, ou seja, durante a estiagem na região, sendo extremamente quente, e depois de 15 dias de viagem, o viajante ressalta que navegar pelas águas do rio Tocantins requer além de muita coragem, determinação.

Em face do exposto, é possível elencar cinco momentos entre as primeiras expedições até a ocupação das margens do rio Tocantins, a saber: 1) período de penetração por meio das bandeiras, o qual aconteceu no fim do século XVI, intensificando-se no século XVII; 2) o período em que a navegação foi proibida, em meados do século XVIII, cuja determinação se deu pelo alvará de 27 de outubro de 1733, ficando em vigor até 1782; 3) período de incentivos ao desenvolvimento da navegação a partir de estudos, relatórios e levantamentos técnicos, entretanto sem resultados efetivos, isso aconteceu já em meados do século XIX; 4) o período em que os projetos de navegação foram deixados de lado, sendo priorizados os projetos para as rodovias, isso se deu em meados do século XX; 5) por fim no final do século XX e início do século XXI, o período em que as barragens foram construídas, a partir de projetos de hidrovias e eclusas.

Dessa forma, o alvará de proibição da navegação dos rios no auge do período de exploração do ouro, pode ter sido um dos fatores preponderantes para a demora do povoamento nas margens do rio Tocantins, tendo em vista que havia interesse latente nessa ocupação, justamente para proteção do transporte do ouro e apoio e a comercialização dos produtos agrícolas, os quais eram escassos nas cidades com mais fluxo de exploração do ouro. Assim, a proibição da navegação ocorrida em 1733, cuja finalidade era coibir o contrabando do ouro acabou retardando a ocupação das margens do rio Tocantins e quando foi liberada em 1782, a produção de ouro já estava em decadência (PALACIN; MORAES, 1989, p. 21).

Além das formas apresentadas de ocupação das margens do rio Tocantins, outra maneira evidenciada foram os presídios militares, ou seja, eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola, cujas finalidades eram variadas, desde estabelecimentos militares, penais e colônias agrícolas, na linha do Tocantins, pode-se destacar quatro presídios no século XIX, sendo: Santa Tereza (1850), Santa Cruz (1854), Santa Bárbara (1854) e Santo Antônio (1854). Dessa forma, compreende-se que o vale do Tocantins é considerado o principal condensador de população da região, justamente por representar uma importante via de comunicação e riqueza.

Evidenciamos que o rio Tocantins foi primordial, sobretudo, por ser uma via de entrada e de penetração da região tocantina, suscitando todo o processo de exploração aurífera, entretanto, a partir do século XIX, ocorre uma inversão e o rio passa a ser visto como uma saída, seja como meio de transporte, seja como fronteira de repovoamento. Dessa forma, os rios passaram a ser novos limites a serem conquistados e sistematicamente ocupados para estabelecer ligação com o litoral, além de serem vistos como uma alternativa para sanar a problemática de desenvolvimento da província. Podemos inferir, a partir do que explicitamos até aqui que os maiores entraves para o desenvolvimento da região foram a fragilidade econômica e a negligência governamental para sanar esses problemas.

O rio Tocantins, como já explicitamos, apresenta sentidos plurais, pois além de unir e fixar, também divide e separa, sendo que é vislumbrado não só como barreira, mas como via de contato. Dessa forma, apresenta-se como um limite geográfica natural, e além disso, como um limite simbólico, econômica e cultural, tendo em vista que integra as regiões e pessoas, cujo espaço propicia as relações sociais e identitárias. Ademais, é considerado um lugar de grandes riquezas naturais, bem como via de comunicação e elemento de morada, ou seja, é um lugar de convivência entre as mais diversas culturas, responsável pela construção de memórias, como ressalta Febvre (2000, p. 9), “Os rios também têm uma história. E cada uma dessas histórias pode ser contada de diversas maneiras, segundo a situação de quem a conta: no meio do rio, em sua margem esquerda, em sua margem direita, afastado ou próximo”.

Dessa forma, compreendemos que falar sobre o rio Tocantins e o que ele representa demandaria um estudo particular sobre ele, tendo em vista que é uma biografia vasta e complexa, e encerramos essa seção do trabalho ressaltando que não

esgotamos a temática, pois, mais a frente, trataremos de seus aspectos hidrográficos, geográficos, sociais e culturais.

Em face do exposto, dedicaremos a seção seguinte inteiramente a biografia do rio Araguaia, pois conforme já mencionamos são rios que se inter cruzam no aspecto físico, mas também culturalmente, sendo essenciais para o desenvolvimento das regiões que os margeiam.

3.1.2 Rio Araguaia

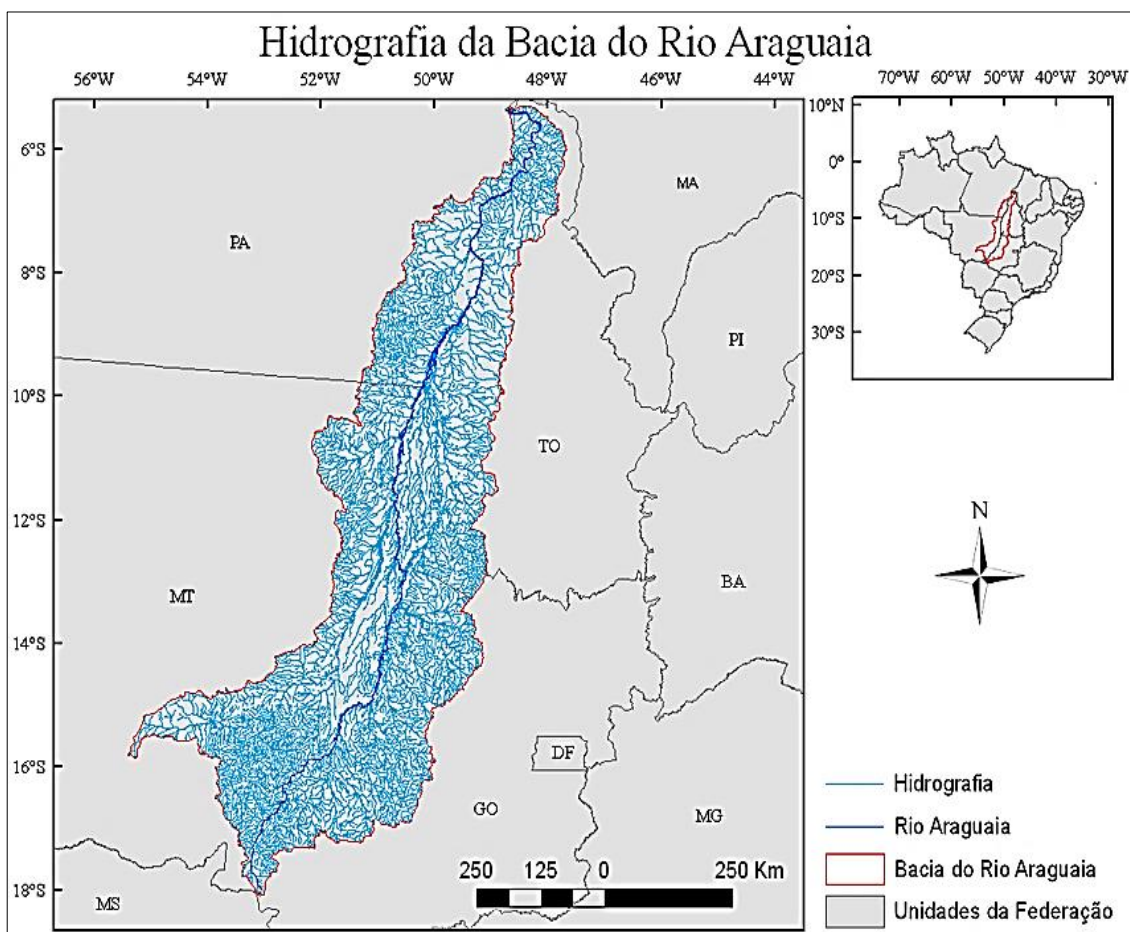
Para iniciarmos a biografia do rio Araguaia, é importante salientarmos a origem de seu nome, pois é sabido que ele tem sua própria história, a qual pode ser falada, cantada e enaltecida na vasta literatura brasileira. Dessa forma, iniciamos os aspectos de sua denominação com a origem do nome Araguaia, que é proveniente da língua tupi³⁹, e significa rio das araras vermelhas, conforme corroborado por Theodoro Sampaio (1987), que o descreve em sua obra “O Tupi na Geografia Nacional como: *Ará-guaya*, os papagaios mansos, e testificando as lições de Sampaio, Eugênio de Castro (1941) o apresenta como Araguaia ou Araguahi, rio do valle dos papagaios. Além da nomeação tupi, o rio também nomeado pelos Karajás, conhecidos como os mais tradicionais usuários do rio, que para demonstrarem seu apreço e retribuir-lhes sua bondade, o batizaram de “Berohokã”, cujo significado é rio grande, rio das araras ou papagaio manso.

O Araguaia também deu origem a um mito denominado “mito da lagoa Paraupava, criado pelos povos indígenas que viviam ao longo do rio e consistia na existência de uma grande lagoa no interior do grande sertão e a partir desta lagoa dois grandes rios nasciam e seguiam a foz do Amazonas e para o rio Prata, sendo a lagoa Paraupava, para os indígenas, todos os rios que davam à costa tinham origem nessa grande lagoa. Dessa forma, o mito da lagoa Paraupava foi adotado por todos, sejam

³⁹ Os antigos Canoeiros da bacia do Rio Tocantins, povo de língua tupi preferiam a morte a se render ao inimigo e assim ficaram famosos como o povo que mais resistiu ao colonizador no Brasil Central, recusando-se terminantemente a estabelecer qualquer contato pacífico. Desde o início do século 19, após embates e fuga dos colonizadores, parte do grupo que vivia nas cabeceiras do Rio Tocantins se dirigiu à região do médio Rio Araguaia, onde passou a disputar o mesmo território com os Karajá e Javaé, que habitavam a região há séculos. Com a separação dos Avá-canoeiro há cerca de 170 anos, os dois grupos – do Rio Araguaia e do Rio Tocantins – passaram a ter uma história distinta, tendo em comum apenas a vivência do genocídio.

os colonizadores portugueses, cartógrafos, enfim, todos acreditavam na sua existência, além disso ela também se estabeleceu, sendo até mesmo incluída nos mapas do interior do Brasil. De acordo com Ferreira⁴⁰ “não há um documento histórico que seja que demonstre alguma dúvida, no século XVI, por parte de quem quer que seja. Todos, reis, sertanistas, bandeirantes, governadores, cronistas, historiadores acreditavam na existência da célebre Lagoa”. (Memórias Goianas I, 1981: 175 citado por Carvalho, 2008, p. 73). Apresentamos na Figura 67 o mapa da Bacia Hidrográfica do rio Araguaia.

Figura 67 - Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Araguaia



Todavia, com o avanço dos estudos cartográficos o mito acabou sendo desfeito, e então os sertanistas de São Paulo, na tentativa de explorar o interior do

⁴⁰ João Afonso (1528) escreveu na sua obra *Voyages Aventureux du capitaine Jean Alfonse e Cosmographie*, que, no interior do grande sertão, havia uma imensa lagoa, a Lagoa Paraupava. A história da Lagoa Paraupava é relatada pelo historiador e sertanista, Manuel Rodrigues Ferreira em *Memórias Goianas I*, 1981 (Carvalho, 2008, p. 72).

Brasil, observaram a inexistência da lagoa, de modo que os rios Paraupava (rio Araguaia hoje) e os rios São Francisco Paraguai possuíam suas próprias nascentes. Além do mais, eles também identificaram a lagoa com a grande ilha do rio Paraupava, nomeando-a de ilha Paraupava, conhecida atualmente como ilha do Bananal. E assim os bandeirantes paulistas além de encerrar com o dito mito, também possibilitaram aos cartógrafos portugueses elementos geográficos reais sobre o interior brasileiro. Assim, em meados de 1630, os mapas produzidos em Portugal, não traziam mais a lagoa.

É por este motivo que deduz-se que este foi o primeiro topônimo do atual rio Araguaia (rio Paraupava - rio Grande), empregado pelos bandeirantes de São Paulo, conforme explicita Carvalho (2008, p. 73):

Paraupava é uma palavra indígena que se decompõe assim: Pará+u+pava, sendo que “pará u” significa “água grande ou lagoa grande”. Daí ter surgido o nome Grão Pará, dado à foz do hoje rio Tocantins, em Belém. Aliás, os mapas portugueses dessa metade do século XVII, às vezes somente denominaram rio Pará ao hoje Baixo Tocantins. E em muitos mapas regionais de Goiás, do século XVIII, aparece o nome do hoje rio Araguaia, como sendo rio Grande, que é uma tradução de “Pará u” (onde “pará” passa a significar “rio”, pois os bandeirantes de São Paulo davam ao rio o nome de rio Paraupava).

A história do rio Araguaia é antiga, pois sua formação denota terrenos da idade Paleozoica, sendo considerado como um dos mais antigos da história hidrográfica moderna da América do Sul, antecedendo o processo histórico do Cerrado, sendo consolidada por meio de fenômenos que possibilitaram a formação desse sistema biogeográfico, conforme explicita Barbosa (2021). Com isso, movimentos de origem tectônica que compuseram o Planalto Central Brasileiro modificaram a direção de determinados cursos d’água que atualmente correm para o Araguaia e permitiram que o próprio rio Araguaia iniciasse a trajetória que o encaminhasse por meio do Amazonas/Tocantins até o Oceano Atlântico. Nesse sentido, Melo, 2005, p. 37-38) reitera:

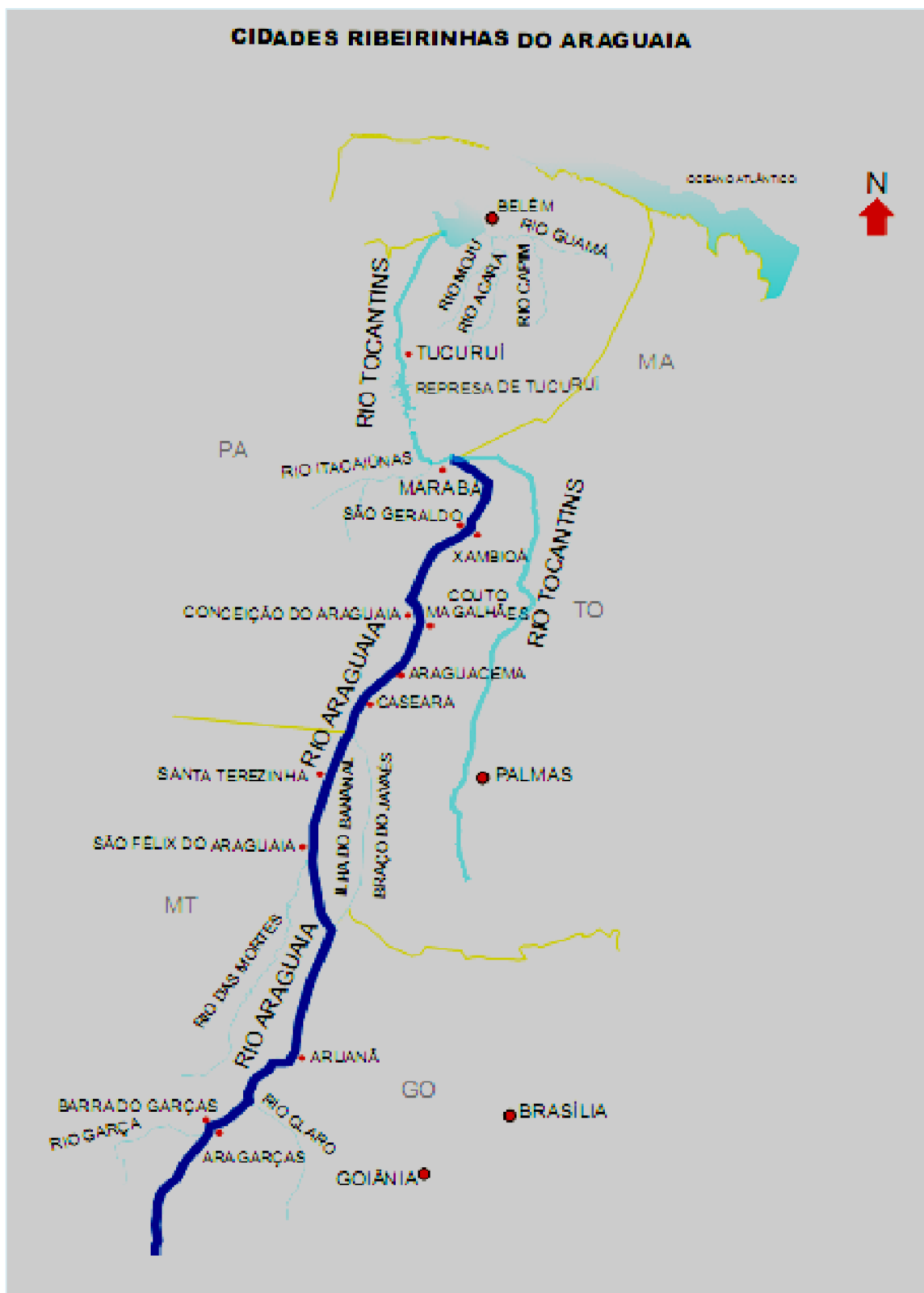
O Araguaia não encontrou leito definitivo ainda, no seu curso médio, uma vez que busca desesperadamente, ano após anos, nas suas margens arenosas sua eterna morada. Ele procura há milênios essa morada, para seu pouso e sua caminhada ininterrupta; um trilheiro mais cômodo, onde possa afundar um pouco a estrada, como rastro de carro de boi, ou a trilha que leva à fonte. Envaidecido investe contra barrancos de suas margens, ora de um lado, ora de outro, na incansável busca de um caminho único onde possa o navegante conhecer tintim por tintim, as pedras, tocos, galhadas, garranchos, jaibaras, estirões, remansos, gorgulhos, barreiras, praias, alcantilados, furos, corredeiras, travessões e cachoeiras, sem o perigo de mudar uma ponta de toco, um emburrado que faz alagar as embarcações sem a ordem severa do

inconfundível banzeiro, companheiro dileto das horas de ventania e inseparável nas cachoeiras.

Compreende-se que o rio Araguaia carrega ao longo de suas margens muitas histórias, sobretudo, pelo fato dele ter sido o principal caminho percorrido pelos bandeirantes que saíram de São Paulo e de Belém. Foi utilizado para captura de índios, bem como para contar suas histórias, e carrega também a trajetória dos jesuítas que rompiam as fronteiras no intuito de catequizar os povos indígenas do Araguaia, além das histórias dos comerciantes, exploradores que o atravessaram para comercialização de produtos, tais práticas foram adotadas em Goiás na segunda metade do século XVIII.

Desse modo, o rio Araguaia presenciou o nascimento das cidades que o margeiam, as quais carregam lembranças e narrativas implicadas ao grande rio, a saber: Alto Araguaia (MT), Araguacema (TO), Aragarças (GO), Araguatins (TO), Aruanã (GO), Baliza (GO), Bandeirantes (TO), Barreira do Campo (PA), Barra do Garças (MT), Britânia (GO), Caseara (TO), Cocalinho (MT), Conceição do Araguaia (PA), Couto de Magalhães (TO), Itacaiú (GO), Lago Grande (PA), Luciara (MT), Pau D'Arco (TO), Santa Rita do Araguaia (GO), Santa Terezinha (TO), São Félix do Araguaia (MT), São Geraldo do Araguaia (PA) Torixoréu (MT), Xambioá (TO), dentre outros. Como pode ser ilustrado na Figura 68.

Figura 68 - Traçado das cidades ribeirinhas ao longo do rio Araguaia



Fonte: Carvalho (2008).

O rio Araguaia também é elemento de limite, pois propicia divisão natural entre os estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso, e Pará. Esses limites vão muito além da divisão física, pois é natural, por definir culturalmente estes espaços territoriais por meio de aplicações de regulamentos e leis específicas aplicadas aos seus habitantes. Estas ações começaram quando os portugueses resolveram delimitar limites do extenso território brasileiro, por eles descoberto e desbravado, cujo intuito era guardar e defendê-lo a todos os custos.

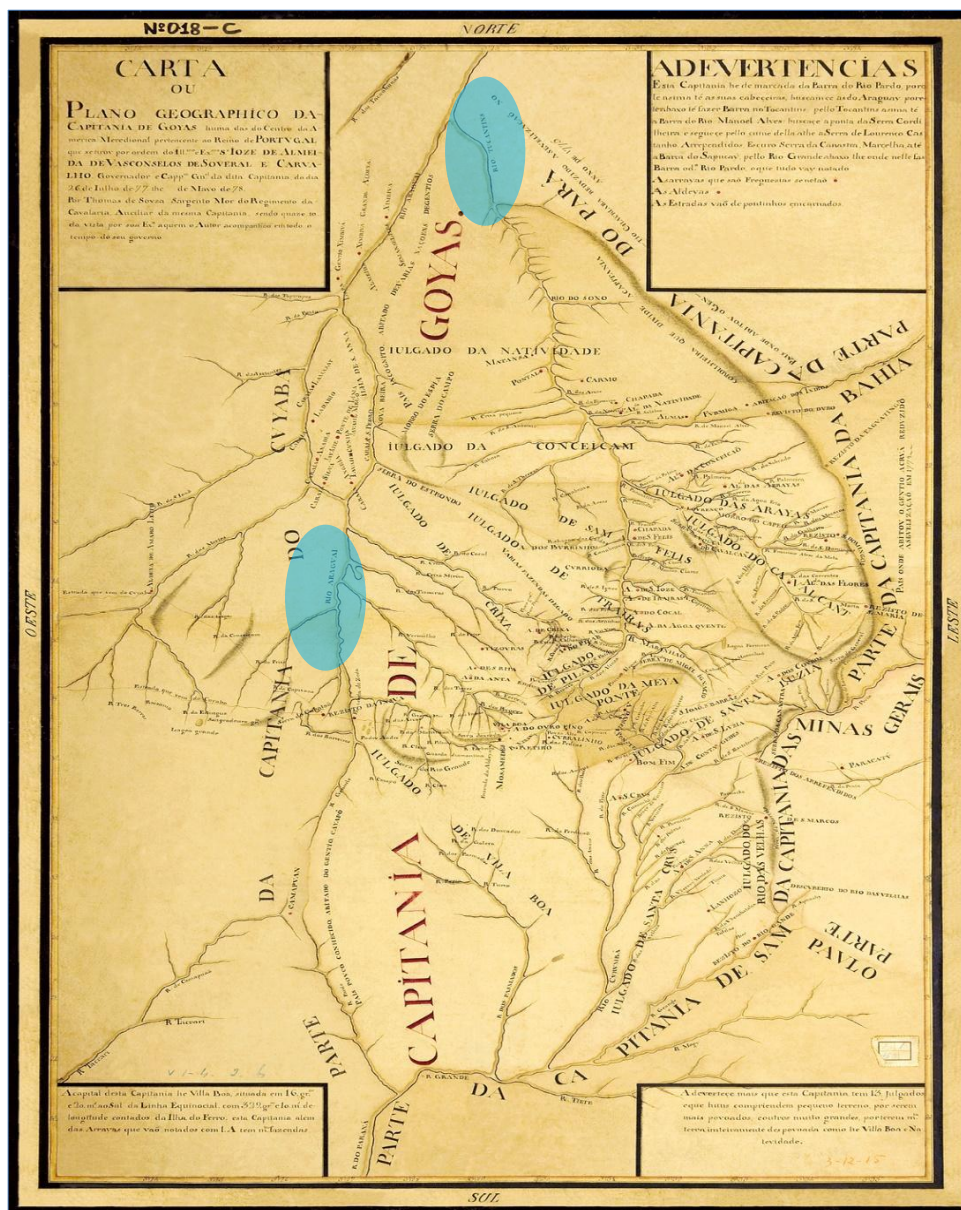
Dentre as divisões territoriais foi criada a Capitania de São Paulo que posteriormente abrangeria a Capitania de Goiás. Por volta de 1740, quando ocorreu o desmembramento da Capitania de Goiás a de São Paulo, iniciaram os conflitos territoriais entre os estados do Pará, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso e perduraram até o século XIX, e como se tratava de um limite geográfico, havia uma necessidade político administrativa, e por volta de 1761 são propostas as efetivações das fronteiras a partir dos cursos do rio Araguaia.

Ao se tratar de um limite geográfico, esta era uma necessidade político-administrativo. Em 16 de junho de 1761, D. Antonio Rollim de Moura⁴¹ escreve uma Carta a D. João Manoel de Melo na qual propõe a efetivação das fronteiras através dos cursos do rio Araguaia. Ele afirma que não se pode delimitar fronteiras com segurança e com clareza, nos sertões, por serem despovoados e incógnitos, destarte acredita que a melhor solução para a delimitação das fronteiras seja pelos cumes das serras ou pelos leitos dos rios (Carvalho, 2008, p. 27).

Com isso, a delimitação dos limites foi pensada para acontecer por meio dos leitos dos rios ou pelos cumes das serras. Conforme pode ser evidenciada na carta da capitania de Goiás, ilustrada na Figura 69.

⁴¹ Excerto da Memória de D. Antonio Rollim de Moura a D. João Manoel de Melo escrita em – I Villa – Bella, 16 de junho de 1761, presente na Memória em que justifica os limites de Goyáz com os estados de Mato-Grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Geographia de Bello Horizonte pelos delegados Vice-Almirante José Carlos de Carvalho, Dr. Olegário Herculano da Silveira Pinto e Henrique Silva f(relator) Rio de Janeiro Typographia Leuzinger – 1920 (Revista do Arquivo Histórico Estadual; 1982, p. 54).

Figura 69: Carta da Capitania de Goiás



Fonte: Adonias (1960).

À vista disso, vale ressaltar também que devido à decadência da exploração dos minérios na segunda metade do século XVIII, a província de Goiás passou por profunda crise, de modo que atingiu toda a região também pelo século seguinte, com isso, o governo de Goiás viu na navegação dos volumosos rios uma forma de resgatar a economia da região, justamente por ser banhada por estes rios. E conforme já explicitamos, no auge da mineração, a coroa Portuguesa proibiu a navegação fluvial dos rios no intuito de conter o contrabando do ouro, dessa forma foi forçada sua retirada por vias terrestre, sendo obrigatória a passagem pelas casas de fundição, e somente em 1782, a Coroa permite a livre circulação das embarcações na região, ao

passo que são realizadas diversas ações para explorar a navegação, efetivar o comércio e explorar a navegação, sobretudo dos rios Araguaia e Tocantins.

Em contrapartida, devido ao longo período de interrupção da navegação destes rios, os prejuízos no tocante ao atraso do desenvolvimento das atividades comerciais e de povoamento de suas margens foram consideráveis. Nesse contexto, em detrimento das dificuldades econômicas, a província de Goiás buscou alternativas para melhorar as relações comerciais interprovinciais, principalmente entre Pará e Mato Grosso, e essas tentativas ocorreram visando efetivar a frequente navegação desses rios, e esse cenário perdurou o Século XVIII e seguiu ao longo do século XIX.

Com a efetiva circulação fluvial permitida, iniciou-se um novo contexto econômico, embora as marcas deixadas pelo bloqueio a navegação durante mais de quatro décadas e o descaso com a ocupação que aconteceu ao longo das margens ficaram latentes. Assim, os governos provinciais almejavam nos rios a saída para pelo menos atenuar os problemas, com isso ainda no século XVIII foram iniciadas as primeiras expedições de reconhecimento do rio Araguaia, bem como as observações visando o seu potencial de navegabilidade. Dentre os viajantes naturalistas que percorreram a Província de Goiás podemos destacar: Auguste Saint-Hilaire (1819); Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821); George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844). Nesse sentido, para Andrade (2010, p. 40),

Havia, por parte dos intelectuais desse tempo, um interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes. A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu sobre os intelectuais europeus um desejo e fascínio, mesclados ao misticismo, ao exotismo e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do “eu” europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e de todos; os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Os viajantes partiam do princípio de querer ver “com os próprios olhos”, descreviam e experienciavam as sensações acerca das pesquisas que realizavam, como investigar as espécies e objetos que buscavam e estudavam. Dito isso, ressaltamos que os rios assumem, nos relatos históricos dos viajantes naturalistas, grande importância, ou seja, são elementos de destaque em suas narrativas.

Dentre os naturalistas que exploraram a província de Goiás, e assim, percorreram as águas do rio Araguaia, destacamos François Louis Nompard de Caumont LaPorte, conde de Castelnau, naturalista inglês que esteve em serviço da França. Castelnau, chegou ao Brasil em 17 de junho de 1843 e sua estadia no país durou até março de 1847. Suas expedições foram realizadas sob a proteção de D. Pedro II. No período em que esteve na província de Goiás, os membros de sua expedição tinham o objetivo de realizar estudos meteorológicos, zoológicos, geológicos, com também excursões botânicas.

O viajante entra no território goiano objetivando realizar levantamentos e estudos com o propósito de ativar as vias de navegação do rio Araguaia e do rio Tocantins, tendo em vista que seria justamente essa ausência de navegação um dos motivos dos atrasos, bem como da decadência de Goiás. Castelnau faz a descrição de várias localidades, e sobre o rio Araguaia descreve: “Foi um pouco antes das cinco que chegamos ao nobre Araguaia (...). A massa de águas que nos cercava, a praia de areia na qual descansávamos, poderiam levar a crer que havíamos chegado às margens do oceano” (CASTELNAU, 1863, p. 186).

O viajante era muito crítico no que tange aos habitantes e às acomodações por onde passava, mas em seus relatos ressaltava o grande esplendor da força e da exuberância natural, da fauna, das paisagens, como também essa mesma natureza que estava em estado bruto e intocado pelo ser humano, e não deixou de exaltar o esplendor do rio Araguaia.

Além de Castelnau, outro viajante que percorreu o grande Araguaia foi o botânico francês Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, que dedicou-se aos trabalhos de história Natural e esteve no Brasil entre 1816 a 1822. Possuía conhecimentos extensos em botânica, com trabalhos sobre fauna e flora francesa. O estrangeiro retratava em seus relatos características do ambiente que percorria, fez grandes considerações sobretudo sobre a fauna e flora brasileira. Reuniu um herbário de trinta mil espécimes, abrangendo sete mil espécies e percorreu as regiões Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seus trabalhos contribuíram nos aspectos econômicos culturais e políticos de modo geral.

Saint-Hilaire percorreu o território goiano por volta de 1819. Nesse período, a Província de Goiás passava pelo período de transição entre o declínio da mineração e a consolidação da pecuária. Ao longo de sua passagem pela província goiana, o

viajante fez um estudo geral a respeito da área, como a vegetação, seu povoamento, extensão, seus limites, o clima, a população, o cultivo das terras, os costumes, e também não deixou de ressaltar sua visão sobre o Araguaia:

O rio Grande, no qual desagua o Rio Claro, é um curso d'água de enorme extensão que separa a província de Goiás da de Mato Grosso e tem quase o comprimento da primeira. Parece que na sua origem ele se chama Rio Bonito; depois de receber o Caiapós e o Rio dos Barreiros toma o nome de Rio Grande, em seguida passa a chamar-se Araguaia. E, engrossado pelas águas de vários riachos e rios, vai desaguar no Tocantins (Saint-Hilaire, 1975, p. 83-84).

Ademais, no decorrer do século XIX, outro fator quanto à navegação do rio Araguaia que deve ser ressaltado, refere-se às decisões políticas nesse período, as quais podemos destacar que as províncias reagiram de modo aleatório quanto ao inventivo pela navegação dos rios Araguaia e Tocantins ou por absterem-se em investir nessas atividades. Somado a isso, os ataques dos nativos às embarcações também eram frequentes preocupações, pois ao longo da região do Araguaia tinham aproximadamente treze grupos indígenas, e alguns expedidores atribuíam aos indígenas o principal fator do fracasso da navegação pelo rio Araguaia, sobretudo para a província de Goiás, todavia é evidente que o homem branco é quem explorou e ocupou os espaços dos povos indígenas, sobrepondo sua cultura, seu lugar, o que persevera até a contemporaneidade. Nesse contexto, o roteiro da viagem do Capitão Francisco de Paula às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás testifica essa preocupação.

O grande rio Araguaia, maior em dobro do que já nestas alturas se mostra o mesmo Tocantins, entra n'este da parte oeste, e a sua origem vem muito mais do sul do que a origem de seu confluente. Acha-se-lhe uma só cachoeira considerável, a que chamam de Grandes Barcos, e era navegável de grandes barcos se não fosse que o desaguar do Tocantins tão encachoeirado, ainda d'ele para baixo e aonde perde o nome, lhe não impedisse essa vantagem, tão considerável para a capitania de Goyaz, que ele atravessa em toda a sua latitude, ramificando-lhe com seus braços navegáveis uma principal parte do centro, e cortando-lhe pelo meio com o rio Vermelho (um dos seus melhores afluentes) a mesma capital Vila Boa. Por ele era algum dia a principal navegação das pequenas canoas do Pará para aquela dita capitania de Goyaz; porém suas margens, habitadas por nações gentias ainda mais barbaras do que as do Tocantins, especialmente a *Karajá* e *Karajaí*, a fez trocar pela atual, apesar dos seus pesadíssimos incômodos. O encontro d'estes dois grandes correntes Tocantins e dito Araguaia é em terrenos tão baixos, que todo o que há entre eles, próximo a este ponto, fica por muitas léguas submergido, nas águas quando chegam as do inverno. Posto que em grande distância um do outro, correm paralelos até a ocasião da volta ao centro que faz o Araguaia para se encontrar com o seu confluente, conservando eles entre si, e pelos seus lados, tão dilatados desertos,

pertencentes à capitania de Goiás, que nem em dois ou três séculos ela os poderá fisicamente povoar (RIBEIRO, 1870, p. 35).

A partir desse relato, podemos evidenciar a relevância do sertão goiano no vasto espaço entre os rios Araguaia e Tocantins, ressaltando a dificuldade quanto ao povoamento desse território. Além do mais, o rio Araguaia também era visto pelos dirigentes das províncias como os meios possíveis de fazer crescer e prosperar os negócios da Província de Goiás junto a do Pará. Seria a solução para os problemas econômicos, justamente por ser a estrada fluida e líquida.

Fica evidente, portanto, as intenções políticas no que tange à exploração do Araguaia, e efetivo exercício de sua navegação estava atrelado as decisões administrativas das províncias ligadas ele, sobretudo, a de Goiás que abarcava toda a sua margem direita. As informações sobre a situação do Araguaia durante o século XIX estavam dispostas nos relatórios dos presidentes da Província de Goiás, as quais identificavam as condições de navegabilidade, ocupação, investimentos estruturais e projetos.

Assim, a navegação e as relações comerciais com o Pará seria a saída necessária para reestabelecer os agricultores da província goiana, e os principais entraves à navegação comercial eram atribuídos aos ataques dos nativos, aos obstáculos naturais e a baixa mão de obra. Podemos evidenciar essas questões no relatório de Ramalho (1846, p. 18), o qual ressalta que:

“Dois são os grandes, e principais embaraços, que impedem a navegação do rio Araguaia: o primeiro é a falta de Povoações as margens deste Rio, que prestem aos navegantes os socorros indispensáveis de mantimentos, para que não se vejam obrigados a levarem seus Barcos quase inteiros carregados dos viveres precisos para tão longa viagem”.

Por esses motivos, durante o reinado de D. Pedro II, foram pensadas abordagens para sanar a problemática quando aos indígenas, e as decisões versaram sobre o processo de civilização, catequização dos nativos, para inseri-los na sociedade. Foi a partir desse posicionamento que os missionários religiosos puderam adentrar ao país, assim, a partir da visão que se tinha das características geográficas vantajosas da Província de Goiás pelos seus campos férteis e rios, restava então a missão de civilizar os índios e navegar o Araguaia. Para tanto, a viagem até Belém seria realizada pelo rio Tocantins e o retorno pelo rio Araguaia.

Não podemos deixar de mencionar nesse contexto, sobre a viagem de Couto Magalhães ao rio Araguaia, que foi um dos grandes responsáveis pela implantação da navegação a vapor e na comunicação entre as províncias do Pará e Mato Grosso, e em 1863, Magalhães assume a presidência da província de Goiás, e pelos seus relatos é possível evidenciar seu espírito visionário, bem como sua paixão pelo Araguaia. Além disso, fica a cargo do viajante os apontamentos que viabilizam tanto a navegação pelo rio quanto o processo de povoamento das margens.

A prosperidade desta província depende do Araguaia, esse imenso rio, que constitui uma verdadeira maravilha, já por sua beleza, já pela fertilidade das regiões que atravessa, já por oferecer uma navegação de cerca de 700 léguas. Para aí o goiano deve dirigir suas vistas, como o israelita as dirigia para a coluna de fumo que o guiava à Terra da Promissão. O futuro é grandioso com a navegação do Araguaia; sem ela, tudo é raquítico e mesquinho, como tem sido até o presente (MAGALHÃES, 1863, p. 41).

Magalhães acreditava que a recuperação econômica da Província Goiana estava atrelada a interligação com outras províncias, e para ele isso deveria ocorrer por vias fluviais. E por volta de 1868, durante a presidência de Gomes de Siqueira⁴², seus objetivos foram alcançados, pois ocorreu a tão aguardada navegação a vapor do rio Araguaia.

Por conseguinte, em relação ao processo de povoamento às margens do rio Araguaia é relevante enfatizar também que foi a partir da política de implantação dos presídios militares no século XIX, que iniciou-se efetivamente a formação das cidades às margens do rio Araguaia, essa medida foi estratégica, pois os portugueses implantaram fortes militares ao longo dos principais rios do país, por serem pontos de circulação, como reflexo disso, muitas cidades nasceram, as quais foram estimuladas por políticas de proteção territorial oficial.

O termo presídio estava atrelado a conquista territorial e ou expansão de fronteira, a defesa e especialização agrícola, bem como também estava ligado ao processo de povoamento. Dessa forma, estas construções foram erguidas oficialmente e foram controladas pelo governo. E com isso, outras denominações

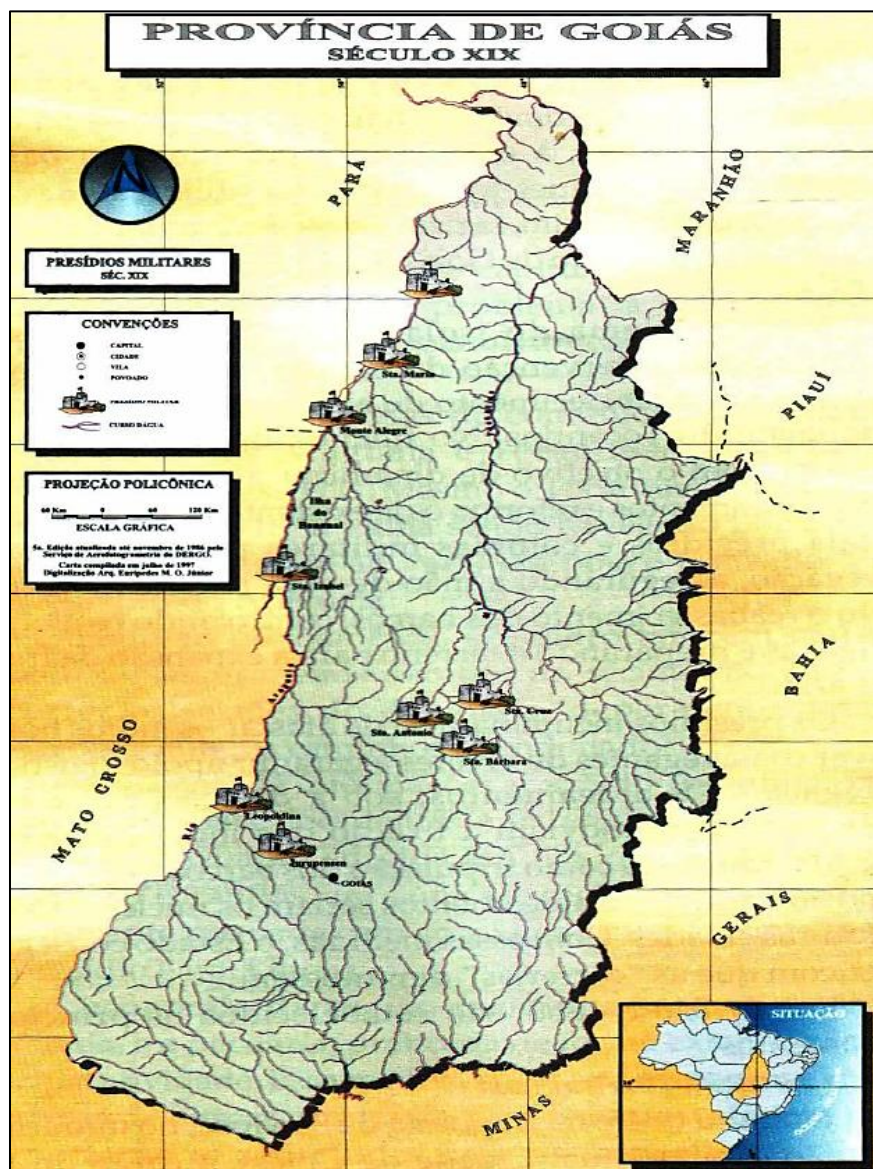
⁴²Na antiga capital do Estado, cidade de Goiás, exerceu diversos cargos, como o de Chefe Geral da Polícia, Vice-Presidência da Província de Goiás, Juiz. Em várias ocasiões assumiu a presidência da Província. Foi ainda Deputado Provincial, e com a proclamação da República em 1889, foi nomeado Governador do Estado de Goiás, cargo que ocupou até 1891. Eleito deputado na Constituinte do Estado, presidiu a Assembleia que promulgou a Constituição política (PEREIRA; FRANÇA, 2013, p 2).

foram empregadas a eles, a saber: presídios militares de povoamento; fortificações lindeiras, núcleos de colonização militar; fortificações limítrofes; núcleos militares de povoamento; colônias militares de povoamento ou simplesmente fortes. O enfoque dessa estratégia era também aumentar a proteção das margens ribeirinhas contra as investidas dos indígenas locais, mas o propósito maior era promover o povoamento e desenvolvimento da navegação, à vista disso, apresentado o Trecho do Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Martins Pereira de Alencastre, que diz:

Com o fim de proteger a navegação dos rios Tocantins e Araguaya, e defender a população do norte das agressões dos selvagens que habitam as margens destes dois rios e de seus tributários, fundar-se-ão os cinco presídios militares que actualmente existem, três na linha do Tocantins e dous na do rio Araguaya. Se não posso crer na utilidade de um outro, pela posição em que se achão collocados, absolutamente falando, a criação desses núcleos coloniais não pode deixar de ser considerada de grandes vantagens. Deve-se concluir pela necessidade de outros estabelecimentos desse gênero no prolongamento das margens dessas grandes artérias, que, por assim dizer, contêm em si a história do futuro progresso desta bella porção do Império. Desde que vários pontos da província são ameaçados frequentemente pelos selvagens sem que dos presídios existentes possam partir socorros e providências a tempo; desde que seus habitantes são obrigados a lançar mão de meios próprios, e muitas vezes de natureza violentos, para expellirem os ataques dos índios, resultando da violência desses meios o crescer cada vez mais o seu ódio contra nós, está visto que os recursos de defesa devem ser augmentados, e que os presídios existentes não são uma garantia bastante (CARVALHO, 2008, p. 41).

Com isso, a posição dos presídios e dos fortes militares demonstravam a importância inferida aos lugares de comunicação, que geralmente coincidiam com os pontos estratégicos de passagem tanto por terra quanto fluvial. Na província de Goiás, sendo os atuais estados de Goiás e Tocantins, 21 presídios foram construídos às margens dos rios Araguaia e Tocantins. De modo que esta política intensificou-se mais nas margens do rio Tocantins, a partir da segunda metade do século XVIII, por outro lado, na margem do rio Araguaia, isso ocorreu somente na segunda metade do século XIX, pois na primeira metade do século XIX, evidenciava-se apenas o presídio de São João do Araguaia, e este foi implantado em 1802, embora houvesse a tentativa de implantação do Presídio de Santa Maria. Na segunda metade deste mesmo século, a política de implantação de presídios foi impulsionada, tendo em vista a necessidade de fortalecer a navegação a vapor, como demonstrado na Figura 70.

Figura 70: Mapa dos presídios da Província de Goiás – século XIX



Fonte: Rocha (1998).

Dessa forma, Andrade e Bastiani (2012, p. 7) descrevem como principais presídios militares do rio Araguaia:

[...] Santa Leopoldina, Santa Maria e São João do Araguaia, que serviram de defesa, portos e entrepostos comerciais da navegação a vapor no século XIX. O Presídio de São João Araguaia pertenceu ao governo do Pará, mas desempenhou papel fundamental para a viabilização da navegação do rio Araguaia na província de Goiás. Além dessas fortificações militares, foram implantados na linha desse rio o presídio de Santa Izabel (1850) – fundado a 15 léguas da ilha do bananal, antigo Presídio de São Januário, transferido em 1857 para a margem do rio das Mortes e logo depois extinto-, o Presídio São José do Araguaia (1862), o Presídio São José dos Martírios (1866), que foi logo depois desativado e, em 1872, foi restabelecido para auxiliar na catequese e na navegação, e o Presídio de Jurupêsem (1864), antigo

Presídio de Santa Cruz, transferido da margem do rio Tocantins para a margem direita do Araguaia.

Podemos inferir também que os presídios foram, na maioria das vezes, desenvolvidos a partir do trabalho de pessoas ociosas, sobretudo, negros e mestiços. Em vários deles também viviam pacíficos e gentios catequizados, e era comum o cultivo de campos de lavoura pelos “criminosos e desocupados”. É importante ressaltarmos que no que tange ao trabalho em obras públicas, o emprego de desclassificados era uma constante. Dessa forma, como os tunantes em geral, esses indivíduos eram, geralmente, mestiços.

Um dos grandes embates quanto a instalação desses fortes militares às margens do rio Araguaia deveu-se pela resistência dos grupos indígenas em impedir essas investidas, sobretudo os Karajás e os Caiapós, pois eram totalmente contra essas políticas, inviabilizando assim a entrada dos colonizadores nessa região. Desse modo, esses conflitos resultaram na destruição do Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia, pelos povos Karajás, Xerentes, Xavantes em 1813, e esse episódio demonstra a tensa relação de poder evidenciada entre os colonizadores e os indígenas, deixando claro a insatisfação dos índios com os avanços da exploração e o povoamento da região, esse fato contribuiu para o enfraquecimento do desenvolvimento da região, além de retardar o comércio por meio da navegação.

Com isso, nas décadas seguintes o processo de povoamento do vale do Araguaia ficou praticamente inerte, e o presídio de Santa Maria do Araguaia foi fundado e dissolvido três vezes, como já mencionamos, primeiramente por ataques indígenas, depois por deliberação do governo e por fim pela falta de recursos para se manter e foi abandonado por volta de 1852.

Somado a isso, a grande seca que assolou o Nordeste brasileiro nesse período, bem como a navegação também propiciou a vinda de migrantes para a região, e assim, houve um fusão de culturas, e esses migrantes viam essa terra como um lugar promissor, e assim os ribeirinhos do Araguaia constituíam suas casas nas margens do rio e com o passar do tempo.

Diante desses aspectos, depreendemos que as navegações, o processo catequético e as políticas de povoamento realizados ao longo das margens do Araguaia transformaram a paisagem ribeirinha, e propiciaram uma hibridez cultural singular. Assim, o rio Araguaia pode ser considerado mais do que um elemento geográfico simplório, sendo um espaço social sumptuoso em culturas e histórias.

4.2 Aspectos sociais e culturais dos rios Tocantins e Araguaia

É possível falar dos aspectos sociais e culturais atrelados aos rios a partir do estabelecimento da convivência do ser humano com o rio, e essa relação revela, dentre outros aspectos, o cotidiano, costumes, mentalidade, bem como a influência dos rios, sobretudo, para as populações ribeirinhas, tanto do Tocantins quanto do Araguaia. Desse modo, podemos sentir essa relação através das palavras de Tocantins (1973, p. 280):

“O rio enchendo a vida do ser humano de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. As ocorrências da vida de cada um estão ligadas ao rio e não a terra, o rio sempre o rio, unido ao ser humano, em associação quase mística.”

Assim, podemos analisar o rio para além dos seus elementos geofísicos, ou seja, por meio de uma dimensão mais ampla, a qual leve em consideração a intensa e constante interação entre o ser humano e a natureza. E a partir das memórias compartilhadas pelos seus ocupantes, ou sobre eles, é possível identificar os múltiplos sentidos que o rio recebe mediante sua representatividade cultural, além também do sentimento de pertencimento.

É na margem desses rios que os indivíduos mostram seu cotidiano, seu ritmo próprio, compartilham alegrias, tristezas, esperanças e desesperanças, suas crenças, assim como inventam e reinventam os modos de ser e fazer, ou seja, é um espaço real, com muitas representações e simbologias. Dessa forma, não podemos dissociar a memória das cidades que estão nas margens destes rios de suas histórias de ocupação e navegação.

Os rios Tocantins e Araguaia promoveram, como já explicitamos anteriormente, o nascimento de várias cidades, e em cada uma delas, os atores que narram e carregam consigo memórias. À vista disso, compreender estes rios como espaço capaz de conceber ações sociais, em que são acumulados vestígios culturais, necessita entender todas as vozes que fazem parte desse contexto e os rios são capitais naturais, são repositórios culturais, os quais apresentam significados diferentes, pois suas águas representam beleza, prazer, paisagem, mistério, alimento, geração de vidas.

Arelado a isso, evidenciamos a Toponímia que acompanha as denominações dos lugares que os circundam, como por exemplo, os nomes de cidades que os homenageiam. O nome do estado do Tocantins, também pode ser evidenciado como mais que uma homenagem ao rio, pois é o reconhecimento de uma identidade fortemente associada àquele elemento geográfico, caracterizado como espaço social e cultural, o qual contribuiu para o *modus vivendi* ribeirinho/sertanejo, com autenticidade e simbologia (FLORES, 2009).

Como vimos ao longo das biografias dos rios, estes possuem grande relevância histórico-cultural, além de política, econômica e social para as regiões que perpassam. Configurando um efetivo espaço natural que serviram de integradores culturais entre as regiões do país, um escoadouro econômico, bem como um palco de batalhas de propósitos, seja pelos primitivos ou pelos não-primitivos.

[...] os rios são construtores de mundos sociais e acumulam uma boa quantidade de representações [...] é o Lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação, como terreno da criação cultural, passagem de forças e encontro dos indivíduos (OLIVEIRA, 2010).

Podemos considerar que as águas dos rios são uma necessidade humana, embora a forma com que essa necessidade é atendida submeta-se a cultura, pois o atendimento dessa necessidade, seja para beber, irrigar, lavar, dentre outras possibilidades, é feito por meio de instituições criadas para essa finalidade, ou seja, uma organização social para o controle dessa água. São, portanto, elementos de integração de culturas, compostos por homens e mulheres que vieram dos mais variados cantos do país, os quais migraram para suas margens em diferentes momentos, mas o objetivo era um só – explorar suas riquezas.

Os rios foram os primeiros caminhos para ocupação da região pelos exploradores, de modo que se tornaram imprescindíveis vias de transporte, e com isso contribuíram para que o comércio se desenvolvesse e foram as principais fontes de sustento dos povos ribeirinhos. Sendo assim, é notório que os rios são de suma importância para a vida, e tanto o rio Tocantins quanto o Araguaia tiveram e ainda tem o papel de mediadores, por possibilitarem a coesão de grupos sociais. Nesse sentido, Lira e Chaves (2016, p. 73) ressaltam que:

As comunidades ribeirinhas apresentam, ainda, um modo particular de vida em vários aspectos, tais como: uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e

cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como, nas relações de compadrio e parentesco.

Por esse motivo são considerados fontes de vida, pois ambos, pelas suas abundantes riquezas, tais como a grande variedade e quantidade de animais aquáticos, forneceram alimentos e lazer ao seu povo, além de uma vasta fauna, a propósito, são muito comuns, por exemplo, bandos de garças, marrecos, mergulhões, sabiás, uirapurus, azulões, tuiuiú, aves exóticas, bem como, as tarugas, capivaras, macacos, dentre outros. Além da fauna, a flora também sempre foi privilegiada, sobretudo, pelas árvores frutíferas que compõem esse rico bioma (Oliveira, 2010). Ilustramos na Figura 71 encontro dos rios Araguaia e Tocantins.

Figura 71- “Onde os rios se beijam – encontro dos rios Tocantins e Araguaia



Fonte: Bogeia (2015).

Somado a isso, estes rios foram alicerce social, pois seus grupos sociais se serviram deles para a formação de sua vida material, além da construção do imaginário místico. Dessa forma, podemos inferir que o Tocantins e o Araguaia foram

arquitetos de uma sociedade, pois seu modo de vida estavam intimamente implicados às suas águas, seja para subsídios como alimentos, irrigação, materiais para construção dos abrigos, bem como caminhos para integração e comunicação em todos os aspectos.

Além disso, um dos fatores que contribuíram para a permanência da prática da caça e da pesca como modo de vivência, foi a abundância de animais aquáticos e terrestres na região em que estes rios estão situados, especialmente pelos entraves enfrentados, seja pelas extensas distâncias existentes entre as comunidades e os locais de abastecimentos, assim como as dificuldades nas embarcações e as longas e demoradas viagens entre as localidades. Esses aspectos influenciaram os costumes de práticas de pesca, caça, a forma de preparar os alimentos, assim como o modo de servi-los, e estes foram preservados e difundidos pela tradição oral, por meio das descendências entre comunidades ribeirinhas de culturas híbridas, como também entre povos de outras comunidades. Portanto, todo esse processo de exploração, navegação e povoamento do Tocantins e Araguaia possibilitou o compartilhamento de saberes, ou seja, uma efetiva troca sócio-histórico.

Nessa ótica, ressaltamos também que o ribeirinho é o sujeito que convive e se apropria desses rios, justamente pelos vínculos estabelecidos entre eles, os quais podem ser de trabalho, ou seja, quando os recursos dos rios garantem o sustento de suas famílias, pode ser também pela proximidade com o rio e assim por estabelecer algum tipo de relação com a dinâmica do lugar. Com isso inferimos que, o rio é a base para a organização da vida ribeirinha, ser ribeirinho é uma identidade, uma construção social formada pelos vínculos gerados com o rio. Para Brito e Shimasaki (2020, p. 4):

Há ribeirinhos moradores das cidades que usam o rio para trabalhar na pesca ou na navegação; outros apenas usam o rio para o lazer; práticas esportivas são muito utilizadas nas águas dos rios Araguaia. Entende-se que há uma construção identitária que ultrapassa o sentido de proximidade e é subjetiva, está na construção da identidade ribeirinha. O habitar nas margens dos rios não pode ser traduzido como um pré-requisito para definir o ribeirinho. O ribeirinho é muito mais o sujeito que, em suas práticas cotidianas, repete a vida nos rios e o faz no sentido de ser ribeirinho.

À vista disso, o ribeirinho é um sujeito que mantém relação de interdependência com o rio. De modo que por se apropriar do rio torna-se exímio conhecedor de suas especificidades, seja de suas águas, vazantes, corredeiras, de seus peixes, de seus mitos, de suas histórias.

As navegações por estes rios podem ser consideradas fatores socioeconômicos dinâmicos, pois foram essenciais nos processos de integração cultural dos povos ribeirinhos que povoaram suas margens, sobretudo, os índios e os sertanejos. Em um amplo e contínuo processo de convívio social entre povos de culturas tão contrastantes, as práticas sociais e culturais dessas pessoas podem ser consideradas híbridas, como os hábitos alimentares, os costumes e as credences e essa heterogeneidade cultural aconteceu a partir dos limites simbólicos. Isso remete à construção dos indivíduos como seres sociais, refletindo aos aspectos identitários e culturais dos mesmos. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo avaliado como o lar, a cidade, a região dos mesmos (HOLZER, 2003).

Podemos considerar que essa mescla é reflexo, sobretudo, da efetiva presença indígena na região, bem como do negro e do colonizador, somado a isso, as características geofísicas que lhes são próprias. Sendo assim, esses aspectos foram elementares para a formação identitária desses povos. Motivo pelo qual deve-se considerar a valorização dos elementos físicos, bem como o respeito as diversidades. Desse modo, podemos depreender e ratificar que os rios Tocantins e Araguaia são muito mais que um simples curso d'água.

Nesse sentido, os simbolismos que permeiam os cursos dos rios também são considerados elementos culturais significativos, e assim, os rios Araguaia e Tocantins carregam consigo muitas lendas, mitos, contos e causos a perder de vista. De acordo com o Dicionário de Símbolos, Chevalier e Gheerbrant (1998) simbologia é apresentada como uma ciência que se dedica as interpretações e relações correspondentes a um símbolo. No que se refere ao significado de simbólico das águas, os autores explicitam que: "As águas, massa indiferenciada, representando a infinidade dos possíveis, contêm todo o virtual, todo o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento" (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1998, p. 15).

Nesse contexto, é pertinente salientar que os rios são elementos essenciais para a construção das cidades, pois de modo natural se tornaram importantes atores na formação de paisagens culturais e urbanas, por tudo que podem proporcionar. Dito isso, a água simboliza purificação e, por isso, a título de exemplo, em muitas religiões, é usada para purificar, benzer e curar, para que fosse eliminado todo o mal e representando uma nova vida, conforme exemplificado nos ensinamentos bíblicos.

Corroborado a isso, Silva (1998, p.22), ressalta: “o Céu e a Terra (Gaia) eram símbolos masculino e feminino que, através da fertilização das águas, produziam a vida”.

Dessa forma, os simbolismos são manifestações culturais que se fazem presentes no imaginário não só dos ribeirinhos que residem nas margens dos rios, mas de todos nós. Nessa ótica, Carvalho (2008, p. 65) explica que:

O meio geográfico original e inculto, os selvagens apenas pacíficos, os escassos sertanejos vegetando a vida rude e cheias de superstições constituem ainda muitos motivos do obscurantismo. O Araguaia continua a ser uma região lendária, enleada de mistérios. O mundo dos índios do Araguaia é habitado por um grande número de personagens lendários. Os Karajás, por exemplo, consideram grande parte ou a totalidade dos animais que existem aqui na terra pertencentes ao ijasò que vive nas profundezas do rio. Nessas profundezas também vive o solitário Aruanã, filho de Aruá e primo dos Arumanás.

Os mitos e lendas são práticas sociais pertencentes ao contexto da memória oral, sendo consideradas práticas linguísticas que perpassam as gerações, além de preservar os valores culturais adquiridos, todavia, não tem sido preservados e muitas vezes são esquecidos. Nesse universo dotado de magia e simbolismos podemos destacar uma das lendas que marca o grande Araguaia – A Lenda de Aruanã⁴³, que de acordo com a lenda presume o nascimento dos povos valentes Aruanãs, e assim, até hoje os povos Karajás organizam o Ritual do Aruanã, que é considerado o pai dos povos Karajá, vejamos agora um pouco sobre a lenda.

“Aruanã – filho de Aruá e primo dos lendários Arumanás –, vivia solitário e triste dentro das fundas águas do imenso Araguaia. Ele era um eterno enamorado da vida terrestre, particularmente da vida do ser humano. Um dia, a poderosa Jururá-Açú, deusa das chuvas, do orvalho e irmã de lara, impelida por sagrado desejo, chamou em meio das águas, os angás, os arumaçás e seus filhos, para irem honrar o poderoso Boto, senhor das águas, na funda Loca onde habitava o deus marinho. Todos os seres das águas do volumoso e imenso Araguaia correram para o fundo do rio, a fim de erguerem suaves preces entre cantos e louvores. Somente Aruanã não conseguiu com a turba e exclamou: “Pobre de mim, nas águas nasci, nas águas me criei, contudo já não tenho felicidade!” Assim falou o valente Aruanã e colocando a cabeça fora da água, continuou: “Ó pai Tupã, se a ti próprio te apraz, a felicidade de um pobre mortal, se propício a mim, faze-me um ser humano e, se algum dia eu tenho que morrer não me deixe nestas águas, tira-me delas”. Tanto suplicou Aruanã que sua prece acabou sendo ouvida. No aprazível e sagrado monte Ibiapaba, Tupã observou com seus olhos divinos e compadecidos o que estava se passando nas margens do rio Araguaia. “Vai tu Polo e satisfaz os desejos de Aruanã”. Obedecendo as ordens do supremo, o deus do vento, aproximou-se do local onde estava o formoso peixe e tomando-o levou-o para o verde campo. “És tu, um valente guerreiro, Tupã mais do que dele esperavas!” Assim disse Polo, o deus dos ventos e desapareceu. Ó maravilha! Ali estava um ser humano! Então vieram, por ordem do criador, as

⁴³ Disponível em: (www.rosanevolpatto.tdr.br)

*belas e divinas Karajás deusas da honra, do bem e da justiça e assim falaram:
“Aruanã, peixe foste tu; Aruanãs hás de chamar-te daqui para o futuro.”*

Além da lenda de Aruanã, podemos citar também a Lenda da Serpente, a qual era muito temida pelos navegantes, de modo que os acidentes em decorrência de rebojos, cachoeiras ou por funil eram atribuídos a esses seres imaginários. Dessa forma, a grande serpente era denominada boiúna, cobra comprida e parecida com a sucuri. Outras lendas como do nego d'água, dentre muitos outros também permeiam os rios Araguaia e Tocantins. Nesse sentido, Magalhães (1975) reitera que as lendas,

formam o fundo das tradições dos índios, visto que constituem o atual fundo dos contos populares do interior: o povo não pode ter indicações que não sejam as que recebem da Europa, as que vieram da África ou as que vieram dos indígenas. Ora, as lendas não são africanas, nem européias, pois os animais que nelas figuram são sul-americanos, assim como, americanas, são as árvores, as circunstâncias, os hábitos e costumes que aí se descrevem, com admirável singeleza e propriedade (MAGALHÃES, 1975, p. 108).

Podemos considerar, dessa maneira, que os rios que dedicamos essas breves considerações, são rios que ecoam suas vozes, os quais detêm força e poder, pois se relacionam com tantos outros elementos. Por meio de suas vozes, gritam, sussurram, suspiram, os rios Tocantins e Araguaia pedem ajuda a todos que os contemplam, sejam seus usuários diretos ou indiretos, aos dirigentes, esses rios clamam por ações que coíbam o tráfego de espécies locais, por manejos sustentáveis dos ecossistemas, que visem a conservação das espécies que neles fazem morada. Juntos, eles pedem que sejam desenvolvidos e estimulados os processos que constituam a preservação da paisagem, ou seja, tudo que for em prol de reduzir os impactos causados a eles. Sabemos que os rios são resilientes, são elementos renováveis, têm vida, entretanto, toda vida tem um tempo determinado, sendo assim, os rios também não são eternos. Uma vez interrompido seu estoicismo, os rios podem não mais se regenerarem, corroborado a isso, evidenciamos que a falta de água potável para sobrevivência humana é uma preocupação latente nesse século. Portanto, os nossos rios, Tocantins e Araguaia pedem socorro!

Para finalizarmos nossa biografia sobre esses rios majestosos e com múltiplas facetas, apresentaremos uma dose de acalento por meio das palavras de Gilson Cavalcante:

*“Quantos rios haverei ainda de chorar?
Quantos risos para se ter o mar?”*

Atlas Toponímico do Tocantins



5

Proposta de Banco de Dados Toponímico: Contribuições para o Ensino de Língua Portuguesa

“O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, a praça, é a rua [...]”. (João Carlos MOREIRA).

dados das sub-bacias hidrográficas que compõem a bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Além disso, estabelecemos reflexões sobre as possibilidades de estudar Toponímia atrelada ao ensino de Língua Portuguesa, e por último, apresentamos a proposta do Sistema Toponímico como ferramenta auxiliar na sala de aula em um contexto interdisciplinar.

5.1 Apresentação e análise dos hidrônimos das bacias Tocantins e Araguaia

Nesta seção apresentamos os dados coletados⁴⁴ da hidronímia tocantinense. Os hidrônimos foram organizados de acordo com suas bacias principais, as quais contemplam 14 bacias correspondentes ao Sistema Hidrográfico do Rio Tocantins e 16 bacias relativas ao Rio Araguaia, além disso, serão realizadas as análises dos topônimos. Serão apresentados no Quadro 19 os dados pesquisados, os quais foram organizados por elemento geográfico, hidropônimo, língua originária, classificação taxionômica e estrutura morfológica.

Quadro 19 - Hidrônimos das Bacias Hidrográficas Tocantins-Araguaia

Bacia do Rio Tocantins (T1)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Tocantins	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	São Domingos	LP + LP	Hagiotopônimo	Composto
Ribeirão	Santo Antônio	LP + LP	Hagiotopônimo	Composto
Ribeirão	Botica	FR	Ecotopônimo	Simple
Ribeirão	Grande	LP	Dimensiotopônimo	Simple
Ribeirão	Mumbuca	LT	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	do Mosquito	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Curicaca	LT	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Campo Alegre	LP + LP	Geomorfotopônimo/ Animotopônimo	Composto
Ribeirão	Brejão	LP	Hidrotopônimo	Simple
Córrego	Jatobá	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Corrente	LP	Hidrotopônimo	Simple
Ribeirão	das Arraias	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	João Aires	LP + LP	Antropotopônimos	Composto
Ribeirão	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simple

⁴⁴ ESCALA 1:1.000.000 (1 cm = 10 km) - Produto disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/>.

Ribeirão	Arraias	LP	Animotopônimo	Simples
Ribeirão	Pau Seco	LP+LP	Fitotopônimo/ Dimensiotopônimo	Composto
Ribeirão	Pombas	LP	Zootopônimo	Simples
Rio	Capivara	LT	Zootopônimo	Simples
Rio	Feinho	LP	Animotopônimo	Simples
Rio	Feio	LP	Animotopônimo	Simples
Ribeirão	Aldeia Grande	LP+LP	Dimensiotopônimo	Composto
Rio	Tauá	LT	Litotopônimo	Simples
Ribeirão	Cartuxo	LP	Hierotopônimo	Simples
Ribeirão	Tabocão	LT	Fitotopônimo	Simples
Ribeirão	Água Fria	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Ribeirão	Água Suja	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Ribeirão	Tranqueira	LP	Fitotopônimo	Simples
Ribeirão	Arraias	LP	Animotopônimo	Simples
Ribeirão	Água Preta	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Rio	Soninho	LP	Animotopônimo	Simples
Rio	dos Bois	LP	Zootopônimo	Simples
Rio	Providência	LP	Animotopônimo	Simples
Ribeirão	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simples
Ribeirão	Piabanha	LT	Zootopônimo	Simples
Ribeirão	Santa Luzia	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Rio	Lajeado	LP	Litotopônimo	Simples
Ribeirão	Taquaruçu Grande	LT+LP	Fitotopônimo/ Dimensiotopônimo	Composto
Ribeirão	Taquaruzinho	LP	Fitotopônimo	Simples
Ribeirão	São João	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Córrego	Moleque	LA	Animotopônimo	Simples
Rio	Água Suja	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Ribeirão	do Carmo	LP	Antropotopônimo	Simples
Ribeirão	Conceição	LP	Antropotopônimo	Simples
Rio	Areias	LP	Litotopônimo	Simples
Ribeirão	Passa Três	LP	Dirrematopônimos	Composto
Rio	Formiga	LP	Zootopônimo	Simples
Córrego	Traira	LP	Zootopônimo	Simples
Ribeirão	Alagadiço	LP	Hidrotopônimo	Simples
Ribeirão	Tucum	LT	Fitotopônimo	Simples
Rio	das Almas	LP	Animotopônimo	Simples
Rio	das Pedras	LP	Litotopônimo	Simples

Ribeirão	Mutum	LT	Zootopônimo	Simple
Córrego	Limoeiro	LP	Fitotopônimo	Simple
Rio	Traíras	LT	Zootopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Santa Tereza (T2)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Santa Tereza	LP+LP	Hagiotopônimos	Composto
Ribeirão	Alagadiço	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	Cana-brava	LP	Fitotopônimo	Composto
Córrego	das Porteiras	LP	Ergotopônimo	Simple
Córrego	Jatobá	LT	Litotopônimo	Simple
Rio	Teresa	LP	Antropotopônimos	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Paraná (T3)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Paraná	LT	Hidrotopônimo	Simple
Rio	São Miguel	LP+LP	Hagiotopônimos	Composto
Riacho	Fundo	LP	Dimensiotopônimo	Simple
Rio	São Domingos	LP+LP	Hagiotopônimos	Composto
Rio	Bezerra	LP	Antropotopônimos	Simple
Rio	da Prata	LP	Litotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Palma (T4)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	da Areia	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Palmeiras	LP	Fitotopônimo	Simple
Rio	do Inferno ou Bonito	LP+LP	Animotopônimo	Simple
Córrego	Santa Rosa	LP+LP	Hagiotopônimos	Composto
Rio	Ponte Alta	LP+LP	Hodotopônimo/ Geomortopônimo	Composto
Rio	Conceição	LP	Antropotopônimos	Simple
Rio	Sobrado	LP	Ecotopônimo	Simple
Rio	Palma	LP	Somatotopônimo	Simple
Rio	Mosquito	LP	Zootopônimo	Simple
Córrego	Tiúba	LT	Zootopônimo	Simple
Córrego	Inhumas	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Santa Isabel	LP+LP	Hagiotopônimos	Composto
Córrego	Areias	LP	Litotopônimo	Simple

Rio	Arraias	LP	Animotopônimo	Simple
Ribeirão	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simple
Ribeirão	Gameleirinha	LP	Sociotopônimo	Simple
Córrego	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Córrego	Recantilhado	LP	NC	Simple
Córrego	Pau-d'Arco	LP+LP	Fitotopônimo	Composto
Hidrônimos da Bacia do Rio Manuel Alves da Natividade (T5)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Manuel Alves da Natividade	LP+LP+LP	Antropotopônimo	Composto
Rio	Manuel Alves	LP+LP	Antropotopônimo	Composto
Rio	Bagaginha	LP	Ergotopônimo	Simple
Rio	do Peixe	LP	Zootopônimo	Simple
Rio	do Peixinho	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Riachão	LP	Hidrotopônimo	Simple
Ribeirão	Itaboca	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simple
Rio	Manuel Alvinho	LP+LP	Antropotopônimo	Composto
Rio	Mambo	LA	Animotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio São Valério (T6)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	São Valério	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Hidrônimos da Bacia do Rio Santo Antônio (T7)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Santo Antônio	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Rio	Gurupi	LT	Litotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Crixás (T8)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Crixás	LT	Etnotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio das Balsas (T9)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Negro	LP	Cromotopônimo	Simple
Ribeirão	São Silvestre	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Ribeirão	das Pedras	LP	Litotopônimo	Simple

Ribeirão	Piabanha	LT	Zootopônimo	Simple
Córrego	Brejo Grande	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Córrego	Caracol	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	das Balsas	LP	Ergotopônimo	Simple
Ribeirão	Areias	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Ponte Alta	LP+LP	Hodotopônimo	Composto
Ribeirão	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simple
Córrego	D'antas	LP	Antropotopônimo	Simple
Rio	das Balsas	LP	Ergotopônimo	Simple
Rio	Soninho	LP	Animotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Sono (T10)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Sono	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	Jenipapo	LT	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Lajeado	LP	Litotopônimo	Simple
Córrego	Bom Tempo	LP+LP	Animotopônimo	Composto
Rio	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Ribeirão	Areias	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Negro	LP	Cromotopônimo	Simple
Ribeirão	Monte Santo	LP+LP	Geomorfotopônimo	Composto
Rio	Soninho	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	Espingarda	LP	Ergotopônimo	Simple
Riacho	Faveira	LP	Fitotopônimo	Simple
Rio	Vermelho	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Brejo	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	Caracol	LP	Zootopônimo	Simple
Rio	Novo	LP	Cronotopônimo	Simple
Brejo	Frito-Gado	LP+LP	Zootopônimo	Composto
Rio	Riachão	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	das Pratas	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Come-Assado	LP+LP	Dirrematopônimos	Composto
Rio	Verde	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Galhão	LP	Litotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Ribeirão dos Mangues (T11)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	Dos Mangues	LP	Fitotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Perdida (T12)				

Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Negro	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Perdida	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	da Prata	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Vermelho	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Palmeirim	LP	Fitotopônimo	Simple
Rio	Mutum	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Claro	LP	Cromotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Manuel Alves Pequeno (T13)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	dos Cavalos	LP	Zootopônimo	Simple
Rio	Manuel Alves Pequeno	LP+LP	Antropotopônimos	Composto
Rio	Gameleira	LP	Sociotopônimo	Simple
Ribeirão	Donzela	LP	Axiotopônimo	Simple
Ribeirão	Suçupara	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Riozinho	LP	Hidrotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Manuel Alves Grande (T14)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Riozinho	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	Manuel Alves Grande	LP+LP	Antropotopônimo	Composto
Ribeirão	Piranhas	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Vermelho	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Tabocas	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Formiga	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	do Centro	LP	Dimensiotopônimo	Simple
Rio	Mateiro	LP	Sociotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Araguaia (A1)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Araguaia	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Barreiro	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	São Martinho	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto
Rio	São Bento	LP+LP	Hagiotopônimo	Composto

Ribeirão	Barreira Branca	LP+LP	Litotopônimo	Composto
Ribeirão	Umburana	LT	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Cabiruru	NE	NC	NC
Córrego	do Chá	NE	NC	NC
Rio	Andorinhas	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Juarí	LT	Etnotopônimo	Simple
Ribeirão	Catingueiro	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Caracol	LP	Zootopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Riozinho (A2)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	Ariari	NE	NC	NC
Lago	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Randi-Toró	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	Tabelaí	NE	NC	NC
Rio	Riozinho	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	Vinte e Três	LP+LP	Numerotopônimo	Composto
Rio	Jaburu	LT	Zootopônimo	Simple
Lago	da Pataca	LP	NE	NC
Rio	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Esgoto da Ipuca	LP	Dirrematopônimo	Composto
Rio	Mururê	LT	Zootopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Javaés (A3)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Urubu	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Barreiro	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Diderô	NE	NC	NC
Córrego	da Macaúba	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Javaés	LT	Etnotopônimo	Simple
Rio	Esgoto do Ariguari	LP+LP	Dirrematopônimo	Composto
Rio	Loroti	NE	NC	NC
Ribeirão	Ribeirãozinho	LP	Hidrotopônimo	Simple
Lago	Lagoão	LP	Hidrotopônimo	Simple
Lago	da Caranha	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	do Fogo	LP	NC	Simple
Córrego	da Anta	LP	Zootopônimo	Simple
Córrego	Brejão	LP	Hidrotopônimo	Simple

Córrego	do Marimbondo	LP	Zootopônimo	Simple
Córrego	Móia	LT	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Tiúba	LA	NC	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Formoso (A4)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Urubu	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Tioribero	LP	NC	Composto
Rio	das Pedras	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Pati	LT	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Lago Verde	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Rio	Dueré	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Córrego	Tucum	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Xavante	LT	Etnotopônimo	Simple
Rio	Formoso	LP	Animotopônimo	Simple
Rio	Piraruca	NE	NC	NC
Ribeirão	Barreiro	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	Feliciano	LP	Antropotopônimo	Simple
Ribeirão	Pau Seco	LP+LP	Fitotopônimo/ Dimensiotopônimo	Composto
Rio	Piaus	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Escuro	LP	Cromotopônimo	Simple
Córrego	Ipueiras	LT	Hidrotopônimo	Simple
Ribeirão	do Meio	LP	Cardinotopônimo	Simple
Córrego	Chato	LP	Dimensiotopônimo	Simple
Ribeirão	Morro Alegre	LP + LP	Geomorfotopônimo/ Animotopônimo	Composto
Hidrônimos da Bacia do Rio Pium (A5)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Douradinho	LP	Cromotopônimo	Simple
Rio	Sanga de Pedra	LP+ LP	Ergotopônimo	Composto
Rio	Pium	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Água Verde	LP+LP	Hidrotopônimo	Composto
Lago	da Trindade	LP	Antropotopônimo	Simple
Córrego	Cipó	LT	Fitotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio do Côco (A6)				

Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	da Prata	LP	Litotopônimo	Simple
Rio	do Côco	LP	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Piedade	LP	Animotopônimo	Simple
Ribeirão	Suribi	NE	NC	NC
Ribeirão	Coquinho	LP	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Maroto	LP	Animotopônimo	Simple
Ribeirão	Coquinho	LP	Fitotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Caiapó (A7)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Caiápo	LT	Etnotopônimo	Simple
Ribeirão	Grotão	LP	Geomorfotopônimo	Simple
Ribeirão	Grande	LP	Dimensiotopônimo	Simple
Ribeirão	Piranha	LP	Zootopônimo	Simple
Rio	Caiapó	LT	Etnotopônimo	Simple
Rio	Caiapozinho	LT	Etnotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Piranhas/Lajeado (A8)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	Cocalinho	LP	Fitotopônimo	Simple
Córrego	Cipó	LP	Fitotopônimo	Simple
Rio	Piranhas	LP	Zootopônimo	Simple
Rio	Lajeado	LP	Litotopônimo	Simple
Ribeirão	Lajeadinho	LP	Litotopônimo	Simple
Ribeirão	Currálinho	LP	Sociotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Bananal (A9)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Bananal	LP	Fitotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Barreiras (A10)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Juari	LT	Etnotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Cunhãs (A11)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	das Cunhãs	LP	Ergotopônimo	Simple

Ribeirão	Jardim	LP	Fitotopônimo	Simple
Ribeirão	Cunhãzinhas	LP	Ergotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Jenipapo (A12)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Jenipapo	LT	Fitotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Muricizal (A13)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	Mogno ou Grotão	LP	Geomorfotopônimo	Simple
Ribeirão	Pacas	LT	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Inhumas	LT	Zootopônimo	Simple
Rio	Muricizal	LT	Fitotopônimo	Simple
Rio	Preto	LP	Cromotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Lontra (A14)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Lontra	LP	Zootopônimo	Simple
Ribeirão	Brejão	LP	Hidrotopônimo	Simple
Rio	Pontes	LP	Ergotopônimo	Simple
Rio	Gurguéia	LJ	Etnotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Ribeirão Corda (A15)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Ribeirão	Lago Grande	LP	Hidrotopônimo	Composto
Ribeirão	Corda	LP	Ergotopônimo	Simple
Ribeirão	das Lages	LP	Ergotopônimo	Simple
Hidrônimos da Bacia do Rio Piranhas (A16)				
Elemento Geográfico	Hidrônimo	Língua Originária	Taxionomia	Estrutura Morfológica
Rio	Piranhas	LP	Zootopônimo	Simple

Fonte: NUNES (2021).

A partir dos dados elencados, foram registrados 260 hidrônimos relativos ao Sistema Hidrográfico do Rios Tocantins e Araguaia. Em relação à língua originária, identificamos que 197 dos hidrônimos coletados são de origem Portuguesa, 49 são Tupi, 1 híbrido Tupi/Português, 3 são de origem Africana, 1 Francesa, 1 Língua Jê e 8 não foram encontrados.

Esses dados refletem como a Toponímia brasileira também recebeu influências e contribuições estrangeiras, mais precisamente dos portugueses, isso se dá pela transplantação dos nomes portugueses, isto é, são as designações geográficas que existem em determinadas localidades no Brasil e que passam a compor a denominação de outro espaço, justamente o que ocorreu no Brasil em relação a Portugal em função do processo de colonização, tendo em vista que a Toponímia de origem portuguesa, ou brasileira caracteriza-se pela variedade de denominações.

É pertinente pontuamos, nesta perspectiva, sobre o processo de variação dos signos toponímicos, pois no contexto do espaço geográfico brasileiro a Toponímia indígena foi em grande parte sobreposta pela dos colonizadores, e isso é notório se considerarmos os registros que se configuram pelas formas variantes dos topônimos. Nesse sentido, de acordo com o IBGE (2008, p. 16) citado por Santos (2020).

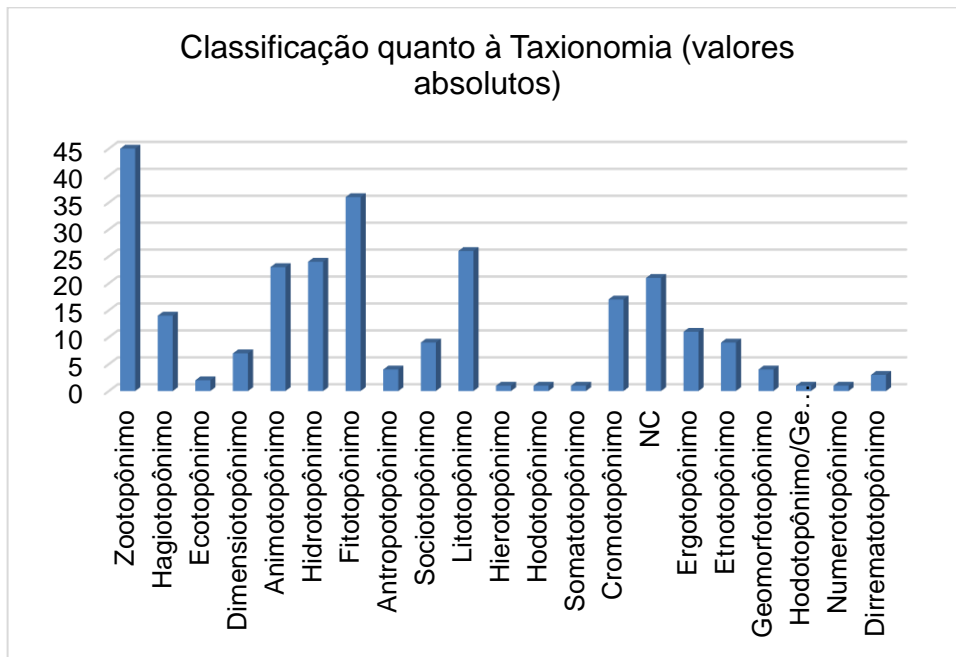
[...] muitos lugares têm mais de um nome; muitos nomes são repetidos, até num mesmo lugar; nomes podem ser escritos de mais de uma maneira; nomes locais podem ser diferentes dos nomes mais reconhecidos internacionalmente; nomes podem ser escritos em alfabeto não-romano, em alguns países (IBGE, 2008, p. 16).

Esses aspectos são evidentes quando analisamos os nomes dos rios do Tocantins, conforme identificamos ao analisá-los. Tendo em vista que a maior parte dos topônimos que compõem o sistema toponímico brasileiro é proveniente da língua portuguesa. Em face do exposto, Santos (2020, p. 268) reitera que:

A variação toponímica é encarada como um fenômeno dinâmico e social, cujos estudos não buscam uma hierarquização entre as formas variantes, mas compreendem que variáveis atuam em contextos de co-ocorrência e/ou de concorrência e em diversos usos sociais de nomes de lugares (SANTOS, 2020, p. 268)

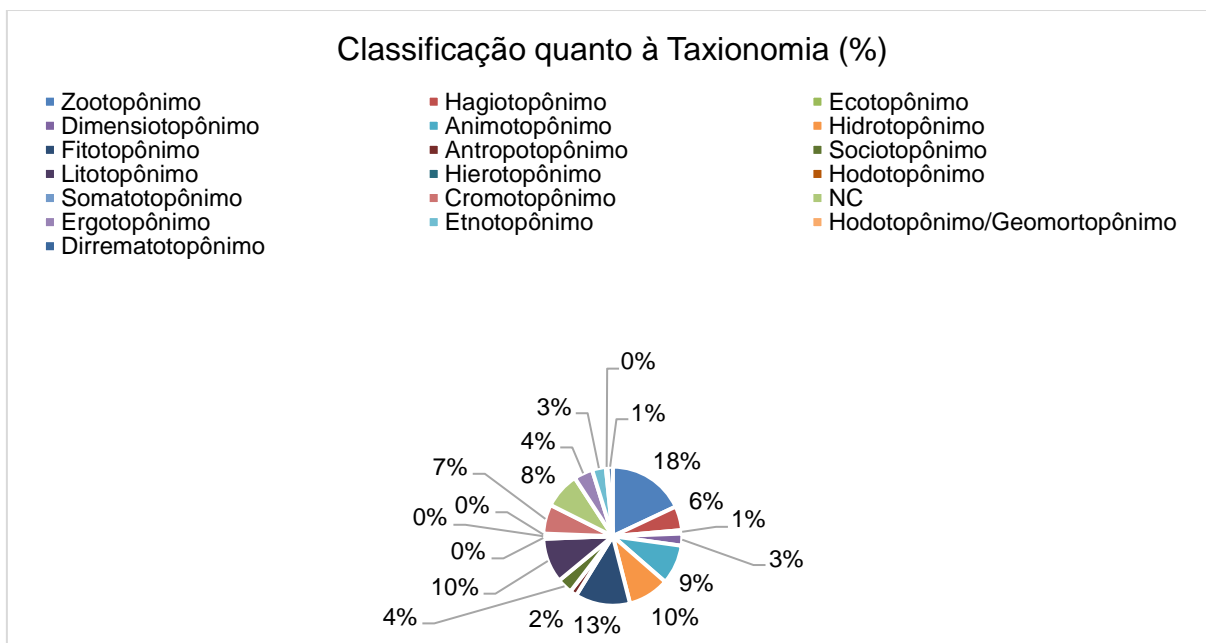
Isto posto, evidenciamos também que em relação as taxionomias predominantes dos rios do Tocantins, observamos que os zootopônimos perfizeram um total de 45 elementos, seguido dos fitotopônimos com 36 ocorrências, além disso os litotopônimos somaram 26 elementos e os hidrotopônimos 24 ocorrências, como demonstram os Gráficos 1 e 2, em que podemos observar a classificação taxionômica em valores absolutos e quanto ao percentual:

Gráfico 1 - Percentual total das taxionomias em números absolutos



Fonte: NUNES (2021).

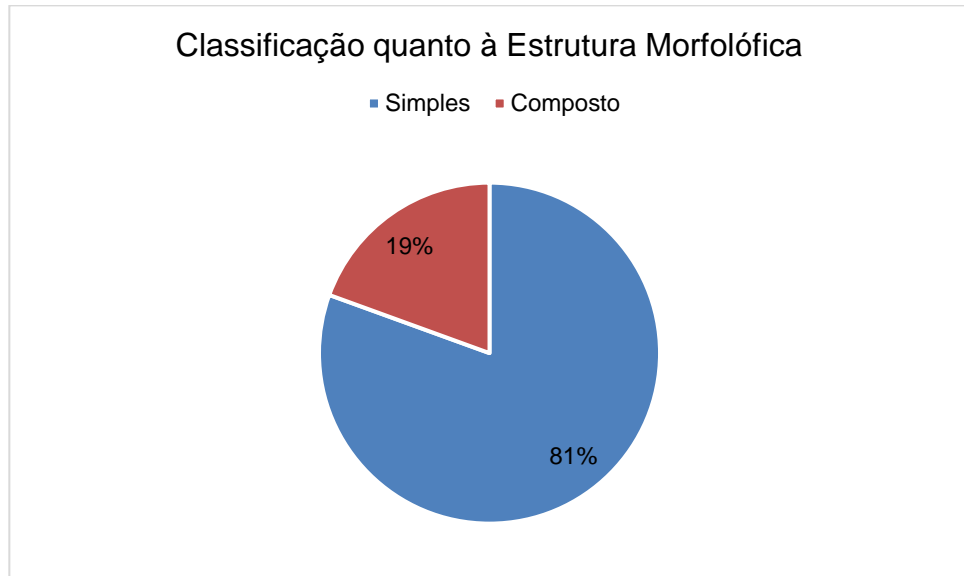
Gráfico 2 - Percentual total das taxionomias



Fonte: NUNES (2021).

Ademais, quanto a estrutura morfológica, foi possível identificarmos 211 nomes simples e 49 compostos e 49 simples, conforme demonstrado no Gráfico 3

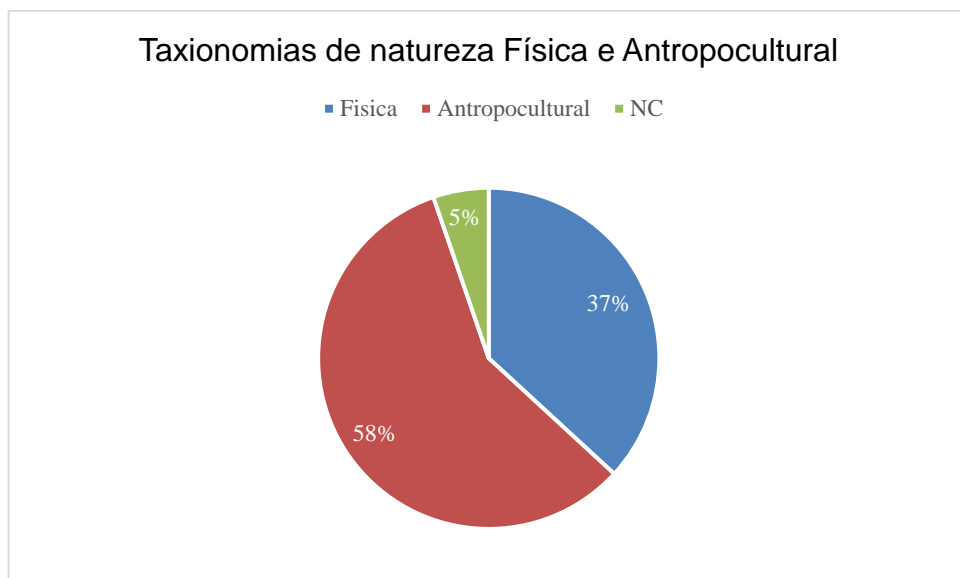
Gráfico 3 - Percentual total da Estrutura Morfológica



Fonte: NUNES (2021).

Em relação a natureza dos hidrônimos, foi possível constatar a predominância dos elementos de natureza antropocultural com 58% das ocorrências, já os de natureza física perfazem 37%, seguido de 5% que não foram classificados, conforme pode ser evidenciado no gráfico adiante:

Gráfico 4 - Percentual total das taxionomias



Fonte: NUNES (2021).

Inferimos com isso, que a predominância de elementos de natureza antropocultural em relação a nomeação dos rios do Tocantins, ressalta que a motivação dos dominadores em grande parte partiram de aspectos da expressão dos sentimentos pelas localidades, bem como pela cultura religiosa e homenagem às

autoridades das localidades em que os rios perpassam. Com isso, é notória a transmissão das características da sociedade, somado a forte influência do ser humano em relação o meio em que vive, através dos registros de suas características nos lugares nomeados.

5.1.1 Descrição da hidronímia tocantinense a partir das fichas lexicográfico-toponímicas: breves amostras

A Ficha lexicográfica-toponímica, tendo como base a proposta de Dick (2004), adaptada para este estudo, foi utilizada para realização da descrição da hidronímia tocantinense. Serão apresentadas nesta seção apenas duas fichas a título de exemplificação, além do mais, todas as informações levantadas comporão a base de dados do Sistema Toponímico (SISTOP), de modo que estes dados estarão dispostos na aba: Águas do Tocantins, conforme já explicitamos, ademais, em cada ficha constarão as seguintes informações, como pode ser evidenciado no Quadro 20:

Quadro 20 – Informações sobre as águas do Tocantins para SISTOP

Águas do Tocantins
1. Topônimo
2. Elemento hidrográfico (Rio / Córrego / Ribeirão / Cachoeira / Lago / Lagoa / Grotta / nascente/ Sumidouro / outros
3. Município
4. Região Administrativa do Estado (SEPLAN) - Nome
5. Região Geográfica Imediata do IBGE - nome
6. Link do município do IBGE Cidades
7. WKT (código)
8. Fonte do dado geográfico/cartográfico
9. Escala
10. Taxonomia
11. Forma variante
12. Entrada Lexical
13. Estrutura do topônimo (abre janelas: simples / composto / híbrido)
14. Estrutura morfo-lexical
15. Etimologia/origem
16. Formação sócio-histórica e cultural (ver número máximo caracteres)
17. Fontes (abre janelas: Livros / Dicionários / artigos / fonte oral / pesquisa de campo / outras
18. Contexto (ver número máximo caracteres)
19. Referências adicionais
20. Pesquisador(a)
21. Data da coleta
22. Imagens de destaque
23. Inserir arquivo de mídia (informações adicionais) link, vídeo, áudio.

Fonte: NUNES (2021).

Diante disso, frisamos que as fichas trabalhadas nesta seção contemplarão somente as informações elencadas na seção metodológica deste trabalho, para tanto, evidenciaremos a seguir as fichas referentes aos rios Araguaia e Tocantins, como evidenciado nos Quadros 21 e 22.

Quadro 21 – Águas do Tocantins - Ficha lexicográfico-toponímica – Rio Araguaia

Número do elemento: A1

Localização/município: Araguacema, Araguanã, Araguatins, Caseara, Couto de Magalhães, Esperantina, Xambioá

Região administrativa: I, IV, VI, VIII, XI.

Afluentes: Rio Barreiro, Rio São Martinho, Rio São Bento, Ribeirão Barreira Branca Ribeirão Umburana, Ribeirão Cabiruru, Córrego do Chá, Rio Andorinhas, Ribeirão Juarí Ribeirão, Catingueiro, Rio Caracol.

Elemento Geográfico: Rio

Hidrônimo: Araguaia

Elemento: Físico

Taxionomia: Zootopônimo

Etimologia/origem: s. **Ará** Nome dos papagaios grandes (Psittacus)

Araguá s. c. Ará-guá, o vale ou baixada dos papagaios. Alt. Araguaba.

s. c. **Ará-guaya**, os papagaios mansos (SAMPAIO, 1987, p. 197-198).

Entrada lexical: Aragua

Estrutura morfológica: Topônimo híbrido - **aragua** – *ará-guá* – (morfema lexical composto tupi) + **ia** – (morfema gramatical derivacional da língua portuguesa – sufixo nominalizador).

Formação sócio-histórica e cultural: de origem Tupi, o rio também foi nomeado pelo povo Karajá, do Tronco Macro-Jê, família Karajá, conhecidos como os mais tradicionais usuários do rio, que para demonstrarem seu apreço e retribuir-lhes sua bondade, o batizaram de “Berohokã”, cujo significado é rio grande, rio das araras ou papagaio manso. O Araguaia também deu origem a um mito denominado “mito da lagoa Paraupava (RODRIGUES, 2001).

Outras informações: o rio Araguaia, tipicamente brasileiro, tem sua nascente na Chapada das Emas, Serra do Caiapó, no sul de Goiás no paralelo 18º percorre os estados do Tocantins, Pará e Mato Grosso, fazendo sua foz com o rio Tocantins na região evidenciada como tríplice divisa entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins (OLIVEIRA, 2008).

Fonte: Sampaio (1914), Eugênio de Castro (1941), Guérios (2004), Houaiss (2007), Ferreira (1975), Silveira Bueno (2013).

Referências Bibliográficas: OLIVEIRA, M. F. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins:**

identidades e fronteiras. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Goiás – UFG:

Programa de Pós-Graduação em História, 2010. Digitalizada.

RODRIGUES, L. **O rio dos Tocantins**. 2 ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

Pesquisador (a): Verônica Ramalho Nunes

Revisor (a): Karylleila dos Santos Andrade Klinger

Fonte: Nunes (2021) (Adaptado de DICK, 2004, p.130)

Quadro 22 - Águas do Tocantins - Ficha lexicográfico-toponímica – Rio Tocantins

Número do elemento: T1

Localização/município: Babaçulândia, Filadélfia, Itaguatins, Lajeado Miracema do Tocantins, Palmas, Paranã, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional, Sampaio, São Salvador do Tocantins, Tocantínia, Tocantinópolis.

Região administrativa: II, III, V, IX, X, XIV, XVI.

Afluentes: Rio São Domingos, Ribeirão Santo Antônio, Ribeirão Botica, Ribeirão Grande, Ribeirão Mumbuca, Ribeirão do Mosquito, Ribeirão Curicaca, Ribeirão Campo Alegre, Ribeirão Brejão, Córrego Jatobá, Rio Corrente, Ribeirão das Arraias, Rio João Aires, Ribeirão Gameleira, Ribeirão Arraias, Ribeirão, Pau Seco, Ribeirão Pombas, Rio Capivara, Rio Feinho, Rio Feio, Ribeirão Aldeia Grande, Rio Tauá, Ribeirão Cartuxo, Ribeirão Tabocão, Ribeirão Água Fria, Ribeirão Água Suja, Ribeirão Tranqueira, Ribeirão Arraias, Ribeirão Água Preta, Rio Soninho, Rio dos Bois, Rio Providência Ribeirão Gameleira, Ribeirão Piabanha, Ribeirão Santa Luzia, Rio Lajeado, Ribeirão Taquaruçu Grande, Ribeirão Taquaruzinho, Ribeirão São João, Córrego Moleque, Rio Água Suja, Ribeirão do Carmo, Ribeirão Conceição, Rio Areias, Ribeirão Passa Três Rio Formiga, Córrego Traíra, Ribeirão Alagadiço, Ribeirão Tucum, Rio das Almas, Rio das Pedras, Ribeirão Mutum, Córrego Limoeiro, Rio Traíras.

Elemento Geográfico: Rio

Hidrônimo: Tocantins

Elemento: Físico

Taxionomia: Zootopônimo

Etimologia/origem: - c. **Tucan-tim**, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, goiás. Alt. **Tocantim** (SAMPAIO, 1987, p. 333).

Entrada lexical: Tocantin

Estrutura morfológica: Topônimo híbrido - **tocantin** – *tucan-tim* (morfema lexical composto tupi + -s (morfema gramatical flexional)).

Formação sócio-histórica e cultural: Sobre uma possível existência de um povo chamado Tocantins, Vieira (1746, t. III, p. 85-86) aponta: “O que se tem dito dos Poquiguáras, se entende também dos Catingas, e com muita mayor razaõ, porque estão acima dos Tocantins, não só perto das suas terras, mas quasi dentro nellas”. Uma interpretação possível dessa citação é que Vieira estivesse falando dos povos Poquiguáras, Catingas e dos ditos Tocantins. Um outro estudioso a referir-se à existência de um grupo chamado Tocantins é Castro (1941, p. 124): “Tocantins ou Tucantins, ‘nariz de tucano’, nome de uma tribo que habitava as margens do rio”. (ANDRADE e FLORES, 2017)

Outras informações: O rio Tocantins corta o país no sentido sul-norte e recebe as águas do Araguaia na divisa dos estados do Tocantins e Pará, mais especificamente na região do Bico do Papagaio, local que costuma ser denominado de Tocantins-Araguaia.

Fonte: Sampaio (1914), Eugênio de Castro (1941), Guérios (2004), Houaiss (2007), Ferreira (1975), Silveira Bueno (2013).

Referências Bibliográficas: ANDRADE, K. S.; FLORES, K. M. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. **Revista Filologia Linguística Portuguesa**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017

FLORES, K. M. **Caminhos que andam:** o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 1. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. v. 1. 151p.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987

Pesquisador (a): Verônica Ramalho Nunes

Revisor (a): Karylleila dos Santos Andrade Klinger

A partir desse breve levantamento por meio das fichas apresentadas, foi possível conhecer um pouco do contexto que permeia estes rios, algumas particularidades e curiosidades. Além de observarmos a cosmovisão individual e coletiva na construção da identidade sócio-histórica e linguística nesse processo.

5.2 Toponímia e o ensino de Língua Portuguesa

A língua abarca dimensões que perpassam a sua organização linguística estrutural, isso decorre por ela ser um sistema vivo e dinâmico, devendo ser estabelecida como um processo sociocomunicativo pelos seus falantes a partir de práticas reais e interativas, devendo assumir uma natureza histórica, cultural e política, além de ser evidenciada no contexto social como elemento que expresse as manifestações de seus usuários. Dito isso, inferimos que o processo de ensino e aprendizagem⁴⁵ de Língua Portuguesa deve considerar as competências linguístico-comunicativas do aluno, bem como contribuir para o seu desenvolvimento, para que possa ter uma aprendizagem efetiva.

É primordial levar em consideração nas práticas de ensino perspectivas educativas inovadoras e significativas, a partir de novos mecanismos que resultem em melhorias no contexto educacional. Partindo dessas premissas de novos enfoques pedagógicos, pensamos na aplicação de um estudo toponímico a partir de um enfoque interdisciplinar, nos pautando em uma metodologia do ensino de Língua Portuguesa distinta das práticas convencionais, ou seja, a reprodução dos conteúdos atrelados à memorização de regras, em que o educando não consegue aplicar de modo efetivo os conhecimentos absorvidos em suas práticas cotidianas. Nessa ótica, vincular a Toponímia ao contexto da sala de aula amplia as abordagens nas várias áreas do saber, por meio de um processo dialógico, tendo em vista que os estudos toponímicos possibilitam essa relação entre as áreas do conhecimento em virtude do seu caráter interdisciplinar. À vista disso, Dick (1990, p. 24) assevera que:

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, [...], vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a

⁴⁵ Considerando que “o ato de ensinar e aprender implica sempre um mínimo de dois atores” e se entendemos que tais atores são sujeitos sociais, históricos e culturais, portanto, instrumentalizados pela linguagem, então podemos afirmar que há um fluxo nas duas direções, permutando valores, princípios e crenças. Podemos então salientar que “o ensino-aprendizagem é um processo no qual está sempre presente, de forma direta ou indireta, o relacionamento humano”. (ZUANON, 2006, p. 15).

identificação dos lugares mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contido na denominação. Considerando, portanto, o caráter pluridisciplinar do signo toponímico, é possível afirmar que ele constitui um meio para conhecer: a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região; b. as características físico-geográficas da região; c. as particularidades sócio-culturais do povo (o denominador); d. extratos lingüísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram; e. as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

Tendo por base o cenário brasileiro, em que se inserem os documentos oficiais que norteiam às escolas públicas da Educação Básica, podemos justificar a relevância de um trabalho nesta vertente pelo fato de implicar no resgate cultural. É evidente a necessidade de propostas de aprendizagem que possibilitem aos educandos serem sujeitos ativos na construção do saber, sobretudo, em relação as competências linguísticas, textuais, discursivas, gramaticais, a partir de um contexto de ensino que não seja fragmentado e desconexo da realidade que o circunda. Dessa forma, a produção de conhecimento deve ter significado para o aluno, mediante a uma realidade linguística em níveis distintos, somados a linguagem atrelada à sua vivência. Nesse contexto, a partir dos objetivos de Língua Portuguesa na Educação Básica, a BNCC (2017) estabelece a importância da adequação linguística em face das diversas situações de interação social:

[...] reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino serem tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem (BRASIL, 2017, p.71).

À vista disso, a língua, como elemento que integra a linguagem, é constituída por meio de práticas sociais de seus falantes nas mais diversas comunidades linguísticas. Além do mais, a língua contempla um sistema gramatical que integra as relações sociais, as quais são concebidas através de diferentes situações interativas.

A partir do estudo do léxico, em determinada comunidade linguística, é possível vislumbrar as semelhanças e os contrastes linguísticos presentes, podendo ser observadas essas relações umas com as outras, um bom exemplo são as abordagens sociolinguísticas, cujo enfoque está balizado nas análises das variações linguísticas. Nesse sentido, quando escolhermos as formas linguísticas para denominar os referentes, possibilita aos usuários da língua revelarem suas visões da

realidade, bem como partilharem saberes, valores e crenças. Quando os indivíduos utilizam o léxico, é lhes permitido expressar suas ideias, assim como as da comunidade em que estão inseridos, desta forma é possível fazer uso efetivo da língua como um retrato de seu tempo, imprimindo marcar linguísticas geradas pelas situações comunicativas em que participam.

Dentro desse contexto, faz-se presente o léxico toponímico, pois se insere em um discurso que o posiciona quanto à identidade, as memórias e a história do lugar nomeado. Isto evidencia, segundo Dick (1990), que em relação a interpretação do topônimo o denominador é um ente motivador do nome, que age de modo subjetivo ou objetivo, combinando elementos que influenciam a atribuição para determinado elemento geográfico. O léxico toponímico, como uma área do saber e articulado às práticas em diversas situações de interação, nos permite conhecer não somente o nome do lugar, mas também todo o saber prático inerente aos atos denominativos.

Nesse sentido, podemos pensar o léxico como uma construção discursiva, capaz de reproduzir verdades que reflitam diretamente nas práticas cotidianas dos alunos. Biderman (2011) estabelece que o léxico é expressamente afetado pelas influências externas, pois, como o tesouro vocabular de uma língua, perpassa as práticas culturais em uma sociedade por meio dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, crenças e valores dos indivíduos.

Sabemos que ao chegarem à escola os estudantes já conhecem a língua, a partir deste conhecimento prévio e, conforme já evidenciamos, o ensino de Língua Portuguesa deve desenvolver competências comunicativas que considerem o uso de formas orais em distintas situações no seu dia a dia, análise das interações verbais, atividades cognitivas, assim como reflexões críticas, processos argumentativos, produções discursivas, e reflexões acerca da língua e seu uso efetivo.

Quando pensamos nos nomes de lugares, sabemos que os estudantes também conhecem o nome, a partir desta premissa é possível realizar uma abordagem histórica sobre a dinâmica deste nome de lugar por meio da Toponímia, e podemos articular esse processo de conhecimento à Língua Portuguesa. Dessa forma, a nossa intenção é demonstrar por meio deste estudo que é possível identificar os sentidos dos enunciados e a descrição dos fatos atrelados aos nomes de lugares visto que a Toponímia possui uma dupla dimensão: do referente espacial geográfico, ou seja, a função toponímica, como também a do referente temporal, compreendida como a memória toponímica.

No contexto de sala de aula podemos evidenciar a relação dos estudantes com a disciplina de Língua Portuguesa, geralmente, os conteúdos são aplicados a partir do uso da gramática internalizada, realização de atividades de comunicação no seu cotidiano relacionadas à escola, religião, trabalho, cultura, dentre outras. Todavia, o que percebemos ainda é uma disciplina que prima muito pelo viés da gramática normativa, sem uma prática social efetiva de uso e de contexto. Diante disso, é plausível estudarmos a língua explorando os aspectos toponímicos, ou seja, demonstrar aos estudantes o léxico que compõe a nomeação dos lugares em que vivem.

Nessa vertente, é possível trabalhar os sentidos linguísticos a partir das matrizes de formação cultural lexical que permeia a comunidade escolar, ou seja, de modo que sejam exploradas as práticas culturais locais, instigando os educandos a conhecer a construção de suas próprias histórias. Para tanto, é importante ressaltar a importância de analisar, por exemplo, as narrativas orais, considerando as variações linguísticas existentes na língua, bem como valorizar a cultura local, explorar também os significados dos nomes de lugar e refletir sobre o processo envolvido nesta atividade. Dick (2007, p. 144) reitera que o topônimo, como signo da língua “com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia”, ou seja, do ponto de vista semântico, “nome e coisa nomeada passam a significar o mesmo dado”.

O trabalho toponímico possibilita estreitar a relação de sentido existente entre as pessoas e os topônimos que os cercam. As análises toponímicas incluem investigações históricas, envolver os estudantes nessas atividades, por meio do estudo dos nomes de lugares, pode possibilitá-los conhecer aspectos sociopolíticos e culturais da comunidade em que vivem.

O estudo toponímico subsidiado em uma prática interdisciplinar, adequado aos objetivos de ensino de língua que se pretende alcançar, por meio de forma reflexiva, contextualizada e menos fragmentada, desenvolve no aluno as competências sociointerativas, linguísticas e reflexivas. Contraindo-se, assim, às visões conservadoras da língua (SANTOS, 2019, p. 22).

Trabalhar a língua portuguesa a partir de situações reais propicia uma aprendizagem concreta, especialmente em relação ao resgate do conhecimento do patrimônio local. Além disso, é sabido que, geralmente, os alunos não conhecem a história que permeia a denominação dos lugares que os cercam, sendo então, importante desenvolver atividades que lhes possibilitem conhecer as questões

culturais e sócio-políticas que envolvem a história de sua comunidade a partir de sua denominação. Podemos dizer que, a partir dessas ações, é possível que o aluno conheça a realidade de seu universo cultural, podendo contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, por meio do estudo toponímico podemos estabelecer a relação intrínseca entre língua e identidade cultural a partir de práticas de ensino efetivas.

Sendo assim, trabalhar a Toponímia no contexto das aulas de Língua Portuguesa, permite a compreensão do sentido que o nome de lugar possui, para tanto, o estudo toponímico envolve atividades articuladas aos saberes linguísticos, geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, dentre outros.

A título de exemplo podemos considerar explorar, a partir do trabalho com a Toponímia, procedimentos de análise linguística léxica e semântica dos topônimos, sendo, ou seja, podem ser exploradas a estrutura morfo-sintática do topônimo - quando o topônimo apresenta uma estrutura simples, formado por uma única palavra: [rua] Gênese), topônimo com estrutura composta, ou seja, quando é formado por mais de um elemento - [praça] Girassóis), outro exemplo são os topônimos formados por enunciados linguísticos: [Rio] Esgoto do Ariguari, topônimo formado por derivação prefixal: [município] Descoberto - MG, topônimo formado por derivação sufixal: [município] Recursolândia - TO entre outras; a composição semântica do topônimo, além também das possibilidades de trabalhar os adjetivos, substantivos, verbos, etc.

Além do mais, também podemos trabalhar por meio do recorte do léxico toponímico articulado a disciplina de Língua Portuguesa, a leitura e a produção textual, instigando os estudantes o interesse por estas habilidades a partir de suas práticas sociais, além de aprimorar e desenvolver habilidades de pesquisa, sendo estes requisitos básicos para o pleno desenvolvimento da vida escolar dos alunos. Diante das discussões propostas, na seção seguinte apresentaremos nossa proposta pedagógica, visando as contribuições deste estudo no contexto de sala de aula.

5.3 Contribuições do estudo hidronímico tocantinense no contexto de sala de aula: Software toponímico como ferramenta digital interdisciplinar

A utilização do software como ferramenta pedagógica inserida no contexto de sala de aula, delineia-se como uma prática inovadora, cujo foco é o ensino de Língua Portuguesa, Geografia e História no ensino fundamental e médio, a princípio. Essa

ferramenta pode auxiliar no conhecimento de informações importantes sobre os lugares tocaninenses, no intuito de valorizar elementos culturais, históricos, sociais e identitários dos estudantes, ampliando a compreensão do lugar em que vivem, sendo um instrumento que pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

A partir dessa ferramenta pensamos em sua utilização como proposta pedagógica, com objetivo de introduzir o estudo dos nomes de lugares pelo viés interdisciplinar, tecnológico, dinâmico, informativo, interativo, objetivando a aplicação e ampliação dos conhecimentos na sala de aula. Nesse sentido Andrade e Oliveira (2014, p.67) asseveram que:

Em tempos de uso e de apropriação de ferramentas digitais na educação, *software* toponímico pode ser transformado em uma ferramenta didático-pedagógica que poderá auxiliar professores na ampliação de conhecimentos escolares no que se refere a elementos urbanos e físicos do estado do Tocantins. A educação está associada ao desenvolvimento das ciências com o intuito de possibilitar descobertas, sobretudo, no âmbito do conhecimento local e regional.

Consideramos que o uso do *Software* Toponímico possibilitará aos professores e alunos conhecimento, análise e a descrição dos nomes de lugares da Toponímia tocaninense bem como as especificidades de cada lugar, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem, podendo ser uma estratégia inovadora para o contexto de sala de aula.

Além disso, inferimos que trabalhar a hidronímia da porção da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia no Tocantins como contribuição para o ensino de Língua Portuguesa também pode auxiliar nas práticas e metodologias de uso efetivo dos estudos toponímicos no contexto de sala de aula. Dessa forma, o estudo dos nomes de lugares pelo viés pedagógico é recente e inovador, de modo que os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos toponímicos no contexto escolar ainda são escassos.

Sendo assim, acreditamos que a partir da elaboração de propostas pedagógicas com o auxílio do Sistema Toponímico, podemos ter um alcance maior no que se refere a difundir o estudo dos nomes de lugares no Estado do Tocantins, de modo que podem trazer contribuições para o contexto do ensino de modo geral, pois conhecer os nomes de lugares é identificar as peculiaridades históricas, sociais, culturais, de um povo. Dessa forma, apresentaremos nesta seção propostas

pedagógicas com contribuições do estudo hidronímico tocantinense no contexto de sala de aula, considerando o caráter interdisciplinar vinculado a este estudo.

Nosso objetivo é apresentar uma proposta didático-pedagógica para ser trabalhada com os anos finais do Ensino Fundamental, à luz das concepções teórico-metodológicas da pesquisa toponímica, aplicados ao ensino da Língua Portuguesa numa perspectiva interdisciplinar. Nessa abordagem pedagógica, enfocamos o contexto de sala de aula, ao passo que sejam consideradas as interações do aluno com o universo da Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias. Ressaltando que os nomes de lugares estão permeados de memórias, significados sócio-históricos, bem como respaldam a realidade linguística em diversos âmbitos, atrelados à linguagem e o seu conhecimento de mundo.

Apresentar uma abordagem toponímica atrelada à natureza interdisciplinar se faz necessária para que ela possa ser difundida no contexto do ensino, tendo em vista a importância do estudo dos nomes de lugares. Com isso, deve ser ampliada para o processo de ensino-aprendizagem, e os documentos oficiais corroboram essa premissa, pois assinalam que a interdisciplinaridade é a melhor maneira de atender as demandas escolares no contexto contemporâneo, atrelado a isso, pensamos também no auxílio das ferramentas tecnológicas no contexto escolar devido as suas múltiplas possibilidades, sobretudo pelo fato de terem alterado nossas formas de trabalhar, de nos comunicarmos, nos relacionarmos e principalmente de aprendermos.

Como meio de articular o trabalho pedagógico com o estudo dos topônimos, proporemos a abordagem da hidronímia tocantinense por meio da proposta de *oficina pedagógica*, tendo em vista que esta está inclusa nas modalidades dos processos educativos. Por meio da oficina, a aprendizagem aluno sobre os mais diversos conteúdos acontece de forma diferente das aulas tradicionais, dinamizando o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a oficina tem o papel de se apresentar como o elemento de diálogo para a superação da condição de desiguais, tendo em vista que docentes e alunos se aproximam em relação horizontalizada, organizando-se como sujeitos históricos do seu conhecimento.

A oficina caracteriza-se como uma estratégia do fazer pedagógico em que o espaço de construção e reconstrução do conhecimento é a principal ênfase. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências

práticas, enfim, vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (ANASTASIOU; LOPES, 2015, p. 103).

Nesse sentido, optamos pela proposta de oficina pedagógica pelo fato de a participação dos alunos nestas atividades serem mais ativas e dinâmicas e a interação em grupo é mais intensa, dessa forma, habilidades são desenvolvidas e conhecimentos são adquiridos por meio de atividades práticas. Através da oficina pedagógica podemos articular conhecimentos de várias áreas do saber. De modo que podemos destacar os conhecimentos apreendidos na disciplina de Língua Portuguesa, como estudar o léxico, a semântica, a morfologia, a etimologia etc. Em Geografia e História podem ser trabalhados o estudo da hidrografia, dos processos de povoamento e ocupação, de formação identitária, da própria história do lugar, da Geografia local, da cartografia, dentre diversas outras possibilidades. Sendo assim, a oficina será organizada da seguinte maneira:

a) Competências DCT: Serão evidenciadas as competências apresentadas pelo Documento Curricular do Tocantins para o Ensino Fundamental nas áreas de Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias e Ciências Humanas.

b) Objetivos: Serão apresentados os objetivos que os alunos deverão alcançar no final da realização da oficina pedagógica.

c) Disciplinas envolvidas: Serão apresentadas as disciplinas envolvidas na proposta.

d) Público-alvo: Participantes da oficina.

e) Sugestão de conteúdos: Serão apresentadas sugestões de conteúdos que poderão ser trabalhados durante a oficina.

f) Ferramentas/recursos: Serão elencados todos os recursos necessários para a realização de cada oficina pedagógica.

f) Metodologia: Na metodologia será apresentado o processo de desenvolvimento das oficinas, os quais foram divididos em momentos específicos.

g) Avaliação: Serão apresentados os métodos avaliativos em relação as abordagens trabalhadas durante as oficinas.

Isto posto, na subseção a seguir apresentaremos a proposta de oficina pedagógica, a qual contempla uma sugestão de oficina que poderá ser trabalhada de modo gradual, de acordo com as necessidades do professor e dos conteúdos abordados, além disso, a proposta contempla uma abordagem interdisciplinar.

5.3.1 Apresentação da proposta de oficina pedagógica

A proposta de oficina será disposta por meio do Quadro 23 para facilitar a organização e a compreensão.

Quadro 23 - Proposta de Oficina Pedagógica

Título: Conhecendo as Águas do Tocantins por meio de uma abordagem linguística, geográfica e histórica	
Competências DCT	<p style="text-align: center;">Competências Específicas de Língua Portuguesa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem; 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social; 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo; 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. e. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero do discurso/gênero textual. 5. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 6. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. Mobilizar

práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Competências Específicas de Geografia:

1. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história;
2. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
3. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
4. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

Competências Específicas de História:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e

	<p>manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p> <p>3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p> <p>4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p> <p>5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.</p> <p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p> <p>7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.</p>
<p>Objetivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer a hidronímia tocantinense; ✓ Explorar aspectos etimológicos, morfossintáticos, semântico-lexicais, geográficos e históricos relativos aos nomes dos rios com o auxílio de ferramentas tecnológicas; ✓ Promover o sentimento de pertencimento e de identidade local. ✓ Instigar a percepção dos estudantes da educação básica sobre os Rios do Tocantins. ✓ Estimular os estudantes a identificarem a inter-relação entre léxico e cultura, no que tange a compreensão do ato de nomeação dos lugares;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Propiciar momentos de aprendizagem que contribuam e conduzam os estudantes a conhecerem os aspectos sociohistóricos dos rios do Tocantins; ✓ Apresentar aos alunos a hidronímia articulada ao ensino da Língua Portuguesa, como aspecto de aprendizagem de carácter interdisciplinar, a partir de atividades atreladas ao conhecimento sobre os nomes dos rios; ✓ Compreender os aspectos motivadores destes topônimos, os quais são repletos de significados sociais, históricos, culturais e de memórias individuais e coletivas.
Disciplinas envolvidas	Língua Portuguesa, Geografia e História.
Público-alvo	Professores de Língua Portuguesa, Geografia e História e estudantes da segunda fase do Ensino Fundamental.
Sugestão de conteúdos	<p>Língua Portuguesa: Leitura, produção de textos e análise linguística.</p> <p>Geografia: território, lugar, região, natureza e paisagem, O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Formas de representação e pensamento espacial e Natureza, a percepção e o domínio do espaço, através de leituras de fotos, desenhos, plantas, maquetes e das mais diversas representações a produção social do espaço e sua transformação em território apropriado e usado pelo ser humano.</p> <p>História: raízes indígenas e africanas, as tradições orais e a valorização da história e memória oral, colonização, imigração, processo de povoamento, A formação da identidade tocantinense através da pluralidade cultural e contribuição dos diversos povos, Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico, Riqueza Cultural tocantinense.</p>
Ferramentas/recursos	Sistema Toponímico (SISTOP), Computadores, Tablets, Celulares, Internet.
	Primeiro momento: Neste momento inicial sugerimos a realização da apresentação do Sistema Toponímico aos estudantes, explorando seus conteúdos e recurso disponíveis, de acordo com a abordagem trabalhada pelos professores.

Metodologia	<p>Segundo momento: Para este momento os estudantes irão conhecer e explorar os conteúdos sobre os rios do Tocantins, de modo que poderão ter acesso as informações sobre os nomes dos rios, localização, história, aspectos geográficos, mapas, imagens, curiosidades, textos interativos, atividades dinâmicas sobre o conteúdo apresentado, dentre outras possibilidades disponíveis no Sistema Toponímico.</p> <p>Terceiro momento: Nesta etapa os professores abordarão conteúdos de modo interdisciplinar, articulando as áreas do saber, como por exemplo trabalhar a etimologia, a morfologia no contexto de formação dos nomes atrelado a memória oral e aos aspectos físicos de determinado rio.</p> <p>Quarto momento: A sugestão é a de que nesta etapa sejam realizadas as reflexões, apontamentos, compartilhamento de informações e conhecimentos entre os participantes da oficina.</p>
Avaliação	<p>Sugerimos que ao final de cada oficina os participantes façam reflexões oralmente sobre suas impressões a respeito das abordagens trabalhadas durante a oficina pedagógica.</p>

Fonte: NUNES (2021).

A proposta de oficina pedagógica apresentada visou explicitar as múltiplas possibilidades de estudo dos nomes de lugares, com destaque para os nomes de rios, aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, de modo a articular as sugestões de conteúdos e abordagens, tentamos vincular esta proposta a realidade local, para tanto, interligamos às competências apresentadas pelo DCT referente as áreas de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias e a área de Ciências Humanas, tendo em vista que o documento estabelece as aprendizagens essenciais para esta etapa da Educação Básica sendo referência para a elaboração dos currículos escolares no Tocantins. Nesse viés, Reis (2019, p. 83-84) explicita que:

O trabalho com as oficinas pedagógicas promove o trabalho com a pesquisa de forma coletiva e interdisciplinar, permite que os estudantes produzam juntos e articulando conhecimentos de diferentes disciplinas. As oficinas propõem o conhecimento linguístico, histórico, cultural, geográfico, e a valorização da memória através do estudo de topônimos. No desenvolvimento dessas atividades pedagógicas podem ser trabalhadas habilidades como pesquisa, a capacidade de lidar com informações, o desenvolvimento da autonomia intelectual, pois os alunos irão executar as atividades das oficinas e estarão envolvidos com a comunidade local. Além disso, elas permitem a articulação de conhecimentos entre as disciplinas de

Língua Portuguesa, História e Geografia para trabalhar e valorizar conceitos de história, memória, identidade.

Nesse sentido, a ideia da oficina foi planejada para que os professores de Língua Portuguesa, Geografia e História pudessem trabalhar de modo articulado e dinâmico. Frisamos ainda que a proposta de oficina aqui apresenta é uma sugestão, passível de modificações e contribuições, pois acreditamos que diversas outras possibilidades de trabalho pedagógico com o Software Toponímico poderão ser implementadas, adaptadas no que se refere ao redimensionamento do trabalho pedagógico em relação a Toponímia no contexto do ensino e da sala de aula.

Sendo assim, a proposta pedagógica é vista como uma possibilidade viável e produtiva no contexto de situações didáticas que possibilitem de modo dinâmico novas práticas didáticas que levem o estudante, enquanto protagonista do saber e agente social, poder refletir e compreender por meio do estudo dos nomes de lugares o modo de ver e interagir com a realidade que o circunda.



6

Considerações Finais

Não podemos continuar educando com procedimentos de ontem alunos que já vivem no amanhã. Sentipensar é educar para a vida, para os valores, para uma convivência e bem estar sustentáveis, mediante impactos criativos. (Torre e Moraes, 2004).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nestas considerações, as conclusões obtidas com esta pesquisa por meio do percurso metodológico adotado, das abordagens selecionadas dos dados coletados, descritos e analisados.

Iniciamos este estudo com o intuito de buscar respostas para problemática de como os estudos hidronímicos atrelados aos rios Araguaia e Tocantins, poderiam contribuir, de algum modo, para o ensino de Linguagens, Códigos e Tecnologias nas séries finais do Ensino Fundamental, atrelado ao uso do Software Toponímico como ferramenta tecnológica para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Para responder a problemática suscitada, partimos do pressuposto que os estudos toponímicos são de caráter interdisciplinar. Tendo em vista que os nomes de lugares são entendidos a partir de aspectos históricos, antropoculturais, sociais, dentre vários outros, conforme evidenciamos ao longo desta tese, além do que são compostos de significados e designações que se complementam, tendo em vista os elementos motivadores por parte do denominador. Esses elementos demonstram que os grupos nomeiam um determinado nome de lugar considerando uma gama de significados e possibilidades, os quais são essenciais para o processo de nomeação determinado lugar. Nessa perspectiva, os resultados deste trabalho, demonstram que os nomes dos rios receberam influências do meio ambiente ao seu redor, considerando os aspectos físicos e antropoculturais.

Além do mais, o estudo dos nomes de lugares denotam aspectos implicados à cultura, identidade, memória, política, religião de um povo, ao passo que, inseridos ao contexto do ensino, possibilitam a ampliação do processo ensino-aprendizagem por contribuir para o complemento de informações nas diversas áreas do saber, como explicitados em diversos momentos neste estudo.

Conforme os objetivos previstos, em que nos propomos a apontar elementos que demonstrassem que os estudos toponímicos pudessem de fato ser trabalhados no contexto do ensino básico, consideramos nessas reflexões finais que conseguimos atingi-los, de modo que apresentamos o delineamento do Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP) e evidenciamos esta ferramenta como possibilidade real de um recurso pedagógico, no enfoque de contribuir para ampliação do conhecimento da toponímia no estado do Tocantins.

Além disso, realizamos a catalogação, por meio de mapas e documentos os hidrônimos das bacias hidrográficas Araguaia e Tocantins pertinente as porções do estado do Tocantins), o que nos possibilitou conhecer a hidronímia tocantinense, e com isso acreditamos que contribuirá para que os estudos dos nomes de lugares do Tocantins sejam difundidos. Somado a isso, conseguimos delinear uma proposta de atrelar estes preceitos numa perspectiva interdisciplinar e sob a ótica do ensino, considerando o ambiente sócio-histórico em que se encontram inseridos, observando as contribuições desse estudo para ensino.

Ressaltamos também que este estudo não se configura totalmente acabado, pois esperamos que as propostas aqui apresentadas sejam efetivadas, e que possam contribuir efetivamente com a aprendizagem dos estudantes, bem como com o processo pedagógico dos professores da educação básica. Além do mais, está pesquisa está aberta a outros olhares e novas leituras. Vemos que o estudo dos nomes de lugares possibilita ao sujeito ampliar seu leque de informações pertinentes ao aspecto social, cultural, identitário e histórico de um lugar, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

Trabalhar a Toponímia no contexto do ensino é uma proposta educacional relevante e necessária, ao passo que o estudante é posto como protagonista no processo de ensino e de aprendizagem. Nesta proposta pensamos em possibilitar ao aluno conhecer os rios do Tocantins, sua relevância social, cultural e história, que traduzem as marcas de seu povo, de sua identidade por meio da linguagem, bem como envolve diversos saberes. Dessa forma, a proposta pensada ressalta a prática pedagógica, possibilitando a aprendizagem dos conteúdos e a adaptação e ressignificação em relação aos procedimentos didáticos-metodológicos, tendo em vista que pensamos que o acesso ao Sistema Toponímico seja difundido para todo o ensino básico do estado do Tocantins e que possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem, bem como possa também fazer a diferença no contexto de sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. S. (2006). O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, p.213-225.
- ADONIAS, I. **Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822)**. Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.
- ANA (Brasil). **Hidrografia 1:1.000.000 georreferenciada**. Brasília: ANA, 2006.
- ANA (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras – Edição Especial**. Brasília: ANA, 2015.
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). 2016. **Bacia Amazônica**. Acesso em: abril de 2021.
- AGUILERA, V. A. Taxonomia de topônimos: problema sem solução? *Signum: Estudos da Linguagem*, vol. 2, n. 1, p. 125-137, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4454/4460>. Acesso em maio de 2021.
- ALMEIDA, A. de. **Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos locais**. Tese (Doutorado da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
- ALMEIDA, M. **Gestão e tecnologias na escola. Gestão Escolar e Tecnologias. Formação de Gestores para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação**. São Paulo: SP, Boletim 2002.
- ALVES, R. de C.; DEUS, J. A. S; NOGUEIRA, M. **Lugar & Paisagem topofilia e topofobia: algumas reflexões sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina-MG**. (2014) Disponível em: <http://www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?download=173:Alves-deus-nogueira-artigo-completo-aceito-no-eng-2&start=2100>. Acessado em maio de 2021.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3. ed. Joinville: UNIVILLE, 2004.
- ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- ANDRADE, K. S. BASTIANI, C. **Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas**. ANTARES, vol.4, nº8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

ANDRADE, K. S. OLIVEIRA, J. M. M.. **Dos nomes de lugares à discussão do currículo escolar: Apontamentos preliminares a respeito do uso do software toponímico**. Acta Semiótica et Linguística, v. 19, n. 1 p. 61-75, 2014.

ANDRADE, K. S.; RIBEIRO, E. Implementação de software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. de S. **Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

ANJOS, M. A. L. **Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas**. 331p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

ATLAS DO TOCANTINS. **Subsídios ao planejamento territorial**. Palmas: SEPLAN, 2012. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/atlas-do-tocantins/1asvwxbj530d>. Acesso em jul. 2021.

ANDRADE, K. S. ; FLORES, K. M. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. **Revista Filologia Linguística Portuguesa**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017

BAIÃO, J. G. P. **De Panini a Labov: Um breve passeio pela história dos estudos linguísticos**. (2018). Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/36019/2014_baiao_jose_de_panin_a_labov.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Os%20primeiros%20estudos%20formais%20que,4%20que%20se%20tem%20not%C3%ADcia. Acesso em maio de 2021.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, Mikhail. In: Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 261-306 [1952-1953].

BARBOSA, A. S. Rio Araguaia: **A história de um velho com várias feições juvenis**. (2015). Disponível em: <https://www.xapuri.info/home/rio-araguaia-a-historia-de-um-velho-com-varias-feicoes-juvenis/>. Acesso em abril de 2021.

BASTIANI, C. **Relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da Geografia e da Toponímia**. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Letras) - PPGL, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2016.

BEHERENS, M. A., "Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente", em MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Campinas: Papirus, 2000.

BESSA, K. **Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins**. In.: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015.

BIDERMAN, M. T. C. **O Dicionário padrão da língua**. A ciência da lexicografia. ALFA: Revista de Lingüística. Universidade Estadual Paulista. São Paulo. v.28. Supl. Janeiro. 1984.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 2002. p. 65-82

BIDERMAN, M. T. C. **Léxico, Testemunho de uma cultura**. In Anais do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica. Santiago de Compostela. Fundación Pedro Barrié de la Maza, conde de Fenosa, La Coruña: BINATTI, R. Sociolinguística. 2011. Disponível em: www.portuguesdobrasil.net. Acesso em junho de 2021.

BOGÉA, H. **Onde os rios se beijam**. Disponível em: <https://www.hiroshibogea.com.br/onde-os-rios-se-beijam/>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins (PTDRS)**. Brasília: MDA/SDT, 2011. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL, Agência Nacional de Águas. **Caderno de Capacitação de Recursos Hídricos: O Comitê de Bacia Hidrográfica o que é e o que Faz? Volume 1**, Brasília: SAG, 2011.

BRASIL, Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes. Mapa Hidrográfico. (2008). Disponível em: www.transportes.gov.br. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa de demanda por educação profissional (Tocantins)**. (2020). Disponível em: http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/tocantins/to_relatorio_final.pdf. Acesso em março de 2021.

BRASIL, Chanel. **Tocantins: Divisão do Estado em Mesorregiões**. Disponível em: <https://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Tocantins>. Acesso em maio de 2021.

BRITO, E. P.; SHIMASAKI, M. M. Territórios e identidades dos ribeirinhos pescadores vazanteiros do rio Araguaia em Araguatins, Tocantins, **Confins [Online]**, n. 48, 19 dez. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/34236>. Acesso em: dez. 2021.

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. 2007, 280f. Tese (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BONVINI, M. X. Le système verbal du Kàsim. Em Bentolila, F. (ed.), Systèmes verbaux, 177-196, 1998.

CABRÉ, M. T. **La terminología hoy**: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 3, 1995.

CARDOSO, A. L. **Toponímica brasílica**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CASTELNAU, F. **Expedições às regiões centrais da América do Sul v. 1** (1949). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CASTIGLIONI, A. C. **Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul**: uma proposta de modelo. 234 p. Tese (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto. 2014.

CASTRO, E. **Geografia Linguística e Cultura Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia (um vocabulário afro-brasileiro)**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Topbooks, 2001.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2005.

CARVALHO, F. L. **Nas Águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) Goiânia: UCG, 2008.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

CIRRINCIONE, A. **Mapa e memória: Parque Anhangabaú e rua Anhanguera**. ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 39 (1): p. 200-213, mai.-ago. 2010.

COSERIU, E. **Nuevos rumbos en la toponomástica prólogo a Maximiano Trapero, Dicionario de toponimia canaria**: léxico de referencia oronímica, Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, Consejería de Educación, Cultura y Deportes /Universidad Nacional de Educación a Distancia. Centro Asociado de Las Palmas de Gran Canaria, 1999, 15-24.

COSTA, R. S. **Desenvolvimento de um sistema: mapa toponímico do Tocantins com integração da API do Google Maps™**. Monografia - Universidade Federal do Tocantins - Bacharelado em Ciência da Computação, Palmas – TO, 2014.

COTRIM, G. **História global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016b. v. 2.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**: origen et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d'eau– montagnes –lieuxdits. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.

Dicionário Ambiental. O Eco. **O que é uma Bacia Hidrográfica**. Rio de Janeiro, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29097-o-que-e-uma-bacia-hidrografica/>>. Acesso em maio de 2021.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica**. Princípios teóricos e modelos taxonômicos. Tese de Doutorado. FFLCH- USP, 1980.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2a ed. São Paulo, 1990.

DICK, M. V. P. A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992a.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 435-436, dez. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/59.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2020.

DICK, M. V. P. A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1998, p. 77-88. 263 p.

DICK, M. V. P. A. **Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso**: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. Investigações, v.9, Recife, UFPE, 1999.

DICK, M. V. P. A., SEABRA, M. C. T. C. **Caminho das Águas, Povos dos Rios**: Uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira. In: Anais do V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: v.5, UERJ, p.64-91, 2001.

DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, p.121-130, 2004.

DICK, M. V. P. A. Fundamentos teóricos da toponímia: estudo de caso: o projeto ATEMIG –Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p, 91-117.

DICK, M. V. P. A. As terminologias nas ciências onomásticas. Estudos de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ALVES, Ieda Maria;

ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Volume III. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

DIÉGUES, M. J. **Regiões Culturais do Brasil**. Vol 2. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960.

DRUMOND, C. **Contribuição do Bororo à toponímia brasílica**. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DUARTE, F. **Rastros de um rio urbano** - cidade comunicada, cidade percebida. Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. IX, n. 2, p. 105-122, jul./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n2/v9n2a06.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

FALEIROS, Á. **Presença francesa no Brasil: estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 277-280, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300020&script=sci_arttext&tIng=es; Acesso em maio de 2021.

FERREIRA, A. B. H. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª. Ed. Ed. Positivo, 2004.

FERREIRA, R. África durante o comércio negreiro. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 55.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. 1. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. v. 1. 151p.

FLORES, K. M.; ANDRADE, K. S. **Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial**. Filologia e Linguística Portuguesa (Online), v. 19, p. 239, 2017.

FREITAS, E. **Os doze rios mais importantes do mundo**. (2021). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/Geografia/os-doze-rios-mais-importantes-mundo.htm>. Acesso em maio de 2021.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **O que é a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental**., Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: maio de 2021.

GIRALDIN, O. (org.) **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2020.

GOULART, M. **Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1949.

GUIMARÃES, E. **Enciclopédias do Brasil: Frans Bopp**. (2005). Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/elb/geral/creditos.html>. Acesso em abril de 2021.

HOLZER, W. **O conceito de lugar na Geografia cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea.** Geografia -Ano V – n. 10, p.113-123, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Grupo De Peritos Das Nações Unidas Em Nomes Geográficos (Ungegn) – ONU.** Centro de Referência em Nomes Geográficos (CRNG)/ Coordenação de Cartografia/Diretoria de Geociências/IBGE Tradução: SILVA, D. V.; FRADE, L. M. D. A.; PALHARES, N. S/D.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados do universo.** IBGE, 2010. Disponível em: <www.sidra.gov.br>. Acesso em maio de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uma contribuição à Geografia dos recursos hídricos, in.: **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI.** IBGE, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_cap7.pdf. Acesso em maio de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em maio de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ISA - Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil** (). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em maio de 2021.

ISQUERDO. A. N. **Léxico específico: uma abordagem sócio-etnolinguística.** A Toponímia: uma forma de representação da cultura. Anais do Gel. Jaú, 1992. p. 44-51.

ISQUERDO. A. N., SEABRA, M. C. T. C. **A trilha dos “buritis” no vocabulário onomásticotoponímico:** um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: Barros L A, Isquerdo M A N (Orgs.). **O léxico em foco.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Hidronímia e Toponímia: interinfluências entre ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VII. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 63-80.

KÜNAST, P. L. C. **Rio Nilo.** Todo Estudo. (2021). Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/Geografia/rio-nilo>. Acesso em junho de 2021.

LARA, P. G. **Metodologia probabilística de previsão de brecha de ruptura de barragens**. 2016, 182f. Dissertação (Centro Tecnológico) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

Lira, T. M.; Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.66-76, 29 fev. 2016. Quadrimestral. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107> . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf> . Acesso em: dez. 2021.

LISKA, G. J. R. **O Estudo do Léxico na Sala de Aula: Investigação do Ensino dos Processos Semânticos de Formação de Palavras Sob a Perspectiva da Semântica de Contextos e Cenários (SCC)**. 2018, 256f. Dissertação (Faculdade de Letras) Programa De Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

LORENTE, M. **Variació lèxica: de la idiosincràsia al tractament sistemàtic de la diversitat**. Caplletra, Valencia, n.25, p. 83-98, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MAEDA, R. M. A. **A Toponímia Sul-Mato-Grossense: Um Estudo dos Nomes de Fazendas**. 2006, 281f. Tese (Faculdade de Ciências e Letras) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

MAGALHÃES, C. **Viagem ao Araguaya. Typographia provincial: Goyaz**, 1863.

MAGALHÃES, C. **O Selvagem: 1837 - 1898**. Coleção Especial. Ed. Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: 1975.

MAGNOLI, D. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808/1912)**. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

MANE, D.; CARMO, P. A. Os múltiplos letramentos no Colégio Estadual Assentamento Virgilândia nas turmas do VI e VII anos do Ensino Fundamental. *In: Letramentos Múltiplos e Interdisciplinaridade na Licenciatura em Educação do Campo*. SOUZA, Rosineide Magalhães de, MOLINA, Mônica Castagna e ARAÚJO, Ana Cristina de. (Orgs.) Brasília: Decanato de extensão/UNB, 2016. p. 41-55.

MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. (1870). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221726>. Acesso em maio de 2021.

MARQUES, M. O. **Formação do professor da educação**. 4 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATIAS, A. "**Bacias hidrográficas do Brasil**"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/principais-bacias-hidrograficas-brasil.htm>. Acesso em maio de 2021.

MELO, D. T., **TICs na educação: Um estudo de caso**. Mococa-SP: Ed. Do Autor, 2013.

MELO, J. S. **Banzeiro**. Goiânia: Kelps, 2005.

MAROUN, M. C. S. B.; NEVES, M. L. T. P. **Nomes geográficos: normas para indexação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

MORAN, J. M. A integração das tecnologias na educação. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2013, p. 89-90.

MORAN, J. M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12 ed. Campinas: Papyrus, 2016.

NASCIMENTO, R. V. **Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do ensino fundamental**. 2017. 213 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - PPGL, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO.

NASCIMENTO, R. V.; ANDRADE, K. S. O ensino dos nomes de lugares da perspectiva da inovação pedagógica: uma discussão sobre um Software Toponímico. In.: **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.º 56, novembro. p. 197-212, 2018.

NUNES, V. R. **Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia**. 2015, 112 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - PPGL, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2015.

OLIVEIRA, M. F. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: identidades e fronteiras**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Goiás – UFG: Programa de Pós-Graduação em História, 2010. Digitalizada.

O que é Ciência Aberta? – **Formação Modular em Ciência Aberta**. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/mod_hotsite/ciencia-aberta> Acesso em dez. 2021.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S.A. **História de Goiás**. (1722-1972) 5. Ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1989.

PACKER, A. L.; SANTOS, L. Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa. In.: **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/#.YeFoUGjMJPb>. Acesso em dez. 2021.

PARENTE, T. G.; SILVA JÚNIOR, C. P. da. De estrada líquida à jazida energética: os -sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 156 - 180, set./dez. 2019.

PEREIRA. A.; FRANÇA, A. F. **Biografia de João Bonifácio Gomes Siqueira**. (2013). Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Jo%C3%A3o_Bonif%C3%A1cio_Gomes. Acesso em abril de 2021.

PEREIRA, D. P. **A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da Lei 10639 no espaço escolar**. 2015, 109f. Monografia (Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais) – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PEREIRA, E. L. **Pelos caminhos das águas: um estudo da hidronímia da Mesorregião Norte Maranhense**. 109 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. 2017.

PEREIRA, R. R.; Nadin, O. L. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. In.: **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 217-243, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10946/9654>. Acesso em maio de 2021.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

RAMALHO, J. I. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás**. Goiás: Tipografia Provincial, 1846.

RAMOS, A. **As culturas negras no Novo Mundo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1946.

REIS, A. I. A. **Os nomes de lugares nas provas do Enem: reflexões sobre Toponomástica e ensino**. 2019, 103f. Dissertação (Mestrado em Letras) - PPGLetras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2019.

REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS. (1982). **Carta de Antonio Rollim de Moura a D. João Manoel de Melo – I Villa – Bella**, 16 de junho de 1761.

RIBEIRO, F. P. **Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima**. (2ª Ed.) Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X, 1º Trimestre de 1848. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 5-80, 1870.

ROCHA, L. M. (Org) **Atlas Histórico: Goiás pré-colonial e colonial**. Goiânia: CECAB, 2001.

RODOVALHO, F. **A figura da mulher da Toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. 2019, 150f. Dissertação (Mestrado em Letras) - PPGLetras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

RODRIGUES, L. **O rio dos Tocantins**. 2 ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.

RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil**. 5a ed. São Paulo, Nacional, 1977.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMPAIO, T. **O tupi na Geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SANTOS, C. A. N. **A Toponímia em Sergipe: descrição e análise**. 349p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras) Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.

SANTOS, C. A. N. Notas sobre variação toponímica: co-ocorrência e concorrência de nomes de lugares no Brasil colônia. **Letras**, Santa Maria, v. 30, n. 60, p. 265-281, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42326/pdf>. Acesso em out. 2021.

SANTOS, M. M. **Toponímia e interdisciplinaridade: uma proposta de estudo do léxico para turmas do 6º ano do ensino fundamental**. 2019, 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SAPIR, E. **Selected writings in language, culture, and personality**. (Org. David G. Mandelbaum). Berkeley: The University of California Press, [1949] 1985.

SCHNEIDER. **Goethe e sua “rede brasileira”**: o Brasil visto de Weimar. In.: Estudos Avançados 33 (96), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RLv5NXNjm7MTX98KNS3LzbK/?lang=pt>. Acesso em maio de 2021.

SEABRA, M. C. T. C. **ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil**. In: XI Simpósio Nacional e I

Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 2006, Uberlândia/MG. CD Resumos / Abstracts. Uberlândia/MG: ILEEL / UFU, 2006.

SEMARH-TO, Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos. **Acervo sobre recursos hídricos do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/semarh>. Acesso em março de 2021.

SEDUC-TO, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. **Documento Curricular do Tocantins**, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em maio de 2021.

SEFAZ-TO, Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins. **Regiões Administrativas do Tocantins**. (2019). Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/zonamento/>. Acesso em março de 2021.

SEIDE, M. S.; LUCAS, P. **Os topônimos comerciais em Naranjal-Paraguai**. Confluência, v. 1, n. 54, p. 164-195, 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/238>. Acesso em: Set. 2021.

SENNA, N. **Africanos no Brasil**; estudos sobre os negros africanos e influências sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro. Belo Horizonte: Of. Gráf. Queiroz Breyner, 1938.

SILVA, E. R. **O curso da água na história**: simbologia, moralidade e gestão de recursos hídricos. 201p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1998.

SOARES, M. Letramento em ensaio - Letramento: como definir, como avaliar, comomedir. In: SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUSA, A. M. **Para a Aplicação da Toponímia na Escola**. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, Nº 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

STRANDBERG, S. River names. In: HOUGH, Carole (Ed.) **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 104-114, 2016.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, R. Entrevista - **Outras maneiras de ler o mundo**. Educação no Século XXI. - São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

ROSSI, R. **The importance and functional use of a course in Greek for specific purposes**. *Alia* (São Paulo), v.39, p.211-220,1995.

TAUNAY, A. de E. **Goyas**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TEIXEIRA NETO, A. **Geografia Goiás-Tocantins**. I. ED. Goiânia: Centro editorial e gráfico/UFG, 1995.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: Significado dos nomes geográficos de origem tupi**. 1ª ed. São Paulo: Traço, 1985.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TOCANTINS, Secretaria da Fazenda (SEFAZ). **Programa Estadual de ZEE**. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/zonamento/>. Acesso em março de 2021.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**. São Paulo: DIFGL, 1979.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. F. Medo da Cidade. In.: TUAN, Y. F. **Paisagens do medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EdUNESP, 2005, pp.231-275.

TUAN, Y. F. Tradução: Livia de Oliveira. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

TURAZZA, J. S. **Léxico e criatividade**. São Paulo: Plêiade, 1996.

VASCONCELOS, J. L. de. **Opúsculos.V. III**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ZUANON, Á. C. A. **O processo ensino – aprendizagem na perspectiva das relações entre: professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno**. Revista Ponto de Vista, v.3. p. 15-24. UFV - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2006.